

ISSN 1516-344x



*Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia*

Rev. IGHB, Salvador, v. 119, jan./dez. 2024

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

DIRETORIA IGHB 2024-2025

Presidente de Honra: Eduardo Morais de Castro

Presidente: Joaci Fonseca de Góes

1º Vice presidente: Antonio Menezes do Nascimento Filho

2º Vice presidente: José Eduardo Athayde de Almeida

3º Vice presidente: Newton Cleyde Alves Peixoto

Secretário Geral: Rozendo Ferreira Neto

Secretário Adjunto: Sergio Emílio Schlang Alves

Diretor Financeiro: Sergio Fraga Santos Faria

Diretora Financeira Adjunta: Rosemma Burlacchini Maluf

Orador Oficial: José Nilton Carvalho Pereira

Diretor de Publicações: Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Biblioteca: Ricardo Mauricio Nogueira e Silva

Diretora do Arquivo Histórico: Zita Magalhães Alves

Diretoria Suplente: Fausto de Abreu Franco

Baltazar Miranda Saraiva

Luislinda Dias de Valois Santos

Conselho Fiscal: Maria Constança Galvão

Wellington do Carmo Cruz

Jamile Souza Calheiros dos Santos

Conselho Fiscal Suplente: Creuza Santos Lage

Symone Maria de Freitas Moura

Rizodalvo da Silva Menezes

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO DA BAHIA

Salvador, v. 119, p. 1-480, jan./dez. 2024

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa de História
e Universidade de Lisboa – Portugal

Antonella Rita Roscilli
Escritora e jornalista – Itália

Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano de Freie
Universitat Berlin – Alemanha

**Carlos Tasso Saxe-Coburgo e
Bragança**
Academia Portuguesa da História
–
Portugal

Edmundo Anibal Herédia
Universidade Nacional de Córdoba
– Argentina

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá

Marcos de Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História –
Portugal

Stuart Schwartz
Yale University – Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia
Gabinete Português de
Leitura-Bahia

Arno Wehling
Academia Brasileira de Letra

**Carlos Humberto Pederneiras
Corrêa**
Instituto Geográfico e Histórico
de Santa Catarina

José Carlos Bastos Sant Anna
Universidade Federal da Bahia

José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe

Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Sérgio Augusto Soares Mattos
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia

**Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia**

© 2022 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial	Sérgio Augusto Soares Mattos
Assistente Editorial	José Carlos Bastos Sant Anna
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Revisão de Linguagem	Sérgio Augusto Soares Mattos José Carlos Bastos Sant'Anna
Paginação eletrônica	Quarteto Editora
Endereço para envio de artigos:	diretoria.publicacao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> – Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador:
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

V.; il; 25cm.

Annual

v. 119 (jan./dez., 2024), 480p

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História 2. História e Religião. 4. Instituto Geográfico e
Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU:94(813.8)

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Avenida Joana Angélica, 43 – Piedade 40050-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone (71)3329-4463 | (71)3329-6336 | diretoria.publicacao@ighn.org.br



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Apoio financeiro:



**Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
Sérgio Augusto Soares Mattos	
ARTIGOS	
O IGHB E A HISTÓRIA DO FUTURO	25
Joaci Góes	
A HEMEROTECA DO IGHB	33
Nelson Varon Cadena	
A CONSPIRAÇÃO DE 1828: REPUBLICANISMO E FEDERALISMO NA PROVÍNCIA DA BAHIA	57
Pablo A. Iglesias Magalhães	
Ava Catharina de Lima Durães	
O BICENTENÁRIO DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL	93
Ricardo Nogueira	
CURIOSIDADES E FATOS POUCO DIVULGADOS: 2 DE JULHO DE 1823 (PARTE II)	133
José Nilton Carvalho Pereira	
SALVADOR DO BRASIL	141
Cláudio Ricardo Hehl Forjaz	
A GUERRA DE CANUDOS NA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA	203
Marcos Roberto Brito dos Santos	

O DIA EM QUE O RIO DE JANEIRO DEIXOU DE SER ‘A CORTE’ E O BRASIL BUSCOU APAGAR OS VESTÍGIOS DA MONARQUIA 229

Ednaldo Soares

HISTÓRIA DO GINÁSIO SANTAMARENSE E ESCOLA NORMAL DE SANTO AMARO 255

Aramis Ribeiro Costa

FESTAS POPULARES BAIANAS: SEUS CICLOS E COMIDAS TÍPICAS 285

Antonietta d’Aguiar Nunes

BIOGRAFIAS

AUTOBIOGRAFIA: TEODORO FERNANDES SAMPAIO 321

PODE ATÉ DEMORAR, MAS LUIZ TARQUINIO SERÁ REVERENCIADO 333

Luis Guilherme Pontes Tavares

O TENENTE JORNALISTA ARISTIDES RICARDO DE SANT’ANNA 345

Lizir Arcanjo Alves

FRANCISCO GOMES BRANDÃO FRANCISCO GÊ ACAIABA DE MONTEZUMA VISCONDE DE JEQUITINHONHA 371

Guilherme Aguiar de Oliveira

PIMENTA BUENO: UMA BIOGRAFIA SUMÁRIA 393

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

CALASANS, MESTRE E AMIGO 417

José Dionísio Nóbrega

AGENDA IGHB

AGENDA CULTURAL DO IGHB EM 2024

431

Cleide Nunes

RELATÓRIO BIBLIOTECA

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

447

Ricardo Maurício Nogueira e Silva

Fernanda Mota de Oliveira

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS

SÓCIOS DO IGHB

459

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

471

Apresentação

130 ANOS PRESERVANDO A MEMÓRIA DA BAHIA

Sérgio Augusto Soares Mattos¹

Neste ano de 2024, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) comemora 130 anos de participação efetiva na vida cultural e histórica do nosso Estado e do Brasil. A Casa da Bahia, como também é identificada, tem atuado principalmente como guardiã de nossa memória histórica como assinalado pelo presidente Joaci Góes, no artigo que abre esta edição, detalhando o trabalho no sentido de preservar o passado, registrar o presente e construir as bases necessárias para o futuro da instituição. Nosso presidente lista ainda as realizações efetivadas pelo IGHB ao longo do ano de 2024, destacando “a criação de novas medalhas do mérito, com os nomes de vultos desaparecidos, a serem concedidas a pessoas ou organizações que se tenham distinguido em campos valorizados pelos respectivos patronos”.

Esta edição da Revista do IGHB, volume 119, apresenta um rico conteúdo, distribuído em 19 artigos em duas partes: Artigos e Biogra-

¹ Diretor de Publicações do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e editor da Revista do IGHB, E-mail: sasmattos@gmail.com

flas. Nos primeiros onze artigos, evidenciam-se aspectos históricos, destacando-se o artigo de Nelson Varón Cadena sobre **A Hemeroteca do IGHB**, com suas obras raras. Nele, o autor destaca os principais títulos que compõem a hemeroteca, dos séculos XIX e XX, incluindo a imprensa do interior.

Na sequência, o ensaio, assinado por Pablo Iglesias Magalhães e Ava Catharina Lima Durães, intitulado **A Conspiração de 1828: Republicanismo e Federalismo na Província da Bahia**. Os autores tratam o período de 1798 a 1838, no qual Bahia “assistiu um significativo número de revoltas e conflitos armados, sendo palco de duas guerras civis, iniciadas em 1822 e 1837. Os autores analisam a natureza e objetivo da trama política, além de identificar os personagens envolvidos e suas consequências.

No artigo que segue, intitulado **O Bicentenário da Constituição Imperial**, Ricardo Nogueira examina o texto e o contexto da inauguração do constitucionalismo moderno no Brasil. O autor destaca os mais relevantes fatos históricos, sociais e políticos, “conjugados com a análise das principais normas constitucionais, situando-as no tempo e no espaço”.

Curiosidades e Fatos pouco divulgados: 2 de Julho de 1823 (parte II) é o título do artigo de José Nilton Carvalho Pereira, completando as informações referentes ao tema e publicado na *Revista do IGHB*, volume 118 do ano passado. São fatos garimpados pelo autor e que podem ter sido negligenciados por alguns historiadores.

Por sua vez, na sequência, Claudio Ricardo Hehl Forjaz nos apresenta o texto intitulado **Salvador do Brasil**, no qual ele analisa a primeira invasão holandesa no Brasil, apresentando “o legado que tal acontecimento deixou na nossa identidade nacional”. Por sua vez, Marcos Roberto Brito dos Santos, no artigo **A Guerra de Canudos**

na Faculdade de Medicina da Bahia, aborda a atuação da Faculdade de Medicina da Bahia no apoio médico-hospitalar aos soldados durante a Guerra de Canudos. O autor aprofunda certos aspectos, além de apurar informações, incluindo fontes manuscritas, impressas e imagéticas, realizando novas reflexões sobre o tema.

No artigo intitulado **O dia em que o Rio de Janeiro deixou de ser a corte e o Brasil buscou apagar vestígios da monarquia**, Ednaldo Soares evidencia que “a Proclamação da República do Brasil não foi uma reivindicação da população brasileira, mas de uma elite ávida por poder e temerosa de que um príncipe estrangeiro, esposo da herdeira do trono, conduzisse os destinos da nação de forma autoritária”. O autor mostra ainda que o autoritarismo do novo regime foi responsável pela implantação da primeira ditadura no país. Ele conclui dizendo que “o movimento republicano na província não foi inexpressivo como tem equivocadamente sido registrado”.

História do Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro é o título do artigo de Aramis Ribeiro Costa. O autor aborda a situação educacional no interior da Bahia na segunda década do século XX, destacando o Ginásio Santamarense e a Escola Normal de Santo Amaro que foram pioneiros na educação secundária no Estado.

Encerrando a primeira parte desta edição, Antonietta d’Aguiar Nunes nos apresenta o artigo **Festas Populares Baianas: seus ciclos e comidas típicas**.

A segunda parte desta revista, intitulada Biografias, na verdade poderia ser batizada também como Perfis ou Memória. Aqui estão reunidos artigos de perfis de pessoas que se destacaram. O primeiro artigo desta parte é uma **Autobiografia de Teodoro Fernandes Sampaio**, cujo texto foi transcrito por Zita Magalhães Alves, diretora do Arquivo Histórico do IGHB, e pela professora Antonietta d’Aguiar

Nunes. Coube ao professor José Nilton Carvalho Pereira, orador oficial do IGHB, realizar a atualização da língua portuguesa.

No segundo artigo, intitulado **Pode até demorar, mas Luiz Tarquinio será reverenciado**, de autoria de Luis Guilherme Pontes Tavares que reverencia o empresário e mecenas baiano pelo transcurso dos 180 anos do nascimento dele, ocorrido em 24 de julho de 2024. O autor lança a proposta de criação do memorial Luiz Tarquinio, utilizando-se dos centenários imóveis que restaram da fábrica de tecidos da Companhia Empório Industrial do Norte e da Vila Operária, localizados no bairro da Boa Viagem, em Salvador.

Lizir Arcanjo Alves escreve na sequência sobre **O Tenente Jornalista Aristides Ricardo de Sant’Anna**. A autora traça o perfil desse jornalista, criador do periódico *O Alabama*, que atuou durante a transição política do império para a república. O artigo se prende a acompanhar as relações do tenente-jornalista com outros jornalistas do seu tempo. A autora conclui seu texto afirmando que “a trajetória pessoal do tenente jornalista Aristides Ricardo de Sant’Anna não pode ser vista e analisada exclusivamente como narrativa de uma vida apenas, mas se insere na conjuntura histórica de uma fase das mais importantes do século XIX no Brasil. Fase de transição de todos os valores, teorias, ideologias e crises de toda ordem, que compõem a complexidade que envolvem a nação, ao transitar do regime monárquico para o republicano”.

Guilherme Aguiar de Oliveira é o autor do artigo intitulado **Francisco Gomes Brandão / Francisco Gê Acaiaba de Montezuma / Visconde de Jequitinhonha**. Segundo o autor, Francisco Gomes Brandão foi o responsável por trazer o Rito Escocês Antigo e aceito dos países baixos para a iniciante Maçonaria no Império do Brasil. O

artigo resgata este personagem que foi um dos primeiros a defender o término do regime de escravizados no Brasil.

Pimenta Bueno: uma biografia sumária é o título do artigo de Manoel Gonçalves Ferreira Filho que examina aspectos biográficos de José Antonio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente. Em conclusão, o autor afirma que Pimenta Bueno “foi um liberal [...] que não desconhece os aspectos sociais, numa combinação equilibrada que mais de cem anos depois de enunciada, ainda serve de guia para homens de Estado e para os cultores do Direito”.

E José Dionísio da Nóbrega escreve sobre José Calasans Brandão da Silva, resgatando lembranças de sua convivência com o professor e historiador sergipano que fez carreira na Bahia. O título do artigo, que encerra a segunda parte da Revista, é **Calasans, Mestre e Amigo**, um depoimento sobre o professor Calasans.

Na sequência, o leitor encontrará o artigo **Agenda Cultural do IGHB em 2024**, texto assinado por Cleide Nunes que descreve os eventos culturais promovidos pelo IGHB ao longo do ano em que se comemora os seus 130 anos, demonstrando o quanto esta instituição tem produzido, preservando e divulgando nossa história.

O **Relatório da Biblioteca, a Relação dos Associados** e as **Normas de Publicação** encerram esta edição da *Revista do IGHB*, volume 119, 2024.

Que tenham uma boa leitura!

Artigos

O IGHB E A HISTÓRIA DO FUTURO

Joaci Góes¹

O próprio nome Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB – é exaustivamente compreensivo dos temas que constituem o objeto central de sua finalidade – a Geografia e a História – oscilando, apenas, na abrangência do seu interesse que, compreensivelmente, diminui de intensidade, partindo do regional para o universal, com passagem muito atenta pelas dimensões nacionais.

A fidelidade com que as diferentes diretorias do IGHB atuaram na realização desse propósito, desde sua criação no já longínquo ano de 1894, até nossos dias, explica a consolidação do prestígio da Casa da Bahia como guardiã de nossa memória histórica em ambos os domínios de sua vigilante e perene missão. Desde sempre, palestras, seminários, exposições, lançamentos de livros, concertos musicais e celebração de nossas datas cívicas compõem o histórico cardápio cultural desta honorável instituição, cuja diretoria, em sua totalidade, opera sem qualquer tipo de remuneração, salvo a imaterial honraria

¹ Joaci Góes é Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

de dedicar parte do seu tempo a manter em atividade este memorial vivo de nossas mais caras tradições, como tão bem exposto na tese de doutoramento do professor Aldo José Morais Silva, intitulada *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – origem e estratégia de consolidação nacional*, em que sustenta que o IGHB foi a mais importante instituição cultural da Bahia, desde sua fundação, até 1946, quando foi fundada a UFBA. No ano passado, 2023, entre as festividades pelo transcurso do bicentenário da consolidação da Independência do Brasil, que se deu na Bahia em 2 de julho de 1823, incluiu-se o centenário da sede atual do IGHB, edificada pela criatividade militante de Bernardino de Souza, baiano notável, nascido no vizinho estado de Sergipe, projeto do arquiteto italiano Julio Conti, festejada como a maior estrutura em concreto armado no Norte e Nordeste do Brasil, até então. A atual sede do Instituto foi construída com subscrição pública, em campanha liderada pelo geógrafo e então secretário Bernardino de Souza. Antes disso, o IGHB funcionou em outros cinco espaços: no Largo 2 de Julho; na Rua do Palácio; na Rua da Misericórdia; na Praça do Terreiro de Jesus e na Rua Alfredo Brito.

Com pompa e circunstância, nossa honorável instituição sediou memoráveis eventos relacionados à sua imprescindível missão de garantir o conhecimento pelas novas gerações do legado maior dos seus antepassados, motivando-os a se empenharem no sentido de assegurar, minimamente, igual desempenho, na missão comum de edificarmos nossa grandeza coletiva.

Registramos, como destacada ocorrência, o fortalecimento da parceria com a Assembleia Legislativa da Bahia, graças à sensibilidade do Presidente Adolfo Menezes, na edição de livros raros e preservação do acervo histórico de nossa vetusta Instituição. Entre as mais marcantes reedições, destacamos *A Bahia nas Cortes de Lis-*

boa (Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho); *A Batalha de Pirajá* (Miguel Calmon Du Pin e Almeida, 1923); *Cartas de Dom Pedro a seu pai Dom João VI* (Eugênio Egas, 1916); *Recordações da Vida Patriótica* (Antônio Rebouças, 1879); *Ensaio Histórico sobre a Independência* (Xavier Marques, 1942), além de uma seleção de artigos publicados na Revista do Instituto, de notórios pesquisadores e estudiosos baianos, como Braz do Amaral, João da Silva Campos, Theodoro Sampaio, Wanderley de Pinho, Barão de Loreto, Bernardino de Souza, Edith Mendes da Gama e Abreu, Miguel Calmon, Carlos Chiacchio, Afrânio Peixoto, Jaime de Sá Menezes, Pedro Thomás Pedreira, Manuel Querino, Jorge Calmon, Clemente Mariani, Frederico Edelweiss, Satyro Dias, Borges de Barros, Aloísio de Carvalho Filho, Afonso Costa e Inocêncio Góes.

Outra alvissareira notícia é que o Pavilhão 2 de Julho, objeto de histórica parceria com a Fundação Gregório de Matos, sob a direção do teatrólogo Fernando Guerreiro, recebeu obras de requalificação em homenagem à data magna, cuja viabilização resultou da sensibilidade e decisivo apoio do Prefeito Bruno Reis. No imóvel, localizado no Largo da Lapinha, sob a guarda do IGHB desde 1918, agora sob comodato à PMS, foi possível executar intervenções que incluíram a instalação de um memorial com visitação pública, ao longo de todo o ano. Além da restauração dos carros e das imagens do Caboclo e da Cabocla, realizada pelo artista plástico e restaurador José Dirson Argolo, uma exposição sobre a independência do Brasil na Bahia e seus principais símbolos, personagens e acontecimentos, também está presente no espaço que passou a contar com três pavimentos, abrigo de elevador, sanitários, área de exposição e sala administrativa.

Até o momento em que escrevemos estas linhas, somam-se às realizações já concretizadas e constantes de rol exaustivo em nosso site, atividades em curso, as mais marcantes das quais elencamos abaixo:

Continuidade do programa regular de eventos, simultaneamente presenciais e remotos, cobrindo a diversificada gama temática de nossa histórica missão, como constantes do nosso site; *www.ighb.org.br* e nas redes sociais @ighbahia. O IGHB é uma das instituições apoiadas pelo programa *Ações Continuadas a Instituições Culturais*, iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult-BA), através do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA). A casa funciona de segunda a sexta, das 13h às 18h;

Criação de novas medalhas do mérito, com os nomes de vultos desaparecidos, a serem concedidas a pessoas ou organizações que se tenham distinguido em campos valorizados pelos respectivos patronos, como os saudosos professores Roberto Santos, Edvaldo Machado Boaventura, Cid Teixeira, João Eurico Mata, Luís Henrique Dias Tavares, Waldir Freitas de Oliveira, e personalidades notáveis como Luiz Tarquínio, Teodoro Sampaio, os irmãos Rebouças, Manoel Querino, Juliano Moreira e muitos mais;

O *Projeto Leitura sem Fronteiras* promove a máxima circulação de livros que jazem inúteis nas prateleiras de milhões de residências, Bahia e Brasil afora, mediante o indispensável e crescente engajamento da sociedade civil através de doações de obras literárias, clássicas, científicas, filosóficas, religiosas, poéticas, românticas, históricas, dentre outros estilos literários. Os livros doados serão distribuídos a quem tiver interesse em integrar esse mutirão cultural, inclusive nas unidades prisionais. O *Projeto Leitura Sem Fronteiras*, capitaneado pelo IGHB, estende-se a todos os ambientes de acesso público, de modo que as instituições

públicas e privadas, interessadas em participar do projeto, podem entrar em contato com o e-mail leiturasemfronteiras@ighb.org.br;

Não obstante o peso histórico e a tradição artística da Bahia, estamos na iminência de comprometer nosso saber na sofisticada área de recuperação de obras de arte, pelo encerramento das atividades desse ensino, tão necessárias para o atendimento de crescentes necessidades da Bahia nesse sofisticado setor. Para obviar esse potencial risco, o IGHB vai reunir o que houver de conhecimento e equipamentos nessa área, com vistas a dar continuidade à formação de profissionais habilitados a assegurar a preservação e recuperação de nosso acervo artístico e histórico, sob a supervisão geral do professor e restaurador José Dirson Argolo. O acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é de grande importância para a história baiana e brasileira, por retratar fatos e personagens que tomaram parte no desenvolvimento social de nosso povo. Em sua pinacoteca, constituída de quase duzentas obras, pode-se admirar retratos de D. João V, D. João VI, D. Pedro I, D. Leopoldina, D. Maria Amélia, D. Pedro II, D. Tereza Cristina e vários outros, além de condes, viscondes e barões do Recôncavo. Merecem destaque na pinacoteca os retratos de heróis da Independência da Bahia, Soror Joana Angélica, Maria Quitéria e Lord Cochrane. Importantes obras retratando governadores da Bahia, generais, cavalheiros e damas do período colonial, imperial e republicano, também integram a coleção do Instituto, bem como intelectuais baianos como Rui Barbosa, Castro Alves, historiadores, escritores, pintores etc. Há também obras sacras e imagens iconográficas da cidade do Salvador, de grande valor documental. Os mais expressivos pintores baianos do séc. XIX estão representados nestas pinturas, entre eles, João Francisco Lopes Rodrigues, Manoel Lopes Rodrigues, José Antônio da Cunha Couto, José Rodrigues Nunes de considerável qualidade técnica. Do séc. XX, destacam-se Presciliano

Silva, Vieira de Campos, Rescala, Emídio Magalhães, Robespierre de Farias, sem falar nos nomes nacionais como Antônio Parreiras e os estrangeiros Miguel Navarro e Canizares, Vienot e Morrisset, Ernest Penit e Auguste Petit;

Dentre outras ações e atendimentos ao público, o Instituto disponibiliza visita guiada para que o visitante conheça a instituição, sua arquitetura e rico acervo, estabelecendo um diálogo com as questões da contemporaneidade. Esse contato, individual ou em grupo, visa abordar a historicidade de cada peça trazendo para os nossos dias algumas questões sociais, comportamentais e artísticas inseridas no processo do conhecimento;

Digitalização da hemeroteca do IGHB, composta de jornais e revistas publicados ao longo de mais de um século, de modo a assegurar sua consulta, *on line*, em escala universal;

Realização de congressos de História e Geografia, de alcance nacional;

A organização do Museu da Libertação, no Solar Boa Vista, onde Castro Alves residiu, resgatando débito histórico da Bahia e do Brasil com a memória dos irmãos africanos escravizados ao longo de três séculos, aguarda a cessão, pelo Estado da Bahia, do Solar Boa Vista de Brotas, propriedade de grande traficante de escravos, vendida aos pais de Castro Alves que ali escreveu alguns dos seus mais famosos poemas, ao lado de Eugênia Câmara, o grande amor de sua curta vida.

A mais dessa agenda ortodoxa, a atual direção do IGHB está empenhada em escrever a História do Futuro da Bahia e do Brasil, contrariando o aforismo do filósofo grego Agaton (448-400 a.C.) ao sentenciar que *Nem Deus pode modificar o passado*, criando, assim,

desafiador tema teológico, como foi objeto de alguns dos melhores sermões do Padre Antônio Vieira.

Parece haver consenso em que a Bahia e o Brasil estão entre as mais mal administradas regiões do Planeta, quando comparamos o que somos ou o que temos com o que deveríamos ser ou ter. Para decifrar esse grande enigma, a atual diretoria do IGHB decidiu conjugar esforços no sentido de contribuir para a adoção de iniciativas destinadas a modificar esse cenário de apatia consolidada, começando por atacar os pontos que consolidam o nosso atraso: saneamento básico de má qualidade e educação mendicante, em todos os níveis, como é do conhecimento geral.

Para viabilizar tão ambicioso desiderato, estamos construindo alianças com entidades públicas e privadas que estejam abertas a essa parceria de grande potencial sinérgico, como prefeituras, Governo do Estado, escolas públicas e privadas, inclusive universidades, e entidades de classe, a exemplo das federações industriais, comerciais e agrícolas, buscando elevar o padrão do que já se faz e abrindo novas fronteiras entre as quais desponta a economia do mar, no território de nossa Amazônia Azul, com mais de cinco milhões de km².

Humanos e frágeis que somos, se, diferentemente de Deus, estamos sujeitos à inelutável trilogia sequencial de passado, presente e futuro, como, acertadamente, ponderou Agaton, podemos, porém, escolher um novo início, de modo a assegurar um futuro de progresso para todos, como, ansiosa e legitimamente, toda a sociedade baiana e brasileira, legitimamente, aspira.

A HEMEROTECA DO IGHB

Nelson Varon Cadena¹

RESUMO

A hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB nasceu como um puxadinho da biblioteca. Sofreu o impacto de um sinistro, no seu primeiro vintênio de atividades, desfalcando a maior parte do acervo de periódicos, até então constituído, consumido pelo fogo. E continuou sendo um puxadinho por quase um século.

Parte das coleções não foram catalogadas, nesse longo período, e as que foram integravam um catálogo geral, contendo fichas de títulos de periódicos, misturadas com as dos livros, guardadas em um arquivo de aço.

Com o transcorrer dos anos, em especial neste século, ganhou protagonismo. Atualmente, desde 2018, mais de 70% das consultas dos usuários da Biblioteca Ruy Barbosa são de jornais e revistas e o restante de livros, segundo os relatórios da entidade, da última década publicados na Revista do IGHB.

Neste artigo destacamos a origem do neologismo que denomina as coleções de jornais e revistas; como se formou o acervo do Instituto; as primeiras doações e os doadores; o padrão das publicações ofertadas; as perdas com

¹ Jornalista e escritor

o incêndio de 1913; seu diferencial em relação a outras hemerotecas do Estado, na conservação das coleções, e destacando os principais títulos que compõem a hemeroteca, dos séculos XIX e XX, incluindo a imprensa do interior.

UM NEOLOGISMO PARA ATENDER A GLOBALIZAÇÃO

Se este artigo tivesse sido escrito na década de 1970, seria um disparate de minha parte denominar o depósito de publicações periódicas de hemeroteca.

O neologismo era corrente nas academias e centros culturais de Madrid e Lisboa, desde a década de 1920. No Brasil tentou-se emplacar a denominação, em meados da década de 1930, não vingou a iniciativa de Manoel Cícero e Mário Bhering, diretores da Biblioteca Nacional.

Benjamim Franklin de Ramis Galvão, Barão de Ramiz, ilustre filólogo e professor de grego, ex-diretor da Biblioteca Nacional que durante a juventude fora o tutor do Príncipe Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, se insurgiu contra essa tentativa de rotular o depósito de periódicos com o vocábulo estrangeiro.

E explicava o motivo: “O vocábulo hemeroteca procede de dois substantivos, grego *Bemera*, dia, e *Theke*, depósito. Consequentemente, de acordo com a sua etimologia, só e só pode significar – um depósito de dias – evidentemente absurdo”. Considerou inaceitável. O professor Ramiz propôs etimologia parecida, denominar as coleções de jornais e revistas de hemeroteca. Também um neologismo, mas, no seu entender, com um sentido mais adequado.

Hemerioteca, justificou, deriva do grego *Hemerion*, variante poética do *Bemereision* que teria o mesmo significado de publicação diária. Admitia que os neologismos “são indispensáveis, ninguém

mais duvida” e acrescentava “coisas novas reclamam novos nomes”. Essa parte da justificativa não entendi: denominar de coisa nova, em 1935, uma coisa antiga? Coleções de jornais e revistas já existiam no Brasil, desde a segunda década do século XIX.

Até a década de 1970 o vocábulo praticamente não era utilizado por jornalistas e mesmo pesquisadores, prevalecia a denominação original de depósito de periódicos. Daí por diante o neologismo foi se popularizando no meio acadêmico e bem mais tarde, na mídia. Na Bahia, a denominação técnica, chamemos assim, se consolidou a partir do curso de Biblioteconomia e Documentação, da UFBA, mas somente na década de 1980 algumas instituições a adotaram, internamente. Hemeroteca para o público é coisa mais recente e, ainda hoje, um termo não popularizado.

A TRAGEDIA DAS HEMEROTECAS BAIANAS

Em apenas oito anos, o período compreendido entre 1905 e 1913, a Bahia perdeu os seus mais valiosos acervos de jornais e revistas, consumidos pelo fogo. O primeiro sinistro, em 2 de março de 1905, atingiu a biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia; a sua coleção de periódicos compreendia, além dos periódicos locais, publicações estrangeiras: revistas técnicas de países europeus e dos Estados Unidos, valioso acervo formado na troca de exemplares com a Gazeta Médica da Bahia, durante quatro décadas. As chamas começaram no baixo do pavilhão principal, rapidamente se alastraram destruindo a seleta biblioteca da faculdade. Os bombeiros acudiram rapidamente, mas a velha bomba de água, a vapor, só funcionou após duas horas de iniciado o fogo.

Em 10 de janeiro de 1912 as balas de canhão disparadas do Forte de São Marcelo em direção à Praça Municipal e Rua Chile, atingiram

o flanco direito do Palácio do Governo, provocando um incêndio, no episódio que passou para a história como Bombardeio da Bahia, deflagrado no impasse político que resultou na eleição de J. J. Seabra. O fogo destruiu as coleções de jornais e revistas que se achavam depositadas, sem nenhum critério de arrumação, justamente nesse flanco do prédio. A Biblioteca Pública da Bahia ocupava esse espaço, já fazia um ano, cedido provisoriamente para a instituição enquanto aguardava a boa vontade do poder público para lhe disponibilizar um espaço definitivo.

No Terreiro de Jesus, em setembro de 1913, um incêndio criminoso, provocado por um funcionário da Casa, danificou o prédio sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, o sobrado que tinha sido residência do banqueiro, Joaquim Elísio Pereira Marinho-Barão de Guahy, destruindo quase todo o acervo de livros, periódicos e documentos da instituição. Perderam-se valiosas coleções de jornais e revistas, doadas pelos associados e pelas redações das publicações periódicas que circulavam desde 1894, ano de fundação da entidade, ou seja, 19 anos de acervo regular constituído.

O Instituto paralisou suas atividades durante um ano e, no seu retorno, Braz de Amaral expôs a ferida, informando a perda de valiosas coleções de jornais e revistas, citando nominalmente as do Correio Braziliense, primeiro periódico editado em português, por um brasileiro, Hipólito da Costa, de 1808 a 1822, e a do Idade d'Ouro do Brasil, primeiro jornal baiano, editado de 1811 a 1823. “O criminoso juntou papéis, porções de jornais colecionados, em três ou quatro pontos diversos da casa, para lhes atear fogo com melhor certeza do resultado... Dalí tirei entre cinzas quentes, fragmentos inéditos de alta importância”, relatou o historiador na sessão especial de reinauguração do Instituto em 15 de novembro de 1914.

Não foi apenas Braz de Amaral que meteu as mãos nas cinzas quentes para salvar documentos e publicações, também o secretario perpetuo da entidade Bernardino José de Souza, na época primeiro secretário da diretoria, contou o professor José Nilton Carvalho Pereira, orador oficial, na solenidade em que se comemorou 129 anos da instituição, realizada em 17 de maio de 2023.

Três outros acervos de jornais e revistas se organizaram em Salvador, nas últimas décadas do século XIX, menos representativos na diversidade de títulos e quantitativo, do que os do IGHB e da Biblioteca Pública: o do Arquivo Público da Bahia, formado a partir de 1890, basicamente por jornais diários da capital e alguns semanários e mensários do interior; o do Gabinete Português de Leitura, constituído a partir de 1873, com prioridade para as revistas francesas, portuguesas e inglesas e algumas brasileiras – conheci esse acervo em precário estado de conservação na década de 1980, hoje não restou quase nada dessas publicações – e o do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, formado a partir de 1894, com ênfase em jornais diários, incluindo o Diário Oficial, e volumes encadernados da Era Nova, jornal dirigido pelo Padre, e posterior Monsenhor, Manoel Aquino Barbosa.

A FORMAÇÃO DO ACERVO

A criação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1894, após a divulgação de seus estatutos e a repercussão na imprensa local e nacional, motivou os baianos residentes aqui e na capital do país e outras instituições congêneres a fazerem doações para a formação do acervo da entidade que previa um museu, arquivo, uma biblioteca e nela inserida um depósito de periódicos. Documentos, medalhas, insígnias, artefatos relacionados à Guerra do Paraguai, moedas de vários países, cédulas, selos postais, mapas antigos, armas, objetos

da história natural; “objetos de culto fetichista” (provavelmente símbolos do Candomblé); pedras e cristais; ossos de baleia; um pedaço de madeira petrificada, foram algumas das ofertas registradas nesses primórdios da entidade.

Uma das mais curiosas ofertas foi do futuro governador da Bahia (1928-30) e vice-presidente eleito da República (1930) que não chegou a tomar posse por causa da revolução de 1930, Vital Soares, em 1897, então com 23 anos de idade, sócio do IGHB. O então estudante da Faculdade de Direito doou uma lata com areia de Valença, sua cidade Natal, uma machadinha de pedra e uma piraúna (ouriço do mar), seguramente que das praias do Guaibim. Fora os objetos destinados ao museu e arquivo, houve uma apreciável doação de livros e alguns periódicos. A hemeroteca nasceu com a doação de exemplares da Revista de Instrução Pública de 1870 e 1871, da Bahia, e da Revista Brasileira, do Rio de Janeiro, ofertas do sócio Glycerio Velloso da Silva.

Nos três primeiros anos de atividades do IGHB a hemeroteca foi enriquecida com 42 títulos de jornais e revistas e um número não registrado, e títulos não informados, de periódicos franceses (provavelmente, dentre outros, de *Le Petit Journal* e *Le Illustration*, as revistas francesas que os brasileiros liam naqueles idos e que ainda hoje se encontram exemplares a venda nos sebos do Brasil e da Bahia). A destacar, entre esse contingente de doações, as coleções encadernadas dos principais jornais diários de Salvador e alguns semanários e mensários, oferta da Associação Comercial da Bahia. E exemplares avulsos de vários periódicos, doação das senhoras Leolinda Ferreira de Amaral Tavares e Rita do Amaral.

Vale distinguir, nesse acervo de exemplares avulsos, das senhoras referidas, a coleção completa da revista ilustrada *O Faísca* (1885-86) que se salvou do incêndio de 1913 e que ainda hoje integra a hemero-

teca do Instituto e é uma de suas preciosidades. Uma raridade. Não conheço nenhuma coleção completa de *O Faísca* em nenhum outro arquivo, ou biblioteca brasileira. Publicação esta redigida por Raimundo Bizarria e pelo poeta Alexandre Fernandes, abolicionistas militantes, e ilustrada por Fortunato Soares dos Santos, aluno de Cañizares na Escola de Belas Artes, uma das melhores revistas do gênero editadas no Estado, no século XIX.

OFERTAS PARA A HEMEROTECA DO INSTITUTO 1894 A 1896.

Títulos	Doadores	Ano
Revista Brasileira. Um exemplar	Glycerio José Velloso da Silva	1871
Revista da Instrução Pública da Bahia. Exemplares avulsos	Glycerio José Velloso da Silva	1870/18 71
Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (*)	José Arthur Montenegro, sócio correspondente	1895
Almanak Comercial do Rio Grande do Sul (*)	José Arthur Montenegro, sócio correspondente	1895
Boletim do Instituto Geográfico Argentino. 15 volumes. Diversos períodos.	Instituto Geográfico Argentino	1883 a 1894
Almanak do Ministério de Guerra do Rio de Janeiro	Dr. Mello Mattos	1878-1883
Gazeta Médica da Bahia	Dr. Pacífico Pereira	1876-1894
O Domingo. 4 exemplares	Da redação	1895
Revista do Norte. 3 exemplares (**)	Da redação	1895
Coleções encadernadas de O Estado da Bahia, Diário da Bahia, Correio de Notícias, Pequeno Jornal, Revista Comercial, Diário de Notícias, Monitor Católico	Associação Comercial da Bahia	Diversos

O Genio e a Arte, O 1º de Maio; A República Federal, 42 exemplares; A Lei; O Combate, 5 exemplares; O Eclesiástico; o Vulgarizador; Pantheon do Brazil; A Evolução; Revista Popular; A Gazeta Acadêmica (anos 1885 e 86); A Locomotiva; Bahia Ilustrada; O Faísca (anos 1885 e 86); A Ilustração Bahiana; O Phenix; O Lápis; A Palmatória	D. Leolinda Ferreira de Amaral Tavares e D. Rita do Amaral, do espólio dos maridos Constantino do Amaral Tavares e Dr. Affonso Ignácio de Oliveira Rocha.	Diversos
Jornais franceses	D. Leolinda Ferreira de Amaral Tavares e D. Rita do Amaral.	Diversos
A Crônica Religiosa, Semana Religiosa; Monitor Catholico; Leituras Religiosas; Ecco de Roma; O Brazil	Virgílio Della Cella, do acervo que pertenceu ao Cônego Joaquim Tito Galvão.	Diversos
The Saturday Review. 6 volumes	Henrique Ferreira Pontes	1880-82
A Aurora Escosseza, jornal maçônico	Dr. Frederico Lisboa	Sem registro

(*) Editado e distribuído em 1894

(**) Substituiu O Domingo que era dirigido por Antônio Philadelpho de Almeida e redigido por Vespasiano Tourinho. A revista do Norte passou a ter direção do inglês Sidney Fisher.

A partir de 1897 e até 1910 a hemeroteca é enriquecida com muitas publicações estrangeiras, da Argentina, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, México, Peru, Portugal, Suécia, Suíça e Uruguai. Em especial os boletins das Sociedades Geográficas de Anvers, Buenos Aires, Bordeaux, Genova, Lima, La Paz, Lisboa, Madrid, Marselha, México, Nova Iorque, Paris, Quebec, Washington e algumas científicas como as revistas do Museu da Plata, Museu de Arqueologia do México, The Smithsonian Institution de Washington, Universidade de Califórnia, Repúblicas Americanas de Washington, Academia de Antiguidades da Suécia, Boletim da Universidade de Geologia da Califórnia, dentre outras.

1910 foi um ano em que o acervo de periódicos e revistas do IGHB ganhou um apreciável volume de doações, a maioria ofertas das próprias redações dos periódicos, o que pressupõe um amplo intercâmbio dos diretores do instituto e alguns sócios com instituições científicas, geográficas, acadêmicas, do Brasil e do mundo. Nesse intercâmbio, como era de praxe na época, o Instituto remetia a sua revista para essas entidades, digamos congêneres. Há registros de agradecimentos pela remessa da nossa revista do *The Smithsonian Institution* dos Estados Unidos e da *Société Royale Belge de Géographie*. Entre as coleções doadas no ano referido, destacamos os volumes encadernados ofertados pelo sócio Arthur de Mello Mattos das revistas *O Malho* (7 volumes), *Fon-Fon* (3 volumes) e *Careta* (1 volume).

Na diretoria do Instituto integravam a comissão de redação da revista, responsável segundo os estatutos também pela formação do acervo de publicações: o médico e político Satyro de Oliveira Dias, o secretário do IGHB, coautor com Alfredo Carvalho dos Anais da Imprensa Baiana, João Nepomuceno Torres e Joaquim dos Reis Magalhaes. Nepomuceno Torres conhecia como ninguém os acervos de periódicos da Biblioteca Pública e do IGHB, este constituído na primeira década de atividades da entidade. Antecipou na revista do Instituto a publicação de parte do catálogo definitivo que formou a obra referida.

Mais de 85% dos periódicos relacionados por Nepomuceno e Carvalho, nos Anais da Imprensa Baiana, 1760 títulos, publicado em 1911, desapareceram nos incêndios aqui mencionados.

QUANTITATIVO DE TÍTULOS DE PERIÓDICOS DOADOS AO IGHB EM 1910

Títulos	Quantitativo de títulos
Periódicos nacionais	45
Periódicos estrangeiros	39
Periódicos de Salvador	11
Periódicos de edição de origem não identificada (BR ou BA)	6
Periódicos do interior da Bahia (*)	1
Total	102

Obs: Não consta deste quadro o acervo doado por Aloysio de Carvalho, de jornais e revistas, não especificados os títulos, quantitativos e nem a origem geográfica das publicações.

(*) A Opinião de Barra do Rio de Contas, números 1 a 21 de 1909/1910

PERIÓDICOS DO INTERIOR DO ESTADO

Ao longo de seus 129 anos de atividades a hemeroteca do Instituto formou um acervo de periódicos de 41 municípios, a maioria de periódicos lançados a partir da década de 1920 e com títulos de pouca representatividade. Do século XIX, apenas quatro jornais, três deles de Cachoeira: A Verdade, A Ordem e O tempo e um de Feira de Santana, O Propulsor, na sua face inicial, 1896.

A hemeroteca possui atualmente coleções e exemplares avulsos de jornais de 41 municípios baianos: Agua Preta, Alagoinhas Amargosa, Aracy, Areia, Barra, Belmonte, Cachoeira, Canavieiras, Conceição de Almeida, Coité, Condeúba, Feira de Santana, Ilhéus, Inhambupe, Itaberaba, Itabuna, Jacobina, Jaguaracy, Jaguaquara, Jequié, Juazeiro, Maragogipe, Muritiba, Nazaré das Farinhas, Paripiranga, Piranguí, Poções, Pojuca, Rio de Contas, Ruy Barbosa, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro, Santo

Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Serrinha, Terezinha, Valença e Vitória da Conquista.

Desse acervo cabe destacar a coleção dos jornais cachoeirenses que são raros e escassos nas outras instituições culturais, inclusive no Arquivo Público daquele município e no de São Félix. O acervo disponibiliza *A Verdade* de 1880 e 1883, jornal fundado por José Vieira Ferreira Formiga, o virulento redator de *A Formiga*, metamorfoseado num escriba equilibrado; *O Tempo* de 1887, também um veículo fundado por Vieira Formiga; *O Americano*, o jornal liberal de Manoel Cardoso da Silva, do período 1867-70 e *A Ordem*, o dito decano da imprensa do recôncavo, órgão conservador, de José Ramiro das Chagas, de 1878.

O mais representativo desse acervo de jornais é sem dúvida O Propulsor de Feira de Santana, jornal monarquista fundado em 1896 e que depois se transferiu para São Félix, quando passou a ser redigido pelo abolicionista Sérgio Cardozo. A coleção do Instituto é a mais completa das raras existentes; encontram-se exemplares avulsos na Biblioteca Pública dos Barris e no Museu Casa do Sertão de Feira de Santana. Os jornais interioranos não tiveram dentro da casa o mesmo cuidado dos jornais de Salvador ao longo da história, a maioria ficava numa área úmida, edições completas se deterioraram, grudaram as páginas. Foram descartados no primeiro decênio deste século.

GARIMPANDO NA HEMEROTECA

O acervo de periódicos do Instituto conservou, graças à encadernação dessas coleções, e (infelizmente) ao pouco uso delas, algumas raridades que vale destacar. A coleção de *O Óculo Mágico* é uma delas, jornal que circulou na Bahia de 1866 a 1868. Satírico e com

boas referências da Guerra do Paraguai e de nossas festas populares. Durante mais de vinte anos eu fui o único a consultar esse periódico, segundo o registro de uma ficha manual que era inserida dentro do volume, depositada na guarda da segunda capa.

A coleção de *O Noticiador Católico*, editado de 1848 a 1855, periódico da Arquidiocese de Salvador, é outra joia do acervo. Foi pesquisando nessa coleção que eu descobri o registro mais antigo na mídia até hoje localizado da Festa da Boa Morte de Cachoeira. O Alabama, periódico que ganhou projeção entre os pesquisadores, nas últimas décadas, graças ao trabalho do brasilianista, Dale T. Garden, e as pesquisas do professor Jaime Sodré, é outra preciosidade da coleção do Instituto. Outras hemerotecas baianas e brasileiras dispõem apenas de exemplares avulsos. O periódico foi recuperado recentemente.

O Instituto possui ainda a única coleção, provavelmente do mundo, do jornal santamarense *O Rabecão*, de 1847, que sequer consta dos *Annaes da Imprensa da Bahia*. Nenhum acervo público possui exemplares deste jornal que inflamou a política do município com artigos extremamente agressivos, contundentes, grosseiros, linguagem chula inclusive. Jornal de oposição. É o campeão de insultos impressos, na Bahia, se cabe aqui essa expressão.

Outros títulos de destaque na hemeroteca são as coleções da revista *Renascença e Bahia Ilustrada*, ambas com excelente qualidade gráfica e com um respeitável acervo de imagens da Bahia, cenários, empresas, personagens. Foi na *Renascença* do IGHB que fiz duas importantes descobertas: a foto da inauguração da Rádio Sociedade da Bahia no Palacete Mercuri, em 1924 e, no mesmo ano, a foto da irmã Dulce, então com dez anos de idade, entregando uma *Corbeille* de flores ao governador Góes Calmon. Na época, compartilhei as fotos com pesquisadores dos temas correlatos e anos depois as publiquei. Já, a

Bahia ilustrada, editada no Rio de Janeiro, se destaca pelas ilustrações de personalidades baianas que enriqueciam as suas matérias de capa.

A coleção da revista *A Fita* é outra das joias do acervo. A publicação ilustrada pelo célebre pintor Manoel Ignácio de Mendonça Filho e pelo aquarelista Francisco Mangabeira Albernaz, contava entre seus colaboradores com Arthur de Salles, o poeta imortal da Academia Baiana de Letras e o historiador Affonso Ruy. Outras publicações da hemeroteca, a destacar, são a *Revista Popular*, *O Século*, *O Neto do Diabo* e da grande imprensa as coleções da década de 1880 do Diário da Bahia, em relativo bom estado de conservação, diferente das coleções do Diário, no acervo da Biblioteca Pública, indisponíveis para pesquisa e praticamente irrecuperáveis.

Também da chamada grade imprensa constam do acervo coleções do Diário de Notícias, Correio de Notícias, Jornal de Notícias, A Bahia, Estado da Bahia, A Noite, Gazeta do Povo, O Norte, O Imparcial, dentre os jornais antigos e, dentre os contemporâneos, de A Tarde, A Tarde Municípios (suplemento semanal de A Tarde), Jornal da Bahia, Tribuna da Bahia, Correio da Bahia, hoje denominado Correio e Bahia Hoje. São mais de 5.500 volumes encadernados, segundo levantamento realizado pelo Instituto, em 2015.

Entre os jornais diários a hemeroteca do IGHB possui também uma apreciável coleção do Diário Oficial do Estado, não chega a ser um diferencial. Várias instituições baianas possuem essas coleções: Os Arquivos Público e Municipal, Biblioteca Pública, Assembleia Legislativa, para citar algumas.

VARGAS LLOSA NA HEMEROTECA

A Guerra do Fim do Mundo, um dos sucessos da obra do prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa nasceu da leitura de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, se consolidou e ganhou corpo na hemeroteca do IGHB e na viagem do escritor aos sertões da Bahia. Vargas Llosa chegou em Salvador no final de 1979, aqui permaneceu vários meses, hospedado no apartamento do acadêmico Antônio Simões Celestino da Silva, no Corredor da Vitória. Durante várias semanas compareceu diariamente ao Instituto para pesquisar jornais antigos, dentre os quais a coleção do jornal monarquista O Propulsor, de Feira de Santana. O presidente da entidade, Thales de Azevedo, lhe reservou uma sala para que pudesse trabalhar sem ser incomodado.

Colaborei com Vargas Llosa, cedendo as minhas referências de pesquisa sobre o tema nos jornais baianos o que facilitou ao administrador do Instituto Leonídio Senna, a seleção dos exemplares, a maioria não catalogados, e o apresentei aos padres Capuchinos, na Igreja da Piedade, onde colheu registros iconográficos, nos álbuns de fotos dos religiosos. O escritor fez anotações do próprio punho numa espécie de caderneta, na colheita dos elementos para a construção do romance histórico com personagens reais e figurados. Em 1981, o romance ganhou o mercado editorial do Brasil e do mundo. O Instituto, que ironia, não possui nenhum exemplar da obra.

ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

A hemeroteca do IGHB, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição desde sua fundação, possui a mais bem conservada coleção de periódicos, dentre as instituições baianas. A encadernação é um de seus diferenciais. O que parece imprescindível

para a conservação de impressos em papel, não foi cumprido por outras instituições, a exemplo da Biblioteca Pública que possui o maior acervo de periódicos do Estado no quantitativo e no qualitativo, mas boa parte em precário estado de conservação, em especial as coleções dos jornais diários da segunda metade do século XX e das duas décadas do século atual.

Estes deixaram de ser encadernados, desde a década de 1970, mais de meio século transcorrido. Os jornais são dobrados ao meio, amontoados os exemplares do mês, o conjunto amarrado com papel bobina e o “pacote” com uma corda. O resultado é a quebra dos exemplares com o tempo de uso e o esfrelamento das coleções. No IGHB, todas as coleções dos jornais diários, antigos e contemporâneos, são encadernadas regularmente. Preserva o acervo e facilita a vida do pesquisador. As coleções de revistas, também são encadernadas, as antigas com melhor acabamento. Algumas já vieram encadernadas pelo doador.

Os jornais mais requeridos pelos usuários são *A Tarde* e o *Diário Oficial do Estado*. E entre as revistas não há uma preferência. Uma das razões é que não existe um catálogo organizado, completo, dessas publicações. E muitas, encadernadas, estão nas prateleiras de livros. Para acessá-las o pesquisador precisa saber o título, que deseja, ter uma referência de busca preestabelecida. O ideal seria ter a relação de títulos com suas respectivas datas. A partir da data de publicação e do foco da pesquisa, o usuário poderia identificar periódicos úteis a sua consulta

OS USUÁRIOS DA HEMEROTECA

Pesquisadores da Bahia, de outros estados e de outros países, sócios do Instituto e estudantes compõem o perfil dos usuários da

hemeroteca que nos últimos cinco anos ganhou uma maior representatividade. Atualmente, mais de 70% dos usuários da Biblioteca Ruy Barbosa fazem pesquisas nas coleções de jornais e revistas, invertendo a tendência de maior consulta aos livros que prevaleceu até 2015/2016.

Credito várias razões para essa inversão de prioridades: O crescimento e difusão das hemerotecas digitais brasileiras, com isso valorizando a pesquisa em periódicos e sinalizando uma tendência; o declínio da hemeroteca da Biblioteca Pública que perdeu espaço, com a fusão das salas de periódicos do dia com periódicos raros, a diminuição do efetivo de atendimento e as condições ambientais (ar condicionado quebrado há mais de sete anos) adversas; a valorização pelos pesquisadores e orientadores de pesquisas do meio acadêmico da importância dos registros na imprensa de assuntos referenciados a costumes, fatos importantes, personalidades, etc.

Outro fator que impulsionou a consulta a periódicos, sem dúvida, foi a tecnologia. A possibilidade de captar, se cabe a palavra, o tema da pesquisa, através de uma fotografia, depois baixada no computador e organizada em pastas. Embora existisse a possibilidade de fotografar com uma máquina convencional, o Instituto como outras entidades congêneres, seguia as recomendações técnicas dos especialistas em conservação e manutenção de acervos, de evitar o *flash* que causaria um dano ao periódico exposto a essa intensidade de luz. Os pesquisadores do passado preferiam a pesquisa documental e bibliográfica e pouco recorriam, com raras exceções, à pesquisa em hemerotecas. E quando identificada a notícia, ou artigo em questão, tinha de copiar a mão, numa ficha catalográfica.

No caso específico do IGHB a consulta aos acervos de periódicos se intensificou quando se iniciou o processo de catalogação, ainda que precário e incompleto até hoje, dos periódicos e revistas. Estes ficavam

no mesmo fichário dos livros, em especial as revistas encadernadas, em fichas elaboradas na máquina de escrever, com a categorização de título ou autor. Inapropriado e inacessível ao pesquisador, já que no caso do catálogo do título não identificava se livro, ou revista. A não ser quando o título identificava a palavra Revista, a exemplo de Revista do Grémio Literário da Bahia.

CONSULTAS À HEMEROTECA DO IGHB NA ÚLTIMA DÉCADA

Ano	Livros	Jornais e revistas	Usuários da hemeroteca %
2014	880	770	47%
2015	1235	1.033	46%
2016	582	503	46%
2017	1075	1.283	54%
2018	361	721	67%
2019	616	2.120	77%
2020	417	1.884	81%
2021	504	734	59%
2022	945	2.339	71%
2023	1347	3.467	72%

Fonte: Revistas do IGHB de 2014 a 2023

PERSONALIDADES ENTRE OS USUÁRIOS

No tempo em que a hemeroteca não era a prioridade de consulta alguns pesquisadores baianos que frequentavam com regularidade a casa recorriam às coleções de jornais, em especial os comunicadores, os que tinham colunas regulares, na imprensa diária, ou em outros veículos de comunicação.

Entre os usuários mais assíduos, daquela época, destacamos a escritora e folclorista Hildegardes Vianna; antropólogo e historiador Thales de Azevedo; escritora Consuelo Novaes Sampaio; escritor José Calazans; escritor e jornalista Oleone Coelho Fontes; professor, escritor e comunicador Cid Teixeira; escritor Waldir Freitas de Oliveira; professora e historiadora Consuelo Pondé de Senna; historiador Luís Monteiro da Costa; escritora Angelina Nobre Rolim Garcez; casal Cândido e Conceição da Costa e Silva; escritor João Reis; escritor Edvaldo Boaventura; professor e escritor Jaime Sodré; jornalista e escritor Renato Bandeira, escritor Waldemar Matos, dentre outros.

E, ainda, jovens estudantes de história e biblioteconomia que prestavam serviços de pesquisa para bolsistas, o caso mais notável, o da escritora Katia de Queiroz Mattoso que coordenava várias equipes, extraindo valiosos subsídios para sua obra. Igualmente bolsistas estrangeiros e de outros estados da federação que frequentaram a hemeroteca e ainda frequentam, em períodos específicos. E estagiários e profissionais de outros órgãos de pesquisa, a exemplo do IPAC, IPHAN, Santa Casa de Misericórdia da Bahia, dentre outros.

E entre os pesquisadores, no atual século, a professora e escritora Antonietta Nunes de Aguiar; escritora Socorro Targino Martinez; professor e escritor Jair Cardoso; jornalista e escritor Jorge Ramos; Jornalista e escritor Luís Eduardo Dórea; escritor Oswaldo Augusto Teixeira; escritor Normando Reis; professora e jornalista Sonia Serra; desembargador Lidivaldo Reaiche Britto; escritora Lizir Arcanjo Alves; jornalista e pesquisadora Cleidiana Ramos; professora e escritora Wlamyra Albuquerque; escritor Jaime Nascimento, dentre outros.

A relação de pesquisadores mais assíduos da hemeroteca aqui referida é frágil, reflete a minha vivência e convivência pessoal, no espaço, e a consulta a alguns pesquisadores do presente. Mas, sabemos que os mais notáveis historiadores da Bahia, mesmo os que construíram

sua obra com base em documentos e fontes de livros, em algum momento recorreram às coleções de periódicos, para esclarecer dúvidas, ou complementar referências. O caso das obras de Pedro Calmon e Walfrido Moraes sobre Simões Filho e, deste último, também o livro Jagunços e heróis. Generalizando, a propósito, todos os pesquisadores da Guerra de Canudos, Cangaço e o Coronelismo no sertão, referenciaram seus trabalhos com notícias dos jornais da época. E o professor e historiador Luís Henrique Dias Tavares, na sua *História da Bahia*, um clássico, elenca dez títulos de jornais pesquisados, na bibliografia, compreendendo o período 1891 a 1947.

ACERVO ANTÔNIO BARROS

O acervo particular formado pelo Prof. Antônio de Carvalho Assis Barros, constando de 14 mil volumes, entre livros, folhetos, catálogos, separatas, periódicos e revistas foi doado ao IGHB, em janeiro de 2018, por intermédio do sócio Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho, idealizador do projeto, que teve como objetivo dar celeridade ao tratamento técnico (catalogação, classificação, tombamento, etiquetagem, organização e armazenamento) das obras da coleção para disponibilização de consulta pública através da Biblioteca Ruy Barbosa.

A catalogação do acervo, concernente à hemeroteca, ou seja, de revistas e periódicos, foi iniciada em junho de 2020, a pandemia do COVID19 e dificuldades orçamentarias do IGHB para a contratação de estagiários comprometeram o cronograma previsto. Apesar dos imprevistos, foram catalogados em torno de 1500 fascículos de periódicos.

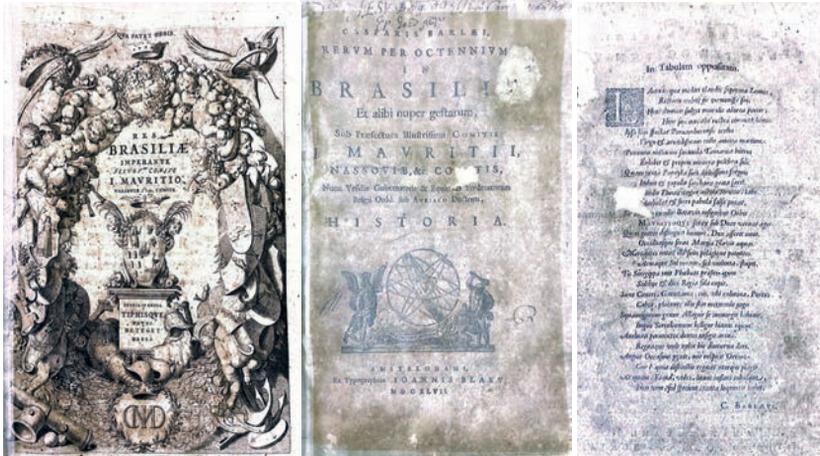
Destes, “47 títulos já estão disponíveis em versão eletrônica gratuitamente na internet, possibilitando descarte de aproximadamente

300 fascículos físicos. Ficaram pendentes de catalogação cerca de 600 fascículos de revistas por falta de elementos bibliográficos que não foram localizados nas pesquisas dos catálogos coletivos. Além destes, aproximadamente 300 fascículos de suplementos jornais brasileiros, sendo mais de 50% do Estado de São Paulo, que estão disponíveis na versão digital do Acervo no site do jornal”, informou a revista do IGHB, na sua edição 119, de 2021.



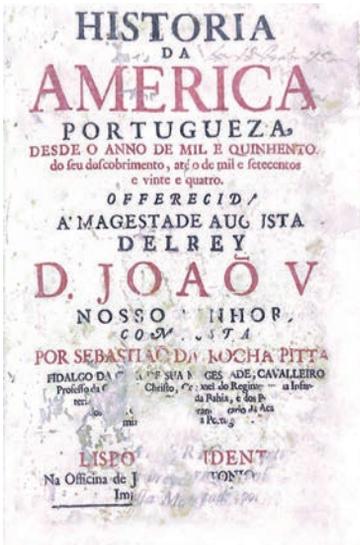
1. BIBLIA LATIM, 1579

BIBLIA, // Ad vetustissima exemplaria // nunc recens castigata, // Romaq; reuisa. // IN QVIBVS
 PRAETER E A, // Quæ subsequens Prefatio indicat, // capita singula ita versibus // distincta sunt,
 // VT NVMERI PRAEFIXI // Lectorem non remorentur, & loca quæ sita // tanquam digito
 demonstrent. // [vinheta] // VENETIIS, // Ex Officina Iuntarum. MDLXXIX. // [fio] // Cum
 licentia summi Pont. Et Privilegijs.

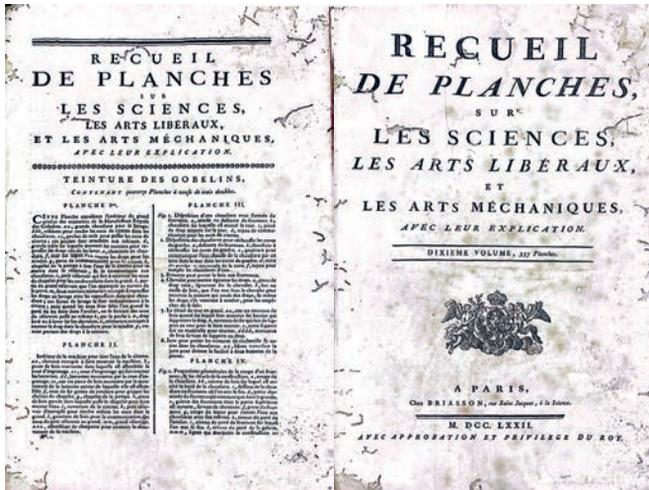


2. BAERLE, Gaspar Von, 1584 - 1648

CASPARIS BARLAEI, // RERUM PER OCTENNIVM // IN // BRASILIA // Et álibi nuper gestarum, // Sub Praefectura Illustrissimi COMITIS // Nunc Vestaliae Gubernatoris & Equitarus Foederatum // Belgii Ordd. Sub. AVRIACO Ductoris, // HISTORIA. // [brasão] // AMSTELODAMI, // Ex Typographeio IOANNIS BLAEV, // MDCXLVII. 334 p.



3. PITTA, Sebastião da Rocha, 1660 - 1738
 HISTÓRIA // DA // AMERICA //
 PORTUGUEZA, // DESDE O ANNO DE MIL E
 QUINHETOS // do seu descobrimento, até o de mil
 setecentos // e vinte e quatro, // OFFERECIDA // A'
 MAGESTADE AUGUSTA // DEL REY // D. JOÃO
 V. // NOSSO SENHOR, // COMPOSTA // POR
 SEBASTIAÓ DA ROCHA PITTA // COMPOSTA
 // POR SEBASTIAÓ DA ROCHA POTTA //
 FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE,
 CAVALLEIRO // Professo da Ordem de Christo,
 Coronel do Regimento da Infantaria da Ordenança
 da Cidade da Bahia, e dos Privillegia // dos della, e
 Academico Supranumerario da Acade - // mia Real
 da História Portugueza // [vinheta] // LISBOA
 OCCIDENTAL, // Na OFFICINA de JOSEPH
 ANTONIO DA SYLVIA // Impressor da Acade - //
 mia Real // [fio] // MDCCLXXX // Com todas as
 licenças necessárias. [24], 716 p.



4. DIDEROT, Denis, 1713 -1784

ENCYCLOPÉDIE, // ou // DICTIONNAIRE RAISONÉE // DES SCIENCES, // DES ARTS ET DES MÉTIERS, // PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES, // Mis em ondre & publié par M. DIDEROT, DE l'Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & des La Societé Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & de La Societé Royale // des Londres. // (epigrafe:) Tantúm series juncturaque Pollet, // Tantúm de médio sumptis accedit honoris! Horat. // TOME PREMIER. // [vinheta] // A PARIS, // Chez { // BRIASSON, rue Saint Jacques, à la Science, à DAVID L'ainé, rue Saint Jacques, a la Plume d'or. // LEBRETON, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de La Harpe. // DURAND, rue Saint Jacques, a Saint Landry, E ou Griffon. // [fio duplo] // M.DCC.LI. // AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY, 34 v. Texto em duas colunas.



5. DEBRET, Jean Baptiste, 1768 – 1848
VOYAGE // PITTORESQUE ET HISTORIQUE
// AU BRÉSIL, // OU // Séjour d'un Artiste français
au Brésil, // DEPUIS 1816 JUSQU'EM 1831
INCLUSIVEMENT // Epoques de l'Avènement et
de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1, // Fondateur de
l'Empire brésilien. // Dédié à l'Académie des Beaux
– Arts l'Institut de France, // PARJ. B. DEBRET,
// PREMIER PEINTRE ET PROFESSEUR DE
L'ACADEMIE IMPERIALE BRÉSILIENNE DES
BEAUX-ARTS DE RIO DE JANEIRO, PEINTRE
// PARTICULIER DE LA MAISON IMPÉRIALE,
MEMBRE CORRESPONDANT DE LA CLASSE
DES BEAUX-ARTS DE L'INSTITUT // DE
FRANCE, ET CHEVALIER DE L'ORDRE DU
CHRIST. // [fo] // TOME PREMIER. // PARIS.
// FIRMIN DIDOT FRÈRES, IMPRIMEURS DE
L'INSTITUT DE FRANCE, // LIBRAIRES, RUE
JACOB, N°24. // [fo] // MDCCCXXXIV. FORENTS
VIÈRES DU BRÉSIL + (10p)+[36]+[10]+[6]
planches + CARTE du Brésil. 3v.



6. MARTIUS, Carolus Friedrich Philipp Von, 1794 – 1868
FLORA BRAZILIENSIS // SIVE // ENUMERATIO PLANTARUM // IN // BRASILIA
// HACTENUS DETECTARUM // QUAS // CURA MUSEI CAES. REG. PALAT.
VINDOBONENSIS // SUIS ALIORUMQUE BOTANICORUM STUDIIS DESCRIPTAS // ET
// METHODO NATURALI DIGESTAS // SUB // AUSPICIIIS // FERDINANDI I // AUSTRIAE
IMPERATORIS // ET // LUDOVICI I // BAVARIAE REGIS // EDIDERUNT // STEPHANUS
ENDLICHER // ET // CAROLUS FRID. PHIL. DE MARTIUS. // [fio] // fasciculus I. // MUSCI
et LYCOPODINEAE p. 1-136. T. 1-8. // TABULAE PHYSIOGNOMICAE p. I – VIII. t. I – V. //
PRETIUM 10 Flor. Conv. Vel. 7 Thal. Bor. // [fio] // VINDOBONAE APUD FRID. BECK // ET
// LIPSAE APUD FRID. FLEISCHER IN COMM. // 1840. 37 v.

A CONSPIRAÇÃO DE 1828: REPUBLICANISMO E FEDERALISMO NA PROVÍNCIA DA BAHIA

Pablo A. Iglesias Magalhães¹

Ava Catharina de Lima Durães²

RESUMO:

A Bahia entre 1798 a 1838 assistiu um significativo número de revoltas e conflitos armados, sendo palco de duas guerras civis, iniciadas em 1822 e 1837. O pós-independência não contemplou diversos projetos, considerados mais radicais, orientados em noções de republicanismo e federalismo, que circulavam naquele contexto político e social. Apesar da historiografia contemplar diversos episódios de conflitos na Bahia, o presente texto investiga uma conspiração de cariz republicano na cidade de Salvador em maio de 1828, até o presente ignorada. Este estudo busca analisar, em linhas gerais, a natureza e objetivo da trama política, bem como identificar seus

¹ Professor Associado na UFOB, atuando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS / UFOB) e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS / UFS)

² Bacharela em História pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

personagens e as consequências desse plano, que foi interceptado pelas autoridades provinciais.

Palavras-chave: Republicanismo, federalismo, conspiração.

ABSTRACT:

Between 1798 and 1838, Bahia witnessed a significant number of revolts and armed conflicts, being the scene of two civil wars, which began in 1822 and 1837. The post-independence period did not include several projects, considered more radical, guided by notions of republicanism and federalism, that circulated in that political and social context. Although historiography includes several episodes of conflicts in Bahia, this text investigates a republican conspiracy in the city of Salvador in 1828, which has been ignored until now. This study seeks to analyze, in general terms, the nature and objective of the political plot, as well as identify its characters and the consequences of this plan, which was intercepted by the provincial authorities.

Keywords: Republicanism, federalism, conspiracy.

O ano de 1798 foi assinalado Conjuração Baiana, projeto sedicioso que buscava estabelecer uma “República Baianense”. Para o movimento concorreu setores diversos, incluindo negociantes, professores, religiosos, libertos e militares, em sua maioria soldados e oficiais de baixa patente. Entre os soldados, alguns possuíam outros empregos, principalmente os homens que compunham os regimentos militares.³ O fato é que significativo número de militares compartilhava da insatisfação geral da população.

³ SANTOS, Gomes Igor. *A horda heterogenia – Crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822-1853)*, Niterói, 2017, p. 54

A sedição de 1798 foi apenas o começo, na Bahia, de recorrente episódios de revoltas e conspirações, que se estenderam por quatro décadas. Alguns episódios contavam com os mesmos sujeitos. Homens que atuavam em 1798, seriam denunciados em 1817 e seguiram atuando nas agitações políticas de 1821 e 1822, que levaram a guerra de Independência. Os ideais chamados de ‘Francesias’, como colocado por Santos (2017) já circulavam por diversos grupos sociais desde fins do século XVIII, e mesmo que não tivesse o nome de republicanismo, o que se defendia era a melhoria das condições de vida. Episódios de contestação da ordem na Bahia, entre 1798 e 1838, foram estudados por Luís Henrique Dias Tavares, Lina Maria Brandão de Aras, Sérgio Guerra Filho, Dilton Araújo, Hendrik Kraay e João José Reis. Deve-se a este último, aliás, as poucas notas publicadas sobre a conspiração de 1828, em pesquisa de 2012, fundamentado no maço 2855, do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Desde o seu surgimento da Antiguidade Clássica, o termo República adquiriu muitos significados. É necessário, portanto, definir o significado dessa palavra para os indivíduos do final do século XVIII e início do século XIX. Fonseca (2006) coloca a noção de republicanismo nesse período com três significados diferentes. Primeiramente “como definição de um território submetido a uma autoridade comum, independente da forma de governo,” em segundo ponto como “a precedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição”, e por último “com base num sentido mais restrito, a noção de república igualmente comportava o significado de governo eletivo e temporário”.⁴

⁴ FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, 2006, p. 323-350.

Esses três significados nos dão uma visão geral do que poderia ser República nas primeiras décadas do século XIX. Convergindo elementos de das três definições acima, teremos o que seria um governo submetido a uma autoridade comum, com prevalência da lei e com governos temporários, alternando-se no poder, ao contrário da monarquia dinástica e duradoura. As revoluções na América do Norte (1773-1776) e na França (1789-1799) serviam de inspiração para os pensamentos republicanos e liberais da época, posto que uma a uma, a partir de 1811, os territórios da América espanhola foram abolindo a monarquia, estabelecendo governos independentes e republicanos.

O *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Moraes Silva, publicado em 1813, oferece conceitos para a palavra República: “[...] o que pertence, e respeita ao público de qualquer estado; [...] Estado que he governado por todo o povo, ou por certas pessoas.”⁵ Na transição do século XVIII para o XIX, as ideias republicanas ganhavam cada vez mais o imaginário dos povos.

A “Bahia rebelde”, compreendida entre 1798 e 1838, conforme expressão utilizada por Ubiratan Castro, foi caracterizada por um conjunto de conflitos orientados por diversos matizes do pensamento político, que incluem constitucionalismo, separatismo, republicanismo e federalismo. A república está ligada ao formato de governo, já na federação cada província possuiria sua parcela na divisão do poder, porém, em alguns momentos, ambas são alinhadas. Os ideais republicanos e federalistas encontraram na Bahia um território para a propagação, em decorrência da insatisfação político-social da população. Após a Revolução do Porto em 1820 e o medo do Brasil ser rebaixado novamente a posição de colônia, posto que em 1815 o Brasil foi elevado a

⁵ SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813, v. 2, p. 605.

Reino Unido a Portugal e Algarves, projetos de autonomia política começaram a ganhar maior expressão. A Independência materializou os anseios pela autonomia do Brasil em relação à monarquia portuguesa, estabelecendo um governo imperial que outorgou uma constituição em 1824 e centralizou o poder na corte fluminense. Projetos políticos não contemplados continuaram a agitar as províncias do Império, com a eclosão da Confederação do Equador e da Revolta dos Periquitos, respectivamente em Pernambuco e na Bahia, em 1824.

Esse clima de tensão política se intensifica no período regencial (1831-1840). Na Bahia, teve lugar os movimentos federalistas de 1831 a 1833 e, em 1835, a Revolta dos Malês, formada por escravizados muçulmanos, sufocada violentamente pelas autoridades. A 7 de novembro de 1837, teve início um movimento separatista de caráter republicano, que ficou conhecido como Sabinada. A proposta era que a República Baiense fosse proclamada, mesmo que de maneira temporária, até D. Pedro II governar o Brasil. A “República Bahiense”, em Salvador, durou cinco meses, sendo violentamente suprimida pelas tropas legalistas, auxiliados pelos proprietários rurais do Recôncavo, em março de 1838.

Entre a Revolta dos Periquitos e a Sabinada houve, contudo, um projeto rebelde em 1828, desconhecido pela historiografia.

TENSÕES POLÍTICAS NA BAHIA APÓS A INDEPENDÊNCIA

Após ser declarada a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, algumas províncias continuaram ligadas à metrópole e não aceitaram a decisão de D. Pedro I. A Bahia foi uma das províncias que não reconheceram a independência do Brasil. O brigadeiro português Madeira de Melo estava no comando das armas, mesmo sem o apoio de grande parte dos militares, especialmente os nascidos no Brasil, e

da maioria da população. A guerra civil foi iminente. Havia muito mais soldados portugueses, sob o comando de Madeira de Mello, do que soldados brasileiros, que naquele momento eram formados por mercenários franceses, ingleses, milícias civis e alguns militares portugueses que apoiavam o imperador. Na Bahia, foi formado o Exército Libertador, que catalisou um conjunto de pessoas de origem social e orientação política diversa.

Batalhões eram formados, em grande medida, por homens relegados à marginalização, recrutados compulsoriamente. Muitos homens tendiam a desertar, desejavam outra vida, fugiam para os sertões e, em alguns casos, caíam no banditismo. A questão é que essa atitude por parte do Exército demonstrava a grande desorganização que existia. A situação nos quartéis era tensa. Havia muita desconfiança entre os militares, seja por razões políticas, raciais ou sociais.

O historiador Luís Dias Tavares em seu livro *Independência do Brasil na Bahia*, nos dá a notícia que em abril de 1822 chegara a Salvador Felisberto Gomes Caldeira, que vinha de Lisboa, depois de passar alguns meses preso lá por conta do episódio de 3 de novembro, a tentativa de deposição da junta⁶. Além de Gomes Caldeira, outro citado por Tavares foi o Sargento-mor José Antônio da Silva Castro, que em 1824 será o comandante do Batalhão de Periquitos e estará envolvido no levante.

Em 16 de abril de 1822 o capitão-mor da vila de Cachoeira, José Fiúza de Almeida, escreveu para Madeira de Mello informando que muitas balas estavam sendo produzidas e muita pólvora havia sido comprada nas lojas. Também informou que havia três partidos na vila: o dos brasileiros, dos europeus e o dos negros (escravizados). Apesar

⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 72.

dessas informações, “nada documenta que já existisse uma definição na Bahia para o que Madeira de Mello classificava de ‘revolução do Brasil’ – ou seja a separação do Brasil de Portugal, a Independência”.⁷ Ao fim da Guerra de Independência do Brasil na Bahia que se seguiu foi um clima de medo e desconfiança generalizado.

Em meio a esse clima de medo e desconfiança do Império, os movimentos separatistas e republicanos continuaram a ganhar adeptos, que atuavam obscuramente, no mais das vezes por meio de redes de sociabilidade difíceis de rastrear, por serem organizadas em vias políticas clandestinas. Já no segundo semestre de 1823, podem ser encontrados registros de uma tentativa de “fazer República” no Recôncavo baiano. Uma carta publicada no Diário do Governo do Ceará, escrita dia 18 de setembro de 1823 pelo comandante chefe do exército da Bahia José Joaquim de Lima e Silva, relata que “doutrinas perversas e mui perigosas se espalhão por essa província”. O padre Olavo Manoel da Rocha – que será um dos partícipes na conspiração de 1828 – e certo Capitão Pôncio foram enviados à vila de Maragogipe como emissários que faziam parte de um plano, para ser colocado em execução a 12 de outubro de 1823, de estabelecer uma “república ou algo debaixo deste principio”. O capitão Pôncio foi preso no Forte de São Marcelo, “com sentinella à vista”.⁸

No Arquivo Público do Estado da Bahia também foi encontrado outro documento datado do mesmo dia e expedido pelo Governo Provisório da Bahia endereçado ao Comandante do Exército, José Joaquim de Lima e Silva. Nesse documento temos mais algumas informações e medidas que deveriam ser tomadas pela ordem da província.

⁷ Ibidem, p. 73.

⁸ Imperio do Brasil: Diario do Governo (Ceará), n. 2, 18 de setembro de 1823, p. 458. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706752/1198>

Ilust. E Exel. Sr. – A vista do officio de vossa excelência, em data de hoje, no qual comunica a prisão, que mandou fazer ao Capitão Poncio, e a necessidade, que há de fazer prender ao Padre Olavo, ambos emissários a Villa de Maragogipe, para o fim de persuadirem os povos a proclamar num sistema ao que, com todo o Brasil temos adoptado com tanta glória, e a custa de tantas fadigas e trabalho: O governo provisório passa já a expedir as ordens necessárias para a prisão d’aquelle padre, o que deverá ser igualmente praticado por vossa excelência no caso ele appareça nessa cidade.⁹

Do Padre Olavo, não há notícias seguras até 1827. Conforme Tavares (2008), “havia insegurança e violência nas ruas da cidade de Salvador”, regras foram emitidas estabelecendo a prisão de qualquer civil que protestasse contra as medidas de segurança, ou andasse fardado, e que portasse arma “de ferro ou pau” fosse curta ou longa. Qualquer escravo encontrado na rua após as nove da noite também seria aprisionado. Tavares também relata sobre uma ordem de prisão que foi contra “um padre e um capitão suspeitos de pretenderem ‘proclamar a república’ no centro da cidade do Salvador no dia 12 de outubro, aniversário do Imperador”, e medidas de segurança contra o “o plano de revolução” foram adotadas em algumas vilas do Recôncavo.¹⁰

Em 1824, o povo baiano testemunhou mais um episódio resultante da inquietação social e falta de estabilidade política. Em 26 de outubro daquele ano aconteceu o levante do 3º Batalhão de Caçadores, que

⁹ APEB. Independência. Ofício informando a prisão do Capitão Poncio e a necessidade que há de fazer prender o Padre Olavo ambos emissários à Vila de Maragogipe. BR BAAPEB CIBB-COR-017-244. Disponível em: http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/oficio-informando-a-prisao-do-capitao-poncio-e-a-necessidade-que-ha-de-fazer-prender-o-padre-olavo-ambos-emissarios-a-vila-de-maragogipe;isad:sf_culture=en

¹⁰ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2008, p. 257.

ficariam conhecidos como Periquitos por conta das cores verdes do seu uniforme. Os soldados estavam insatisfeitos, após terem lutado, passado por privações e sofrido nos campos de batalha durante a Guerra de Independência, permanecendo inseguros quanto a sua real incorporação no Exército Brasileiro, principalmente os escravizados que se alistaram sem a certeza de liberdade.

José Antônio da Silva e Castro, comandante do 3º Batalhão de Caçadores, tivera a iniciativa de formar um “batalhão patriótico”, inicialmente chamado de Voluntários do Príncipe D. Pedro, que contou com recrutamento de brancos, pardos, pretos forros e escravizados.¹¹ Segundo Kraay (2002) o recrutamento de negros escravizados incomodava as autoridades vigentes em 1822, levando a Junta o Conselho Interino, representando os interesses dos grandes proprietários, a queixar-se “de que o general francês [Pierre Labatut] empreendera a ‘horrorosa’ medida de criar um ‘Batalhão de negros cativos, crioulos e africanos,’ cujos soldados já estavam sendo treinados”. Corria o boato que Labatut chegou a “confiscar” escravizados de senhores portugueses que estivessem ausentes.¹² O governo imperial emitiu um decreto recomendando a libertação dos escravizados que participaram na guerra de Independência e seus senhores receberiam uma compensação. Apesar disso, houve muita resistência por parte dos proprietários que defendiam o seu direito de posse.

A notícia que o batalhão seria realocado em Pernambuco e a demissão do Major Silva e Castro, os constantes atrasos de pagamento, entre outras coisas, serve como um estopim para a revolta. Silva e

¹¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *O levante dos Periquitos*. Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1990.

¹² KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.43, 2002

Castro é chamado pelo comandante das Armas, Felisberto Caldeira Gomes, e informado que precisa se apresentar no Rio de Janeiro e que estava demitido do comando do batalhão. Os demais soldados não aceitaram tal decisão. Pela manhã, integrantes do segundo e quarto batalhão cercaram a casa do comandante das armas, exigindo que Silva e Castro fosse restituído como comandante do batalhão.¹³

Na confusão que se seguiu, Felisberto Gomes é baleado e morto, muitos soldados se dispersam, os soldados do quarto batalhão, chamados Pitangas, aderem a causa e cercam o forte de São Pedro. De todo modo, após o caos se instalar na capital da província no decorrer dos dias faltava definição de objetivo por parte dos revoltosos. O levante perdeu força, em parte por conta da morte do coronel Felisberto Gomes, que dividira os oficiais. De acordo com Tavares “De nada serviu mais de seiscentos homens em armas ocupando a cidade de Salvador”.¹⁴ Em 6 de dezembro os periquitos embarcaram para a província de Pernambuco. A 11 de janeiro chega José Egídio Gordilho de Barbuda para tomar posse do cargo de Governador das Armas.

Barbuda, português de nascimento, foi um truculento representante da Ordem imperial na Bahia. Iniciou investigações e fez inquéritos para apurar os sujeitos envolvidos em projetos contrários ao governo fluminense. No dia 15 de janeiro de 1825 o Major Joaquim Sátiro da Cunha, que lutou na Guerra de Independência, comandante do Forte de São Pedro nos dias do levante dos Periquitos, foi sentenciado a morte e executado.

¹³ REIS, Arthur Ferreira. Os Corcundas e os Periquitos: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia. *Anais do VI Congresso Internacional UFES/ Paris-Est: Culturas Políticas e Conflitos Sociais, Espírito Santo*, p. 124-133, set. 2017

¹⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2008.p. 260.

A repressão por parte do governo provincial é contínua. Em 25 de agosto de 1827, atualiza as informações enviadas ao poder central a respeito dos últimos acontecimentos, afirmando “não tem cessado os Anarquistas de promoverem a desordem por todos os meios que podem, ao mesmo tempo que por falta de provas legais me não é possível proceder a prisão dos que se tem tornado mais notáveis”.¹⁵ Em setembro 1827, de acordo com as pesquisas de Lina Maria Brandão de Aras, há notícias de movimentações rebeldes contra o governo imperial na Bahia:

As notícias de possíveis insurreições pairavam sobre a cidade do Salvador, preocupando o presidente da província, Conde de Valença que, em correspondência ao Ministro da Justiça datada de 1 de setembro de 1827, dava conta de “denúncias por escrito, e assinadas, as quaes fazião ver o quanto se achava próxima a execução do plano projectado”. Por conta dessas denúncias, mandou o Desembargador Ouvidor Geral do Crime apurar as denúncias sendo presos naquela oportunidade, a bordo da “Corveta Jurujuba”, os paisanos João Primo, Marcelino Martins Bastos, o Padre Olavo Ferreira (sic, por Manuel) da Rocha e o Capitão Leite. [...] Alguns dias depois, o Conde de Valença receava “que se achava esta cidade e Província de uma próxima revolução manejada por Anarchistas reconhecidamente inimigos do systema de governo jurado”. O clima de intranquilidade e insegurança política continuava com a circulação de boatos e pasquins que, segundo o Conde de Valença “se dirigem a indispor o Público contra mim, e ameaçando-me pelo fato de conservar a bordo da “Jurujuba” os dois presos João Primo, e o Padre Olavo por me parecer indispensável essa medida, atento ao estado de relaxação das prisões de terra e excessiva condescendência do foro criminal.”¹⁶

¹⁵ APEB. Correspondência para o Governo Imperial, maço 677, doc. 220.

¹⁶ ARAS, Lina Maria Brandão de. *A Santa Federação Imperial Bahia*. 1831-1833. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995, p. 76.

Gordilho de Barbuda seguiu tentando tranquilizar seus chefes no Rio de Janeiro. Afirmou, em outubro de 1827, que “o republicanismo deixou de me merecer cuidado desde o momento em que pus um pé fora do escaler: e por este lado pode V. M. viver sem o mínimo receio, por que conheço a todos, e todos me conhecem mui de perto”.¹⁷

Nos primeiros meses ano seguinte, 1828, contudo, o governo interceptou os planos de uma revolução. Nela estavam personagens que atuaram em 1798, 1817, 1821 e 1824, com registro de militares que se estiveram no Forte do Barbalho e no de São Marcelo por conta do assassinato do Comandante Felisberto Gomes, como é o caso do Antônio Pedro Ortiga, cadete do batalhão dos periquitos, que também esteve envolvido na conspiração republicana. João Primo, o Padre Olavo e outros pretendiam “estalarem (sic) huma Revolução nesta cidade contra a ordem Pública estabelecida e adotada neste Império”.¹⁸

A CONSPIRAÇÃO REPUBLICANA DE 1828

O conjunto de documentos relativos à conspiração de 1828 foram publicados em dois folhetos que levam o nome de *Ao Publico Imparcial*, ambos impressos na Tipografia Nacional da Bahia, por diligência de José Egídio Gordilho de Barbuda, que ocupava o cargo de presidente da província desde 11 de outubro de 1827. Ambos os folhetos são tão raros que Renato Berbert de Castro não teve sequer notícia deles, no seu competente estudo de 1983 sobre a Tipogra-

¹⁷ Ofício do presidente da Província da Bahia ao Imperador em 22 de outubro de 1827. In: ESCRAGNOLLE, Luiz Affonso d'. O Visconde de Camamu e o Derrame de Moedas Falsas de Cobre na Bahia. In: *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1950. Vol. 4, p. 144-146.

¹⁸ APEB. Revolução (Bahia, Cachoeira, São Félix), maço 2855, fl. 7v.

fia Nacional, criada na Bahia em 1823. Do primeiro folheto, com 12 páginas, localizamos dois exemplares, sendo um em Viena, na Biblioteca Nacional Austríaca (Österreichische Nationalbibliothek, ÖNB, chamada 398.147-D Alt), encadernado no conjunto do *Journal do Commercio* (RJ) e outro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, inserto na coleção do *Diário Fluminense*, após o número 12, de 22 de agosto de 1828. Do segundo folheto, com o mesmo título, mas com apenas três páginas, só foi possível encontrar um exemplar, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O primeiro folheto é uma resposta à denúncia feita por Bernardo Pereira de Vasconcelos, político influente no Império. Formado na Universidade de Coimbra, em 1820, ele se destaca ao assumir o cargo de juiz de fora em São Paulo, sendo eleito deputado pela província de Minas Gerais em 1824. Ganha maior destaque a partir de 1825 com o início da sua carreira na imprensa, escrevendo em vários periódicos como o *Universal*, *A Sentinela da Monarquia*, e o *Correio da Tarde*. Em 1826 Bernardo Pereira de Vasconcelos se elegeu como deputado da primeira legislatura começando a se destacar como orador e defensor liberal, atacando os ideais absolutistas do governo de D. Pedro I.

Bernardo Pereira de Vasconcelos era uma voz ouvida, mesmo assim ele é retratado por Gordilho de Barbuda como um “caluniador por excelência” por fazer uma denúncia contra o abuso de poder e “muitas outras horrorosas arbitrariedades no exercício de presidente desta província”. José Egídio então se sente na obrigação de usar todos os meios legítimos ao seu alcance para contestar essa grave denúncia e decide então imprimir os documentos relatando como tem feito um bom trabalho na administração da província.¹⁹

¹⁹ BARBUDA, José Egídio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

I
A O
PUBLICO IMPARCIAL.

Achando-se inserto no Diario Fluminense de 2 do corrente o Officio abaixo transcripto, dirigido por ordem da Camara dos Srs. Deputados ao Excel. Ministro do Imperio, de cujo conteudo se deprehende visivelmente haver sido surpreendida a boa fé de nossos Conspicuos e Probos Representantes, que sem a menor duvida prestarão credito ao *Calumniador por excellencia, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos*, o qual bem longe de possuir aquella, ou outras qualidades inherentes ao homem de probidade, muito ao contrario faz garbo, e alardea em calumniar, detrahir, e insultar a todos os Empregados Publicos; por isso que, sem preceder a minima prova, se me attribuem alli (como sendo publico e notorio!!?) abusos e excessos de poder, e *outras muitas horrorosas arbitrariedades* no exercicio de Presidente desta Provincia; e sendo incontestavel; que todo o individuo tem o direito, e mesmo obrigação de zelar sua reputação, lançando não de todos os meios legitimos á seo alcance para rebater, e pulverisar quantas calumnias tendam a deprimi-lo no espirito de seus Concidadãos; estribado pois em tão sagrado principio, me decidi a mandar imprimir os seguintes documentos, por meio dos quaes com toda a evidencia se deixa inferir, não só serem calumniosas as accusações dirigidas contra mim perante a Augusta Camara, e mencionadas no referido Officio sob os numeros 2.º, 3.º, e 4.º, como até se comprovam a regularidade de minha conducta, e a restricta observancia das Leis no andamento do particular, que fórma o objecto de taes accusações; assim como se collige qual a ingratidão que exerci na decisão relativa ao Tribunal do Jury, mencionada em 5.º lugar; limitando-me, respeito á 1.ª acerca da moeda falsa, em afirmar ser falsa e falsissima, e em desfiar qualquer intrepido calumniador (não exceptuando o nunca *assés decantado Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos*) para produzir Portaria, Officio, ou despacho proprio a demonstrar a existencia de humo Ordem tão inepta e absurda! Bahia em 22 de Agosto de 1828.

José Egidio Gordilho de Barbuda.

Officio dirigido por ordem da Camara dos Senhores Deputados ao Excel. Ministro do Imperio; no qual injustamente sou accusado de arbitrario. &c.

III. e Excel.º Sr. — Sendo publico e notorio, que o actual Presidente da Provincia da Bahia, José Egidio Gordilho de Barbuda, tem commettido, no exercicio deste cargo, abusos e excessos de poder, notando-se com especialidade. 1.º haver feito prohibir a circulação da moeda falsa de cobre, fabricada depois da sua posse naquella Presidencia, permitindo por este modo indirectamente a circulação da que até entam corria: 2.º conservar presos os Cidadãos, que dizia implicados em revolução contra a forma do Governo, apesar de não terem sido pronunciados na devassa, que mandara tirar: 3.º ter ordenado que se procedesse á humo segunda devassa contra os mesmos

Img. 1. Primeira página do folheto *Ao Público Imparcial* (1828).

O motivo da denúncia feita pela câmara de deputados envolve o derrame de moedas falsas que ocorria na província e a demora de

DocReader/706744/4420

Gordilho em proibir a circulação das mesmas, além disso, eles também o acusavam de manter homens presos sob a acusação de conspiração, mas não os mencionava na primeira devassa sobre o caso.²⁰ De maneira arbitrária, Gordilho mandou fazer então uma segunda devassa contra os homens que ele já havia dado a ordem de prisão, e por fim, ele também é acusado de convocar suplentes para substituir os juízes de fora, um poder que nenhum presidente da província tinha.

Os conspiradores se aproveitaram dessa circulação de moedas falsas. Segundo o folheto, na página 2 temos uma denúncia anônima onde alguém afirma ter ouvido vários pernambucanos e alguns oficiais falando que logo haveria República, e para isso, eles fariam uso das moedas falsificadas.

[...] dizem elles, que agora he boa occasião porque está o dinheiro junto, que he este que se está arrecadando, para terem até com que possa pagar a gente, pois ja esse plano era dos fabricantes fazerem essa moeda até terem hum grande computo para fazerem o que agora querem [...].²¹

As moedas falsas seriam usadas para o financiamento das atividades do grupo, mas havia outras fontes de recursos, indivíduos que supostamente ofereciam dinheiro para a causa, sendo citado João Gallo d'Acayaba Tabyriçá. Apesar de “que não haja inteira certeza de haver quem se proponha a conspirar contra o systema” Gordilho de Barbuda reconhecia que “espíritos inquietos” poderiam usar os agrupamentos de pessoas em ocasião de fazer a troca das moedas falsas,

²⁰ TRETTIN, Alexander. *O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia* (1823-1829). Dissertação PPGH-UFBA, Salvador, 2010, p. 25.

²¹ BARBUDA, José Egidio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p. 2, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/4420>

para fomentar e colocar em prática suas “intenções anárquicas” contra o sistema monárquico que os regia. Por conta disso, ele ordenou que toda a guarnição da guarda principal ficasse a postos caso precisasse sufocar qualquer atentado contra a ordem pública.²²

As proclamações contra o governo provincial começaram a circular, em restrito grupo de indivíduos, no dia 13 de maio e o projeto dos conspiradores consistia em ocupar lugares estratégicos de Salvador, incluindo a Casa da Moeda. Entrariam na Praça, reforçados com duzentos recrutas do Forte do Barbalho, com o objetivo de cercar o Palácio do Governo e assassinar “o Ajudante d’Ordens do Comando das Armas, o Comandante de Polícia, Tenente Coronel Vellozo, Paz, coronel Manoel Ignacio da Cunha Menezes, todas as Authoridades, que fossem Europeos”. Seria “huma ceifa grande”.

O mercenário alemão Julius Mansfeldt, que esteve no Brasil, minimiza o episódio afirmando que se tratava de

Uma conspiração na qual um monte de pessoas sem nenhum abastado mas só soldados sem vontade, monges, lavradores, ralé etc. estavam envolvidos. A conspiração da qual participavam tinha como objetivo o assassinato e o roubo das instituições das províncias e o roubo das habitantes ricos. Esperava-se levar ela a cabo por meio da milícia dos mulatos e da chamada dos escravos à liberdade. Apenas a captura de um padre, Olavo, deu tanto medo aos conspiradores que eles fugiram.²³

A documentação compulsada oferece uma leitura mais completa e correta do que a apresentada por Mansfeldt. As autoridades teriam

²² Ibidem, p. 3.

²³ MANSFELDT, Julius. *Meine Reise nach Brasiliens im Jahre 1826*. Magdeburg, gedruckt bei E. Bäusch, 1828, tomo II, p. 47.

razão em temer que o movimento ganhasse força e começaram a atuar para interceptá-lo.

Três dias depois de começar a circular as proclamações, em 16 de maio de 1828, cumprindo o ofício expedido naquela data pelo presidente da província, que solicitava que fosse feita investigações sobre os grupos facciosos que haviam sido denunciados de forma anônima, o Desembargador Ouvidor Geral do Crime o senhor Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva delegou ao Tenente-Coronel Comandante do Corpo da Polícia que indagasse a respeito disso, ordenando “pesquisas e diligencias”. Três dias depois, a 19 de maio de 1828, o Tenente-Coronel envia ao Desembargador um exemplar de uma “proclamação incendiária”, na qual “além de atacada a Augusta Pessoa de S. Magestade o Imperador com o afrontoso epitheto de perjuro, astuto, e ingrato, se convida os Povos à revolta, findando em vivam os Brasileiros libertados, viva a liberdade dos Brasileiros, viva a Estrella do Sul, e Norte”.²⁴ Estava “fomentando e forjando os planos” o religioso fr. Antônio Joaquim das Mercês. De acordo com o Desembargador Lima e Silva, “abri pois a devassa, e com o inquirito de 3 testemunhas, vim ao conhecimento que os conspirados, tencionando à mais de 3 anos huma conspiração, a queriam agora por em prática”.²⁵ Assim, é factível que uma projetada “Revolução” estivesse sendo planejada desde 1825.

Na devassa, Joaquim Geraldês de Albuquerque e Mello foi identificado como autor do folheto da proclamação, além de também ser genro de um “fulano Barata”, parente de Cipriano Barata que se encontrava preso no Rio de Janeiro.²⁶ Mais dois nomes foram adi-

²⁴ Ibidem, p. 4.

²⁵ Ibidem, p. 3 e 4

²⁶ ARAS, op. Cit. p. 155. Joaquim Geraldês de Albuquerque e Mello, 33 anos

cionados a busca, Zeferino Dias Ferraz, sendo o escritor, e o Alferes Manoel Joaquim que era seu amigo e em sua casa foram encontrados mais 3 exemplares da dita proclamação. Também foram encontradas na casa de Zeferino Dias um artigo extraído da Gazeta de Buenos Ayres que falava sobre as vantagens dos inimigos contra o exército brasileiro, e um plano de sociedade composto de 50 indivíduos. Após comparações feitas a partir de outros escritos de Zeferino Dias Ferraz pelos tabeliães na própria residência do Desembargador, concluiu-se que todos os 4 exemplares das proclamações e o plano de sociedade foram redigidos pelo próprio. Na casa do Alferes acharam apenas um panfleto antigo dirigido aos milicianos, mas não anárquico. Assim sendo, Cerqueira e Silva diz ter aberto uma devassa para poder prosseguir com o inquérito. Uma das acusações feitas a Gordilho foi a de não ter mencionado os indivíduos na devassa e ter os mantido presos, mas segundo a nota de rodapé (4) na página 3, ele tenta comprovar que todos foram mencionados como dito pelo Desembargador, deixando em aberta a opção de acreditarem ou não na versão dele.²⁷

Durante a investigação feita pelo Desembargador Ouvidor Geral do Crime Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, foi descoberto que os planos da conspiração já estavam sendo preparados há três anos e, naquele momento, a colocariam em prática. Outros nomes envolvidos também foram descobertos, começando pelo Padre Olavo que era o

em 1828, branco, casado, filho do capitão Francisco Luís Miranda e de Francisca de Albuquerque Mello, “natural da vila de Jaguaripe, posteriormente afirmou ser natural de Salvador, afirmando, também, no termo de sua prisão, ser natural da vila de Maragogipe, nascido em 1796”, p. 155. Atuou na Revolução Federalista de 1831 e no episódio do Forte do Mar, onde era prisioneiro, foi apontado pelas testemunhas como um dos primeiros a rebelar-se. Também esteve na Revolução federalista de 1832, em São Félix e Cachoeira, além de estar também presente na Sabinada.

²⁷ Ibidem, p. 5.

agente, saía em busca de “seduzir” pessoas para a causa, o financiador da operação era João Gallo d’Acayaba Tabyriçá (ou Tabiriçá).²⁸ Sabe-se que esse e seu irmão José Gallo eram “senhores de engenho e de muita fortuna que grandes serviços e dispêndios fizeram pela Independência”.²⁹ Desenvolvendo os planos estava o Padre Mestre Carmelita Fr. Antônio Joaquim das Mercês, maçom, veterano da Revolução Pernambucana de 1817³⁰ e da Confederação do Equador de 1824, personagem cuja trajetória é a mais conhecida desse grupo.³¹ Ele é tido por “author das proclamações”.

²⁸ Na Exposição de História do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1888, foi enviado por dona Joana T. Carvalho o manuscrito “[TABYRIÇÁ, João Gallo Acayaba]. Declaração dos serviços q prestei e tenho prestado desde q se aclamou a Constituição na B. em 10 de Fev . de 1821-22 e 23. (Por João Gallo Acayaba Tabyriçá). Cópia auth . de 1866. In – fol . 9 ff . Exp.”. Ver entrada 15923. Não o localizamos atualmente.

²⁹ MORAES, Alexandre José de Mello. *Historia do Brasil-reino e Brasil-império*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1871, T. 1 , p. 330.

³⁰ CANECA, Joaquim do Amor Divino. *Obras Políticas e Literárias*. Recife: 1875. p. 85, 100, e 136. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or69342/or69342.pdf

³¹ CASTRO, Dinorah Berbert de; Lima Junior, Francisco P. *Padre Mestre Cônego Dr. Antônio Joaquim das Mercês (1786-1854)*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1977. Cônego Antônio Joaquim das Mercês, nasceu na Bahia em 1786, onde fez seus primeiros estudos e professou na ordem dos Carmelitas. Achando-se no convento de Olinda, foi um dos muitos religiosos que aderiram à revolução de Pernambuco de 1817 e na Confederação do Equador; e quando as forças do governo se apoderaram da capital, e as revolucionárias, fugindo para o Ceará, se renderam, depois de algumas guerrilhas, a 29 de novembro de 1824, frei Antonio das Mercês, que acompanhava estas forças, foi um dos prisioneiros, que, com frei Joaquim do Amor Divino Caneca, frei João de Santa Miquelina, o padre João Barboza Cordeiro, o padre Ignacio Bento d’Avila e outros, fez o major Bento José Lamenha Lins.



Img. 2: Retrato de Frei Antonio Joaquim das Mercês, com paramentação maçônica. Arquivo Wanderley Pinho. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro hoje pertencente à Loja Maçônica União e Segredo de Salvador.

Fornecendo armamento para os rebeldes estava o Major Francisco Felix Soeiro Daltro. João Primo era o responsável por guardar as armas no Sítio Pedra Furada, na península de Itapagipe. O Capitão do Batalhão 121 de Pirajá, Manoel José Gomes, era o responsável pelo auxílio armado. Outros mencionados na denúncia foram o Capitão do Batalhão

de Minas João Ferreira dos Santos, o Capitão Manoel José Alves, o Tenente de Artilharia Miliciano Antônio Lopes Benevides, José Thomaz de Aquino que era empregado na alfândega de escrivão, e seu irmão, o Cadete Antônio Pedro Ortiga, réu no assassinato de Felisberto Gomes durante o levante dos periquitos. Havia ainda um médico cirurgião, Manoel José Gomes, e dois pretos forros, Amaro e Antônio Manoel do Bom Caminho que consertavam as armas que iriam ser usadas. Bom Caminho contava 57 anos, era africano, nagô, solteiro, preto liberto, que participará, em 1835, da Revolta dos Malês.³² João José Reis demonstrou que, quanto a cor dos rebeldes em sedições baianas entre 1823 e 1833, havia quase uma relação de meio a meio entre o número de brancos e não brancos, entrando nesse segundo grupo pretos e pardos. A imensa maioria dos rebeldes, mais de 92,8%, era composta por homens livres, 4,2% de libertos e, por fim, 3% de escravizados.³³ O movimento rebelde de 1828, ainda que precise de estudo mais específico para confirmar, parece guardar certa equivalência com os números do referido estudo.

Dentre todos esses acusados apenas foram capturados o Padre Olavo Manoel da Rocha, o Capitão Manoel José Alves, José Thomaz de Aquino, o cirurgião Manoel Gomes, o Major Soeiro, o Capitão João Ferreira dos Santos, Joaquim Geraldes Albuquerque, Antônio Manoel do Bom Caminho, e José Joaquim que antes não fora mencionado nas acusações, mas que foi preso por ter levantado o grito de “Viva a República”. O restante fugiu e as autoridades responsáveis pela investigação continuaram a procurá-los pelas vilas do Recôncavo. A Conspiração de 1828 também foi registrada, em carta, por José de Sá Bittencourt e Câmara, governador das armas, que estava

³² REIS, João José. Cor, classe, ocupação, etc: o perfil social às vezes pessoal dos rebeldes baianos 1823-1833. In: REIS, João José Reis; AZEVEDO, Elciene. *A escravidão e suas sombras*. Salvador: Edufba, 2012, p. 300.

³³ *Ibidem*, pp. 283 e 287.

na lista de assassinatos. Ele afirmou que “hum Furriel de Itaparica [...] gritou publicamente viva a liberdade para a Republica” e imputa boa parte da responsabilidade sobre o movimento ao “Frade Mercês”.³⁴

O interior se uniria a causa. Segundo depoimento de João Ferreira Santos, “a força para a instalação (da Revolução) eram os Regimentos da Cachoeira e Pirajá, auxiliadas com quinhentos homens, que se acham para as partes do Rio de Contas”. Os homens de Rio de Contas eram comandados por um “fulano Mucuná [...] que dizem fora Sargento do Batalhão N. 15, e ora anda elos sertões, como salteador, que já em Caeté fizera grande estragos nos Europeos”.³⁵

Indivíduos de diversos círculos sociais envolvidos em um plano para derrubar a monarquia e fazendo uso de moedas falsas para promover a causa. Alguns dos envolvidos nessa conspiração também tiveram seus nomes envolvidos em outros episódios de conflito na Bahia, além dos envolvidos no levante dos periquitos. João Primo, participou da tentativa de depor a Junta Provisória do Governo da Bahia em 1821. Fizeram parte dessa tentativa de depor a junta de governo, em 1821, “meia dúzia de monstros sem Pátria, nem Religião, iludindo a poucos homens crédulos”, José Egídio Gordilho de Barbuda, José Elói Pessoa, Felisberto Gomes Caldeira, José Gabriel da Silva Daltro, entre outros, “huns perdidos na opinião pública, e todos inimigos parciais do governo.”³⁶ O Padre Olavo Manoel da Rocha, também já era um

³⁴ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. CÂMARA, José de Sá Bittencourt e. Carta do comandante das armas a um visconde residente na corte sobre a conspiração na Bahia e as pessoas nelas implicadas. Salvador, 12 de junho de 1828. 5 fls.

³⁵ BARBUDA, José Egídio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p. 7.

³⁶ Gazeta Universal, Lisboa, n. 18, quarta-feira, 23 de janeiro de 1822, p. 70. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/896713/70>

conhecido do governo, pela sua participação no plano de república em 1823. O Capitão João Ferreira dos Santos que antes de entrar no plano da conspiração, estava preso na Fortaleza do Mar sob o crime de “abuso da liberdade de imprensa”³⁷. Não encontramos, contudo, seu processo referente a esse crime.

REBELDE OU TRAIADOR INFILTRADO?

O registro mais importante do conjunto que constitui o primeiro folheto, com 12 páginas, são as duas declarações do capitão João Ferreira dos Santos, especialmente a segunda, feita no Hospital Militar e datada de 27 de maio de 1828. Nela, segundo o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, “o Plano da revolução consta cumpridamente”. Ambas foram enviadas ao Presidente da Província pelo referido desembargador juntamente com o resultado da Devassa contendo 18 nomes. Essa declaração, com ressalvas, foi feita a partir da perspectiva do indivíduo que estava preso e, além de estar envolvido na trama, sofria constrangimento político e judicial. Não conhecemos os antecedentes do capitão para corroborar sua índole de defensor da monarquia, apenas sua declaração publicada no compilado de documentos.

João Ferreira dos Santos estava preso no Forte São Marcelo, acusado de ser o autor de uma carta publicada no *Diário Constitucional*, edição 14, que foi julgada como “abuso da liberdade de imprensa em toda a extensão”. Doze juízes foram convocados e se juntaram para deliberar sobre o crime, condenando o réu a seis meses de prisão, na

³⁷ A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario (RJ), 1827 a 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/138>

quantia de quatrocentos mil réis, e a supressão de todos os exemplares do impresso denunciado.³⁸

O testemunho dado pelo Capitão se inicia com ele dizendo que o foram procurar na prisão e o convidaram a fazer parte da conspiração, “persuadidos que sem outro pensamento mais que o da queixa que tenho do Comandante das Armas, me envolveria em tal crime”.³⁹ O Capitão aceitou entrar no plano, pois, sem entrar no jogo ele não poderia saber quem eram os outros participantes e quais eram suas intenções.

Ele ficou sondando outros presos da Fortaleza a fim de ter mais informações e poder assim dar parte do ocorrido, ele informou que estava doente no intuito de ser retirado da Fortaleza do Mar e levado para cidade. Assim ele poderia dar notícia da conspiração às autoridades, tendo o cuidado de não ser visto como um denunciante ou correr risco de morte, mas seus planos não ocorreram como deveriam, pois demoraram 6 ou 7 dias para o removerem da prisão.

Ao chegar no hospital ele logo providenciou que chamassem o Padre Amaral ou o Tenente Coronel Pacca, para que esclarecesse o ocorrido, mas não compareceram. Ele tenta convencer o presidente da província de que não é um traidor, mas que apenas aceitou participar do plano para ficar a par dos acontecimentos. Segundo o Capitão Santos, o plano era grande e envolvia muita gente dentro e fora da cidade, o seu recrutador foi o Capitão João Tavares de Almeida, Pra-

³⁸ A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario (RJ), 1827 a 1839, <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/139>

³⁹ BARBUDA, José Egidio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/4420>

ça do Batalhão de Minas, que, após certa insistência do declarante, contou uma parte dos planos da pretensa revolução.

Segundo o Capitão Tavares havia comissários de Pernambuco e Buenos Aires ajudando na conspiração, além de ter muito dinheiro envolvido, mas não passou disso, outros iriam procurá-lo e apresentar o plano. Dentro da Fortaleza do Mar se achavam presos o Capitão Cláudio José Ramos Amazonas e o Tenente Frederico Antônio Pinto, ambos iam à terra com frequência para tratar de suas solturas, e o Capitão Santos sempre procurava saber quais eram as novidades que havia.

Conforme ele relata, o Capitão Amazonas nunca lhe disse nada, mas em contrapartida o Tenente lhe disse tudo que sabia, assim ele acreditava. O Ten. Pinto lhe contara que se falava em Revolução na cidade e que queriam proclamar uma República, para isso, assassinariam o Comandante das Armas e quem mais se opusesse a esse regime. Ao ser questionado, o tenente afirma ter sido informado disso por um “crioulo” que não se lembrava do nome, morava no Terreiro e era rico, inclusive o quis levar para falar com um religioso carmelita o Fr. Antônio das Mercês que era o responsável pelas publicações e tinha “a maior ingerência neste negócio”. O Tenente, no entanto, disse nunca ter falado com o dito Frade.

Padre Olavo também foi citado pelo Tenente, que segundo ele “andava convocando oficiais presos pelo assassinio do Governador das Armas,⁴⁰ e até mesmo oferecia dinheiro. Mas que não sabia se ele merecia tanta atenção, pois, ao ir à casa do Cap. Polidoro tratar sobre a pretensa revolução, o mesmo o expulsou. O Tenente Manoel de Santa Rita também é citado como um dos envolvidos, e que andava pelo Recôncavo a recrutar pessoas descontentes, além de ter um

⁴⁰ Ibidem, p. 8.

grupo de 200 recrutas no Forte do Barbalho prontos para assassinar o comandante da Fortaleza quando irrompesse a Revolução. Dizia ainda o Tenente Pinto que não acreditava nesse plano do Tenente Santa Rita, que ele apenas estava ansiando por poder de comando e queria conseguir de qualquer modo.

Na declaração feita pelo Capitão João Ferreira dos Santos ele informa que essas conversas com o Tenente Pinto se deram em vários dias quando ele ia em terra e voltava. Depois disso, outro homem o foi visitar e se apresentou como morador de Cachoeira, mas depois disse que era pernambucano e que estava junto com outros nove oficiais de Pernambuco, entre capitães e subalternos para ajudar no plano da República. Desconfiamos, ainda que careça de provas documentais, de que o anônimo pernambucano era Luís Inácio Ribeiro Roma, filho do Padre Roma assassinado em Salvador em 1817 e irmão de José Inácio de Abreu e Lima. Sabe-se que, em fins de 1827, Ribeiro Roma “começou a publicar na Bahia pasquins incendiários que lhe valeram o exílio na Inglaterra”.⁴¹ O intuito dessa mudança de regi-

⁴¹ MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Autos do inquérito da Revolução Praieira. Brasília: Senado Federal, 1979, p. LI. Luiz Ignácio Ribeiro Roma, nascido em maio de 1797, acompanhou o seu pai, Padre Roma, à Bahia em 1817, na tentativa de levar aquela província a aderir ao movimento separatista pernambucano. Foi preso juntamente com o pai, interceptados em Itapuá, e testemunhou sua execução. Conseguiu fugir juntamente com o seu irmão, Inácio José de Abreu e Lima, ainda no final daquele ano, seguindo ambos para os Estados Unidos. De lá seguiram para a Venezuela, onde o Inácio foi lutar no exército de Simon Bolívar. Luiz retornou ao Brasil em 1827, primeiro para Pernambuco e depois para a Bahia, onde se envolveu em questões políticas e acabou sendo condenado à deportação para a Inglaterra por ser acusado de escrever pasquins incendiários. Voltou ocultamente para Pernambuco no ano seguinte em fevereiro de 1829, liderou em conjunto com seu irmão, João, uma tentativa de rebelião contra o Presidente da Província, a chamada “República de Afogados”. Sua tentativa de fazer a população aderir à “revolução”

me político era acabar com as desigualdades e melhorar o Brasil, e como o Capitão era um dos injustiçados, era uma boa ocasião para se libertar e se vingar.

O capitão disse fingir gostar da proposta, mas que precisava saber de todo o plano para entrar de vez na revolução, e assim o pernambucano lhe relatou. Esse plano de estabelecer uma República na Bahia teria como um dos seus objetivos o fim da Guerra da Cisplatina, reconhecendo sua independência. O Exército retornaria da Cisplatina e apoiaria a República, e “para isso já estavam commissários de Buenos Ayres espalhados por toda as províncias; que aqui se acha hum, que já tem estado com V. Ex. disfarçado, que he Brigadeiro, e que viera encarregado de dirigir a força, e comandar depois as armas aqui”.⁴² Em Salvador, a maçonaria de Buenos Aires colocara, entre 1813 e 1816, Lucas Obes como um agente capaz de criar elos com os pedreiros-livres locais, muitos dos quais partícipes em 1798 e suspeitos de ligações com a revolução Pernambucana de 1817. Essas vias não oficiais dos agentes políticos que atuavam entre a Bahia e Buenos Aires ainda precisa ser investigada, mas certamente estava ativa em 1821. Há estudos, não obstante, sobre participação de contingentes baianos na Guerra da Cisplatina “do total de 867 recrutados, cerca de 600 ou pouco mais tenham sido remetidos para os longínquos campos

e conquistar apoio de senhores de engenho não deu certo. Perseguidos os revoltosos, ele fugiu para o interior da província e depois Sergipe, onde foi preso e encaminhado ao Recife. Conseguiu sua liberdade em 1831, depois da abdicação de Pedro I.

⁴² BARBUDA, José Egidio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/4420>

platinos”.⁴³ O plano era que parte desse contingente regressasse para a província e apoiasse a causa rebelde.

A guerra entre Argentina e Império brasileiro se estendeu de 1825 a 1828 em disputa pelo território da província Cisplatina, atual Uruguai. Aline Pinto Pereira⁴⁴ afirma que durante a campanha artiguista Portugal auxiliou os argentinos contra José Artigas e suas forças militares, o território da Cisplatina foi dado como pagamento e anexado ao Brasil, mesmo que sob a tutela de Portugal, a responsabilidade seria do império. Foi acordado essa anexação com o congresso de Buenos Aires, que se reuniu em 1821, havendo então uma justificativa legal para o domínio desse território.

Apesar dessa união em prol do bem comum entre Buenos Aires e Brasil, posteriormente o Império brasileiro acusa os argentinos de terem insuflado a rebelião na Cisplatina, pois eram contrários à monarquia vigente, conforme relatado por Pereira. Os povos argentinos estavam mais próximos dos ideais republicanos oitocentistas.⁴⁵ A disputa entre os princípios monárquicos e republicanos que circulavam pela América naquele período, oferece indícios de que a ajuda de Buenos Aires na conspiração da República em 1828 pode ter sido real, apesar de não termos documentos que corroborem tal informação. Para seus rivais, D. Pedro I estava fora de lugar, era retratado como tirano que comandava um país cercado de repúblicas “teria a frente um opressor, que além de europeu, era também um herdeiro Bourbon”, ou seja, descendente da realeza espanhola e símbolo de opressão.

⁴³ JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. Dissertação de Mestrado PPGH / UFBA, Salvador, 2005.

⁴⁴ PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Niterói, 2007, p. 269.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 93.

O fato é que as ideias republicanas rondavam por toda a América, e que a conspiração baiana de 1828 não foi a primeira a tentar implantar esse sistema no Brasil. A província de Pernambuco já havia se convertido em uma efêmera República por cerca de 70 dias em 1817 e na declaração do Capitão Santos há, mais uma vez, pernambucanos envolvidos nos planos de revolução. Além da sugestão que os comissários de Buenos Aires estariam infiltrados por todas as províncias brasileiras, um homem pernambucano teria relatado ao referido capitão que havia um oficial argentino disfarçado de Brigadeiro que viera para comandar as forças e posteriormente as armas da Bahia. Esse Brigadeiro já teria estado inclusive na presença do Presidente da província.

As informações declaradas nos dois folhetos de 1828 proporcionam um vislumbre a respeito do que poderia ser os reais motivos que levaram militares, religiosos e homens comuns a se unirem em busca de estabelecer um projeto de República no território baiano. O plano elaborado teve objetivos, contingente e armamento. Contaria, supostamente, com o regimento de Cachoeira, Pirajá, Santo Amaro e o auxílio de 500 homens que se encontravam em Rio de Contas, são citados como a força de instalação do novo regime. Para financiar todo o projeto pretendiam tomar todo o dinheiro das trocas das moedas falsas de cobre que estivessem na Casa da Moeda, Tesouraria Geral, e bancos, usando da força militar e ajuda de um capitão do Batalhão 92 que estaria de guarda no dia e facilitaria a entrada. Paulo José de Melo Azevedo e Brito, um velho conspirador de 1798, que escapou aos autos da época, seria o presidente destinado, “por ser homem de letras”.⁴⁶

⁴⁶ MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. O caçador de pedreiros-livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria luso-brasílica (1799-1804). *Revista de História* (São Paulo), n. 176, 2017.

O pernambucano não identificado acreditava que o Capitão Santos, o Capitão Tavares, outro Capitão e um Subalterno, conseguiriam unir o Batalhão de Minas na causa da República, por esse motivo tentaram fazê-lo se unir ao grupo revolucionário. Depois de reunir quantas informações pôde, João Ferreira dos Santos diz ter feito o possível para denunciar tais atos. Sob o pretexto de visitar a família, ele pretendia ir ao encontro do Presidente da Província, relatando tudo que sabia.

O Capitão, supostamente, se colocou como espião para descobrir os segredos dos rebeldes e salvar a Bahia dos conspiradores. Não era, contudo, apenas isso que ele desejava. O réu almejava um pouco mais, conforme ele mesmo explica.

não me animava a escrever sobre tal cousa, que muito estimei saber, porque assentava que eu podia livrar a Província deste mal sem ninguém o saber, e fazer a minha fortuna; porque V.Ex. podia beneficiar-me fallando por mim á sua Magestade Imperial, e este era o fructo que me pertencia tirar da descoberta, por isso me entranhei por ella, porque julguei que, sem saber de todos os planos e tramas, não podia fazer o que queria e devia.⁴⁷

A respeito do Capitão não foi possível encontrar mais informações que pudessem atestar que ele obteve sucesso em suas reivindicações. No jornal *A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*, publicado dia 14 de abril de 1828, na segunda página vemos notícias sobre o julgamento do capitão João Ferreira dos Santos pelo crime de abuso da liberdade de imprensa, por causa de uma carta publicada no jornal *O Constitucional*. A deliberação feita por 12 juizes resultou “em 6 mezes

⁴⁷ BARBUDA, José Egídio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/4420>

de prisão, e na quantia de quatrocentos mil réis, e na supressão de todos os exemplares do impresso denunciado e nas custas”.⁴⁸

Quando no folheto ele fala do motivo pelo qual estava preso, é dito como a “queixa que tenho do Commandante das Armas”, e no jornal *Astréa*, edição 246, publicado em 14 de fevereiro de 1828, na primeira página temos um artigo publicado provavelmente pelo redator do periódico *O Constitucional Bahiense*, nesse artigo ele fala da triste situação em que o Capitão se encontra, e nas arbitrariedades cometidas pelo comandante das armas o Coronel José de Sá de Bittencourt e Câmara. Segundo ele, o capitão Santos teria sido preso de maneira injusta por tentar ajudar um cabo que havia desertado e ao ser capturado foi condenado a 80 chibatadas.⁴⁹

Sem mais informações encontradas sobre essa situação não podemos concluir quais eram as reais intenções do capitão João Ferreira dos Santos ao delatar o plano dos conspiradores. O segundo folheto, na sua terceira e última página, traz a informação de que dos pronunciados na devassa, ainda se encontravam presos o Capitão Manoel José Alves, o Padre Olavo Manoel da Rocha, José Thomaz d’Aquino, o Cirurgião Manoel Gomes, o preto Antônio Manoel do Bom Caminho, José Joaquim Pereira, que era pardo, o Sargento-mor Francisco Felix Soeiro Daltro, o Capitão Manoel José Gomes, Joaquim Gerales de Albuquerque e Mello e o Capitão João Ferreira dos Santos.⁵⁰ Ao que parece, as autoridades judiciais não acreditaram

⁴⁸ *A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario* (RJ), 1827 a 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706795/139>

⁴⁹ *Astrea* (RJ), 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/1031>

⁵⁰ BARBUDA, José Egidio Gordilho de. *Ao Público Imparcial*. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 B. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/4420>

nas palavras deste último, de que era um infiltrado no movimento rebelde. Destes, apenas José Thomaz d'Aquino e o capitão Manoel José Gomes foram soltos posteriormente, segundo o documento de 8 de setembro de 1828 assinado por José Herculano Pereira Lisboa da Cunha, escrivão da ouvidoria geral do crime.

A conspiração de 1828 foi interceptada e não chegou a ser executada, mas manteve agudo o tensionamento político. Seu algoz, José Egídio Gordilho de Barbuda, então Visconde de Camamu, seria assassinado em Salvador, no dia 28 de fevereiro de 1830. O assassino nunca foi identificado. Perdemos o rastro de parte dos personagens da conspiração. Nela houve, destarte, uma renovação dos quadros rebeldes na Bahia, na medida em que surgiram novos personagens, enquanto velhos conhecidos agentes de contestação da ordem saíram de cena, pela idade avançada, ostracismo ou alinhamento ao poder central do Rio de Janeiro. Alguns dos jovens quadros que atuaram em 1828, participarão das revoltas federalistas que ocorreram na Bahia entre 1831 e 1833 e, depois, na Sabinada. Resgatar os elementos do movimento de 1828, cumpre uma função historiográfica, que consiste em demonstrar a continuidade da contestação da ordem no pós-Independência. República e federalismo, na província da Bahia, mais do que conceitos e palavras recorrentes se materializam em ações políticas.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Público do Estado da Bahia. Revolução (Bahia, Cachoeira, São Félix). Maço 2855, Conspiração contra a forma de governo (1828).

Arquivo Público do Estado da Bahia. Independência. Ofício informando a prisão do Capitão Poncio e a necessidade que há de fazer prender o Padre Olavo, ambos emissários à Vila de Maragipe. BR BAAPEB CIBB-COR-017-244.

Arquivo Público do Estado da Bahia. Correspondência para o Governo Imperial, maço 677, doc. 220

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. CÂMARA, José de Sá Bittencourt e. Carta do comandante das armas a um visconde residente na corte sobre a conspiração na Bahia e as pessoas nelas implicadas. Salvador, 12 de junho de 1828. 5 fls.

FONTES IMPRESSAS:

BARBUDA, José Egídio Gordilho de. **Ao Público Imparcial**. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 A. 12 p.

BARBUDA, José Egídio Gordilho de. **Ao Público Imparcial**. Bahia: Typographia Imperial e Nacional, 1828 B. 3 p.

CANECA, Joaquim do Amor Divino. **Obras Políticas e Literárias**. Recife: Universal, 1875. 2 v.

MANSFELDT, Julius. **Meine Reise nach Brasiliens im Jahre 1826**. Magdeburg, gedruckt bei E. Bäusch, 1828, tomo II.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Autos do inquérito da Revolução Praieira**. Brasília: Senado Federal, 1979.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na obra da Independência Nacional**. Salvador: Edufba, 2005.

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial Bahia, 1831-1833**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

ARAUJO, Dilton *et al.* **Sociedade e Relações de Poder na Bahia: Séculos XVII-XX**. Salvador: Edufba, 2014.

Bahia, 2 de Julho: uma guerra pela Independência do Brasil/
Organizado por Maria das Graças de Andrade Leal; Virgínia
Queiroz Barreto e Avanete Pereira Sousa. Salvador: Eduneb, 2023.

CASTRO, D. D. B.; LIMA JUNIOR, F. P. **Padre Mestre Cônego Dr. Antônio Joaquim das Mercês (1786-1854)**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1977.

ESCRAGNOLLE, Luiz Affonso d'. O Visconde de Camamu e o Derrame de Moedas Falsas de Cobre na Bahia. *In: Anais do 1º Congresso de História da Bahia*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1950. Vol. 4, p. 143-169

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas. *Anos 90*, Porto Alegre, 2006, p. 323-350.

FRUTUOSO, Moisés Amado. **“Morram marotos!”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823)** Salvador, 2015, 139 f.

GUERRA FILHO, Sérgio. **O Antilusitanismo na Bahia (1822-1831)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social). PPGH / UFBA. Salvador, 2015.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: Comércio, Recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)**. Dissertação de Mestrado PPGH / UFBA, Salvador, 2005.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.43, 2002.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. O caçador de pedreiros-livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria lusobrasílica (1799-1804). **Revista de História** (São Paulo), n. 176, 2017.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil**. Niterói, 2007.

REIS, Arthur Ferreira. Os Corcundas e os Periquitos: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia. **Anais do VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est: Culturas Políticas e Conflitos Sociais**, Espírito Santo, p. 124-133, set. 2017

REIS, João José. Cor, classe, ocupação, etc: o perfil social às vezes pessoal dos rebeldes baianos 1823-1833. *In*: REIS, João José Reis; AZEVEDO, Elciene. **A escravidão e suas sombras**. Salvador: Edufba, 2012,

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na independência da Bahia. *In*: SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Brasília: Civilização Brasileira, 1977.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

TRETTIN, Alexander. **O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)**. Dissertação de Mestrado PPGH / UFBA, Salvador, 2010.

VENTURINI, Luan Gabriel Silveira. O sonho por uma República: considerações acerca do movimento separatista da Província da Bahia, **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº14 jan-jun, 2018. p.231-243

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia (1821-1823)**. São Paulo, 2010. 310 f.

O BICENTENÁRIO DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL

Ricardo Nogueira¹

RESUMO

Celebrando o bicentenário da primeira Constituição brasileira, oferecemos o presente artigo com o intuito de contribuir aos estudos da nossa história constitucional, examinando o texto e o contexto da inauguração do constitucionalismo moderno no Brasil. No desenrolar do processo civilizatório, a fim de superar limitações anacrônicas, iremos apreciar os mais relevantes fatos históricos, sociais e políticos, conjugados com a análise das principais normas constitucionais, situando-as no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Colonialismo; Independência Nacional; D. Pedro I; Império; Absolutismo; Liberalismo; Monarquia constitucional; Soberania; Poder Constituinte; Constituição; Constitucionalismo; Poder Moderador; Conselho de Estado.

¹ Consultor Jurídico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Advogado. Pós-graduado em Direito de Estado pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Salvador.

ABSTRACT

Celebrating the bicentenary of the first Constitution of Brazil, we offer this paper to contribute to the studies of our constitutional history, examining the text and context of the inauguration of modern Brazilian constitutionalism. In the civilizing process development, to surpass anachronistic limitations, we will appreciate the most relevant facts historical, social and political, combined with the analysis of the main constitutional norms, placing them in time and space.

Keywords: Colonialism; National Independence; D. Pedro I; Empire; Absolutism; Liberalism; Constitutional Monarchy; Sovereignty; Constituent Power; Constitution; Constitutionalism; Moderating Power; Council of State.

1 PROLEGÔMENOS DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

No dia 25 de março de 2024, comemorou-se o bicentenário da Constituição mais longa da história do Brasil, que vigeu por 65 (sessenta e cinco) anos, 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias, interrompida pelo golpe militar que instituiu a República, no dia 15 de novembro de 1889.

Nasceu formalmente o constitucionalismo moderno, no Brasil, com a edição da Constituição escrita, em 1824. Todavia, a gestação desse movimento constitucional nos permite relacioná-lo a fatos pretéritos, como a Revolução Industrial inglesa, a Revolução Norte-Americana, a Revolução Francesa, o colapso do *ancien régime*, as guerras napoleônicas, o bloqueio continental, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a Revolução Liberal no Porto e a Independência Nacional brasileira.

Por sua vez, o texto escrito da Constituição de 1824 pode ser relacionado, principalmente, com os documentos solenes da histórica Constituição inglesa, com a Constituição francesa de 1791, a Constituição de Cádiz de 1812, as bases constitucionais das Cortes portuguesas de 1821 e com o Projeto elaborado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, no seio da Assembleia Constituinte de 1823.

1.1 O CENÁRIO EMANCIPATÓRIO DO BRASIL

Superando o antigo regime, com os seus caracteres dinásticos e absolutistas, a Revolução Francesa desestruturou o equilíbrio de poderes anterior, estruturado socialmente na nobreza, no clero e no terceiro estado, e transferiu o elemento soberano das monarquias para a nação. Com isso, os atos régios foram substituídos pelas Declarações de Direitos e pelas Constituições².

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte, alterou-se substancialmente o quadro europeu, acelerando o desmoronamento das monarquias do velho continente e influenciando o processo de emancipação das colônias americanas. Enfatiza Rubens Ricupero³ que “coube a Napoleão Bonaparte subverter de modo profundo e duradouro as estruturas que apoiavam as monarquias ibéricas, acelerando a demolição do sistema colonial implantado na América”⁴.

² Na modernidade, com a acentuação da complexidade da estrutura social, tornou-se imperiosa a garantia dos direitos naturais, isto é, dos direitos inerentes à natureza humana, em textos escritos, através de solene declaração de direitos fundamentais e da prévia organização do funcionamento dos poderes políticos, visando a limitação do arbítrio dos governantes.

³ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 82.

⁴ Desde a era dos descobrimentos, os territórios do continente americano es-

As chamas incendiárias da revolução francesa não deixaram de saltar ao Brasil⁵. Contudo, por aqui, o movimento de emancipação se desenrolou de modo gradativo e reformista⁶, em comparação às rupturas revolucionárias, vivenciadas pelas colônias castelhanas, na América. Isso permitiu ao Brasil figurar como a única monarquia em solo americano, preservando a sua unidade territorial.

Outro fato importante, nesse processo, foi a instituição do bloqueio continental por Napoleão, através dos decretos de Berlim (1806) e Milão (1807), que pretendiam sufocar o comércio internacional britânico⁷.

Como a monarquia portuguesa possuía diversas colônias espalhadas pelo globo, não poderia aderir à coligação posicionada contra

tiveram sob o controle das metrópoles europeias até a conquista da independência pelos Estados Unidos da América, no dia 04 de julho de 1776. O Haiti foi o segundo país a conquistar a sua independência em 01 de janeiro de 1804, de um modo emblemático, conflituoso e traumático#. Conquistaram em sequência as suas independências Colômbia e México (1810), Paraguai e Venezuela (1811), Argentina (1816), Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru (1821), Equador e Brasil (1822) e outros posteriormente.

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*: antes da sua separação e independência de Portugal. 8. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, Tomo 5, p. 12.

⁶ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império*: ideias e lutas do Partido Conservador brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 59.

⁷ A política internacional franco-espanhola exigia de Portugal a declaração de guerra à Inglaterra, a adesão ao bloqueio continental, a prisão dos ingleses, o sequestro dos bens destes que estivessem em solo português, e até incorporaria seus navios à esquadra francesa. Portugal chegou a ceder à causa continental, decretando em 22 de outubro de 1807 o fechamento dos seus portos aos navios provenientes ou destinados à Inglaterra e, em 18 de novembro, a prisão dos súditos ingleses e o sequestro dos seus bens (Maior, Souto Armando. *História do Brasil*. 9.ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p.225).

a maior potência marítima. Para não deixar as colônias à mercê da represália dos ingleses⁸, Portugal preferiu celebrar com a Inglaterra, secretamente, no dia 22 de outubro de 1807, uma convenção que assegurava a escolta naval à Corte portuguesa, caso fosse necessária a sua transferência para o Brasil⁹, mediante a garantia de equidade dos direitos em relação aos portos.

No dia 29 de novembro de 1807, a Corte portuguesa zarpou de Lisboa para o Brasil¹⁰, aportando a Família Real na Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Chegando em solo brasileiro, D. João VI decretou em 28 de janeiro de 1808¹¹ a abertura dos portos às nações amigas.

⁸ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 31.

⁹ Na Europa, os lusitanos resistiram a três invasões napoleônicas, que durariam até o início de 1811. Na América, D. João deu seguimento à guerra contra a França, declarando-a em 10 de junho de 1808, vindo a ordenar uma expedição militar a Guiana Francesa, que a conquistou. As guerras na Europa encerraram-se com a derrota de Napoleão na Batalha de Waterloo, em 18 de junho de 1815, tendo ele abdicado no dia 24 do mesmo mês. Com isso, nas negociações do Tratado de Paris, foi prevista a restituição da Guiana à França, mesmo sem a participação de Portugal na rodada. Somente após o Congresso de Viena é que foi aceita por Portugal a devolução do território aos franceses, o que ocorreu de fato em 1817.

¹⁰ Como anota Pedro Calmon (Ob. Cit., p. 36), em 27 de agosto de 1807, Tomás Antônio Vila Nova havia sugerido o envio do Príncipe D. Pedro ao Rio de Janeiro, para salvaguardar a dinastia portuguesa. Contudo, o ministro inglês Lord Strangford convenceu D. João da urgência da sua fuga para o Brasil. Sob caótico cenário de lama, escândalo, choros e vaias, embarcava a Família Real e a sua Corte para o Brasil (Maior, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 227).

¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 8. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, Tomo 5, p. 102.

A medida estendeu-se a todo o litoral do país¹², tendo o efeito de encerrar o monopólio português no comércio marítimo e de graduar o Brasil à postura metropolitana. Ao atravessar os mares para além dos trópicos e decretar a abertura dos portos brasileiros, D. João trouxe consigo o gérmen do desenvolvimento¹³ e acertou um golpe contra o bloqueio continental francês.

Com o fim da ameaça napoleônica, o Príncipe Regente D. João resolveu elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, por aconselhamento de Talleyrand¹⁴, delegado do Rei de França, e, posteriormente, do Conde da Barca. Para isso, editou ele uma norma de índole constitucional, através do Decreto de 16 de dezembro de 1815, que, no sentir da douta Prof^a Antonietta d'Aguiar Nunes,¹⁵ constitui a data da real independência do Brasil.

D. João permaneceu no Brasil de 1808 a 1821, incluindo seis anos após o fim das hostilidades napoleônicas. Esse fato nos trouxe todos

¹² Anteriormente, em 1780, com a extinção das companhias que monopolizavam o comércio do Brasil, havia sido declarada a liberdade de comércio para todos os mercadores (Nunes, Antonietta d'Aguiar. *História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 288).

¹³ Com a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, a administração do Reino e a política externa passaram a ser decididas na colônia, repercutindo também na vida cultural, com acesso a livros, fundação do primeiro jornal, abertura de teatros e bibliotecas. Outras medidas liberalizantes foram adotadas por D. João VI para fomentar o desenvolvimento do Brasil, revogando proibições de instalação de manufaturas na colônia e isentando tributos incidentes na importação de matérias-primas destinadas à indústria.

¹⁴ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 65.

¹⁵ NUNES, Antonietta d'Aguiar. *História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 303.

os atributos de nação soberana¹⁶ e acabou por contrariar o interesse da Corte portuguesa¹⁷.

Nesse contexto e sob a influência do movimento liberal espanhol¹⁸, irrompeu a Revolução do Porto em 24 de agosto de 1820, de índole liberal e constitucionalista, liderada pela burguesia mercantilista portuguesa.

Formou-se uma Junta Provisional, sediada na cidade do Porto, para governar Portugal, exigindo o retorno do Rei à Metrópole e a convocação de eleições para constituir deputados às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, com a finalidade de elaborar uma Constituição.

1.2 AS INSPIRAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO BRASIL

Em 9 de março de 1821, as Cortes portuguesas aprovaram “As Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa”, designadas

¹⁶ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 22.

¹⁷ Encerrada a referida ameaça e na ausência do Rei, Portugal esteve submetida, sob cooperação militar dos ingleses, à ditadura militar do General inglês William Carr Beresford, gerando forte descontentamento na população.

¹⁸ Os eventos ocorridos na Espanha, em 1820, são um marco no constitucionalismo europeu e um paradigma da resistência patriótica às forças estrangeiras (SILVA, Jairdilson da Paz. *Constitución, prensa y revolución: los movimientos liberales de 1820 (Nápoles, Oporto y Turín) y sus reflejos en los periódicos españoles*. Salamanca: Ratio Legis Ediciones, 2018). A Constituição de Cádiz, aprovada em 18 de março de 1812 pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Espanha, foi interrompida pela restauração do absolutismo espanhol de Fernando VII a 04 de maio de 1814 (Leal, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 29). Em janeiro de 1820, o movimento liberal espanhol obrigou o Rei Fernando VII a jurar e restabelecer a Constituição de Cádiz.

singelamente de “bases constitucionais” ou mesmo de “Constituição provisória”, orientando a elaboração da legítima Constituição futura, que observaria a igualdade perante a lei (art. 11), a divisão de poderes (art. 18), a ausência do poder de veto de leis pelo monarca (art. 23), a proclamação dos direitos do homem e a soberania da nação.

Almejando a recolonização do Brasil e aventando a possibilidade de desintegrar a unidade territorial brasileira¹⁹, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa resolveram extinguir a figura do Reino Unido, integrando à nação portuguesa as províncias brasileiras como suas, situadas em território ultramarino, subordinadas diretamente ao governo português, sediado em Porto. Bem assim, ordenaram as Cortes o retorno de D. Pedro para a Europa, certamente pretendendo um golpe republicano contra a Família Real.

¹⁹ Conforme lição da Prof^a. Antonietta d’Aguiar Nunes (*História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 167), a desintegração do território brasileiro já havia sido tentada em 1572 e em 1608, em Estado do Norte e Estado do Sul. Em 1572, D. Sebastião dividiu o Brasil em dois governos, com sedes na Bahia, sob chefia de D. Luís de Brito, e no Rio de Janeiro, sob chefia de D. Antônio de Salema (Maior, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 85). Em 13 de julho de 1621, Portugal dividiu o território brasileiro entre Estado do Maranhão e Grão Pará e Estado do Brasil. Em 1772, o estado ao norte foi subdividido em Estado do Grão Pará e Rio Negro, cuja capital era Belém, e o Estado do Maranhão e Piauí, cuja capital era São Luís. Logo em 1774, o Marquês de Pombal reunificou toda a América Portuguesa, com dez capitanias gerais e nove capitanias subalternas. Em 1815, com a elevação do Brasil ao Reino Unido, as capitanias alcançaram a dignidade de províncias, o que se constitucionalizou em 1824. Foram determinantes as ações de José Bonifácio, durante o período da independência, para assegurar a unidade territorial brasileira (Nogueira, Octaciano da Costa. *A Constituição de 1824*. 3. ed., Brasília: Senado Federal, 2018, p. 20).

No Brasil, começaram a se formar Juntas Provisórias de Governo, em adesão à Revolução do Porto. Na Bahia, no ano de 1821, houve duas rebeliões, nos dias de 10 de fevereiro e de 25 de março. Foi nesse contexto que o Rei D. João VI expediu o Decreto de 24 de fevereiro de 1821, aprovando antecipadamente a Constituição ainda inexistente, que viria a ser editada pelas Cortes portuguesas. Em 18 de abril de 1821, o Rei D. João VI reconheceu as juntas revolucionárias e decidiu retornar a Portugal em abril de 1821, quando convocou eleições para compor a representação que prepararia a primeira Constituição do Reino português.

Pouco antes de retornar a Portugal, forçado pela deputação tumultuária da Assembleia brasileira, o Rei D. João VI reconheceu, por Decreto de 21 de abril de 1821, a vigência da Constituição de Cádiz no território brasileiro, enquanto não se estabelecesse a Constituição deliberada pelas Cortes portuguesas. No dia seguinte, porém, o Rei revogou o decreto em questão²⁰.

Prevenindo a dominação das Cortes portuguesas sobre a monarquia, D. João VI, ao retornar para Portugal, a 26 de abril de 1821, deixou no Brasil o Príncipe D. Pedro²¹, nomeado como Regente do

²⁰ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 26.

²¹ O Príncipe Pedro de Alcântara nasceu em 12 de outubro de 1798, no Palácio de Queluz, especificamente no aposento Dom Quixote, onde veio a falecer em 24 de setembro de 1834. No Brasil, a permanência da Família Real em nosso território permitiu a formação de vínculos entre a autoridade real e os líderes do poder local, frutificando à D. Pedro a liderança do processo emancipatório da nação, preservando ainda a unidade territorial, a centralização política, a estabilidade jurídica e a monarquia.

Brasil, por decreto que regulamentou os seus poderes e previu a sua substituição por D. Leopoldina, em caso de impedimento²².

A 29 de dezembro de 1821, chegou ao Rio de Janeiro uma série de decretos, outorgados entre 29 de setembro e 1º de outubro daquele ano, determinando ao Príncipe Regente que retornasse para estudar na Europa e instituindo juntas para governar as províncias, sujeitas diretamente à Metrópole. Em correspondência a D. João VI, em 21 de maio de 1822, ele pediu algum meio de manter a união, porque, de outro modo, breve viria ela a cessar inteiramente, pois “sem igualdade de direito, em tudo e por tudo, não há união”, pois, “ninguém se associa para ver piorar a sua condição”²³.

A insubmissão do Príncipe Regente significaria o rompimento do laço entre os países e a independência do Brasil, sendo este o único modo de manter a unidade territorial, que interessava aos brasileiros, bem assim ao comércio internacional dos ingleses.

A confluência dos anseios brasileiros foi atestada por amplo abaixo-assinado promovido no Rio de Janeiro, a 29 de dezembro, com adesão de oito mil pessoas, seguido de representações das províncias pela permanência do Príncipe Regente. No dia 09 de janeiro de 1822, na presença dos vereadores e do povo, após ouvir conceituoso discurso do presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que aludia à grave situação e pedia, ao final, que a Sua Alteza ficasse para estreitar os vínculos com a pátria, D. Pedro I proferiu as célebres palavras que marcaram o famoso Dia do Fico: “Como é para o bem de todos

²² REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p. 122.

²³ BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. *Império de verdades: a história da fundação do Brasil*, contada por um membro da família imperial brasileira. São Paulo: LVM Editora, 2022, p. 290.

e para a felicidade geral da nação, estou pronto! Diga ao povo que eu fico”! A declaração do “Fico” fôra um grande passo em direção à independência do Brasil²⁴.

Prosseguindo os atos de ruptura com Portugal, em 09 de fevereiro de 1822, D. Pedro subiu a bordo da fragata e, de fogos acesos, ordenou ao poder militar da Metrópole que embarcassem no dia seguinte para a Europa, sob pena de atacá-los: “Já ordenei! E se não executarem amanhã, começo-lhes a fazer fogo!”, no que foi obedecido²⁵. Às outras tropas portuguesas, que permaneceram no território brasileiro, D. Pedro declarou guerra em agosto de 1822, quando chamou de volta ao Brasil os deputados brasileiros junto às Cortes Portuguesas²⁶.

No dia 13 de maio de 1822, data do natalício do Rei D. João VI, a maçonaria concedeu ao filho do aniversariante o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, transferindo-lhe os efusivos louvores. Em maio de 1822, o Parlamento viria a lhe conferir o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”.

²⁴ MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 251. Tinha clara consciência do sentido que caminhava o Brasil a articuladora do Dia do Fico, dizendo D. Leopoldina ao Marquês de Marialva, em carta datada de maio de 1822: “a nossa permanência no Brasil (...) é o único meio de evitar a queda total da monarquia portuguesa”. Nesse sentido, D. João VI também alertara o filho, dizendo que nas Cortes conspiravam contra ele. REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p.134.

²⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 122.

²⁶ REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p. 142.

2 DA INSTALAÇÃO DO PODER CONSTITUINTE

Em 16 de fevereiro de 1822, D. Pedro convocou o Conselho de Procuradores das províncias, com a finalidade de aconselhamento sobre aprovação de leis, tendo funcionado entre 2 de junho de 1822 e 7 de abril de 1823. No dia seguinte à sua instalação na capital, isto é, no dia 3 de junho, o Conselho de Procuradores requereu ao Príncipe Regente que convocasse a Assembleia Constituinte, formada por representantes das províncias.

No mesmo dia do requerimento e antes mesmo da Declaração da Independência, D. Pedro assinou o decreto de convocação da Assembleia Constituinte e Legislativa, para elaborar uma Constituição que primasse pela independência moderada e pela união nacional com Portugal. A trajetória no sentido da independência nacional avançava, destacando-se a coexistência, no Reino, de duas Assembleias Constituintes, a brasileira e a das Cortes portuguesas.

Foi nesse contexto que, com apenas 24 anos de idade, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a Independência do Brasil, às margens do rio Ipiranga, vindo a ser aclamado Imperador e receber o título de Dom, após proferir as palavras: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil (...) Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será independência ou morte!”

Internamente, a Independência Nacional consolidou-se pela vitória brasileira nos conflitos armados, eclodidos no país, e com a expulsão das tropas hostis na Bahia, no Maranhão e no Pará, no ano de 1823, e na Cisplatina em 14 de fevereiro de 1824. Do ponto de vista internacional, porém, é correto o dizer de Pedro Calmon²⁷, segundo

²⁷ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 162.

o qual a consolidação do Império concluiu-se com o reconhecimento da Independência Nacional pelas potências estrangeiras²⁸.

2.1 DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA

Em 03 de junho de 1822, D. Pedro I convocou, por decreto, uma Assembleia Constituinte e Legislativa, em um Brasil ainda vinculado ao Reino de Portugal, isto é, antes da Declaração da Independência Nacional. Nem assim as Cortes portuguesas foram sensíveis às questões domésticas brasileiras e as disputas se acentuaram.

Composta por eclesiásticos, desembargadores, bacharéis e militares, a Assembleia Constituinte e Legislativa compunha-se de cem deputados, eleitos nas províncias. Segundo parecer de John Armitage²⁹, à exceção de destacada meia dúzia de deputados, a Assembleia compunha-se de

²⁸ Em 25 de junho de 1823, as Províncias Unidas do Sul – ou do Rio da Prata –, hoje Argentina, foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil. Em Washington, no dia 2 de dezembro de 1823, o Presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe, reconheceu a Declaração da Independência do Brasil, o que veio a ser formalmente ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos em 26 de maio de 1824. O reconhecimento pela Santa Sé ocorreu em 27 de fevereiro de 1825, quando o Papa Leão XII recebeu o enviado brasileiro. O reconhecimento de Portugal só veio a ocorrer em 29 de agosto de 1825, mediante a assinatura do Tratado de Paz e Aliança (Accioly, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; et CASELA, Paulo Borba. *Manual de direito internacional público*. 16. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 254), que obrigou a colônia a pagar duas milhões de libras à antiga Metrópole, a título de reparação. O reconhecimento pela França ocorreu em 26 de outubro de 1825, pela Áustria em 30 de dezembro de 1825, pela Suécia em 5 de janeiro de 1825, pela Inglaterra foi proclamado em 31 de janeiro de 1826.

²⁹ ARMITAGE, John. *História do Brasil*, p. 57, *apud* LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 52.

moços inexperientes e de velhos ambiciosos, faladores insuportáveis, que não tinham fé naquilo que estavam fazendo.

2.1.1 DA FALA DO TRONO

Em 3 de maio de 1823, inaugurou-se a primeira sessão da Assembleia Constituinte, para a abertura dos trabalhos, na qual D. Pedro I anunciou a Fala do Trono, concluindo-a ao dizer que esperava uma Constituição merecedora da sua aceitação imperial, jurando defendê-la, se fosse digna do Brasil e dele mesmo.

Muito criticada essa fala dentre os historiadores, como se a Assembleia estivesse desde já despojada do Poder Constituinte. Todavia, aponta Boris Fausto³⁰ a origem dessa fala, como exata cópia da carta constitucional da França, de 1814, na qual o Rei Luís XVIII tentou retomar a tradição monárquica, após a derrota de Napoleão.

Pretendia o Imperador repetir a fórmula, segundo a qual, a Constituição é um pacto formado entre a Assembleia Constituinte, representante da nação, e o monarca soberano. É nessa perspectiva que a aceitação imperial ao Projeto de Constituição constituiria o pressuposto da legitimidade do pacto constitucional.

2.1.2 DO PROJETO DA CONSTITUINTE

No âmbito da Assembleia, para elaborar o projeto de Constituição, reuniu-se uma comissão de sete membros eleitos, formada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva com 40 votos, Antônio Luís Pereira da Cunha com 30, Pedro de Araújo Lima com 20, José Ricardo da Costa Aguiar d'Andrada com 19, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá com 18, Francisco Muniz

³⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 127.

Tavares com 16 e José Bonifácio de Andrada com 16, todos sob a presidência do primeiro, que se revelou logo o líder da Constituinte³¹. Após reprovar os projetos apresentados pelos membros da comissão³², o próprio Antônio Carlos redigiu, em 15 (quinze) dias, o seu projeto, com 272 artigos.

Em 1840, Antônio Carlos declarou, na Câmara dos Deputados, que o seu Projeto de Constituição havia sido inspirado nas Constituições da França de 1791 e da Noruega de 1814, ao que podemos acrescentar a influência das Constituições dos EUA de 1787, de Cádiz de 1812 e as bases constitucionais, elaboradas pelas Cortes Portuguesas, das quais o referido constitucionalista foi membro representante do Brasil³³. Como ressalta Aurelino Leal³⁴, é preciso convir que a fonte comum de todas as inspirações sempre foi a Inglaterra, o berço do constitucionalismo moderno.

³¹ ROURE, Agenor de. *Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p. 106.

³² Na sessão de 24 de abril de 1840, da Câmara dos Deputados, Antônio Carlos relatou a sua reprovação dos projetos dos demais membros da comissão da Constituinte, tendo dito, sem cerimônia, que “não prestavam para nada” (LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 58).

³³ A Constituição francesa de 1791 adotou o regime político da monarquia limitada (Alecim, Otacílio. *Idéias e instituições no Império: influências francesas*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, p. 25), porém não subsistiu e foi substituída pela República e, posteriormente, pelo regime napoleônico. Já a Constituição de Cádiz, de 1812, quedou-se pelo retorno da monarquia absolutista e foi reprimada pelo movimento liberal espanhol. Ambas as Constituições foram os principais modelos de monarquia constitucional.

³⁴ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 95.

Apresentado o Projeto de Antônio Carlos à Assembleia em 30 de agosto de 1823, José Bonifácio pretendeu a sua promulgação como estava, dispensando debates parlamentares³⁵, o que foi refutado pelo Imperador por considerar a proposta antiparlamentar³⁶. Antes mesmo da convocação da Assembleia Constituinte, D. Pedro I havia revelado a José Bonifácio o seu intuito de submeter o Projeto, organizada pela Assembleia e pelos conselheiros da Coroa, às Câmaras municipais³⁷, para assegurar a legitimidade popular e desconcentrar o poder político.

2.1.3 DAS TENSÕES POLÍTICAS ENTRE O GOVERNO E A ASSEMBLEIA

De início, era respeitosa a relação entre o Imperador e a Constituinte³⁸, surgindo, porém, uma série de tensões entre aquele e alguns deputados, liderados pelos irmãos Andrada³⁹, a exemplo de fatos

³⁵ No debate parlamentar, a partir das posições de Antônio Carlos e José Bonifácio, tornou-se comum referir a doutrinas constitucionais para alegar a inconstitucionalidade de certos atos do governo, mesmo sem a existência de uma Constituição escrita, o que revela a presença do espírito do constitucionalismo britânico, em cujo país havia tão-somente o que se convencionou chamar de Constituição histórica (ROURE, Agenor de. *Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p. 108).

³⁶ REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p.176.

³⁷ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p.146.

³⁸ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p.67.

³⁹ Quando José Bonifácio e Martim Francisco de Andrada renunciaram ao ministério, passaram eles à oposição ao Imperador, orientando firme campanha jornalística contra o monarca, através dos jornais “O Tamoió” e “O Sentinela da Liberdade à beira-mar da Praia Grande”, acirrando os ânimos contra os portugueses, ao denunciar o risco da retrocessão da independência conquistada.

como a anistia concedida por D. Pedro, em 16 de julho de 1823, aos acusados de crimes políticos, na província de São Paulo; a nomeação do deputado Felisberto Caldeira Brant Pontes a negociador de um empréstimo em Londres; a concessão do título de Marquês ao *Lord* Cochrane etc.

Ambiciosa a Assembleia para operar a política como peça principal, as ações parlamentares deixaram evidente a tendência ao abuso de poder com a tentativa de dominar em demasia o Poder Executivo⁴⁰, exercido pelo monarca. *Verbi gratia*, com a Lei de 20 de outubro de 1823, tentaram reduzir o poder do monarca ao decretar a desnecessidade da sanção imperial para a aprovação das leis por votadas pela Assembleia. Outro exemplo, lembrado por Manuel de Oliveira Lima⁴¹, a feroz oposição legislativa censurou até mesmo a outorga do título de Marquês do Maranhão, pelo Imperador, ao *Lord* Cochrane, um dos heróis da independência brasileira.

Acirrava-se, na Assembleia e nos jornais, o sentimento xenofóbico contra os portugueses⁴², aventando o risco de retorno à condição de

⁴⁰ A concentração dos poderes constituinte e legislativo, na Assembleia, contrariava, na origem, o princípio do constitucionalismo, residente na separação de poderes como forma de limitar o arbítrio, sendo lícito, nesse aspecto, questionar a sua legitimidade teórica.

⁴¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. São Paulo: Faro Editorial, 2021, 1ª edição, p. 24. Nesse episódio, o festejado deputado Francisco Gomes Brandão Jê Acaiaba de Montezuma suscitou dúvidas sobre a constitucionalidade do decreto de outorga do título de Marquês do Maranhão, pelo Imperador, quando não existia sequer Constituição votada (ROURE, Agenor de. *Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p.265).

⁴² Em tais circunstâncias, chegou o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva a questionar a natureza ambígua do próprio Imperador, discursando que até no ápice e sumidade da nação figurava alguém que nunca

colônia e atacando o exército, cuja composição ainda era majoritariamente portuguesa, principalmente após a absorção das forças militares presas durante as guerras da independência. Compreensível a preocupação, notadamente diante da incorporação de oficiais portugueses, oriundos das tropas vencidas na Bahia⁴³, ao exército brasileiro⁴⁴.

Nesse cenário catastrófico, dois oficiais portugueses espancaram o boticário David Pamplona Corte Real, a quem se atribuía erroneamente a autoria de um artigo jornalístico⁴⁵, publicado n’O Sentinela, contra a admissão de oficiais portugueses no exército brasileiro. O boticário representou à Assembleia Constituinte contra as ofensas recebidas, o que foi encaminhado, pela comissão legislativa, ao juízo ordinário.

poderia sufocar de todos os gritos da sua origem (REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p. 174). Esse mesmo deputado afirmou ser quase impossível que um português amasse de coração a independência do Brasil (MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 263).

⁴³ Inúmeros oficiais portugueses que permaneceram no Brasil havia aceitado a independência e passaram a servir na força militar do governo brasileiro, formando considerável percentual. Informa Nelson Werneck Sodré que, do total de 217 generais e brigadeiros, mais da metade eram naturais de Portugal (*História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 113).

⁴⁴ É certo que a intenção do governo era estruturar as forças militares regulares do jovem país e de distribuir os fatores reais de poder em contraposição ao absolutismo da Assembleia Constituinte e Legislativa. No entanto, a medida gerava o temor de uma sublevação que restaurasse o sistema colonial, vez que, como informa Nelson Werneck Sodré, os portugueses estavam no comando das forças militares em todas as províncias (SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.124).

⁴⁵ O verdadeiro autor dos artigos publicados no “Tamoio”, sob o pseudônimo de “um brasileiro resoluto”, era o senador Francisco Antônio Soares, que fugira para Pernambuco, quando da dissolução da Assembleia (MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 266).

Entretanto, alguns parlamentares, como Antônio Carlos e Montezuma, inflamaram os debates contra o exército e contra o Imperador⁴⁶.

Diante das tensões que seguiram entre militares e deputados, para evitar um desatino da tropa contra a Assembleia, o Imperador determinou a retirada dela da cidade para o campo de São Cristóvão. Os parlamentares exigiram que as tropas fossem retiradas para mais de 40 quilômetros da cidade⁴⁷.

2.1.4 DA DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Durante os debates parlamentares do dia 10 de novembro de 1823, houve contundente manifestação do povo nas galerias, levando o presidente da Assembleia, João Severiano Maciel da Costa a suspender a sessão. No dia seguinte, por proposta de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, a Assembleia declarou-se em sessão permanente, adentrando à noite do dia 11, motivo que a fez passar ao registro histórico como a “noite da agonia”⁴⁸.

No dia 12 de novembro de 1823, o Parlamento foi cercado por soldados, com baionetas às portas e canhões atravancando as ruas circunvizinhas. Foi lida a ordem do Imperador pela dissolução da Assembleia⁴⁹, sem se permitir discussão dela. O ato jurídico da dis-

⁴⁶ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 25.

⁴⁷ REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. 9. ed., São Paulo: Leya, 2020, p. 176.

⁴⁸ MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 265.

⁴⁹ Em 21 de abril de 1821, D. Pedro já dissolvera outra assembleia, apoiado nas tropas, contudo não possuía ela índole constitucional, sendo tão-somente a assentada dos eleitores do Rio de Janeiro, reunidos apenas para tomar conhecimento do decreto de nomeação do Príncipe Regente. A força inaugural do

solução da Assembleia Constituinte foi um decreto, desse dia datado, cujo teor pode ser encontrado integralmente no alentado estudo de Paulo Bonavides e Paes de Andrade⁵⁰.

A dissolução da Assembleia Constituinte e Legislativa ocasionou a prisão de oito dos cem deputados que a compunham, nomeadamente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Martim Francisco, José Bonifácio, Francisco Gomes Brandão Jê Acaiaba de Montezuma, Menezes Drumond, José Joaquim da Rocha, Padre Belchior de Oliveira e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Em seguida, seis deles foram exilados para a França, dentre os quais os irmãos Andrada⁵¹.

Aurelino Leal⁵² reconhece a paradoxal circunstância de que a dissolução política da Assembleia Constituinte a livrou de uma formidável dissolução moral, deixando-a cair de pé e, simultaneamente, propiciando a outorga da Carta de 1824. Apesar da sua instalação em 03 de maio de 1823, somente no dia 30 de agosto foi apresentado

Regente foi mostrada naquela primeira dissolução da Assembleia, quando os parlamentares quiseram extrapolar os seus poderes para impedir o retorno de D. João VI a Portugal. A agitação terminou com uma morte, uma prisão e muitos feridos (MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 246).

⁵⁰ BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História constitucional do Brasil*. 10.ed., Brasília: OAB Editora, 2008, p. 557.

⁵¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 25.

⁵² LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 74 e 163. Não deixou o excelso jurista baiano de reparar a antipatia e impopularidade que a dissolução da Assembleia acarretou ao Imperador, na capital. Para retardar a difusão da notícia entre as províncias, antes da partida dos presos ao exílio, informa o autor que o governo mandou fechar a barra do Rio de Janeiro.

o citado Projeto de Constituição, com 282 artigos, iniciando-se a discussão em 15 de setembro. Quando da dissolução da Assembleia, em 12 de novembro de 1823, somente os primeiros 24 artigos haviam sido debatidos.

2.2 DO PROJETO DO CONSELHO DE ESTADO

No dia seguinte à dissolução, o Imperador instituiu um Conselho de Estado, para elaborar o novo Projeto de Constituição. Funcionando sob a presidência do Imperador⁵³, o Conselho era composto de dez membros – todos brasileiros natos⁵⁴, para afastar a desconfiança antilusitana –, dentre os quais Antônio Luís Pereira da Cunha, José Joaquim Carneiro Campos e Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

O Projeto da Constituição do Conselho de Estado foi elaborado a partir do Projeto da Assembleia Constituinte⁵⁵ e, em 11 de dezembro de 1823, já estava concluído, sendo ele, segundo constata o Prof. Paulo Rezzutti, realmente mais liberal.

Outro fato que corrobora a conclusão de que a Carta de 1824 era mais liberal do que o Projeto da Constituinte era a concisão do texto da Carta, que possuía 179 artigos, enquanto o prolixo Projeto

⁵³ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 151.

⁵⁴ REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p. 178 e 80.

⁵⁵ Agenor de Roure observa que “o projeto do Conselho de Estado ou a Carta de 25 de março não é mais do que o projeto Antônio Carlos, com as mesmas palavras na grande maioria dos seus artigos” (*Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p. 268). Isso comprova que a motivação da dissolução da Constituição não era o debate do projeto, mas sim as disputas de poder entre a Assembleia e o Monarca, agravadas pelos ataques contra as forças militares.

de Antônio Carlos continha 272 artigos, sendo notório que uma Constituição mais sintética amplia o poder parlamentar ao longo da vigência do documento constitucional. Eis uma das razões que asseguraram a longevidade e a eficácia da Constituição de 1824, dotada dos reconhecidos predicados de adaptabilidade e plasticidade.

2.3 DA EXCÊNTRICA OUTORGA DEMOCRÁTICA

O Projeto de Constituição foi encaminhado às Câmaras e aos Senados das Câmaras das províncias, para que fizessem as suas observações. À quase unanimidade, foram elogiosas as palavras, pedindo juramento imediato do Projeto e afastando a necessidade de convocar nova Assembleia Constituinte.

Destacou-se, como primeira orientação nesse sentido, a manifestação da Câmara do Rio de Janeiro, emitida em 9 de janeiro de 1824, que exortou às demais Câmaras do país para que lhe acompanhassem. Dois livros foram postos à disposição do povo para assinar em apoio à imediata adoção do Projeto. Apesar do pedido do Senado da Câmara do Rio de Janeiro pela adoção imediata do projeto, D. Pedro, porém achou adequado aguardar as manifestações das casas legislativas das demais províncias⁵⁶.

Como observou Luiz Philippe de Orleans e Bragança⁵⁷, essa foi a única Constituição brasileira a ser referendada pela instância mais próxima do povo, que é a administração municipal. Com isso, é lícito

⁵⁶ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 103.

⁵⁷ BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. *Império de verdades: a história da fundação do Brasil*, contada por um membro da família imperial brasileira. São Paulo: LVM Editora, 2022, p. 294.

dizer, com Manuel de Oliveira Lima⁵⁸, que “o Brasil se converteria naquilo em que de fato veio a se transformar: numa democracia coroada”.

Entretanto, desse concerto de opiniões provincianas, divergiram algumas poucas Câmaras⁵⁹. A Câmara da vila de São Bento do Tamanduá, em Minas Gerais, aprovou o projeto, mas pediu a eleição e a instalação da Assembleia Constituinte. O Senado da Câmara da Bahia também aprovou o projeto, porém solicitou duas alterações no texto⁶⁰. Outrossim, a Câmara de Itu sujeitou-se à vontade da maioria, mas apontou algumas observações, como a diminuição do censo eleitoral, a possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados, a limitação da possibilidade de anistia de condenados etc.

A Câmara de Pernambuco não pode se manifestar por ter sido violada por manifestantes, que lhe invadiram para instalar uma Câmara revolucionária, sem votos do povo e, portanto, sem legitimidade democrática para deliberar. Desse grupo, emergiu a reprovação da Constituição, pelo voto escrito pelo frei Joaquim do Amor Divino Caneca que, assim como atacara a Assembleia Constituinte anterior-

⁵⁸ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 28.

⁵⁹ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p.106.

⁶⁰ Solicitou o Senado da Câmara da Bahia ao Monarca a retirada da vitaliciedade dos membros do Conselho de Estado e que a tropa de segunda linha só pudesse ser deslocada da província. Respondeu-lhes o Imperador de que não poderia fazer tal alteração em respeito aos votos das demais províncias, mas que as sugestões poderiam ser objeto de revisão constitucional. Quanto ao deslocamento das tropas de segunda linha, empenhou o Imperador a sua palavra de que não utilizaria tal prerrogativa, salvo em caso de perigo à independência ou à integridade do Império. Essa promessa foi cumprida e o primeiro ponto foi objeto de revisão constitucional, na edição do Ato Adicional de 1834.

mente, disparava agora contra a legitimidade do Projeto do Conselho de Estado, justamente por conta da dissolução daquela Assembleia.

A situação da província de Pernambuco agravou e culminou na proclamação da Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824, pretendendo-se a convocação de uma soberana Assembleia Constituinte e reunir, sob a forma federativa e republicana, seis províncias do Norte: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Pará. Após a decretação do nosso primeiro estágio de sítio⁶¹, pelo Decreto de 26 de julho de 1824, lastreado no art. 179, §8º, da Constituição, as tropas do Império venceram definitivamente a Confederação do Equador, punindo com a morte os seus principais líderes⁶².

A impactante dissolução da Assembleia Constituinte traz-nos questionamentos sobre a legitimidade da Constituição de 1824, sendo usual classificá-la como uma Constituição imposta pelo Imperador⁶³. Todavia, além do elemento democrático das Casas Legislativas das províncias, é de se destacar a aceitação dos parlamentares desde o Primeiro Reinado, realçando-se tal conclusão nas palavras do cons-

⁶¹ Após a decretação do estado de sítio em Pernambuco, conforme se alastraram rebeliões em outras províncias, o governo expediu novos decretos de estado de sítio no Ceará, em 5 de outubro de 1824, na Bahia, em 16 de novembro de 1824, e na Cisplatina, em 18 de maio de 1825, alcançando a marca de quatro estados de sítio nos primeiros quatorze meses de vigência da Constituição de 1824 (LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 116).

⁶² LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 27.

⁶³ A esse respeito, recorda Rodrigo Saraiva Marinho que é outorgada a Constituição atual da Alemanha, de 1946 (MARINHO, Rodrigo Saraiva. *A história do Brasil pelas suas Constituições: uma introdução*. São Paulo: LVM Editora, 2023, p. 28), à qual se somam a da Itália e a do Japão, ambas de 1947, impostas pelos estrangeiros vencedores da segunda guerra mundial.

tituante Antônio Carlos, ao sustentar na Câmara dos Deputados, em 1840, sê-la “pura cópia” do projeto por ele escrito⁶⁴. Tais fatos nos permitem afastar a alegação simplória de ilegitimidade e de outorga da Constituição de 1824.

No dia 25 de março de 1824, solenemente D. Pedro jurou a Constituição⁶⁵ em um espetáculo de gala, que terminou com um incêndio do teatro, não faltando quem o atribuísse a um conluio contra o Imperador⁶⁶.

3 DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO

Merece registro que não floresceu, de início, uma doutrina nacional que examinasse e comentasse o texto constitucional. Somente em 1857, José Antônio Pimenta Bueno nos brindou com o seu aclamado “Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império”. Outros autores de destaque foram de Zacarias de Góis e Vasconcelos, Brás Florentino, França e Leite, Visconde de Uruguai, Ribas e Melo Matos⁶⁷.

⁶⁴ Aurelino Leal afirma que os ajustes feitos pelo Conselho de Estado aperfeiçoaram-na (*História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 88).

⁶⁵ No primeiro ano de vigência, a Câmara de São Paulo solicitou a D. Pedro o retorno à monarquia absoluta, tendo ele respondido a 13 de maio de 1825 que só queria e havia de governar através da Constituição (LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p.116).

⁶⁶ CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XIX – o Império e a ordem liberal*. Campinas: CEDET, 2023, p. 152.

⁶⁷ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p.125.

Como uma Constituição dogmática, consciente dos princípios que emana, estabeleceu o texto de 1824 o Império do Brasil como uma associação política de cidadãos e não de províncias federadas⁶⁸. Constituiu uma monarquia hereditária constitucional como “fórmula de coesão nacional”⁶⁹ e instituiu uma ordem nobiliárquica não hereditária, distinguindo e reconhecendo os indivíduos pelo seu mérito e não pelo nascimento.

A caríssima questão da unidade territorial refletia no art. 1º, do Projeto de Antônio Carlos, na expressa fixação das fronteiras, o que foi afastado pelo Conselho de Estado que, vislumbrando o desenrolar do Império, dependeria da execução de tratados internacionais. Internamente, o país dividia o seu território em províncias, cujos presidentes seriam nomeados pelo Imperador. A Constituição não manteve a divisão das províncias em comarcas, distritos e termos, como previa o Projeto de Antônio Carlos.

No âmbito municipal (Artigos 167-169), cada cidade e suas vilas teriam as suas respectivas Câmaras municipais ou de distrito (art. 71), sendo compostas de vereadores eleitos pela paróquia, presididas pelo mais votado dentre os candidatos, competindo-lhes a gestão local. A Lei de 1º de outubro de 1828 enfaticamente reconhece as Câmaras como corporações meramente administrativas (art. 24), permanecendo submetidas à autoridade do Presidente da Província.

⁶⁸ Tecnicamente a federação já estava posta desde a independência, em 1822, com a união das províncias em torno do príncipe, faltando tão-somente a descentralização com autonomia, que viria a ser ampliada pela edição do Ato Adicional (TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 542).

⁶⁹ LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p.237.

O voto era censitário e indireto⁷⁰. Eram votantes da eleição primária, para a escolha dos eleitores, os cidadãos brasileiros, inclusive pessoas libertas da escravidão, com mais de 25 anos de idade e que tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis. Poderiam ser candidatos a eleitor aqueles que possuíssem renda anual superior a 200 mil-réis. Os libertos não podiam se candidatar. Os eleitores formavam o corpo eleitoral que elegia os deputados, em eleição secundária, na qual os candidatos precisavam ser católicos e ter renda anual mínima de 400 mil-réis.

É usual a crítica ao voto censitário, acompanhada da expressão “Constituição da mandioca”, ao referir-se ao texto de 1824. Contudo, além das condições sociais e das limitações tecnológicas da época, que encontrava no voto censitário a forma possível de democracia, é importante esclarecer que a referência ao cultivo da mandioca⁷¹, não

⁷⁰ Enquanto nas cidades-estados gregas se conheceu a democracia direta, na fase moderna era ela impossível em face da extensão territorial dos Estados nacionais, fazendo-se a regra do sufrágio censitário em todo lugar que se pretendia democrático, tais como Alemanha, Áustria, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Suécia e Dinamarca. O critério da renda anual visava resguardar o ambiente democrático, pressupondo a independência do votante, capaz de se autodeterminar no exercício da cidadania por ter alcançado a faculdade de se ocupar com questões políticas, além da premente preocupação da subsistência. Assim, se evitaria o flagelo do voto de cabresto, amargado ainda hoje através de programas assistenciais prestados como favores dos governantes aos necessitados.

⁷¹ De todo modo, para não incorrer o estudioso em anacronismo, é preciso compreender que a intenção do redator Antônio Carlos não era “saudar a mandioca”, como pretendeu recente Presidente do Brasil, mas sim incentivar a produção do principal alimento da economia de subsistência do país, destinado a combater a fome. Como anota a Prof^a. Antonietta d’Aguiar Nunes (*História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 241 e ss), “[...] o alimento comum do habitante do Brasil era a mandioca e tudo dela se fazia”. Muitas vezes, a escassez de farinha

a Constituição de 1824, mas sim do Projeto da Assembleia Constituinte e Legislativa.

O Poder Legislativo foi composto por duas casas: um Senado com membros vitalícios, escolhidos pelo Imperador na lista tríplice formada em cada província (art. 44), em aperfeiçoamento liberal e democrático do texto do Projeto que previa a formação da lista pela “Sala dos Deputados” (art. 101). A Câmara dos Deputados com membros eleitos indiretamente. A lei ordinária fixava o número de representantes da Câmara, devendo ser o Senado composto pela metade do número de deputados, segundo dispunha o art. 41.

O controle de constitucionalidade era exercido por todos os poderes. O Poder Legislativo exercia o controle de constitucionalidade abstrato e concreto, no início das suas sessões de modo abrangente, como representação do poder democrático, para interpretar, suspender e revogar leis (art. 15, VIII, c/c art. 173), podendo ser provocado por todo e qualquer cidadão (art. 179, XXX). O Poder Judiciário o exercia difusa e concretamente, na apreciação dos casos individuais que lhe chegavam por provocação, jamais extrapolando os limites da lide e do texto constitucional, cabendo aos tribunais tomarem assentos para

de mandioca provocava sérios problemas, demandando medidas drásticas do governo, como em 15 de fevereiro de 1688, quando o rei limitou o plantio de tabaco e a criação de gado em áreas próximas ao mar e aos rios, para destinar à produção de mandioca, relacionando a quantidade mínima de cultivo por escravo que o proprietário possuísse. Em 10 de novembro de 1690, a Câmara de Salvador exarou norma obrigando o plantio de mandioca. Em 1701, determinou-se aos comerciantes de escravos que mantivessem plantações de mandioca. Em 1767, esta medida foi estendida aos proprietários de navios negreiros. Merece registro que a Constituição francesa de 1795 utilizava o trigo como referência do pagamento de subsídios aos membros do Diretório (art. 173).

unificar a jurisprudência, o que foi regulamentado pela Lei de 23 de outubro de 1875.

Recordemos que, no *Ancien Régime*, os juízes eram vistos com desconfiança, por comporem uma casta privilegiada, não eleita pela nação. Por isso, o Poder Judiciário⁷² possuía um papel restrito às soluções dos casos concretos e difusos. Nessa linha, a Constituição de 1824 assegurava a independência do Poder Judiciário. Contudo, exercia o Poder Moderador a vigilância do Poder Judicial⁷³, quando provocado, segundo o devido processo legal, que não veio a ser estabelecido por lei. O monarca poderia suspender os juízes mediante procedimento administrativo, com prévia oitiva do acusado e do Conselho de Estado (art. 154), função esta equivalente à desempenhada hoje pelo Conselho Nacional de Justiça⁷⁴.

⁷² Na História do Brasil, o Poder Judiciário tinha como órgãos superiores o Desembargo do Paço, em sua cúpula, a Mesa da Consciência e Ordens, criada em 1532 e extinta pela Lei de 22 de setembro de 1828, e a Casa de Suplicação, criada no ano de 1521. Na instância recursal, havia o Tribunal da Relação, criado com regimento de 25 de setembro de 1567, mas instalado em Salvador apenas em 07 de março de 1609, sendo extinto pelo Alvará de 05 de abril de 1626. Nas instâncias ordinárias, exerciam jurisdição os Ouvidores, os donatários, o Provedor-mor, o Ouvidor Geral, o Provedor de Defuntos e Ausentes (1613) e as Juntas de Justiça (1765). As Câmaras Municipais exerciam também função jurisdicional, através da Mesa de Vereação, composta por mestre de ofício (1581), juiz do povo (1641), juiz de fora (1696) e juiz de órfãos (1731). As corporações de ofício, com seus juízes, escrivães e mestres, foram extintas pelo art. 179, XV, da Constituição de 1824 (NUNES, Antonietta d'Aguiar. *História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 194).

⁷³ O Projeto de Antônio Carlos falava em Poder Judiciário, enquanto a Constituição chamava de Poder Judicial.

⁷⁴ Assim como ocorre hoje em notórios casos de aposentadoria compulsória, suspensão e advertência a juízes independentes, perseguidos politicamente, o Império também registrou violações da independência dos magistrados,

O Poder Moderador, também chamado real, neutro, intermediário e conservador, era exercido pelo Imperador, pessoa considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Com base nesse poder, poderia o Imperador sancionar ou não as leis aprovadas pelo Parlamento, nomear senadores eleitos em lista tríplice das províncias, dissolver a Câmara, convocar eleições etc.

Inexistia o Poder Moderador no Projeto de Constituição, elaborado pela Assembleia Constituinte⁷⁵, estatuinto, no art. 39, a separação de três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Bem observa Aurelino Leal que o ponto verdadeiramente novo no projeto do Conselho de Estado, em relação ao Projeto de Antônio Carlos, foi a instituição do Poder Moderador, cujas bases vieram de Clermont-Tonnerre e foram sistematizadas pelo escritor francês Benjamin Constant, em seu *Cours de politique constitutionnelle*, vol. I, p. 178, conforme assinala Jellinek (*L'État moderne et son droit*). Considerando toda a história do constitucionalismo no mundo, a instituição do Poder Moderador foi uma exitosa peculiaridade da Constituição brasileira de 1824.

Previsto no Projeto de Antônio Carlos como Conselho Privado (art. 180), na Constituição de 1824 o Conselho de Estado⁷⁶ compunha-se

como no “Desembarque de Serinhaém”, quando foram afastados juizes que absolveram criminosos considerados pelo governo como culpados por tráfico ilegal de negros (NOGUEIRA, Octaciano da Costa. *A Constituição de 1824*. 3. ed., Brasília: Senado Federal, 2018, p. 27).

⁷⁵ Todavia, como observa Agenor de Roure, o principal redator do Projeto da Constituinte reconheceu o Poder Moderador do monarca, ao declarar “que só restava cumprir o que Sua Majestade ordenava”, quando da dissolução da Assembleia Constituinte (*Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p. 264).

⁷⁶ Tem origem o Conselho de Estado em Lisboa, por criação de D. Sebastião, com regimento interno datado de 08 de setembro de 1569, alterado em 1624. Tinha ele natureza política e consultiva para o monarca, que presidia as re-

de dez conselheiros vitalícios, nomeados pelo Imperador, dentre os cidadãos com mais de 40 anos de idade e renda anual não inferior a 800 mil-réis. Tinha o Conselho de Estado a função de opinar ao Imperador sobre negócios graves e medidas gerais da administração pública, funcionando como guardião das tradições do regime, mantenedor da estabilidade política e institucional. O Ato Adicional de 1834 extinguiu o Conselho de Estado, que depois foi restabelecido ordinariamente pela Lei nº. 234, de 23 de novembro de 1841, logo após a maioria de Pedro II, adotando-se o Regulamento nº. 124, de 5 de fevereiro de 1842. Os liberais desse período entenderam a importância do Conselho, vindo, porém, a extingui-lo com o golpe republicano de 1889.

No limiar da modernidade, o constitucionalismo concebia as Declarações de Direito em textos apartados das Constituições. Foi a Constituição Imperial do Brasil a primeira do mundo a elencar direitos fundamentais em seu bojo, nos 39 incisos do seu art. 179. Estabelecida como autêntica constituição-garantia, o documento limitava o exercício do poder político e assegurava aos indivíduos direitos civis e políticos, tais como plena liberdade de expressão, inviolabilidade da residência, bem como regras ao sistema prisional, que deveria ter cadeias seguras, limpas e bem arejadas, havendo separação dos presos conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes. Aboliu os

uniões (NUNES, Antonietta d'Aguiar. *História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino*. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017, p. 166). Na experiência alienígena, surgiu o *Conseil d'État* com a função primordial de estabelecer uma jurisdição administrativa para proteger o interesse dos administrados em face de decisões administrativas irregulares (HAURIOU, Maurice. *Précis de droit administratif et droit public*. 12.éd., Paris: Dalloz, 2002, p. 3). Também a Constituição de Cádiz, de 1812, previu a instituição de um Conselho de Estado, composto por 40 (quarenta) conselheiros nomeados pelo Rei (art. 231).

açoites, a tortura, a marca de ferro quente e as penas cruéis, avançando nos critérios humanitários à frente dos mais civilizados países como Dinamarca, que ainda em 1905 relacionava a redução dos assaltos nas ruas à aplicação da pena de chibatada, e Inglaterra, que por muito tempo ainda aplicou o regime de trabalho forçado⁷⁷.

Este completo sistema de garantias individuais poderia ser suspenso pelo Poder Legislativo, acrescentando a Constituição a atribuição do Poder Moderador para fazê-lo quando a Assembleia não estivesse reunida, caso em que o governo teria que prestar contas dos seus atos, a exemplo do que ocorre hoje com os estados de defesa e de sítio.

A Constituição de 1824 definiu as linhas gerais da estrutura militar oficial, nos possíveis moldes coloniais, compondo-se de tropa regular do exército, de milícias e de ordenanças, sendo estas guardas policiais auxiliares e gratuitas ao Estado, pertencendo a indivíduos, podendo ser avocadas pelo governo em caso de rebelião ou invasão estrangeira⁷⁸. Havia ainda o dever de todo brasileiro pegar em armas⁷⁹

⁷⁷ ROURE, Agenor de. *Formação constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016, p. 267.

⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.114 e 151. Em 1831, com a criação da Guarda Nacional, automaticamente se extinguiram as Milícias e as Ordenanças, ganhando um sentido democrático por voto, na nomeação de oficiais inferiores e cabos, contraindo um sentido regional, por extinção das guardas municipais, e mantendo um sentido centralizador quanto à nomeação de coronéis e majores, feitos pelo governo da Regência.

⁷⁹ A política do armamento civil se mostrou fundamental para defender a independência do povo brasileiro em diversas ocasiões, como *verbi gratia* quando da incursão francesa, liderada por Jean François Duclerc, que foi debelada pela população civil armada (MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 176).

para sustentar a independência e a integridade do Império, defendendo-o dos seus inimigos internos e externos (art. 145).

A Constituição de 1824 não tinha cláusulas pétreas, intangíveis ou com garantia de eternidade, como temos atualmente, mas era ela semirrígida por desfrutar dois grupos de normas, as formalmente constitucionais, que pela sua elasticidade podiam ser alteradas pelo rito legislativo ordinário, e materialmente constitucionais, que exigiam procedimento legislativo extraordinário (arts. 174-177).

A essa matéria de reforma constitucional, insta salientar a disposição do art. 178, que consignava a materialidade constitucional restrita às normas que tratavam das atribuições dos poderes políticos e dos direitos políticos e individuais do cidadão, o que se afina com a doutrina constitucionalista e contribuiu para a longevidade da Carta de 1824.

3.1 DO ATO ADICIONAL

Após um período de infortúnios⁸⁰, o Imperador cometeu a infelicidade de dissolver um Gabinete composto exclusivamente por

⁸⁰ Amargou D. Pedro o falecimento do seu pai D. João VI em 10 de março de 1826, o falecimento da sua esposa D. Leopoldina em 11 de dezembro de 1826 e o agravamento da sua impopularidade, decorrente da guerra ao sul, da indisciplina das tropas, da impotência das autoridades, das críticas à centralização do poder, ao Poder Moderador e ao Conselho de Estado. Ao Sul, o Brasil defendia-se do ataque argentino à Província Cisplatina, aquém do Rio da Prata, incorporada ao Brasil a 31 de junho de 1821. Em novembro de 1826, D. Pedro foi pessoalmente acompanhar as operações militares, retornando em 15 de janeiro de 1827, ao receber a notícia do falecimento da sua esposa D. Leopoldina. O tratado de paz, celebrado em 27 de agosto de 1828, viria com a mediação da Inglaterra, com o reconhecimento da independência do Uruguai (MAIOR, Souto Armando. *História do Brasil*. 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 276).

brasileiros natos para nomear um ministério formado por marqueses impopulares, ligados a ele pessoalmente, dando ocasião a protestos que exigiam o retorno do Gabinete anterior. Mantendo-se irredutível, estando abandonado por todos os elementos de força e resistência⁸¹ e sentindo o peso do espírito revolucionário, D. Pedro foi levado a abdicar do trono brasileiro⁸², em 7 de abril de 1831⁸³. Fê-lo em favor

⁸¹ Afirma Nelson Werneck Sodré que a abdicação de Pedro I fora uma obra militar, motivo que levou os oligarcas a manterem a força armada a uma distância vexatória. Já em maio de 1831, o efetivo do exército foi reduzido de 30 mil para 14.342 homens (*História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 147 e 166).

⁸² LIMA, Manuel de Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. 1ª edição, São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 28. Com diminuta corte, nesta noite inolvidável, o Imperador partiu para o cais, acompanhado pelas “negras do serviço” que gritavam de desespero, vindo ele a embarcar na nau inglesa *Warspite*, na mesma madrugada, recusando da Regência o navio de guerra brasileiro para transportá-lo.

⁸³ Após ter sido Príncipe Regente, aclamado Defensor Perpétuo do Brasil, ter declarado e conduzido a independência nacional, ter garantido a unidade territorial do Brasil, ter ouvido o clamor popular quando decidiu ficar no Brasil, ter convocado (e dissolvido) a Assembleia Constituinte, ter presidido o Conselho de Estado que elaborou a primeira Constituição do país, inaugurando o constitucionalismo brasileiro, o ressentido D. Pedro desestimulou assaz o povo, a ponto de dizer que o seu desejo era “cobrir o rosto com um véu para não ver mais o Rio de Janeiro”. Nessa oportunidade, disse D. Pedro I: “Prefiro descer do trono com honra a reinar desonrado e aviltado (...) Não querem mais saber de mim porque sou português (...) Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro. Os brasileiros prezam-no (...) Renuncio à coroa com a glória de acabar conforme comecei, constitucionalmente”. Tanto pelo império das circunstâncias como pelo impulso do seu temperamento, bem definido pelo Prof. Paulo Rezzutti (REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada*. São Paulo: Leya, 2020, p.127), que afirma: “sua sede de poder era menor que o seu amor-próprio”, abdicou o Imperador, redigindo ele próprio, solitariamente, o ato da sua abdicação, preferindo a constitucionalidade do que o despotismo.

do seu filho primogênito, menor de idade, designando como tutor José Bonifácio, o Patriarca da Independência, encarregado de cultivar a digna educação que não tivera o Pedro I, para preparar o futuro da nação.

Com a abdicação iniciou-se o intranquilo⁸⁴ período regencial⁸⁵, enquanto o herdeiro do trono não alcançava a maioridade. No ano de 1832, houve uma tentativa de golpe constitucional por alguns parlamentares que, liderados por Teófilo Otoni, pretendiam conceder aos deputados a alteração unilateral da Constituição, isto é, convertendo a Câmara em Assembleia Constituinte. Chegou-se a elaborar a chamada Constituição de Pouso Alegre para substituir a Constituição de 1824, para essa tentativa de golpe foi obstada pelo voto ponderado de Honório Hermeto que arrematou com sua frase lapidar: “faça-se tudo o que exige o bem da nação, mas pelos meios legais”⁸⁶.

De maior importância constitucional, durante o período regencial, destacaram-se a salvaguarda do princípio monárquico atribuída

⁸⁴ Ao contrário do que se pode imaginar, o período regencial foi marcado por profundas perturbações e violentos choques no Ceará em 1831, na Bahia com a sabinada em 1832, no Pará, em Pernambuco e, alcançando o Segundo Reinado, no Rio Grande do Sul com a Revolução Praieira em 1848 (SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.136 e 146).

⁸⁵ Houve quatro regências: a primeira, Regência Trina Provisória, de 1831, composta pelo Brigadeiro Francisco Lima e Silva, José Joaquim Carneiro Campos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; a segunda, Regência Trina Permanente, de 1831 a 1835, composta pelo Brigadeiro Francisco Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Moniz; a terceira, Regência Una do Padre Feijó, de 1835 a 1837; e a quarta, Regência Una de Araújo Lima, de 1837 a 1840, quando houve o golpe da maioridade.

⁸⁶ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p.135.

a Evaristo da Veiga, a supremacia do poder civil como feito do Padre Feijó⁸⁷ e a reconstituição da autoridade por obra de Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Contudo, no curso da segunda regência, após a edição de lei e eleição específicas, houve a primeira e única emenda ao texto constitucional de 1824, em toda a sua vigência de 65 (sessenta e cinco) anos. O chamado Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, redigido principalmente por Bernardo Pereira de Vasconcellos, suprimiu o Conselho de Estado, substituiu os Conselhos Gerais por Assembleias Provinciais, criou o Município Neutro e determinou que a regência passasse a ser una em vez de trina. Em seguida, a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de nº. 105, de 12 de maio de 1840, complementou as disposições da emenda.

A verificação de única emenda constitucional, ao longo de toda a vigência da Constituição mais longeva da nossa história, certifica a eficácia histórica⁸⁸ do documento e o caráter semirrígido⁸⁹ das suas normas, após os primeiros quatro anos da sua vigência (art. 174). A plasticidade e a adaptabilidade⁹⁰ da Constituição de 1824 permitiram muitas alterações do sistema político, sem a necessidade de alteração

⁸⁷ Para desarticular o exército nacional, foi criada a Guarda Nacional, mais tarde atribuída às províncias, quando teve grande empenho o Padre Feijó, que pôde ser considerado o “destruidor da força armada do país” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 144).

⁸⁸ NOGUEIRA, Octaciano da Costa. *A Constituição de 1824*. 3. ed., Brasília: Senado Federal, 2018, p. 9.

⁸⁹ FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 36. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 40.

⁹⁰ NOGUEIRA, Octaciano da Costa. *A Constituição de 1824*. 3. ed., Brasília: Senado Federal, 2018, p. 11.

do texto constitucional, *verbi gratia* quando da criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, havida por Decreto nº. 523, de 20 de julho de 1847, pelo qual o monarca instituiu uma prática próxima do parlamentarismo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São conclusivas as palavras do excelso constitucionalista baiano Aurelino Leal⁹¹ no sentido de que, durante alguns anos se tem a impressão de que os homens de Estado guardavam a Constituição como uma arca santa, ao longo do Segundo Reinado até o golpe republicano. Reconhece, contudo, que, no crepúsculo do Império, muitos embaraços políticos foram causados, ao que arremata: “Talvez o único a não lhe criar embaraços seria o segundo imperador, a quem, com todo o meu sentir republicano, distingo ainda como o maior dos brasileiros”.

Nesta data comemorativa, celebramos o bicentenário da Carta de 1824, avaliamos o contexto histórico, examinamos as influências nacionais e estrangeiras, verificamos as virtudes texto normativo e as vicissitudes políticas do período, para concluir pelo acerto das inovações, como a previsão do Poder Moderador e a inclusão da Declaração de Direitos Fundamentais do indivíduo no texto constitucional, pela legitimidade do Pacto Constitucional, firmado entre a nação e o monarca, e pelo sumo reconhecimento da longevidade e da eficácia da Constituição Imperial do Brasil.

REFERÊNCIAS

⁹¹ LEAL, Aurelino de Araújo. *História constitucional do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014, p. 147-148.

- ALECRIM, Otacílio. **Ideias e instituições no Império:** influências francesas. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.
- BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. **Império de verdades:** a história da fundação do Brasil, contada por um membro da família imperial brasileira. São Paulo: LVM Editora, 2022.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 36. ed., São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- LIMA, Manuel de Oliveira. **O império brasileiro: 1822-1889.** São Paulo: Faro Editorial, 2021.
- MAIOR, Souto Armando. **História do Brasil.** 9. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971,
- MARINHO, Rodrigo Saraiva. **A história do Brasil pelas suas Constituições:** uma introdução. São Paulo: LVM Editora, 2023.
- NOGUEIRA, Octaciano da Costa. **A Constituição de 1824.** 3. ed., Brasília: Senado Federal, 2018.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. **História da Bahia monárquica.** Simões Filho: Kalango, 2018.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. **História baiana:** dos tempos pré-históricos ao Brasil Reino. 2. ed., Simões Filho: Kalango, 2017.
- REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro:** a história não contada. São Paulo: Leya, 2020.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

ROURE, Agenor de. **Formação constitucional do Brasil.**

Brasília: Edições do Senado Federal, 2016.

SILVA, Jaírdilson da Paz. **Constitución, prensa y revolución:** los movimientos liberales de 1820 (Nápoles, Oporto y Turín) y sus reflejos en los periódicos españoles. Salamanca: Ratio Legis Ediciones, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil. 2.**

ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada:** teoria política do Império do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império:** ideias e lutas do Partido Conservador brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil:**

antes da sua separação e independência de Portugal. 8. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, Tomo 5, 1975.

CURIOSIDADES E FATOS POUCO DIVULGADOS: 2 DE JULHO DE 1823 (PARTE II)

José Nilton Carvalho Pereira¹

1. ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA CASTRO, O PERIQUITÃO,

(Currualinho-BA, 5/1/1792 – hoje município de Castro Alves –, Palmas de Monte Alto-BA, 21/10/1844). Pais: Anna da Silva Castro e João Antunes da Silva Castro. Filhos: Clélia Batista (mãe de Castro Alves), Manuel Antônio, Pórcia Carolina (famosa também por sua beleza), Ana Constança, Fausta e Idalina.

¹ O professor José Nilton Carvalho Pereira é membro da Diretoria e benemérito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; diretor e Membro Benemérito da Academia Baiana de Educação, desde 2002; Conselheiro Estadual de Educação durante 15 anos (1991-2006); membro fundador do Conselho Municipal de Educação (Lauro de Freitas-BA); sócio-mantenedor do Curso e Colégio Nobel (1973-1985), o maior colégio que já existiu na Bahia com, aproximadamente, 10.000 alunos – portanto diretor de Escola há mais de 40 anos; fundador e sócio-mantenedor do Colégio Apoio; professor de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação, desde 1971.

Na tempo da independência do Brasil na Bahia morava em Cachoeira e veio a tornar-se um dos grandes heróis do 2 de Julho de 1823. Por falta de estoque de tecido, adotou a cor verde em seu Regimento, daí o apelido “Periquitão”. Destemido, intrépido, atrevido, libertário, transmitiu essa herança de luta e protesto ao seu neto materno Castro Alves, o maior poeta brasileiro do Condoreirismo (3ª geração romântica) e um dos principais em qualquer época, famoso também por suas apóstrofes.

À época, no amplo quintal de sua casa na vila de São Félix, o “Periquitão” montou uma fabriqueta artesanal de “cartuchos” e “espingardas” de guerra. Um vizinho em frente, o coronel reformado Brás Baltasar da Silveira, ameaçava-o ironicamente: “*Está trabalhando a ‘alva’* (mortalha mortuária branca, com que à época se enterravam os mortos). Segundo Rebouças, autor do livro “Recordações Patrióticas”, Antônio José da Silva Castro esteve preso em Salvador “por questões de partilha de herança, a requerimento de um irmão de seu padraсто”. Na cadeia, na Rua da Misericórdia, desabrochou o revolucionário. Motivo: foi companheiro de prisão e recebeu instruções político-revolucionárias de graduados revolucionários pernambucanos de 1817, presos na Bahia, a exemplo de Francisco de Paula Cavalcânti de Albuquerque (futuro visconde de Suassuna e senador do Império) e Antônio Holanda Cavalcânti (várias vezes ministro do Império, desde 1830). O Periquitão era maçom, o que lhe permitiu contatos privilegiados, lastreando a gênese do revolucionário e um dos principais heróis do 2 de julho de 1823. Comandou a Revolta dos Periquitos (21 de outubro a dezembro de 1824): Os periquitos rebeldes ocuparam a cidade do Salvador e assassinaram o governador das armas, Felisberto Gomes Caldeira. (Uma injustiça: antes, Gomes Caldeira havia prestado ajuda ao Periquitão, *ver adiante*. Os alvos principais dos periquitos eram portugueses comerciantes (ver o item

“mata-maroto”). Felisberto se posicionou como governo (legalista) e José Antônio da Silva Castro, como rebelde. Lutou em seu batalhão a heroína Maria Quitéria, sertaneja de São José das Itapororocas, a cuja vila pertencera o arraial da feira nova de gado, hoje Feira de Santana. (A primitiva feira de gado, no amanhecer da expansão colonial, ficava no Capoame (nome derivado de *capoeira*, mato ralo em tupi, atual município de Dias d’Ávila).

Após a independência do Brasil na Bahia, o agora major Silva Castro ainda participou no combate à revolta dos índios Cariris e aos bandoleiros de Maracás, quando recebeu a insígnia de “Pacificador”. Posteriormente foi morar no alto sertão de Caetité onde a sorte lhe sorriu definitivamente e consta estar sepultado na cidade de Palmas do Monte Alto.

Nessa região, Manoel Trindade Moreira, procurador da Casa da Ponte (sesmaria da família Guedes de Brito, rival à de Garcia d’Ávila), era dono de elevada fortuna em barras de ouro. (Consta que o morgadio Guedes de Brito não permitia que seus prepostos comprassem novas terras.) Morre o procurador e o “Periquitão” casa-se com a viúva (Joanna de São João, dona de muitas fazendas), tornando-se beneficiário de grande riqueza. Vale a transcrição: “*seu testamento foi o mais espetacular de quantos houve no sertão: 31 fazendas grandes, sesmarias, vários sítios, sobrados em São Félix, casa em Palmas do Monte Alto e Caetité, objetos de ouro e prata, 6.594 cabeças de gado, quinhentas éguas e muitos cavalos, tudo avaliado 23.800\$000 (vinte e três mil e oitocentos contos de réis.*”(1). Resumo: a vida, os atos e a intrepidez do major Antônio José da Silva Castro, o Periquitão, daria um belo romance histórico ou um filme épico (2).

2. FELISBERTO CALDEIRA GOMES, O INTRÉPIDO HERÓI REBELDE, ASSASSINADO

Era primo do marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (dono do vapor de Cachoeira, que inaugurou a navegação a vapor na América do Sul no tempo do governo do Conde da Palma, por volta de 1808-1809). Militar, Caldeira Gomes serviu com o famoso primo no Forte de São Pedro. Comportamento rebelde, Felisberto participou da invasão do Conselho Municipal de Salvador (Câmara de Vereadores) quando foi preso.

Era o dia 3 de novembro de 1821. O tenente-coronel Felisberto Caldeira Gomes subiu a Ladeira da Praça, com um grupo, invadiu e agitou o salão do Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores) e arrancou o estandarte oficial português das mãos de um preposto. Consequências: a) os membros da Junta Provisória portuguesa estavam reunidos ali, naquela hora, em sessão plena: b) O batalhão português nº 12 ocupou a praça e dali saíram presos e escoltados, na condição de rebeldes: “...os *brigadeiros Bocacaire e José Egídio Veloso Gordilho de Barbuda**, o *coronel José Eloy Pessoa*, o tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira (destaque nosso), o *major Antônio Maria da Silva Torres*, o *major José Gabriel da Silva Daltro e o capitão José Antônio da Fonseca Machado*, os *paisanos João Carneiro da Silva Rego e Felipe Justiniano da Costa Ferreira*. *Conduzidos à fortaleza do Barbalho, dali foram de noite para a embarcação, que os levou para Lisboa (Rebouças, op. cit., p. 16-7).* (4) Futuro visconde de Camamu.

Num gesto inesperado do governo português, em Lisboa foram anistiados todos os rebeldes do 3 de novembro de 1821, inclusive o tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira. Durante a guerra, ele liderou uma brigada do Exército pacificador, sob o comando do general Labatut. Promovido a coronel e oficial da ordem do Cruzeiro, foi

nomeado comandante das armas da Bahia em 12/10/1823. Morada dos chefes militares, habitava o solar Bercquo, na ladeira da Barroquinha, onde funciona hoje a Fundação Gregório de Matos.

Após a prisão do general Labatut, foi sequestrado em sua casa e morto durante a Revolta dos Periquitos (21 de outubro a dezembro de 1824). Antes, comentava-se que, ao saber da prisão de Labatut, Caldeira Gomes teria dito: *“Um general não se prende, mata-se.”* A funesta profecia, *mutatis mutandis*, recaiu sobre o próprio coronel sequestrado.

Curiosidade: Muitas famílias, durante o decorrer do século XIX, na capital e interior, adotaram o prenome Felisberto em homenagem ao herói revolucionário. Até hoje, uma rua existe em Salvador com o nome dele.

3. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA DO PROPRIETÁRIO MANOEL ROCHA GALVÃO E SEUS IRMÃOS. A TOMADA DA CANHONEIRA PORTUGUESA EM CACHOEIRA

Família amiga do tabelião Antônio Pereira Rebouças, autor da icônica resenha histórica do 2 de Julho de 2023 e seus antecedentes (Recordações Patrióticas). Moravam no centro de Salvador, próximo à igreja do Rosário.

Junto ao arraial de Cruz das Almas, então termo de Cachoeira, possuíam o Engenho dos Poções: Manoel Rocha Galvão, juntamente com seus irmãos Lourenço, Guilherme, José e Francisco. Tomaram parte ativa nos acontecimentos da Aclamação de D. Pedro I (Cachoeira, 25/6/1822) e, com bravura, na tomada da canhoneira portuguesa (25 a 28/6/1822). Em Salvador, na região da Mouraria (Centro Histórico), ainda hoje existe a Rua Rocha Galvão, justa homenagem.

Em 25 de junho de 1823, em Cachoeira, durante o ato da Aclamação (9h da manhã), e do *Te-Deum* solenemente cantado em seguida, na igreja matriz de Cachoeira, informa Rebouças que seu irmão “Manoel Maurício Rebouças achava-se em linha com os patriotas irmãos Galvão e os mais decididos e expostos a todos os perigos.” (Op. cit., p.31)

A cena é de guerra, com uma ação essencial naquele 25/6/1822: “Dos patriotas paisanos, os combatentes José Antônio da Silva Castro, Victor José Topázio, Manoel Rocha Galvão, José Rocha Galvão, Manoel Maurício Rebouças e mais outros, não excedentes, em número de 10 ou 12, em canoas dirigiram-se à canhoneira, a abordaram e trouxeram para a terra prisioneiros o oficial comandante, um sargento e toda a mais tripulação.” (op. cit., p. 39).

As balas dos fuzis tinham crivado o costado da canhoneira e cortado as cordas de suas velas. Não podendo a tripulação suster-se no convés, recolheu-se ao porão deixando de descarregar algumas de suas peças.

Recorrendo a esse expediente, ainda lhes restava o de esperar que o fogo da nossa fuzilaria cessasse, vindo-nos a faltar o cartuchame, que tão flagrantemente era gasto, já então em três horas contínuas.” (destaque nosso)

Mas, sentindo os dois tiros, primeiro e segundo de nossa velha peça de artilharia a ferir-lhes o costado da canhoneira ao lume d’água, possuíram-se do receio de que ela fosse a pique e percessem submersos no fundo do rio Paraguaçu.

Foi uma felicidade para nós que a canhoneira lusitana não tardasse em render-se, dando o sinal pela bandeira branca, antes que a nossa decrépita peça de ferro desse o terceiro tiro, porque dando-o se teria convertido em estilhaços, ofendendo gravemente a maior parte dos bravos de sua guarnição.

Eram 11 horas da noite, quando obtivemos vitória tão assinalada e de tanta consequência para a sagrada causa da pátria, a que nos havíamos devotado.

Imediatamente iluminou-se toda a vila e a povoação de São Félix, e as maiores demonstrações de júbilo e exultação se deram em geral.”
(Recordações Patrióticas, p. 39).

Nota: Eis aí uma cena de guerra ao vivo, em momento decisivo da Independência do Brasil na Bahia.

4. TEMPO DE RIVALIDADE E QUASE ANARQUIA (O PÓS-2 DE JULHO DE 1823 E O ANO DE 1824)

4.1 A REVOLTA DOS “PERIQUITOS” (21 DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1824):

Cor verde nas golas. O ano de 1824 em Salvador foi de quase anarquia. O comandante José Antônio da Silva Castro (ver os itens 1 e 2) e seus comandados atormentavam a cidade, culminando com o assassinato do governador de armas, Felisberto Gomes Caldeira. Seus alvos principais: portugueses e comerciantes. Felisberto se posicionou como governo (legalista) e José Antônio da Silva Castro, como rebelde.

4.2 “MATA-MAROTO”: O PÓS-2 DE JULHO E ANOS SUBSEQUENTES:

Durante os anos iniciais pós-independência, vencidos e vencedores não se entendiam nas ruas de Salvador. Os portugueses eram apelidados de “maroto” (depreciativo de “marujo”, e a veia satírica baiana, famosa desde o poeta barroco Gregório de Matos (1636-1696), manifestou-se

com excessiva intensidade, agregando ainda a expressão “*mata-maroto*” o sentido de “malandro”, “ladino”, “esperto”...

O tema mereceu a análise de muitos historiadores, a exemplo da seleção recolhida pelo saudoso historiador cearense e baiano, **José Calasans** (3), de cujo texto transcrevemos, em sentido demonstrativo, trovas, quadrinhas e outras passagens burlescas, popularizadas naquele tempo.

“Pois sim, pois não... / Havemos de comer Marotos com pão. / Dar-lhes uma surra / De bom-cansação, Fazer as marotas / Morrer de paixão.” (Pesquisa: **Xavier Marques**)

“O Madeira pensava / Que a Bahia era sua. / Chegou o João das Botas / Pôs-lhe os quartos na rua.” (Pesquisa: **Pedro Calmon**)

“Quem não bebe neste dia, / Quem não toma bebedeira, / Não é parente do Lima, / é parente do Madeira.” (Pesquisa: **Pedro Calmon**)

“Na Bahia não se usa / Mais roupa no quaradô, / Por causa da tropa lusa / Olho viu e mão andou.” (Pesquisa: **Pereira da Costa**, pernambucano)

Mas os portugueses também reagiam e se vingavam, como nesta trova recolhida em Sergipe pelo folclorista Manuel dos Passos de Oliveira:

“Desgraçados brasileiros / Descendentes da Guiné, / Trocaram as cinco chagas / Pelo fumo e o café.”

Fontes:

(¹) Almeida, Norma S. Castro de (*et alli*): José Antônio Silva Castro – o Periquitão. EGBA, 2004, p.162. (²) Martins, João: Periquitão, corpo e memória sepultados em Guanambi. Integração Bahia, 2013, pp.6-7.

(3) *Coleção Aspectos do 2 de Julho (José Calasans)*, ed. da Assembleia Legislativa da Bahia, 2023, vol. 4, pp.15-17.

(4) Rebouças, Antônio. Recordações Patrióticas, obra multicitada, pp. 16-7.

SALVADOR DO BRASIL

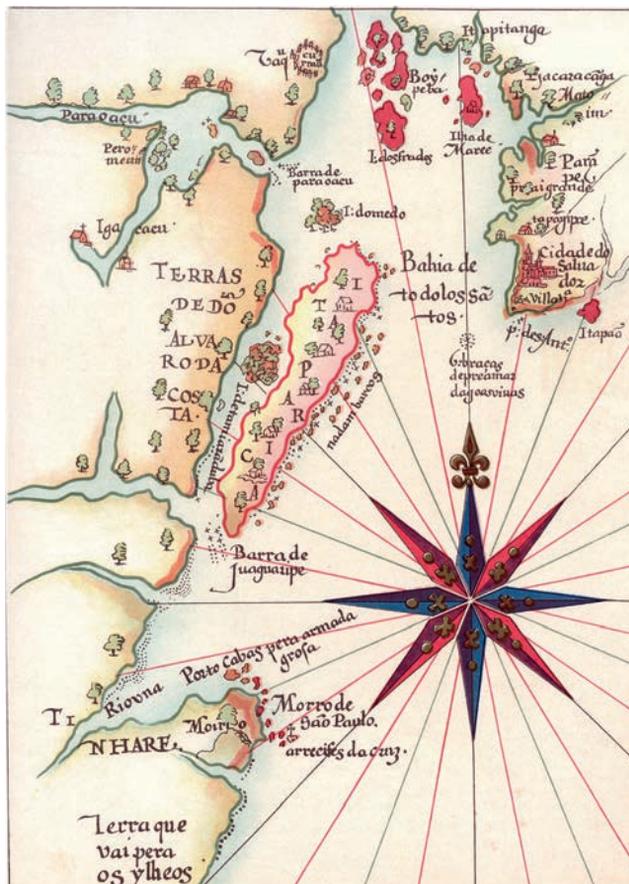
Cláudio Ricardo Hehl Forjaz¹

No ano que se completam 400 anos da primeira invasão holandesa no Brasil, somos levados a analisar o que isto representa para Salvador, o local que foi alvo de tão dramático acontecimento, e principalmente, o legado que tal acontecimento deixou na nossa identidade nacional.

Fundada em 29 de março de 1549 pelo primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, para ser capital da colônia portuguesa no Novo Mundo, foi a geopolítica que ditou sua posição estratégica. Localizada às margens da maior baía abaixo da linha do Equador e melhor porto natural do Brasil, foi erguida estrategicamente entre o morro e a baía, olhando para o Atlântico aberto. Ela seria ao mesmo tempo a chave do comércio da colônia e sua principal pedra angular na sua defesa. São Salvador é uma das localidades mais antiga das

¹ Coronel de Engenharia reformado do Exército Brasileiro, Engenheiro e Professor. Pesquisador do CEPHiMEX. É autor dos livros *Espada Caxias – Ensinando a Arte da Guerra* (2004), *Água – Substância da Vida* (2007) e *Duarte Coelho – O Primeiro Empreendedor no Brasil* (no prelo), além de mais de 20 artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Américas e a primeira cidade planejada a ser construída em nosso país (Teixeira, 1999, p. 11).



Mapa da baía de Todos os Santos, de autoria de Luís Teixeira Albarnaz, cosmógrafo real português, publicada em 1574. Em destaque Salvador, já descrita como cidade. Esta reentrância da costa brasileira é a maior baía do nosso território e segunda maior do mundo. Com uma extensão de 1.233 Km², profundidade média de 9,8 metros e a maior com cerca de 70 metros, além de ter 56 ilhas, foi palco de incursões piratas inglesas e neerlandesas, da primeira invasão holandesa e, mais tarde, local de outras tentativas infrutíferas durante a segunda invasão holandesa, inclusive da maior derrota de Nassau, em 1638. Séculos depois seria o núcleo, além da maior resistência portuguesa à independência do Brasil.

Fonte: Fonseca (2024).

Ao longo destes quase cinco séculos de existência, sua história foi marcada por diversos episódios político-militares de significativa importância para o País Tropical. Alvo da cobiça de inúmeros povos, em diversos momentos de nossa História, esta cidade vivenciaria um pouco do que estava acontecendo no Brasil e no mundo. Mas como ocorre com toda grande comunidade, o faria a seu modo, respondendo a seu modo, e incorporando seus efeitos, também a de um modo bastante original.

1. VENCENDO A NATUREZA

A presença de estrangeiros na costa baiana se dá desde o Descobrimento do Brasil. Na época, as grandes potências europeias viviam em momento de consolidação de seus estados nacionais, bem como de expansão das suas fronteiras geográfica e econômicas. E um dos “filhos” das chamadas Grandes Navegações foi justamente nosso país, cuja data oficial de nascimento (ou achamento) é 22 de abril de 1500, por ser quando a frota comandada por Pedro Álvares Cabral aportou defronte ao monte Pascoal, na região de Porto Seguro, no sul da Bahia.

Depois dela, mais e mais navegantes vieram em missão oficial pelo governo de Lisboa, como aconteceu pouco mais de um ano após o achamento. Em 1501, o famoso navegador florentino a serviço de Portugal, Américo Vesúcio (*Amerigo Vespucci*), adentrou a uma grande baía. Como era costume ibérico nomear aos acidentes geográficos de acordo com o santo do dia, a batizou “Baía de Todos os Santos”, uma vez que a data do ocorrido foi 1º de novembro, quando se celebrava o dia de Todos os Santos.

1.1 A CAPITANIA HEREDITÁRIA DA BAHIA

Com o tempo, outras naus começaram a aparecer no litoral da Terra de Santa Cruz, e como ocorreria com a maioria dos primeiros contatos com os autóctones na América, esses logo se transformaram em embates. Um desses episódios, relatado pelo navegador Pero Lopes de Souza, aconteceu em 13 de março de 1531, quando aproximadamente meia centena de indígenas e semelhante quantidade de navegantes portugueses se confrontaram, próximo a um rio que desaguava na baía de Todos os Santos, enquanto os marinheiros faziam aguada (Donato, 1996, p 481).

Em 1535, desembarcou na região a primeira leva de colonizadores portugueses. À frente de uma poderosa armada, estava Francisco Pereira Coutinho, veterano das campanhas nas Índias e recebedor das mercês do rei João III como donatário da Capitania Hereditária da Bahia. O donatário se estabeleceu na Ponta do Padrão da baía, erguendo ali um povoado fortificado, posteriormente conhecido como Vila Velha. Durante dois anos os colonos mantiveram bom relacionamento com os nativos, a ponto de começarem a construir dois engenhos. Porém com o tempo o clima “azedou”, iniciando-se um conflito que duraria quase oito anos. No final, as muradas da vila foram vencidas, o que obrigou aos europeus a embarcarem em seus caravelhões com o que podiam e zarparem para Ilhéu, a comunidade mais próxima. Tempos depois, esses mesmos colonos conseguiram voltar às pazes com os índios da baía e convidados a retornarem. Porém uma tormenta assolou a flotilha, afundando alguns barcos e jogando outros nas terras de canibais, onde a grande maioria acabou sendo trucidada por eles.

Todavia, por um capricho do destino, talvez o único remanescente dessa tragédia plantaria uma das sementes do que hoje conhecemos como Brasil. Sobrevivendo a um naufrágio, Diogo Álvares Correia,

um jovem descendente da nobreza portuguesa de Viana do Minho, foi recolhido pelos tupinambás. É de entre as rochas e algas da atual região do Rio Vermelho, hoje um bairro soteropolitano, que emerge o primeiro herói “baiano” da nossa história: Caramuru. Recebendo a alcunha de “caramuru” (moreia, na linguagem tupi-guarani), ele teve uma sorte diferente a de seus de seus companheiros justamente por conhecer e respeitar a cultura local e seu linguajar. Assim, passou a conviver muito bem com silvícolas, a ponto de fazer amizade com o principal cacique daquela tribo, Taparica, e a desposar uma de suas filhas, Paraguaçu, com quem teve 4 filhas, além de outros filhos com outras nativas (Salvador, 1954, p. 117).

1.2 A CAPITANIA REAL DA BAHIA

Sem donatário, nem população, aquelas terras reverteram para a Coroa. Sua posição estratégica era formidável. Central às terras luso-americana facilitava a comunicação entre as capitânicas, e a existência de excelente porto natural, a com o restante do império lusitano. Além disso, as informações de que o solo era fértil, que havia bons ares e boas águas, fez com que o monarca a escolhesse para ser sua sede americana.

Em 1548, objetivando centralizar a administração colonial, coordenar melhor a colonização e minimizar o isolamento entre as capitânicas na Terra de Santa Cruz, Dom João III criou o sistema de Governo Geral, em substituição ao de capitânicas hereditária, que não estava apresentando os resultados por ele esperados. Para tanto, instituiu um conjunto de leis, o Regimento de 1548, que definia as funções administrativa, judicial, militar e tributária do governador e de seus assessores². E para dar forma e salvar seus domínios no Novo

² *O Regimento de Dom João III*, datado de 17 de dezembro de 1548, a primeira

Mundo, contribuiria com gente para povoá-la e mandaria fundar ali sua capital, a qual deu o nome de Salvador.

Isso feito, o monarca luso aprestou uma grande armada, tendo à frente o governador-geral do Estado do Brasil. Partindo de Lisboa em 2 de fevereiro de 1549, a armada rumou para a América do Sul³. Aportando na Vila Velha em 29 de março.

Magna Carta de nossa incipiente nação, pois foi ela que nos deu a unificação política. Composto por 41 artigos, mais 7 suplementares, ele regia as principais funções estabelecidas com a criação do Governo-geral do Brasil, diretamente ligado ao monarca. Tendo estas recomendações reais como dados do problema, Tomé de Sousa fundou Salvador, nas orlas da baía de Todos os Santos, na capitania da Bahia, num local onde houvesse um porto seguro suficiente para abrigar e alimentar uma poderosa esquadra. Daria início aos trabalhos de edificação da capital e construção de fortalezas, no dia 1º de maio de 1549. As moradas foram construídas como as demais existentes no Brasil da época. Tinham parede de taipa de pilão, e telhados de palha. Com o tempo foram construídos a casa do governador, a Casa da Câmara, a Matriz, a Sé do futuro Bispado, a Casa dos Contos, a Alfândega e o Colégio dos Jesuítas, todos em edifícios mais resistentes feitos com pedra e barro, rebocados com cal e cobertos de telhas. Enfrentando toda a sorte de imprevistos Salvador cresceu. A alimentação vinha das vizinhanças ou mesmo de Pernambuco (Cotrim, 1995, p. 44 e 45).

³ Na armada de Tomé de Souza vinham mais de 1.000 pessoas. Junto a ele estava uma estrutura administrativa real, com 320 pessoas recebendo salário. Dentre elas o ouvidor-geral Pêro Borges; o provedor-mor da fazenda Antônio Cardoso de Barros; o alcaide-mor da cidade Diogo Muniz Barreto; e padres da Companhia de Jesus para doutrinar e converter, como Manuel da Nóbrega, como chefe da primeira missão jesuítica à América, e Manuel Lourenço, como vigário geral da capital; além de uns 1.000 homens de peleja, sendo 400 degredados (Salvador, 1954, p. 149).



Famosa ilustração do começo do século XIX ilustra a chegada de Tomé de Souza à Capitania Real da Bahia. O então capitão-mor Tomé de Souza, em cuja destacada folha de serviço continham menções honrosas por bravura em 1527, nas lutas contra os mouros no Marrocos, e liderança à frente de uma nau da armada em 1535, quando serviu como capitão em Cochim, na Índia. Este membro do Conselho Real vinha para ser o primeiro Governador-geral do Estado do Brasil.

Fonte: Frazão (2024).

Na Bahia, o governador-geral e seus pares se encontraram com Caramuru. O próprio rei português solicitou a ele que auxiliasse seus conterrâneos na escolha de um lugar estratégico para fundar a capital de sua colônia no Novo Mundo. Inteligente e pragmático, o “bom baiano” serviu de guia, intérprete e de protetor aos colonos que ali chegavam, e por intermédio dele, Tomé de Souza estabeleceu paz com

a gente da terra. Deste jeito as ações de ambos foram fundamentais para o sucesso desta empreitada na Bahia, e por conseguinte, no Brasil.

Como primeira medida prática, os recém-chegados começaram a edificar Salvador. Em poucos meses, na verdade de 26 de março a 6 de agosto, eles levantaram suas principais instalações e suas muradas de defesa (Calmon, 2002, p 42).

Durante as primeiras décadas da colonização, Salvador cresceu e se consolidou, ao mesmo tempo que o colono foi se adaptando à nova terra e à nova vida⁴. Os outrora soldados vindos com Tomé de Souza, aos poucos foram se tornando lavradores, ao passo que os degredados foram tomando rumo da labuta. Como eram poucas as mulheres européias, aqueles homens iam se amancebando com as indígenas e formando famílias e famílias de mestiços. Por volta de 1563, a capital alcançava a cifra de mais de 1.000 almas, habitantes de casebres de taipa, com filhos estudando no Colégio Jesuíta.

E por falar nos religiosos, como Salvador era também sede do controle religioso, teria neles a solução para seu principal problema imediato: manter a paz com os autóctones. [Utilizando-se da catequese como método de ocupação, a colonização foi conseguindo sobreviver

⁴ No Novo Mundo, o português foi se adaptando não só à geografia, mas principalmente ao modo de vida dos nativos. Suas casas passaram a ser de taipa ou de palha, as vilas eram defendidas com cercas de pau-a-pique, substituíram o trigo pela mandioca, comiam em cuias, navegavam em canoas, moqueavam a carne para conservá-la, dormiam em redes, se deslocavam em fila como os ameríndios, descansavam de cócoras e se expressavam no tupi-guarani, dentre outras coisas. Para esse “abrasileiramento” contribuiu e o jesuíta. Adaptando-se como o gentio, em vez de “europeizar” o silvícola, foi o branco que se “indianizou” ao suprir a deficiência e escassez de recursos com os da terra. Assim, construíram a história social na América bem diferente da Europa, que com a vinda do negro acabou, se tornando híbrida na mais harmoniosa com relação às relações de raça (Calmon, 2002, p 47 a 50).

e se expandir, com sesmarias e engenhos, convivendo com os aldeamentos de índios catequizados ao seu redor dos povoados. E por meio de feiras semanais, os colonos foram comercializando entre si e com o mundo, de forma cada vez mais associativa (Calmon, 2002, p. 27).

Ao mesmo tempo, passar relativamente ilesos aos problemas internacionais, auxiliou, e muito, a colonização baiana, tanto na ocupação do Recôncavo e adjacências da baía de Todos os Santos, como no envio das primeiras entradas ao interior do Brasil em busca de riquezas minerais. Nesse período, a capitania real cresceu em população, agregando índios catequizados, levas de colonos, comerciantes estrangeiros, miscigenados e escravos africanos que trabalhavam nos engenhos e nos lares, que cresciam em quantidade e em qualidade. Na cidade, além de moradas, a sede político-administrativa, a sede religiosa, escolas jesuíticas, mosteiros, igrejas, portos, uma gama de estabelecimentos e instalações comerciais, e mais, povoavam esse povoado.

E foi destarte, enfrentando a natureza de Deus e dos homens, que homens com habilidade, atitude e inovação, fizeram com que suas virtudes sobrepujassem seus defeitos e suas vontades sobrepujassem suas limitações. Homens que, como Caramuru e outros pioneiros do primeiro século da nossa História, se tornaram partir de Salvador, salvadores do processo de colonização brasileiro.

2. VENCENDO O INVASOR

2.1. CONTRA OS INIMIGOS DE PORTUGAL

Visitantes não convidados às costas santacruzenses desde os primórdios do descobrimento, os franceses, aproveitando-se da fragilidade

da defesa do torrão luso-americano, enviavam para cá navegadores que logo identificaram sua primeira riqueza: a árvore do pau-brasil. Desta maneira, agindo como contrabandistas, eles trocavam bugigangas com os brasileiros e enchiam suas naus com o famoso pau de tinturaria, cuja cor avermelhada, semelhante à brasa de fogueira, davam o nome de *brazil*.

A presença dos gauleses passou a incomodar a Coroa lusitana, que passou a enviar expedições guarda-costas, mas sem resultado significativo. Preocupado em perder suas terras para a Paris, Lisboa decidiu colonizar o Brasil, como era mais conhecida a terra por causa da árvore. Entretanto, apesar dos portugueses iniciarem o envio de colonos para os mais diversos rincões luso-americanos, os francos não desistiram facilmente do País Tropical. Em 1555, um grupo de franceses lançou as bases de uma colônia no interior da baía da Guanabara, ali estabelecendo relações comerciais com os tamoios, índios que habitavam a região.

Em 1559, o governador-geral na época, Mem de Sá, ao tomar conhecimento de que huguenotes, chefiados por Nicolas Durand de Villegagnon, tinham fundado a França Antártica, organizou um contingente militar na Bahia. Sob seu comando, o embarcou numa flotilha com 2 naus e 8 embarcações menores, e zarpou para o sul, passando pelas capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo a fim de arregimentar mais guerreiros. No início do ano seguinte, com apoio dos combatentes de São Vicente, tentou enfrentá-los, mas não obteve êxito. Sem condições de manter gente lá para sitiá-los, retrocedeu, informando Portugal assim que chegou a Salvador. Anos mais tarde, novos contingentes salvadores, enviados pela metrópole e a mando de Salvador, conseguiriam fundar um povoado no sopé do morro do Pão de Açúcar, marco inicial da futura cidade do Rio

de Janeiro (em 1565), vencer e expulsar os franceses da baía da Guanabara (em 1567) e do Atlântico Sul (em 1575) (Donato, 1996, p. 224). Este seria o último evento importante de Portugal antes da União Ibérica.

No início do século seguinte, já vivendo sob domínio do rei espanhol, a América do Sul foi alvo novamente de expedições colonizadoras enviadas pela França. Em 1612, Daniel de La Touche chefiou uma frota de colonos que tentaria novamente fixar raízes por aqui, mas dessa feita a caminho da região amazônica. Fundaram São Luís, iniciando a efêmera atividade da França Equinocial. E mais uma vez, por ordens de Salvador, mas agora com um forte contingente das capitanias setentrionais do Estado do Brasil, os luso-brasileiros detiveram o avanço da colônia franca, que foi vencida e destruída em 1615, após a chegada de reforços enviados por Portugal, Pernambuco e Bahia.

2.2. CONTRA OS INIMIGOS DA ESPANHA

Contudo no final do século XVI, um acontecimento na metrópole iria ter consequências dramáticas na colônia luso-americana, a União Ibérica (de 1580 a 1640). Este domínio hispânico seria desastroso para Portugal, que de 1595 a 1663, teria seus territórios na África, Ásia e América assaltados por britânicos, quando não invadidos e ocupados pelos batavos, ambos antigos aliados seus e agora, por estarem em guerra contra os hispânicos, se tornariam usurpadores de seus territórios. Por isso, nessa época, o Brasil, e a Bahia, é claro, foram alvos da cobiça de europeus, em especial dos corsários dessas bandeiras.

2.2.1. Os piratas ingleses

Quase cinquenta anos depois de sua fundação, Salvador e arredondezas era habitada por aproximadamente 2.000 colonos, 4.000

indígenas e 2.000 escravos, que viviam principalmente nos engenhos, cultivando canaviais e produzindo açúcar, exportado principalmente pela baía de Todos os Santos. Tal comércio fez prosperar a colônia luso-americana, atraindo a ganância dos bucaneiros. Por isso nessa época eles começaram a incursionar pelo nosso litoral, primeiro por São Vicente, e depois, pela Bahia.

Mais precisamente em 21 de abril de 1587, uma flotilha de três navios piratas ingleses comandadas por Robert Withrington e Christopher Lister surgiram no horizonte. Investindo contra a cidade, foram detidos pela defesa organizada pelo bispo Dom Antônio e pelo provedor-mor da fazenda, Cristóvão de Barros. Como não lograram êxito no assalto à área urbana, foram tentar na rural, investindo contra propriedades no Recôncavo e em Camamu. Apesar do apoio de um estrangeiro residente na Bahia, Duarte Osquer de Osquis, foram repelidos com muitas baixas (Donato, 1996, p. 481). O sucesso desta resistência, baseada no grosso da população, que no caso era composta de índios, mais tarde seria adotada com êxito na luta contra os neerlandeses, no século XVII, e contra os portugueses, no século XIX. Com a partida dos saqueadores e a retomada a vida na capitania, o governador-geral determinou a construção do primeiro forte do Brasil, o de Santo Antônio da Barra.

Como este baluarte estava distante de outros pontos de defesas, não pode ser apoiado durante a investida dos bucaneiros de Van Caarden, em 1604. Essa frota de 7 belonaves, apoiadas por 142 canhões, bombardeou a capital sem, contudo, atacá-la por terra. Como eram corsários, investiram contra alguns dos engenhos das redondezas da baía de Todos os Santos, capturando cargas de açúcar e os destruindo (Donato, 1996, p. 482). Depois que partiram, o governador Diogo Botelho e seus sucessores passaram a edificar novas atalaias entre as existentes.

2.2.2. Contra os primeiros invasores flamengos

A partir do segundo quartil do século XVII e quase uma década depois de ter expulsado os franceses, o Brasil, em especial a Bahia, seria alvo de invasões holandesas. Também conhecida como Guerra do Brasil ou Guerra do Açúcar, ele foi o maior conflito político-militar do nosso período colonial e marcaria profundamente a Nação, em especial pelo despertar do sentimento nativista. Também reforçaria a presença portuguesa em terras brasileiras e, a partir daí, o prosseguimento da sua expansão, sem grandes empecilhos, até a atual consolidação de nossas terras, fronteiras e cultura.

Este evento bélico foi consequência indireta do conflito entre a Coroa Ibérica e a República das Províncias Unidas (nascido dos Países Baixos), a chamada Guerra dos Oitenta Anos, iniciada em 1568, entre neerlandeses e a Dinastia dos Habsburgos, como guerra de independência para os batavos. Para nós, o desdobramento mais importante foi a Guerra Luso-holandesa (de 1595 a 1663). No final, os Países Baixos emergiriam dela como uma grande potência militar e comercial e Portugal praticamente reduziria seu império ao Atlântico. Já o Brasil, principal palco da longa campanha afro-americana, viveria o período mais sombrio de sua história, envolto por décadas em um caldeirão de importantes episódios políticos, econômicos, sociais e militares. Marcadas por derrotas e vitórias, esse episódio forjaria a identidade da nossa Nação para sempre, uma vez que emergiria como a principal colônia lusitana, com um sentimento nativista e em condições de alcançar o centro da América do Sul, lançando as bases para a mais bem sucedida civilização dos trópicos de todos os tempos.

Didaticamente, as invasões holandesas no nosso torrão ocorreriam entre 1624 e 1654, divididas em 4 fases: a invasão da Bahia (1624 a 1625), a conquista do Nordeste (1630 a 1636), o período Nassoviano

(1637 a 1644) e a Insurreição Pernambucana (1645 a 1654). Em todas essas fases a Bahia, e em especial Salvador, estaria envolvida direta ou indiretamente.

Protagonizada por uma companhia comercial, a Companhia das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie ou WIC), que foi fundada em 1621, para ser uma empresa privilegiada da República das Províncias Unidas (atualmente Holanda), e destarte atuar em seu nome militar e comercialmente na América e África, inclusive com autorização para conquistar o que os neerlandeses chamavam de *Zuickerland* (terras do açúcar). E foi justamente com esse intuito de se apoderar das fontes de riqueza açucareiras que eles investiram contra a Bahia, em 1624.

Às vésperas do ataque zelandês, São Salvador era uma cidade com três áreas de concentração urbana: a Vila Velha, primeiro núcleo populacional, na entrada da barra; São Salvador, a maior e mais bem cercada, onde ficavam as instalações administrativas do Estado do Brasil, cinco igrejas e o Colégio dos Jesuítas; e Paripe, região onde estava a maioria dos engenhos e algumas plantações de algodão. A boa localização geográfica e a infraestrutura existente na capital do Brasil davam excelentes condições para os corsários da WIC zarparem contra todas as regiões conhecidas das Américas Espanholas, tanto continentais quanto insulares. A capacidade do porto natural de Salvador era muito boa, com fácil entrada e ancoragem segura. Segundo documentos da época, a frequência anual era de 2.400 barcos aumentando a cobiça dos futuros usurpadores. Apesar de tal movimentação de riquezas, não havia barcos patrulhando a costa luso-americana, nem frota ancorada no Atlântico Sul em condições de fazer face a uma investida de tal magnitude.

2.2.2.1. O ataque a Salvador

Decididos a investirem contra a Bahia, os frísios iniciaram o aprestamento de poderosa frota. Mas tal volume de atividades não passou despercebido pelos espiões ibérico e logo El-Rei enviava mensagens ao Governo-geral do Brasil alertando sobre possível ação desses germânicos. Tão logo recebeu a mensagem de Madri, o governador-geral brasileiro, Diogo de Mendonça Furtado, repassou aos capitães-mores das capitanias. Ao receberem esse comunicado, cada um de per si, procurou, utilizando ao máximo os poucos meios que tinham, melhorar, ampliar e reforçar suas respectivas defesas. Contudo, a capital da colônia luso-americana estava por demais despreparadas e danificadas, resultado de longa paz com os gentios e das adversidades da natureza.

Mendonça Furtado concentrou-se nos preparativos de defesa de Salvador. Apesar de possuir uma população de aproximadamente 12.000 habitantes e um tamanho que abrigasse suas 2.400 casas, havia só 80 soldados regulares, 2.000 soldados-colonos e 500 escravos armados. Ele distribuiu judiciosamente seus poucos recursos nos pontos mais convenientes à resistência, inclusive nomeando o Auditor Pedro Cerqueira como Inspetor Geral das Fortificações. Na época havia 3 fortes: o de Santo Antônio, ao sul, na entrada da barra de acesso à baía e comandado por Francisco de Barros; o de Tapagipe e São Felipe, ao norte, no outro lado do ancoradouro; e ao centro, no meio do porto, uma plataforma triangular de bateria, conhecida como São Marcelo. Diante do palácio do governador, ele instalou 6 peças de artilharia, guarneceu as praias de Itapuá, armou os 18 navios mercantes que se encontravam ancorados no porto. Para dar o alarme e avaliar a força invasora, enviou 2 patachos sob comando de seu filho Antônio de Mendonça Furtado, para fora da barra, também deixando alerta o

comandante do fortim situado no morro de São Paulo, na face sul da entrada do porto, em caso de aparecimento de alguma belonave estrangeira (Menezes, 1922, p. 137).

Infelizmente para o Governador, nenhum sinal da frota invasora e aos poucos, parte da população, liderada pelo inquisidor comissionado no Brasil, Dom Marcos Teixeira de Mendonça, começou a se revoltar. Os senhores de engenho precisavam de seus trabalhadores e os populares lembravam que os estrangeiros só atacavam para saquear, e não, para conquistar, como haviam feito inúmeras vezes antes. As divergências sobre como proceder em caso de ataque estrangeiro atrapalharam e dividiram a população local, atuando na vontade psicológica dos residentes, trazendo um benefício enorme aos usurpadores. Porém no início de maio de 1624, quase um mês após o início das medidas do chefe defensor, com a cidade sendo abandonada aos poucos, eis que surge, 8 de maio de 1624, uma visão nada confortável vinda do oceano: a frota da WIC.

Da capital, os soteropolitanos atônitos avistaram os mastros das embarcações agressoras. Dom Marcos, reconhecendo seu erro de julgamento, procurou o Governador e se pôs à sua disposição, depois, à frente de diversos religiosos, percorreu as ruas incitando o povo ao combate em defesa da urbe. Porém já era tarde. No dia seguinte, o almirante flamengo Willekens ordenou o ataque. Os poucos defensores e seu governador bem que tentaram enfrentar tão poderoso assalto, mas os que não morreram ou caíram prisioneiro, se evadiram. E finalmente no dia 10 de maio, a capital caiu nas mãos dos invasores, que a saquearam.



Gravura holandesa em que mostra os detalhes do ataque a Salvador, no princípio de maio de 1624. A esquadra da WIC era composta por 26 navios, artilhada com 509 canhões, tripulados por cerca de 1.600 marinheiros e transportando 1.700 mercenários, empregados na sua conquista e manutenção.

Fonte: Guia Geográfico da Cidade de Salvador (2024).

2.2.2.2. Um bispo organiza a resistência

A queda de Salvador diante das armas estrangeiras da Companhia das Índias Ocidentais foi um amargo revés inicial, mas não marcou a derrota na guerra. Muito pelo contrário. Acostumados com ataques piratas em suas paragens, o povo baiano se retirou para o interior, esperando que em breve retornariam para suas casas. Todavia, a grande quantidade de mercenários ocupando e fortificando a capital, logo os fez entender que se tratava de uma nova realidade (Southey, 1965, p. 114). Competiria aos remanescentes derrotados não deixarem que os neerlandeses avançassem mais. Homens, mulheres, idosos e crianças teriam que ser agora defendidos por civis, clérigos e militares, e o tempo mostraria que um aspecto capital havia sido negligenciado pelos planejadores da conquista da capital, a resistência dos baianos lhes negaria o que mais desejavam estrategicamente que era o controle da produção e do escoamento do açúcar.

Chegara o momento dos luso-brasileiros forjarem suas próprias armas, resistindo e cercando os inimigos na capital. Relatos seiscentistas nos informam que os remanescentes da batalha e a maioria dos antigos habitantes de Salvador, cerca de 12.000 pessoas, rumaram para as comunidades interioranas, ao norte da cidade. Os que foram na direção do colégio dos jesuítas, foram guiados pelo bispo Dom Marcos, refugiando-se na antiga aldeia do Espírito Santo de Ipitanga (atual distrito de Abrantes, no município de Camaçari), distante cerca de seis léguas da capital, e para a de São João, distante mais uma légua (Vieira, 2024, p. 21 e 22).

Para substituir o governador aprisionado, aplicaram pela primeira vez na história brasileira as “Vias de Sucessão”. Elegeram desta maneira o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque Coelho, que foi avisado da sua aclamação por Antônio de Moraes, mensageiro enviado pelos baianos. Enquanto aguardavam ordens do governador-geral aclamado, foi indicado para assumir as funções de capitão-mor interino, o Desembargador Antão de Mesquita de Oliveira, então ouvidor-geral e chanceler do Tribunal da Relação. Mas como se mostrou incapaz da função, foi substituído pelo Bispo Dom Marcos Teixeira de Mendonça (Pombo, 1925, p. 294).

A primeira ação de vulto da resistência foi realizar uma ação frontal à cidadela conquistada. Todavia o ataque do dia de Santo Antônio, 13 de junho, fracassou. O maior ensinamento desse episódio foi que um ataque direto sobre a cidadela redundaria em novo fracasso. O melhor seria cercá-la, tocando o adversário que tentasse se aventurar fora dos limites da capital. Para isso, o conselho de guerra resolveu deixar aldeia do Espírito Santo de Ipitanga e estacionar suas forças na região do Rio Vermelho, a uma légua de distância de urbe neerlandesa. Desde o século XVI, ali funcionava uma propriedade jesuítica

que antes cuidava de uma missão e se tornara local para repouso dos religiosos, retiros e férias dos seminaristas, com uma capela no alto de um outeiro. Além disso, a região era bem protegida por um rio caudaloso e tinha um ancoradouro com acesso fácil ao mar aberto.

Com a chegada de mais moradores armados e índios flecheiros, as forças foram organizadas em companhias de emboscada e distribuídas estrategicamente no entorno de Salvador, no Recôncavo e nos povoados e engenhos nas redondezas da baía de Todos os Santos. Segundo relatos seiscentistas, nesse momento as forças baianas tinham conseguido arregimentar 27 capitães de emboscada e 25 companhias. Desse modo o exército da resistência, cuja espinha dorsal era esta citada força, passou a ser comandado por dois “coronéis”: Antônio Cardoso de Barros e de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (Ferreira, 1945, p. 89 e 90).⁵

⁵ Segundo relatos seiscentistas, nesse momento nas cercanias de Salvador existiam 27 capitães de emboscada e 25 companhias. O exército da resistência, cuja espinha dorsal era esta citada força, seria comandado por dois “coronéis”: Antônio Cardoso de Barros e de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Com a chegada de mais moradores armados e índios flecheiros, as forças essas ficaram deste jeito distribuídas:

– Dois grupamentos de aproximadamente seiscentos homens cada, subdivididos em 6 companhias de emboscada, a comando respectivamente de Antônio Cardoso de Barros e de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, recém nomeados pela Câmara Coronéis de toda a milícia da terra e que investiriam pelos setores do Portão do Carmo e do Portão de São Bento, acidentes capitais de acesso mais fácil, pois o dique em construção pelos frísios, bem como a escarpa, dificultava a aproximação por aquelas rotas; e

– Um destacamento mais poderoso, de aproximadamente 1.000 combatentes, permaneceria como reserva na mão de Dom Marcos Teixeira, no Arraial do Rio Vermelho, defendendo o arraial e trabalhando nas trincheiras do mesmo, principalmente do lado do mar, e em condições de apoiar diretamente as duas peças de manobra que sitiavam Salvador, e pelo fogo de 9 peças de artilharia e meia dúzia de roqueiras, mas com pouca munição retirada de um navio.

Com o tempo se tornaria comum as companhias de emboscada se juntar para combaterem em ações maiores. As zonas de ação dessas tropas eram as seguintes:

- As companhias dos capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa, defendiam uma trincheira localizada em Itapagipe (ou Tapagipe), diante da fortaleza de São Felipe, ocupada pelos intrusos. Apoiada por 2 peças, contavam com uma companhia do presídio, composta por 40 soldados, como força de pronta-resposta;
 - As companhias de emboscada dos capitães Manuel Gonçalves Dória (idealizador das companhias de emboscada), Luiz Pereira de Aguiar e Jorge de Aguiar, guarnecendo outra trincheira não muito longe de Itapagipe, artilhadas com cinco falcões e duas roqueiras;
 - A companhia do capitão Jordão de Salazar que mantinha sob seu comando uma trincheira próxima ao mar e porto, pronta para fazer face aos desembarques de mercenários próximos à base da resistência;
 - As companhias dos capitães Francisco de Castro e Agostinho de Paredes, onde aproximadamente com sessenta guerreiros estavam na ermida de São Pedro, vigiando o Portão de São Bento e as muralhas adjacentes da cidade;
 - As companhias de emboscada dos capitães Francisco Padilha e Luís de Siqueira, na reserva imediata do Rio Vermelho, com uns 40 homens, cada, acampadas na roça de Gaspar de Almeida; e
 - A companhia de aventureiros do capitão Lourenço de Brito, formada antes da invasão, seria mantida como reserva geral.

Como o arraial ficava em cima de um monte elevado, possível de ser atingido somente por três acessos, o bispo determinou que se cavassem três trincheiras, armando-as com duas roqueiras cada uma e designou um chefe militar como responsável para proteger cada um deles: a do caminho que ligava à capital foi entregue ao coronel Melchior Brandão, guarnecida pela gente do Paraguaçu; a que demandava para o Tatuípe, ficou a cargo do capitão Pero Coelho; e a terceira, que rumava para o interior, ao capitão Diogo Muniz Teles. A defesa da aldeia era composta por cerca de 200 homens, a maioria soldados do presídio (militares), e liderada por um capitão-mor.

Além das já citadas, existiam outras companhias de emboscada ocupando áreas estratégicas fora da região de Salvador. Em algumas delas como a de Francisco Dias de Ávila, senhor da torre de Tatuapara; a de Afonso Rodrigues da Cachoeira; a de Antônio Freire; a de Pero de Campo; e a de Diogo Mendes Barradas, a maioria dos combatentes era de silvícolas flecheiros. Já a compa-

A fim de estabelecer pontos estratégicos ao redor da capital recém-perdida, como primeira medida os baianos adotaram uma eficiente vigilância baseada numa série de postos avançados, com uma reserva em condições de atuar onde se fizesse necessário. Cada posto tinha linha de visada do outro, de modo a que, em percebendo a aproximação do inimigo, dava sinal ao próximo, e deste jeito, rapidamente se avisava ao seu capitão, e a seguir, ao comandante da frente (Vieira, 2024, p. 27 e 28).

nhia de Antônio de Brito Correa, que teve seu batismo de fogo defendendo o Forte Novo de São Felipe, no dia 9 de maio, era heterogênea, sendo uma das primeiras a serem formadas por gente das três etnias (afros, gentios e colonos). Para sustentar tantos guerreiros era necessário grande gasto, mas como a Fazenda Real na capitania estava sem condições, o bispo se dispôs a encabeçar as despesas, conseguindo fazê-lo a contento.

De imediato, a força da resistência foi disposta no terreno próxima aos dois portões da cidade: o do Carmo e o de São Bento. A zona de ação setentrional, onde fica o mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, era comandada por Manuel Gonçalves, enquanto a meridional, onde fica o de São Bento, por Francisco de Padilha. Cada um desses destacamentos se fracionou em seis companhias de emboscada e empreendendo verdadeiras ações de guerrilha e de inquietação ao adversário. Na reserva dos elementos em primeiro escalão, em condições de atuar como pronta-resposta, acudindo a todas as partes, estava Lourenço de Brito, capitão dos aventureiros (Salvador, 1954, p. 401 a 403).



Croqui que mostra a localização do Arraial do Rio Vermelho, principal centro de resistência dos baianos contra os invasores holandeses. O Bispo-Soldado dispôs seu contingente de modo a concentrar as ações da vanguarda das forças luso-brasileiras sobre os portões do Carmo, ao norte, e de São Bento, ao sul. Nas cercanias da sede da WIC nas Américas, em especial nos caminhos que demandavam aos acessos da cidadela conquistada pelo inimigo, que as contendas se concentrariam.

Fonte: Estado-Maior do Exército (1972).

Enquanto esteve à frente dos baianos na luta contra os neerlandeses, Dom Marcos Teixeira buscou sitiar a cidadela. Como não dispunham de armamento e meios adequados a uma operação de sítio convencional, adotaram uma alternativa heterodoxa, que estava colhendo bons contra os incautos mercenários que se arriscavam fora de seus domínios (na época essa forma de guerrilha ficou conhecida como guerra brasílica), com base nos princípios da surpresa e massa, bases da de emboscada. E foram nos primeiros embates que ocorreu o fato

mais notável desse período entre a queda e a retomada de Salvador: a tocaia que vitimou o comandante mercenário, Coronel Johann van Dorth, e o surgimento dos primeiros heróis da resistência⁶.



À esquerda, a entrada do forte de Mont Serrat, tendo à direita uma placa colocada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em referência à morte do chefe mercenário no combate ocorrido a 17 de julho de 1624. À direita, detalhe da placa, onde se lê: “Aos 17 de julho de 1624 foi morto neste sítio o general holandês João van Dorth. IGHB, 1938.”

Fonte: o autor (2022).

Morto o comandante neerlandês, o Conselho de Guerra da WIC se reuniu no Mercado Velho e por unanimidade escolheu seu suces-

⁶ As primeiras ações de emboscada contra os invasores aconteceram quando alguns deles se aventuraram fora dos portões da cidade e para as bandas da várzea de Tapuípe, em busca de alimento ou de saque. Segundo testemunhas, as tocaias levadas a cabo pelos grupos de Francisco de Castro, George de Aguiar, e Manuel Gonçalves mataram quase duas dezenas de flamengos (Behrens, 2004, p. 90 a 93).

Em outra data, um escravo chamado Bastião eliminou no corpo a corpo 5 mosqueteiros, e capturou mais 1 (Salvador, 1954, p. 397). Bastião provavelmente foi o primeiro africano herói militar do Brasil.

sor. Coube ao vencedor do forte de Santo Antônio da Barra, o major Albert Schoutten, receber o comando das tropas da WIC no Brasil, sendo promovido a coronel. Como seu antecessor, ele continuou dando atenção às defesas da cidade antes de se arriscar em incursões pela baía ou pelo interior. Para reforçar as defesas de Salvador e proteger o perímetro urbano de um ataque frontal aos muros da cidade do lado continental, Schoutten pôs em prática o plano de se construir obras de defesa complementares com base em diques, atividade que eram experts em sua terra natal⁷.

Mas o exército defensor não poderia ter sucesso sem o apoio imprescindível de meios, em especial, de suprimentos e de pessoal. Para manter uma força compatível, o bispo determinou que cada freguesia enviasse cerca de vinte homens para o Rio Vermelho. Dos postos avançados ao restante do arraial, todos eram abastecidos de carne, peixe, frutas, farinhas, e outros produtos enviados do Recôncavo, além de vinho e azeite, que vinham de Pernambuco em barcos até a terra de Francisco Dias de Ávila, e de lá por trilhas até o arraial (Salvador, 1954, p. 146 e 147). Desse modo, negava ao adversário o acesso ao abastecimento oriundo de seus irmãos, enquanto os consumia com seus combatentes e com os retirantes acampados nas vizinhanças de Salvador. Sem fontes de recursos e mantimentos necessários à sua manutenção, o sistema logístico dos invasores da Companhia das Índias Ocidentais começou a colapsar.

⁷ Joos Coeck, capitão e engenheiro militar, foi o responsável pela fortificação da cidadela conquistada. Em novembro de 1624, ele concluiu um relatório sobre seus trabalhos, intitulado *Gront teijc- keninge van de stadt BAHIA in Brasilien* (Plano da Cidade da Bahia no Brasil), onde apresenta mapas e descrições detalhadas da ocupação batava e das obras de fortificação de Salvador, muitos deles empregando sistemas defensivos de engenharia hidráulica. Esse manuscrito original está no National Archief, em Haia, Holanda (Magalhães; Xavier, 2022, p. 111 e 112).

Para evitar isso, o comando orange decidiu incursionar pelos engenhos, estâncias e povoados localizados às margens da baía de Todos os Santos. Dentre os alvos preferidos deles estava a ilha de Itaparica, os povoados próximos ao morro de São Paulo e os pomares vizinhos de Salvador, onde realizaram algumas incursões a fim de obter alimentos e saque⁸.

⁸ Projetando poder pelo mar os batavos passaram a incursionar pelos engenhos. No dia 1 de agosto, atacaram uma capela que servia de posto de vigilância dos nativos, e depois assaltaram 5 engenhos da região. Mas mais uma vez a reação foi decisiva, o que os levaram a retrair levando o pouco que roubaram e deixando um rastro de destruição. Dentre as baixas dos intrusos estava seu comandante, capturado no combate pelas forças do capitão Manoel Gonçalves (Ferreira, 1945, p. 90).

Em 24 de agosto, percebendo que as companhias de emboscada se apoiavam mutuamente nos assaltos, uma companhia de mercenários investiu sobre uma casa nas cercanias do forte São Felipe, onde antes morava seu capitão e família. Liderados pelo comandante do setor, Manuel Gonçalves, as tropas dos capitães Jorge de Aguiar, Luís Pereira de Aguiar e Pero do Campo, de tocaia no mato, contra-atacaram matando 2 mercenários no ato e vários outros nas redondezas do convento do Carmo, enquanto fugiam. Os poucos intrusos que sobreviveram à escaramuça, se retiraram para Salvador (Donato, p. 484). Em 3 de setembro de 1624, uma incursão batava ao engenho que havia em Sepetiba, cerca de uma légua e meia de São Salvador, custou cerca de duas dezenas de vidas aos intrusos (Vieira, 2024, p. 30).

Conscientes de que não mais assaltariam o Recôncavo sem terem uma resposta a altura, os homens da WIC resolveram incursionar pelas bandas do morro de São Paulo, mais especificamente pela ilha de Boipeba, pela vila do Cairu e Camumu. Nessa operação tiveram além das baixas, a perda de uma nau portuguesa, que foi recapturada pela resistência (Salvador, 1954, p. 405).

Nesse mesmo dia, nova tocaia dos holandeses e nova derrota deles, desta vez, na frente meridional. Naquele dia, combatentes liderados pelos capitães Antônio Machado, Antônio de Moraes, Francisco Brandão e Francisco Padilha, desbaratarem um contingente batavo que colhia frutos no pomar de Diogo Sodré. Dom Marcos Teixeira ficou tão contente que comemorou a vitória com uma grande festa no arraial, cujo ápice foi a exaltação à liderança e coragem da gente da terra, agradecendo com mimos e honras, inclusive a honraria de

Enquanto na Bahia o povo se esforçava para deter o avanço dos invasores germânicos, em Pernambuco, seus habitantes eram surpreendidos com a queda da capital do Estado do Brasil. Ao receber a notícia de que fora eleito Governador-geral do Brasil, assumindo o posto vago por Diogo de Mendonça Furtado, Matias de Albuquerque não titubeou em apoiar seus conterrâneos. Ele enviou mensageiros a todo o Brasil e à Europa a fim de informar seus colegas e superiores dos últimos acontecimentos, arregimentou os aptos, providenciou o suprimento dos defensores, criou um sistema de transporte baseado nos caminhos marítimos e terrestres para manter um fluxo de abastecimento permanente. Em pouco tempo os resultados começaram a aparecer. A solidariedade com que as capitânicas e seus habitantes atenderam ao chamado do novo governador-geral fez com que este enviasse os primeiros reforços, armas e provisões. O próprio emissário que trouxe as notícias de Salvador, Antônio de Moraes, chefiaria o socorro com soldados, armas e munição, dinheiro para despesas e provisões em alimentos e vestuário.

Cavaleiros, a alguns comandantes (Donato, 2001, p. 484).

Em 13 de Setembro de 1624, nas proximidades de São Bento, os baianos fizeram uma incursão contra um destacamento da WIC que transitava por esse caminho. Segundo registros flamengos, eles perderam sete ou oito mercenários, sendo um deles, um capitão, além de dois capturados pelos luso-brasileiros. Uma das companhias de emboscada a participar da ação era a liderada por Antônio de Brito Correa. No dia 1º de outubro, na região do Calvário (Santo Antônio Além do Carmo), outra emboscada aumentou as perdas dos sitiados (Salvador, 1954, p. 406).

2.2.2.3. O capitão-mor do Arraial

Para substituir o chefe provisório da resistência, o novo governador-geral nomeou o então capitão-mor da Paraíba, Francisco Nunes Marinho de Eça, para ser o Capitão-mor do Arraial do Rio Vermelho, com poderes sobre Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe. Este experiente capitão, veterano de campanhas nas Índias e na Paraíba, se preparou, embarcou provisões e cerca de 30 soldados, chefiados por Antônio Carneiro Falcato. Eles seguiram em 2 caravelões para a Bahia, aportando no Sergipe e depois, por terra, chegando ao Arraial em meados de setembro. Nunes Marinho assumiu o comando das forças baianas e daria seu quinhão para deter a ganância da WIC. Infelizmente nesse processo, Dom Marcos Teixeira de Mendonça, que já estava adoentado, veio a falecer em 8 de outubro. Ele foi sepultado com todas as honras possíveis a um verdadeiro herói de guerra.

Prosseguindo inteligentemente com as ações de cerco e de guerrilhas que estavam dando tantos frutos, o capitão-mor deu especial atenção às ações marítimas e às posições isoladas dos germânicos, apesar das deficiências logísticas que enfrentava. Ciente de que as ações anfíbias da WIC poderiam mudar o jogo, resolveu se antecipar a elas. Posicionou duas embarcações de vigília face ao alto mar, uma na altura da praia de Itapuã e outra diante do Morro de São Paulo, a fim de alertarem sobre incursões anfíbias dos sitiados provenientes do alto-mar, bem como às naus ibéricas da ação de belonaves flamengas (Salvador, 1954, p. 413). Equacionado o problema no ambiente aquático, voltou às atenções para o terrestre. Marinho abriu mais rotas de acesso, encurtando o caminho a São Salvador em um terço de légua, agilizando assim o apoio ao primeiro escalão. Novas fortificações de campanha foram construídas pelos sitiantes, com o intuito de observarem e instigarem os movimentos adversários. Junto

ao portão de São Bento e ao forte de Monserrate, trincheiras foram escavadas. Destas posições os luso-brasileiros poderiam atirar flechas e executarem tiros de arcabuz sobre as fortificações adversárias. Tais medidas logo se fizeram sentir, pois em 18 de outubro, a resistência aproveitou para dar batismo de fogo a alguns reforços recém chegados e investir pelos lados da Fonte Nova. Uma das tropas que participou foi um grupo de negros comandados por Antônio de Brito Correa (Behrens, 2004, p. 79).

Dia a dia crescia o ânimo dos locais, enquanto decrescia o dos saqueadores⁹. A situação revertera. Em maio, os estrangeiros detinham a iniciativa, agora os nativos é que se assenhoraram dela. Apesar de ainda se terem com uma ligeira superioridade numérica, a iniciativa das ações tinha passado para as mãos dos defensores do Solo Sagrado, deixando os mercenários, ainda mais numerosos, desgastados psicologicamente e restritos a manobrem dentro dos muros circundantes da localidade. O sucesso da guerra brasílica fez crescer em número e em audácia as investidas contra as guarnições isoladas e desprevenidas. No mesmo mês em que assumiu o comando das tropas locais, o capitão-mor mandou fazer setenta escadas para escalar a fortaleza de São Filipe, em Itapagipe. Seu intuito era conquistá-la e se apoderar-se da pólvora ali armazenada, a fim de utilizá-la nos assaltos das suas forças.

⁹ Aldenburgk, que participou como mercenário da conquista, ocupação e restauração de Salvador, relatou que a partir do segundo semestre de 1624, ocorreram diversos julgamentos por furto, duelos e assassinato de parte de seus camaradas, inclusive com algumas penas capitais. Tais evidências mostram a queda do moral e da disciplina no seio da tropa invasora (Aldenburgk, 1913, p. 186).

2.2.2.3. Chega o novo comandante enviado por El-Rei

No dia 3 de dezembro de 1624, chegou ao Arraial do Rio Vermelho Dom Francisco de Moura, brasileiro de Olinda e veterano das campanhas das Índias e do Cabo Verde, recentemente nomeado por El-Rei Capitão-mor do Recôncavo e responsável por dirigir a reação até a chegada dos reforços ibéricos¹⁰. Ele trouxe a notícia do envio de um socorro aos baianos na forma de uma poderosa armada luso-espanhola que estava finalizando seu aprestamento. Tal informação elevou, em muito, o alento dos combatentes, agora certos de que a restauração de Salvador seria uma questão de tempo. Com o fidalgo olindense vieram os primeiros reforços enviados pelo Reino, como os experientes Manuel de Sousa de Sá e Feliciano Coelho de Carvalho. Além do apoio em pessoal, trouxeram uma boa quantia em moedas, a qual foram acrescidos cerca de 80.000 cruzados enviados por Matias de Albuquerque, para provimentos da guerra.

Para festejar a chegada de reforços tão significativos, os moradores do arraial fizeram uma festa, inclusive dando salvas de tiro. O barulho chamou a atenção dos sitiados, que resolveram averiguar o que se passava. O destacamento de mercenários foi tocaiado no ca-

¹⁰ D. Francisco de Moura possuía experiência em assuntos coloniais, pois fora governador do Cabo Verde, cavaleiro com muitos serviços na Índia, além de ter combatido em Flandres. As 3 caravelas que vieram da Península Ibérica para o Brasil traziam para reforçar os baianos 150 homens de guerra, 300 arcabuzes aparelhados, 50 quintais de pólvora, 10 de morrão, vinte e 9 de chumbo em pão, 150 formas de fazer pelouros. Em Pernambuco, juntaram-se aos reforços, Manuel de Souza de Sá (capitão-mor do Pará) e Feliciano Coelho de Carvalho (filho do governador do Maranhão). A esses dois, Matias de Albuquerque forneceu 6 caravelões abastecidos com os mantimentos trazidos pelas caravelas. Francisco de Moura lideraria a resistência até a chegada da armada luso-espanhola, a famosa Jornada dos Vassalos, no princípio de abril de 1625 (Behrens, 2004, p. 83 e 84).

minho pela companhia do capitão Lourenço de Brito, perdendo um sargento morto e um soldado capturado. Este foi o último entrevero sob comando de Francisco Nunes Marinho. O período em que esse capitão-mor liderou os mazombos foi só de três meses, o suficiente para reforçar sua valentia e mostrar para os batavos quem é que mandava no campo de batalha. Graças a ele, o inimigo perdeu a liberdade de manobra na zona continental, ficando obrigado a reforçar suas defesas na cidadela batava.

Francisco de Moura manteve a continuidade das operações da guerra brasílica, mas ciente da necessidade de agilizar as ações preparatórias para apoiar as operações futuras da frota restauradora, o novo Capitão-mor do Recôncavo enviou seu engenheiro, Francisco de Frias, para reconhecer a zona de ação do Carmo, a fim de estudar onde seria melhor construir fortificações de campanha para melhorar o cerco. Percebendo a movimentação do lado de fora da cidadela, os flamengos intervieram com cerca de 180 homens. No confronto contra os 66 guerreiros das companhias de emboscada dos capitães Manuel Gonçalves e Gabriel da Costa, os mercenários perderam 5 soldados mortos, além dos feridos, contra 3 baianos caído (Freyre, 1977, p. 90). No retorno, o arquiteto disse a D. Francisco que os luso-brasileiros eram para tão valentes e estavam com a moral tão alta que não havia mister fazer fortificações artificiais, pois sem elas remetiam aos inimigos como leões, uma vez que testemunhara sua fúria ao enfrentarem os germânicos, mesmo em inferioridade numérica de quase 3 para 1. A crescente quantidade de armas capturadas atestou isso (Salvador, 1954, p. 416).

Em meados de dezembro, ciente da chegada dos reforços de além-mar e precisando ter noção do poder do corpo mercenário, os luso-brasileiros resolveram inovar: fazer uma finta de modo a expor

o inimigo, sem se expor a ele. Para isso, capturaram um escravo a serviço dos invasores, o mutilaram e o enviaram de volta a Salvador, com uma mensagem pendurada no seu pescoço. Na mensagem do Capitão Padilha, um convite ao capitão-tenente Francisco, inglês que servira com Van Dort, para enfrentarem os guerreiros locais em campo aberto, perto do portão de São Bento. Os flamengos deslocaram cerca de 300 homens bem armados e formaram seus quadrados (Aldenbourgk, 1913, p. 191). Os inimigos os aguardaram lá por horas, mas os comandantes nativos simplesmente realizaram algumas escaramuças e retornaram a seus postos, tendo obtido as informações do que desejavam.

No dia 30 de dezembro, companhias de emboscada enfrentaram os frísios que, desembarcando de suas belonaves, tentaram saquear o engenho de açúcar de Itaparica, a fim de conseguirem suprimentos. Era uma força de mais de 300 estrangeiros, comandados pelo capitão Kjif, e transportada no *Groeningen* e em mais 2 iates, 1 charrua e diversos batelões e chalupas. Quando os saqueadores começaram a desembarcar de seus bateis para investir contra o engenho de Sebastião Pacheco, foram surpreendidos pelas companhias de emboscada de Paulo Coelho, capitão da ilha, e da de Antônio de Brito Correa, que protegidos por uma trincheira e por bagaços de cana, atiraram de arcabuz contra eles, ferindo e matando alguns, além de impedirem o desembarque dos demais. Percebendo que não conseguiriam avançar, os flamengos reembarcaram e voltaram para o porto (Behrens, 2004, p. 79).

O ataque zelandês à Itaparica, fez com que o capitão-mor acrescentasse importantes medidas de proteção das defesas de suas bases de suprimentos: construiu fortins para defesa dos engenhos do Recôncavo e criar uma força naval de defesa para agir nas águas internas. No

primeiro caso, determinou a Manuel de Souza D'Eça que inspecionasse as defesas dos demais engenhos e, se necessário, melhorasse ou até mesmo construísse fortificações de campanha neles. Souza D'Eça se tornaria o comandante daquelas defesas (Varnhagen, 2002, p. 61).

Para evitar novas operações anfíbias da WIC pela baía de Todos os Santos, este militar pôs em execução um plano ousado. A fim de fechar o sítio às forças da WIC, perturbando sua única via que lhe restava livre, organizou uma flotilha com uma dezena de canoas e lanchas armadas, capitaneadas por João de Salazar. Cruzando a baía, estas barcas vigiavam as movimentações das naus adversárias e comboiavam embarcações que traziam mantimentos ou gente do Recôncavo ao arraial (Salvador, 1954, p. 158). Além disso, atrapalhavam o desembarque de suprimentos, bem como investiam sobre naus dos intrusos que se atreviam a desembarcar em praias e portos baianos, visitados constantemente pelos sitiados em busca de gêneros e recursos diversos. Algumas barcas batavas foram capturadas graças à coragem individual dos baianos¹¹.

E foi fazendo frente a um assalto anfíbio dos flamengos que ocorreu a última ação do ano. Ano esse que foi tão ruim para os invasores que, além das derrotas sofridas frente às companhias de emboscada, receberam de presente de Natal a confirmação, trazida numa mensagem de uma nau portuguesa capturada, de que uma poderosa frota ibérica em breve seguiria para reconquistar a Capitania Real da Bahia.

¹¹ Certa noite, o capitão Francisco Padilha e seu primo, Antônio Ribeiro, nadaram de espada na boca até um bergantim que estava ancorado, próximo aos seus navios e a um baluarte em construção pelos intrusos. Silenciaram o vigia e o levaram dali até o rio Vermelho. Quando foram ver a embarcação capturada, perceberam que tinham recuperado a antiga barca do ex-governador Diogo Furtado. Dela retiraram duas peças pequenas de bronze e quatro roqueiras (Salvador, 1954, p. 419).

O ano de 1625 mal começava para os usurpadores e a crise tomou dimensão “animal”¹². Em 24 de janeiro, aportava uma nau da WIC trazendo mantimentos e reforço de 60 mercenários. Nesse mesmo dia, o comandante mercenário Albert Schotten, que estava adoentado vítima da doença que grassava no meio dos sitiados, veio a falecer (Salvador, 1954, p. 418). Antes, porém, ele havia enviado mensagem a seus superiores reforçando a necessidade de socorro, bem como plantas de situação das defesas holandesas em Salvador.

Ele foi substituído por seu irmão, até então capitão-mor Arnt Willem Schoutten, feito coronel. Diferente dos anteriores, ele só focou no reforço das defesas da urbe, demolindo as construções ainda existentes nas suas imediações e se preparando para um cerco prolongado, enquanto aguardava a chegada dos reforços da República.

¹² Segundo uma testemunha que sofreu as privações do cerco, a irresponsabilidade do coronel Willem Schouten era imensa, pois enquanto festejava o carnaval a bordo dos navios de guerra em companhia de oficiais, os alimentos escasseavam na cidade, a ponto dos soldados comerem animais como cavalos, cães, gatos e, quando estes rarearam, lagartos. Para agravar, a falta de gatos desencadeou uma praga de ratos tão desagradável, que as ratazanas mordiam quem adormecesse (Aldenburgk, 1913, p. 199 e 200).



Acima, planta da defesa da cidadela batavo-sulamericana, de autoria do capitão e engenheiro militar responsável por aquelas fortificações de campanha, Joos Coecke.

Ela seguiria junto às informações de seus superiores sobre a situação das forças mercenárias em carta dezembro de 1624: “(...) havia cerca de 1.600 soldados, dentre esses uma companhia de negros, cerca de 550 marinheiros e, também, 12 navios bem equipados e prepararam 3 navios de fogo, para usar contra os espanhóis. A cidade estava bem fortificada com valas e bastiões e bem provida de armamento e munição. No lado norte havia uma bateria muito forte com 10 canhões; no lado sul encontram-se 10 canhões, 21 canhões perto da igreja que atiram ao longo dos barrancos. Em volta da cidade há mais de 60 canhões e diariamente se ocupam com fortificações. A água em torno da cidade tem 2 varas de profundidade e está fechada com um dique que o inimigo não tem como destruir, pois, está protegido por entrincheiramentos e por cercas. Na plataforma sobre a água há 12 canhões; é feita de madeira e pedra natural e o parapeito é de tijolo de cerâmica da Frísia”. Era esta a cidadela da Companhia das Índias Ocidentais onde os invasores estavam encurralados pelos baianos

Fonte: Magalhães e Xavier (2022).

No dia 13 de março, ancorou um navio zelandês que desembarcou reforços e material de construção. Então os sitiados começaram a erguer uma torre de vigia na área do portão do Carmo. Quatro dias depois, numa manhã chuvosa, a companhia do capitão Bastefeld, com cerca de 120 mercenários, escoltou dezenas de negros para retirar material do Calvário, uma área de casario que havia na área da ermida de Santo Antônio Além do Carmo. Quando começaram a demoli-las e retirar

cal, foram surpreendidos, sofrendo muitas de baixas entre mortos e feridos (Salvador, 1627, p. 159).

E deste modo as ações da guerra brasílica iriam tornando a vida dos holandeses insuportável. Seus ataques cada vez mais contribuiriam para asfixiar os invasores dentro de suas fortificações. Podemos observar que a cada troca de comando, a estratégia de emprego das forças de resistência prevalecia a mesma, havendo apenas o aperfeiçoamento das ações táticas, objetivando um melhor desempenho das companhias de emboscadas que culminaram no sítio completo dos asseclas da WIC. O contrário ocorria com os germânicos, agora seguros só na zona urbana de Salvador.

2.2.2.4. A Jornada dos Vassalos

Em fins de março de 1625 a frente se estabilizara e ambos os contendores aguardavam a chegada de vultosos reforços de seus países. A luta prometia ser grande, pois de um lado os ibéricos pretendiam recuperar a capital da colônia luso-americana, de outro, os neerlandeses pretendiam manter um porto que, desde sua tomada, havia recebido aproximadamente 680 embarcações, a maioria da Companhia das Índias Ocidentais (Ferreira, 1945, p. 91).

De um lado, os encurralados dispunham de aproximadamente 1.600 soldados, incluindo uma companhia de negros armados, e 550 marinheiros. Já do lado dos mazombos havia cerca de 1.400 guerreiros em armas contra o invasor, além de destacamentos de ameríndios, alguns deles vindo de bem longe para ajudar. Para agravar, a moral dos neerlandeses estava baixa devido às derrotas frente aos luso-brasileiros. Nem a sorte de terem capturado cerca de 20 cargueiros que adentraram ao porto nesse período, sem saberem de que ele estava nas mãos da WIC, conseguia levantar sua estima (Salvador, 1954, p.

407). Era esta a situação geral quando a esquadra ibérica da Jornada dos Vassalos se posicionou toda dentro da baía de Todos os Santos, pronta para ultimar a expulsão dos invasores da Bahia.

No dia 24 de julho de 1624, chegava à Lisboa a notícia da queda de Salvador e das providências adotadas pelo governador-geral Matias de Albuquerque Coelho para administrar a colônia, bem como para fazer frente ao invasor. Após meses de aprestamento, no dia 19 de dezembro de 1624, aquela que é considerada a maior força militar de reconquista do século XVII, a Jornada dos Vassalos, zarpou de Portugal em direção as ilhas do Cabo Verde e de lá, para o Brasil¹³.

Em 29 de março de 1625, véspera de Páscoa e após navegarem 74 dias desde o Cabo Verde, surgiu a armada em frente a Salvador. No mesmo dia, um mensageiro enviado por Dom Francisco de Moura Rolim conferenciou com Dom Fradique de Toledo Osório, expondo a situação geral do teatro de operações. O plano era desembarcar e atacar as embarcações e posições defensivas flamengas com o máximo vigor. Nesta reunião ficou estabelecido que 4.000 soldados seriam enviados em reforço aos luso-brasileiros, sendo 1.500 lusos, 2.000 castelhanos e 500 napolitanos. A fim de isolar o inimigo, os atacantes realizariam uma operação combinada com a frota atacando pelo

¹³ A Península Ibérica preparou uma frota de 52 belonaves e 18 navios de transportes, sendo 29 castelhanas, 23 lusitanas e 4 italianas, fora alguns. Era uma força de 12.566 homens de mar e terra, a maioria de espanhóis, mas havia também 4.348 portugueses e 1.583 napolitanos, todos comandados pelo Generalíssimo de Mar e Terra Dom Fradique de Toledo y Osório, Marquês de Villanueva de Valdueza. O poder de fogo respondia por 1.185 canhões, fora milhares de arcabuzes e mosquetes. Muitos desses expedicionários retornariam depois para combater os holandeses na sua segunda tentativa de usurpar o Brasil, como o sargento-mor Giovanni Vincenzo de Sanfelice, Conde de Bagnuoli, e Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco (Donato, p. 484 e 485).

mar e as tropas terrestres avançando pelo continente. O objetivo era apertar ainda mais o cerco sobre os remanescentes neerlandeses alojados em Salvador. A batalha que iria ser travada marcaria o clímax da primeira invasão holandesa no Brasil, onde os baianos, que até então tinham sido protagonistas no campo de batalha, agora dariam lugar aos grandes engajamentos de terços e aos intermináveis duelos de artilharia proporcionados pelos espanhóis, portugueses e napolitanos.

Na manhã seguinte, a frota ibérica se postou em forma de meia lua, de noroeste para sudeste, cobrindo da Ponta de Santo Antônio à de Itapagipe. Obstruía definitivamente a única rota de fuga do oponente. As 25 embarcações flamengas que estavam ancoradas na baía procuraram refúgio nas baterias das atalaias sob domínio dos frísios.

No dia 01 de abril, utilizando seus barcos e os dos locais, Dom Fradique de Toledo desembarcou próximo ao forte de Santo Antônio da Barra, parte de sua força multinacional, principalmente infantaria e artilharia. À frente de suas tropas ele marchou para ocupar posições no cerco. Após um reconhecimento da defesa inimiga e aproveitando a organização dos luso-brasileiros, o generalíssimo estabeleceu um quartel na região de São Bento e outro no do Carmo. Diante do primeiro portão, o do sul, deixou um terço espanhol e o terço napolitano, cada qual com 2.000 homens, todos sob o comando do Mestre de Campo General Dom Pedro Rodriguez Santiestéban, Marquês de Cropani. Seguindo com o restante para as bandas do Carmo, o generalíssimo estabeleceu seu quartel-general próximo à entrada setentrional da capital, deixando ali sob seu comando os terços de Antônio Muniz Barreto e de Dom João de Orellana, além de 2 companhias de emboscada que já atuavam na área (Freyre, 1977, p. 125 a 127).

Estrangulados cada vez mais, os flamengos resolveram abandonar as posições mais periféricas, como o os Fortes de Monserrate, de

São Tiago dos Meninos e de São Alberto, a fim de aumentarem sua reserva e evitarem perdas de homens e material bélico por cerco de posições isoladas. Concentraram as peças evacuadas desses fortins nas suas baterias no Terreiro de Jesus, junto à Sé e ao longo do porto, bem como no Forte de São Marcelo e no da Ribeira, esses dois últimos base do sistema defensivo do porto. Os mercenários de capacete redondo estavam agora protegidos somente pelas muralhas da cidadela, contudo agora com uma reserva mais forte, eles realizariam uma bem sucedida surtida contra as posições ibero-brasileiras.



Planta da restituição da Bahia, existente no Atlas Estado do Brasil, de autoria de João Teixeira Albernaz, publicado em 1631. Na gravura aparecem as posições das tropas da resistência, bem como a das belonaves que trouxeram as forças que encabeçariam a reconquista de Salvador.

Fonte: FGV CPDOC (2024).

Sendo informado de que as posições nativas próximas à Estância de São Bento estavam mal guarnecidas, com poucos e mal equipados elementos, sob o comando do capitão Kijf, os flamengos desferiram

um ataque no dia 2 de abril. Subestimando o poderio do adversário, os ibéricos não haviam posicionado direito suas reservas. Resultado, o número de baixas dos sitiados foi altíssimo. 36 camponeses tombaram e mais de 90 foram feridos, a maioria de espanhóis e galegos. A fim de recompor o efetivo naquela frente, Dom Fradique Coutinho determinou que os reforços luso-brasileiros enviados pelas capitânicas do norte e do sul, respectivamente sob comando de Jerônimo Cavalcante de Albuquerque e de Salvador Correia de Sá e Benevides fossem para lá alocados (Salvador, 1954, p. 432 e 433). Quando os flamengos tentaram explorar o êxito com um novo assalto no dia seguinte, encontraram as sentinelas atentas e a reserva conseguiu deter o avanço do rival e os fazer retroceder para sua linha de partida. Essa seria a última ação ofensiva batava nesta campanha.

A partir de então, os sitiados focaram suas ações na construção de fortificações de campanha, em especial trincheiras e plataformas para canhões, bem como no transporte de 38 peças de artilharia, todas levadas no braço, pois não havia muões para auxiliá-los. A partir do dia 3 de abril, os latinos começaram a bombardear a cidadela por terra e mar. Para fazer face à bateria ibérica, os canhões dos fortes e das muralhas respondiam.

Beneficiados com a retirada dos batavos do Forte de Monserrate e dos Meninos, os ibero-brasileiros obtiveram um local adequado para desembarcar o restante de sua artilharia de campanha. Com todo o seu poder no continente, só restava aos latino-americanos partirem para a batalha. No dia 5 de abril, as baterias de cerco e os canhões das 52 belonaves da esquadra latina abriram fogo sobre as posições holandesas em Salvador. Um dos pontos altos da batalha ocorreu na jornada de 6 de abril. Os baianos, reforçados por mazombos vindos de todos os quadrantes do Brasil e pelos recém chegados reforços,

realizaram uma ofensiva geral. Convergiram por terra e pelo mar contra capital, num amplo ataque coordenado. Não tardou para que os atacantes se conquistassem os acidentes capitais mais próximos, estreitando o contato com o intruso. Completava-se paulatinamente o cerco terrestre e o bloqueio naval de Salvador.

A destruição pelo fogo de artilharia do inimigo cercado duraria vinte e três dias. Nesse período, a artilharia de Toledo martelaria ininterruptamente as posições dos intrusos. Enquanto isso outras peças de fogo iam sendo desembarcadas e postas em posição no continente, numa iniciativa que logo mostrou resultado, uma vez que algumas delas foram responsáveis por porém a pique 7 navios flamengos, inclusive sua capitânia, logo nos primeiros dias.

Durante essas semanas as muralhas da cidadela batava foram sendo derrubadas, e reparadas à noite com sacos de areia pelos sitiados¹⁴. Os holandeses resistiam, porque acreditavam que reforços enviados pela República das Províncias Unidas chegariam a tempo de salvá-los. Contavam com a vinda dos navios de Jan Dirkzoon Lan ou a de Boudewijn Hendrikszoon. Eles trariam suprimentos, víveres, munição e reforços suficientes para manter a pressão dos sitiantes. Todavia, com o tempo esta esperança foi se esvaindo. A cidade era grande demais para ser defendida por um efetivo quase dez vezes inferior ao do atacante. Com o tempo, o turno de cada esquadra mercenária passou a trabalhar dia e noite, sendo três horas escaramuçando, três horas reparando as posições e três horas descansando ou se alimentando (Aldenburgk, 1913, p. 204).

¹⁴ Relatos da época informam que em vinte e três dias de cerco, não se passou um quarto de hora sem se deixar de ouvir estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte, sendo que os sitiantes atiraram 4.168 “balas grossas” sobre a cidadela e o porto, e os sitiados retrucaram com 2.510 delas (Salvador, 1954, p. 435 a 437).

Porém depois do dia 20 daquele mês, quando os sitiantes terminaram a colocação de canhões de mais grosso calibre e começaram a alvejar mais longe, atingindo agora até as ruas e construções da cidade, o moral dos intrusos começou a ceder. No mar houve algumas tentativas dos frísios de jogar naus em chamas contra as belonaves latinas, mas sem sucesso, sendo uma delas posta a pique pelo galeão de Roque Centero (Nuñez, 2006, p. 46). Isso foi erodindo a vontade deles lutarem. Os mercenários de outras origens europeias, como franceses e ingleses, e até um cadete começaram a desertar e outros, chegaram a atentar contra o comandante Schoutten, ferindo-o (Aldenburgk, 1913, p. 207). Percebendo que seu chefe estava sem condições de se manter à frente da defesa, os oficiais se reuniram e destituíram-no do comando, substituindo-o por Kijf.

O novo comandante, além de ser mais corajoso, era mais atento aos fatos. Percebendo que resistir seria uma atitude insensata frente às baixas e privações desnecessárias a seus subordinados, enviou uma mensagem aos adversários ao amanhecer do dia 27 de abril. Numa astuciosa carta a Dom Fradique de Toledo, o sondaram. Este, escolado, respondeu que estava aberto a negociações, mas manteria os canhões atirando para que os frísios se lembrassem de quem estabeleceria as condições.

Obrigados a abandonarem seus postos avançados e a concentrarem ainda mais suas embarcações no cais do porto, os flamengos estavam cada vez mais fracos, tanto em mantimentos, quanto no moral. No dia 30 de abril, depois de haver cessado qualquer esperança de socorro por parte de seus compatriotas, Ernest Kijf depôs armas, aceitando as exigências propostas. Bloqueados por terra e por mar, com o controle de suas rotas de suprimentos nas mãos dos ibero-brasileiros, não restou alternativa ao comando invasor que a de abreviar o sofrimento de seus subordinados. A 1º de maio de 1625, o comandante holandês Hans

Ernst Kij assinou, no Convento do Carmo, diante de Dom Fradique Toledo y Osorio e outros comandantes ibéricos e da resistência baiana, a capitulação das forças da Companhia das Índias Ocidentais estacionadas em Salvador.¹⁵



Acima, vista frontal do Convento do Carmo, local de assinatura da rendição dos invasores holandeses, em 1625. Neste local há duas placas destacando o evento, uma do IGHB e outra da comunidade hispânica da Bahia. Ao lado, o autor entre elas.

Fonte: o autor (2024).

¹⁵ No total depuseram armas 1.919 mercenários, dentre soldados e marinheiros, sendo 56 oficiais. A maioria era jovem e bem adestrada, mas a heterogeneidade afetara a disciplina. Eram ingleses, franceses, batavos, alemães e poloneses. Junto estavam também cerca de 800 escravos, incluindo mulheres e crianças. Segundo o acordado, todo o dinheiro, ouro, prata, armas, mercadorias, escravaria, suprimentos e navios deveriam ser confiscados pela Coroa Espanhola. Nessa rendição final, os despojos do inimigo foram avaliados em cerca de 300.000 escudos em dinheiro, sendo 7.701 marcos em prata; 3.000.000 de escudos em mercadorias, incluindo marfim e açúcar; 6 naus fundeadas; algumas centenas de cabeças de gado; 2.000 garrafas de vinho; 6.000 sacos de farinha. Dentre o material bélico estavam 18 bandeiras; quase 2.500 armas; e uns 2.000 barris de pólvora (Donato, p. 484 e 485).

Os baianos e seus irmãos luso-brasileiros que vieram auxiliá-los na luta, bem como os reforços, portugueses, hispânicos e napolitanos da Expedição dos Vassalos, tinham vencido os mercenários europeus. Dentre eles estava o soldado Francisco de Figueroa, que futuramente retornaria ao Brasil para combater os neerlandeses em Pernambuco. Quase três décadas mais tarde, quando adentrou em Recife em 1654, era mestre de campo, herói da segunda batalha de Guararapes e o mais antigo combatente em serviço no Exército Patriota.

Ao verificarem os depósitos da capital restaurada, os vencedores constataram que foi a indisciplina e a falta de coesão, e não a escassez de munição ou de víveres, que determinou a rendição dos mercenários. A incapacidade dos sucessivos comandantes holandeses de fazer frente à resistência baiana, o apoio dos luso-brasileiros enviados dos norte e do sul, aliado à pronta e efetiva resposta dada pela Metrópole na forma da Jornada dos Vassalos, concorreram para a rápida expulsão dos agressores. Durou perto de dez meses, a ocupação da capital colonial. Findava-se a Primeira Invasão Holandesa no Brasil. Estava postergado o sonho dos holandeses de se tornarem senhores da *Zuickerland*, mas não definitivamente.

Restaurado o domínio luso-espanhol em Salvador, Dom Fradique de Toledo entregou o Governo da Bahia a Dom Francisco de Moura Rolim, que rapidamente reocupou a cidade com sua população original. Deixou uma flotilha com 4 barcos armados e um terço luso para assegurar a defesa do torrão reconquistado e auxiliar na edificação de novas fortificações¹⁶. O reforço nas medidas de defesa não se limitou

¹⁶ Ao mesmo tempo em que a população recuperava suas casas e demais instalações destruídas com a guerra, iniciavam-se os trabalhos de defesa da cidadela. Para cobrir o Portão do Carmo, ao norte, escavou-se a trincheira de Santo Antônio Além do Carmo, e com relação ao seu similar do sul, o Portão de São Bento, foi aberta a trincheira de São Pedro. A fim de reforçar o sistema defen-

a Salvador ou à Bahia. Houve uma reorganização militar também no restante da colônia luso-americana.

Em agosto de 1625, a frota de Dom Fradique de Toledo Osório levantou âncoras e retornou à Espanha, levando consigo os prisioneiros. Em janeiro de 1626, chegava à Bahia o novo governador-geral, Dom Diogo Luís de Oliveira, Conde de Miranda, um destacado mestre-de-campo português que fizera nome em seis anos de combates em Flandres. Pessoa de confiança de Felipe III, ele veio substituir a Matias de Albuquerque Coelho, que retornou às funções de governador da Capitania de Pernambuco.

2.2.3. CONTRA NOVA LEVA DE FLUBUSTEIROS FLAMENGOS

Como epílogo dos dramáticos acontecimentos, no dia 26 de maio de 1625, a frota da WIC enviada em socorro aos sitiados, comandada pelo almirante Boudewijn Hendrickszoon, com cerca de 5.000 homens embarcados em 34 naus, chegou à Bahia. Mas quando avistou os pavilhões ibéricos tremulando nas embarcações e edifícios de Salvador, perceberam que a situação estava perdida e que a força adversária era superior a sua. Então, o comandante batavo decidiu retornar à sua terra natal, rumando para Pernambuco e Paraíba, onde tentou, em vão, desembarcar e saquear.

Todavia, apesar de terem sido expulsos à força do solo brasileiro, os flamengos não desistiram. Sua cobiça ainda não havia sido saciada e

sivo costeiro foi erguido o Forte de São Bartolomeu da Passagem, barrando a entrada de uma pequena enseada (Esteiro do Pirajá), distante uma légua e meia da capital. Para obstruir o caminho entre os fortes da Lagartixa e de São Francisco, edificou-se o do Forte do Rosário. Reforçando os fogos da bateria do Forte de Santo Antônio da Barra, alicerçaram os de São Diogo e de Santa Maria. Outros bastiões, como o de São Felipe, foram recuperados (Salvador, 1954, p. 434 a 437).

logo voltaram a aparecerem piratas pelas costas brasileiras, da Amazônia ao litoral fluminense. Em típicas atividades de corso, algumas até com caráter de demonstração de força, eles levaram pânico às localidades e capturaram inúmeras embarcações ibéricas. A mais famosa dessas investidas ocorreu na Bahia, em 1627, quando Pieter Heyn entrou impune no porto de Salvador e afundou ou aprisionou cerca de 20 cargueiros, até ser detido pelas companhias de emboscada baianas, quando tentou saquear engenhos¹⁷.

2.2.4. CONTRA A NOVA HOLANDA

Se a defesa contra a primeira invasão holandesa foi protagonizada pelos baianos, com auxílio principalmente dos pernambucanos, e durou menos de um ano (de maio de 1624 a abril de 1624), sendo uma das menores dominações estrangeiras do Brasil, a segunda seria protagonizada pelos pernambucanos, com auxílio principalmente dos baianos, mas com duração de quase um quarto de século (de fevereiro de 1630 a janeiro de 1654), se tornando a maior e mais perigosa dominação estrangeira ocorrida até hoje em nossas terras.

Como o enfoque do nosso artigo é sobre os 400 anos da primeira invasão holandesa, serei breve sobre esse amargo e sangrento período. Felizmente, ele acabaria com a vitória dos luso-brasileiros, com a expulsão definitiva dos invasores e com tratado que praticamente

¹⁷ 16. No dia 12 de junho de 1627 a expedição zelandesa de Heyn rumou para a região do rio Matuim, atual baía de Aratu. Ali os baianos enfrentaram os intrusos intrepidamente, tentando até abordar algumas de suas belonaves. Na defesa dos barcos abordados pereceu o capitão Padilha. Por outro lado, as baixas dos corsários foi tão alta, mais da metade dos 150 homens que os defendiam, que obrigaram o famigerado Piet Heyn a fugir para o alto mar, e de lá, para as Províncias Unidas, para nunca mais voltar ao Brasil. (Donato, 1998, p. 412).

dissuadiria qualquer outra tentativa de monta conquista de nossas terras por parte de outro povo.

2.2.4.1. Apoiando Matias de Albuquerque

No dia 14 de fevereiro de 1630, a nova armada holandesa com 70 embarcações, agora comandada pelo almirante Lonck, surgiu diante de Olinda e iniciou o ataque à capital pernambucana. Somente depois nove anos de heróica resistência dos luso-brasileiros comandados por Mathias de Albuquerque é que os invasores, senhores de um território que ia do Rio Grande do Norte ao rio São Francisco, chegaram aos limites da Capitania Real da Bahia.

Mas até lá, os baianos já estavam empenhados em ajudar seus irmãos dos torrões setentrionais. Tal atitude fazia sentido, pois além de ter a capital da colônia na Capitania Real da Bahia, era onde estava aquartelado o maior e mais bem armado contingente militar do Brasil, além de ser uma capitania rica em suprimentos necessários para a resistência, como a invasão anterior demonstrara. Também era para lá que Lisboa enviava reforços. Como o acesso por mar era mais fácil, os duelos entre embarcações, e até mesmo entre frotas, se tornaram corriqueiros nessa fase inicial da luta¹⁸.

¹⁸ No que concerne à batalha naval, merece destaque a que ocorreu em 12 de setembro de 1631, perto do arquipélago dos Abrolhos, entre uma frota luso-espanhola, comandada pelo General de Mar Oquendo, com 20 belonaves escoltando 24 navios carregados de açúcar, e uma neerlandesa com 16 navios de guerra. Segundo relatos da época ela foi sangrenta, mas terminou empatada. Os flamengos perderam 2 embarcações grandes e perto de 750 mortos, dentre eles seu comandante, o almirante Pater, 350 feridos, além de alguns prisioneiros, ao passo que os ibéricos tiveram 2 galeões afundados e 1 capturado, e aproximadamente 1.200 baixas sendo 800 mortos, incluindo o almirante hispânico Valezina, e o restante ferido ou capturado (Donato, 1996, p. 175 e 176).

Por anos a fio os neerlandeses investiram sobre os pernambucanos, paraibanos e potiguares, que à medida que iam perdendo essas capitânicas, iam se retraindo para as áreas meridionais, em direção à Bahia¹⁹.

2.2.4.1. Lutando contra a Nova Holanda

Após ocuparem Pernambuco e as capitanias lindeiras, a República das Províncias Unidas enviou o Conde Maurício de Nassau para administrar suas possessões na América do Sul. Ele chegou à América com o intuito de consolidar e expandir a conquista batava, desembarcando em Recife no dia 27 de janeiro de 1637. Dias depois ele deu o nome de Nova Holanda aos domínios da WIC recém-conquistado pelos invasores.

Tomando ciência dos perigos da existência de uma força nativa atuava na região de Porto Calvo, coordenada pelo Conde de Bagnuoli

No que tange ao envio de reforços para os pernambucanos, também dois deles devem ser destacados. O primeiro foi o de um contingente napolitano, comandado pelo Conde Bagnuoli, que Oquendo conseguiu desembarcar após a citada batalha dos Abrolhos e outro, chefiado pelo mestre de campo general Dom Luiz de Rojas y Broja, cuja força deteve os frísios nas Alagoas, em 1635 (Donato, 1996, p. 176 e 488).

¹⁹ Nos meses de julho e agosto de 1635, cerca de 7.000 pessoas seguiram Matias de Albuquerque na sua retirada de Vila Formosa de Sirinhaém em direção ao sul. Muitos eram mulheres e parentes dos bravos soldados, outros seus serviçais e silvícolas aliados. Sob o sol escaldante ou debaixo da mais inclemente tempestade, atravessando morros e caudais profundos, este contingente exprimia o mosaico de raças e classes sociais que se ombreavam na obstinada luta pela autodeterminação. Era o “êxodo dos que não se desesperavam”, segundo Capistrano de Abreu. Inúmeras crianças nasceram durante a jornada, mas um número bem maior de idosos e fracos tombaram pelo caminho. Cadáveres insepultos demarcariam o itinerário. Choros, lamentações e desespero, sua rotina. Marcha forçada, sua segurança. Para trás, um rastro de destruição deixado pela terra arrasada aos usurpadores (Abreu, 2024, p. 54 a 57).

e empregando sua eficiente guerrilha, Nassau decidiu destruí-la. Com isto afastaria, ou pelo menos, dificultaria em muito as incursões luso-brasileiras aos seus domínios. Organizou rapidamente uma poderosa força e à frente dela venceu-a em Porto Calvo, expulsando-a para além do rio São Francisco, onde, em fins de março, estabeleceu os domínios meridionais da Nova Holanda. Depois retornou à sua capital, onde começou a por em prática seus planos administrativos.

Antes, porém, a fim de hostilizar o comércio dos portugueses, enviou uma flotilha comandada pelo almirante Lichthardt, para atacar cargueiros e engenhos no litoral baiano. Como os remanescentes guerrilheiros, agora refugiados em Sergipe, prosseguiram importunando o sul de Pernambuco, Nassau então enviou outra expedição que os derrotou, obrigando-o a retrair mais para o sul, vindo a instalarem-se na região da Torre de Garcia D'Ávila, ao norte da capitania real baiana (Júnior, 1998, p. 28).

Informado em princípios do novo ano de que a situação no Brasil estava confusa, particularmente por causa de divergências entre Bagnuolo e o Governador-geral do Brasil, agravado pela indisciplina da tropa e descontentamento dos habitantes, Maurício de Nassau viu a oportunidade de vingar o fracasso da primeira invasão holandesa na Bahia. Sua decisão levaria o epicentro do conflito para a Bahia, e o olho do furacão para Salvador e para a baía de Todos os Santos.

Ele reforçou a flotilha corsária que hostilizava as águas baianas e mandou saquear os povoados litorâneos, principalmente os localizados próximos aos portos de Camamu e Ilhéus. No dia 8 de abril de 1638, o comandante supremo da Nova Holanda, mesmo sem autorização de seus superiores, zarpu de Pernambuco com uma poderosa força invasora. Seu objetivo: a capital brasileira. A 16 de abril, os neerlandeses surpreenderam Salvador, ao transporem a larga barra da Baía de

Todos os Santos e desembarcaram pouco além da Ponta de Itapagipe, evitando destarte a fúria dos canhões das fortalezas da cidade²⁰. A surpresa do evento e do local escolhido para o desembarque foi capital para o sucesso desta primeira fase do plano flamengo. Mais uma vez a valentia baiana teria que compensar sua negligência.

Entretanto somente quatro dias depois é que os invasores investiram contra a entrada norte da capital: a Porta de Santo Antônio Além do Carmo. Não obstante os fortes de São Bartolomeu da Passagem, Monserrat e Santo Alberto terem sucumbido com certa facilidade ao poder do usurpador, a ferrenha resistência empreendida pelos locais no próximo assalto desfaria as pretensões dos homens da WIC (Júnior, 1998, p. 92).

Detidos na sua tentativa de atravessar a linha de defesa avançada, ou seja, as primeiras trincheiras da cidadela, os estrangeiros mudaram de tática, preferindo empreender o sítio de Salvador. Colocando-se entre a capital e o interior, mais precisamente o Recôncavo, os batavos, inconscientemente, bloquearam a única rota de fuga dos soteropolitanos. Pela primeira vez na guerra, o número de sitiados superaria o de sitiados, ainda mais que muitos deles eram retirantes das capitânicas setentrionais. Tal medida mais tarde mostrar-se-ia fatal aos atacantes, uma vez que obrigaria o povo a pegar armas ou a auxiliar os defensores, visto que talvez não encontraria uma alternativa a não ser lutar, até o esgotamento total de seus víveres e munição, coisa que já estavam acostumados a fazer.

²⁰ Esta expedição composta de uns 5.000 homens, transportada em 40 embarcações (Visnns, 1965, p. 160). Desembarcaram aproximadamente 3.400 mercenários e cerca de um milhar de índios nas praias de São Braz e da Escalda, localizadas além da Ponta de Itapagipe, Era um ponto discreto, porém perfeito para lançar sua cabeça de ponte, uma vez que era indefeso e pouco provável de ser contra-atacado, devido sua pequena importância (Júnior, 1998, p. 28).

O calor da contenda fundira antigos desafetos e agora unidos e chefiados pelo governador geral do Brasil, Dom Pedro da Silva, e bem dispostos pelo Conde de Bagnuoli, por ele colocado no comando militar das operações, os defensores luso-brasileiros quebraram o ímpeto neerlandês. Nos intervalos entre os combates, os soteropolitanos intensificavam seus trabalhos de defesa da cidade ou suas investidas e ações guerrilheiras. Pouco a pouco os flamengos foram perdendo o controle da situação. Logo algumas brechas foram abertas e posteriormente alargadas. Desse modo os baianos foram restabelecendo a comunicação entre a cidadela sitiada e os povoados do interior. Por fim, certos do insucesso de suas ações, desistiram da empreitada após um mês de assédio²¹. A confiança adquirida em Porto Calvo sua a maior vitória pessoal, acabou ludibriando Maurício de Nassau, que teve em Salvador sua maior derrota.

²¹ A luta mais acirrada ocorreu nas trincheiras de Santo Antônio Além do Carmo, flanqueada por outras onde posteriormente, como o Forte de Barbalho, herói do entrevero, edificado em tempo recorde por cerca de mil pessoas que nele trabalharam diuturnamente, sob pesado fogo adversário. Se por um lado enquanto os homens da Companhia pirata colocavam peças de artilharia para bater as posições soteropolitanas acima citadas, os homens das companhias de emboscada intensificavam as tocaias ou implementavam o sistema logístico da capital (Estado Maior do Exército, 1972, p. 153).

No final, tal investida havia cobrado um pesado tributo: perto de 500 baixas nos 3.000 mercenários. Com um grande desfalque de pessoal, fruto das infrutíferas arremetidas, particularmente a última, aliada a escassez de munição e provisões, além da certeza da impossibilidade de ser reforçado pela Metrópole Flamengo a curto prazo, Nassau teve que se curvar à superioridade adversária. Abandonaria temporariamente seu sonho de fincar a bandeira tricolor na capital brasileira. Os batavos remanescentes reembarcaram de volta ao Recife antes de findar o mês. Sem fazer alarde retirou-se aproveitando a escuridão da noite de 25 para 26 de maio do citado ano (Júnior, 1998, p. 93).



Foto da entrada principal do forte Barbalho, construído em tempo recorde por mais de 1.000 moradores que o ergueram trabalhando diuturnamente sob tiros e granadas dos mercenários. Em destaque no lado direito, a placa do IGHB informando que dali partiram as forças luso-brasileiras que derrotariam decisivamente as tropas de Nassau.

Fonte: o autor (2022).

O ataque dos batavos foi um tremendo erro estratégico. Os baianos haviam aprendido muito com a invasão de 1624/25. Edificaram nada menos que 11 fortes, além de reforçar as muralhas e construir outras fortificações de campanha, muitas delas sob fogo inimigo. Vários quilômetros de trincheiras foram escavados para possibilitarem uma defesa condigna à importância da capital. De uma maneira nada agradável para os mercenários da Nova Holanda que constataram ser Salvador, sem dúvida nenhuma, a praça-forte mais bem defendida das Américas.

Aos heroicos defensores, Dom Felipe IV, monarca hispânico, galardoou títulos, comendas, condecorações e promoções militares, radiante com a bravura de seus súditos em defesa da capital da Real Capitania do Brasil frente aos seus arqui-inimigos. A notícia do sucesso baiano renovou o espírito combativo, consolidando a certeza do sucesso final no conflito.

Após esta sangrenta e decisiva vitória, Salvador se tornaria salvador do Brasil para sempre. Nem outras tentativas de Nassau e seus sucessores da Nova Holanda contra Salvador, Itaparica e outros pontos da baía de Todos os Santos teriam resultado final favorável aos invasores. Muito pelo contrário, pois seria da Capitania Real da Bahia que sairia o grosso do contingente militar e a maioria da liderança da restauração pernambucana, que culminaria na expulsão definitiva dos holandeses do Brasil.

Nesse mosaico de acontecimentos, Salvador foi palco de inúmeros combates, desde embates esporádicos à verdadeiras batalhas campais, para no final emergir como um símbolo da resistência brasileira aos invasores estrangeiros. Apesar dos acurados planos de ataque dos holandeses e do esmerado detalhe sobre o que de concreto existia no Brasil naquela época, os agressores se esqueceram do abstrato: a alma

brasileira. Nossos antecessores, inicialmente surpreendidos, divididos por problemas internos e divergências nos altos escalões, souberam se reorganizar e rapidamente reagir ao invasor. A vitória sobre tão potente adversário além de nos orgulhar, infundiu nos luso-brasileiros, e em especial nos baianos, os sentimentos de solidariedade e de cumprimento do dever.

E foi deste jeito, enfrentando invasores ingleses, franceses e holandeses que grupos de luso-brasileiros, com habilidade, atitude e inovação, fizeram com que suas virtudes sobrepujassem seus defeitos e suas vontades sobrepujassem suas limitações. Grupos, como as companhias de emboscada do segundo século da nossa História se tornassem, a partir de Salvador, salvadores do processo de colonização brasileiro.

3. VENCENDO O DOMINADOR

Passadas quase duas centúrias do início das tentativas de conquista dos invasores holandeses na Bahia, aquele cenário onde os guerreiros das companhias de emboscada se digladiaram contra os mercenários da Companhia das Índias Ocidentais seria agora palco de outro episódio importantíssimo da História do Brasil, a luta da brava gente brasileira contra a Metrópole.

Salvador novamente estava na rota dos acontecimentos. Foi ali que Dom João de Orleans e Bragança, ainda príncipe regente de Portugal, aportou com parte da Corte portuguesa no dia 22 de janeiro de 1808, depois de uma viagem atribulada, que começou fugindo das forças francesas de Napoleão invasoras de seu país. E foi nessa breve estadia na Bahia que ele iniciou uma série de medidas que transformariam para sempre a colônia, como a decretação da criação de uma aula pública de economia e de uma escola de cirurgia, e a mais significativa delas pelas consequências políticas e econômicas: a abertura dos portos às

nações amigas. E para guarnecer tão importante região, foram deixados muitos soldados em reforço à guarnição lá existente.

A vida no coração do Brasil corria normalmente como em outras áreas da colônia, até que em 1816, o Brasil foi elevado pelo agora rei Dom João VI, a Reino Unido de Portugal e Algarve. E como aconteceu todo o território luso-americano, a população da Bahia comemorou este passo rumo a uma liberdade ímpar.

Quando em 1820, ocorreu a Revolução Liberal do Porto, a província da Bahia aderira. Com a convocação das Cortes Gerais em Lisboa, em janeiro de 1821, enviou representantes, enquanto por aqui iam surgindo diversos partidos e agremiações políticos. Todavia esse movimento começou a tomar medidas contrárias aos interesses brasileiros, em especial estabelecendo limites para o monarca luso, inclusive determinando o retorno de D. João VI Lisboa, o que aconteceu em 1821. Antes, porém, o rei deixou seu filho Pedro de Alcântara, como regente deste reino. Mas quando se manifestaram em ampliar o controle de Portugal sobre o Brasil, anulando a autonomia que havia sido conquistada anos antes, o processo emancipatório começou a tomar corpo também no coração dos baianos. Desde o final do século anterior que eles lutavam por uma emancipação, cujo clímax fora a Conjuração Baiana de 1798, e após essa, um acirramento da insatisfação para com os portugueses.

Divididos conforme seus interesses estavam, de um lado, os lusitanos interessados em manter a província como colônia, e do outro, brasileiros, independente de serem liberais, conservadores, monarquistas ou até republicanos, que vinham nos exemplos de independência que estavam ocorrendo nas colônias americanas, um futuro melhor para sua pátria. Tal situação só agravou a polarização com o Dia do Fico, quando em 9 de janeiro de 1822 o príncipe regente Dom Pedro

descumpriu oficialmente ordens da Corte portuguesa de retornar à Metrópole, ficando no Brasil.

A relação entre brasileiros e portugueses na Bahia se agravou com a nomeação de Madeira de Melo para comandar as tropas lusas naquela província, o que irritou a população soteropolitana, pois os soldados da Corte frequentemente afrontavam e debochavam da população, que revidava com hostilidade. Aos poucos os confrontos foram ficando cada vez mais violentos, gerando um conflito com mortes e massacres. Um deles, o ocorrido a de 19 de fevereiro de 1822 na Praça da Piedade, em Salvador, por sua magnitude, marca oficialmente o início da guerra de independência na Bahia.



Em 14 de junho de 1822, na Câmara da vila de Santo Amaro da Purificação, ocorreu uma proclamação que pregava a unidade nacional e reconhecia a autoridade de D. Pedro I como dirigente do Brasil. A população local imediatamente acolheu tal decisão e se comprometeu a lutar por ela. O quadro “O Primeiro Passo para a Independência da Bahia”, retrata este episódio.

Fonte: (Carvalho Júnior; Porto Filho, 2023).

Pegando em armas, o povo baiano começou a organizar-se para a luta. Em pouco tempo, jovens, adultos e idosos largaram a enxada

e empunharam a espada, e como seus antecessores, se uniram em defesa do mais sublime ideal, o da liberdade. Mas desta vez, até mulheres se ombrearam oficialmente a eles, como foi o caso de Maria Quitéria de Jesus. Mas eles não ficaram sós. De outros cantos do Brasil convergiram tropas e apoio logístico. Experientes comandantes estrangeiros assumiram o comando das forças da incipiente nação, como o general Labatut (comandante das tropas brasileiras) e o almirante Cochrane (comandante da força naval brasileira), tendo jovens oficiais já formados no Brasil, dentre seus subordinados, como foi o caso dos futuros patronos do Exército e da Marinha, Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias) e Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquês de Tamandaré), respectivamente²².

E assim, quando se fez necessário um terceiro momento para surgir um salvador para a pátria que nascia, este apareceria no seu coração geográfico: Salvador. Foi enfrentando os dominadores portugueses que povos de todo o Brasil, cujas suas virtudes sobrepujaram seus defeitos, cujas suas vontades sobrepujaram suas limitações, e deste

²² Em 8 de novembro de 1822, registrou-se a principal batalha, nas redondezas de Salvador, em Pirajá. Reforçando as forças populares que sitiavam a capital baiana com aproximadamente 1.300 soldados oriundos principalmente do Rio de Janeiro e de Pernambuco, Labatut repeliu três ataques dos sitiados. As baixas portuguesas foram altas, com cerca de 80 mortos e semelhante quantidade de feridos. Em abril de 1823, com a chegada da esquadra real do almirante Cochrane à baía de Todos os Santos e posterior bloqueio do porto, a situação dos soldados portugueses ficou insustentável. Sem condições de receberem suprimentos e reforços, eles se retiraram na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho com as riquezas que puderam levar. No dia 2 de julho de 1823, depois de quase um ano e quatro meses de lutas, e graças ao sacrifício do povo, em especial dos 150 compatriotas que tomaram heroicamente no campo de batalha, o Exército Libertador entrou triunfante na cidade já abandonada pelos últimos remanescentes do antigo dominador do Brasil (Carvalho Júnior; Porto Filho, 2023, p. 87).

jeito se irmanaram em armas na Bahia, formando contingentes com representantes de todos os sexos, origens, etnias, idades e nacionalidades para se tornarem, em Salvador, salvadores do processo de independência brasileiro.

4. ASPECTOS CONCLUSIVOS

Pelo que vimos nestas linhas, desde os tempos do Descobrimento que a Bahia literalmente figura no coração do Brasil. Se inicialmente estava presente por sua posição geográfica, aos poucos foi se consolidando pelo pulsar da resistência e persistência de sua gente no nosso torrão. No passado, a Bahia teve na habilidade de um homem em casar extremos selvagens; na união de um grupo, em derrotar as forças mais poderosas do seu tempo; e na vontade de seu povo em ser independente do dominador, o anseio de ser brasileiro e senhor do seu destino. Aqui tivemos exemplos históricos de como sobrepujar os mais selvagens obstáculos, os mais poderosos adversários e os mais dominadores senhores.

O primeiro herói baiano, um morador solitário com seu ideal, foi também o primeiro salvador de Salvador. Um náufrago que sobreviveu às intempéries da natureza de Deus e da dos selvagens, e que conseguiu, convivendo com ambas, abrir caminho para os seus abrissem caminho para os seus propósitos. Ou seja, ele, Caramuru, foi capaz de unir os inimigos mortais em amigos fieis. Assim, descobridor e nativo se uniram em um só corpo para transformar uma terra infernal e sem futuro, numa terra abençoada e com um futuro para toda aquela gente, salvando a colonização, primeiro na Bahia, e depois, em todo o Brasil.

Os segundos heróis baianos, moradores agrupados em torno de um ideal, seriam os segundos salvadores de Salvador. De uma covarde

atitude inicial diante do invasor estrangeiro, opôs a ele uma resistência original. Se irmanando num só corpo colonos, autóctones e agora escravos, as companhias de emboscada salvaram Salvador não em uma, mas em inúmeras vezes, nas duas invasões holandesas, expulsando o usurpador e salvando primeiro a Bahia e depois, o Estado do Brasil.

E num terceiro momento, povos de todo o Brasil se tornarem o povo brasileiro por suas próprias mãos, expulsando o dominador e abrindo caminho para um futuro de ordem e progresso.

Por tudo isso a cidade de Salvador pode hoje se orgulhar, quatrocentos anos depois de sua queda, de se erguer e se tornar o símbolo da resistência brasileira. Para ela convergem dois dos mais significativos episódios de nossa história: a expulsão dos holandeses, no primeiro quartil do século XVII, e que foi o nascedouro da nossa natividade, e a dos portugueses, no primeiro quartil do século XIX, que certamente é o nascedouro da nossa liberdade. Será que quando se fizer necessário mais uma vez, na História do Brasil, Salvador será o salvador do Brasil? Com certeza sim, pois essa é a vocação histórica de Salvador e o destino manifesto da Bahia: salvar o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Disponível em: <dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=7522>. Acesso em 03 mai 2040.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente o Brasil**. Disponível em: <<https://www.historia-brasil.com/bahia/mapas-historicos/baia-todos-santos.htm>>. Acesso em 26 mai 2024.

ALDENBURGK, Johann Gregor. **Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625**. Traduzida por Alfredo de Carvalho. Recife: 1913.

BEHRENS, Ricardo Henrique Borges. **A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2004.

BIBLIOTHECA NACIONAL. **Documentos Históricos (1637 a 1639)**: Patentes, Provisões e Alvarás. Rio de Janeiro: Typografia Monroe, 1930.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho: Independência da Bahia e do Brasil**. 4. ed., Salvador: Casa da Cultura Carolina Taboada, 2023.

COTRIM, Gilberto. **História da Consciência Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1995.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 2001.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro v. 1**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1972.

FERREIRA, Aurélio Alves de Souza. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.

FGV CPDOC. **A união ibérica e as invasões**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/uniao-iberica-e-invasoes/midias/planta->

da-restituicao-da-bahia-fonte-joao-teixeira-albernaz. Acesso em 01 jun 2024.

FRAZÃO, Dilva. **Tomé de Sousa – Primeiro Governador Geral do Brasil**. Disponível em: https://www.ebiografia.com/tome_de_sousa/. Acesso em: 03 fev 2024.

FREYRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira**. Coleção Pernambucana Vol. 5. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

GUIA GEOGRÁFICO DA CIDADE DE SALVADOR. **Salvador em 1624 - Ilustração Holandesa**. Disponível em <<http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/salvador.htm>>. Acesso em: 01 março 2024.

JÚNIOR, Antônio de Souza. **Do Recôncavo aos Guararapes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias; XAVIER, Lucia F. Werneck. O Plano da Cidade de Bahia no Brasil: um mapa inédito de salvador durante a ocupação holandesa (1624). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 117, jan./dez., p. 111-140, 2022.

MENEZES, Francisco Henrique da Conceição. **Os holandeses na Bahia**. Salvador: Livraria e Typographia do Commercio, 1922.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil**. v. 1 O Descobrimento e a Colonização. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1925.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1954.

TEIXEIRA, Cid. Salvador – sempre fortaleza. Salvador, **Revista da Bahia**, v. 32, nº 30, out 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil – desde 1624 até 1654**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

VIEIRA, Antônio. **Annua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous anos de 1624 e de 1625**. 1626. in **Annaes...** Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol XIX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger. 1897, p. 208-211. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/annua-ou-annaes-da-provincia-do-brazil-dos-dous-anos-de-1624-e-de-1625-do-padre-antonio-vieira-1626/>. Acesso em: 05 mai 2024.

A GUERRA DE CANUDOS NA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Marcos Roberto Brito dos Santos¹

RESUMO

O artigo aborda a atuação, especificamente em território soteropolitano, da Faculdade de Medicina da Bahia no apoio médico-hospitalar aos soldados durante a Guerra de Canudos. Com esse intuito, foi realizada pesquisas em fontes históricas pertencentes ao Archivo Anselmo Pires de Albuquerque (AHAPA), da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB). Utilizamos ainda memórias publicadas por ex-estudantes de medicina que partiram à época

¹ É doutor e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com especialização em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente, dedica-se ao estudo das narrativas históricas e literárias sobre a Guerra de Canudos, assim como à reflexão sobre suas fontes documentais. Interessa-se ainda por temáticas transversais relativas à escrita da história e ao contexto histórico da Guerra de Canudos como: memória e historiografia no século XIX; transição da Monarquia à República; Republicanismo e Antirrepublicanismo na segunda metade do século XIX; primeiros governos republicanos (de Deodoro da Fonseca a Prudente de Moraes).

para a região do Sertão nordestino, com vistas a prestar serviços médicos aos doentes e aos feridos nos combates.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; Faculdade de Medicina da Bahia; Bahia do Século XIX

ABSTRACT

The article addresses the performance, specifically in Salvador, of the Faculty of Medicine of Bahia in providing medical and hospital support to soldiers during the Canudos War. With this in mind, research was carried out on historical sources relevant to the Anselmo Pires de Albuquerque Archive (AHAPA), of the Faculty of Medicine of Bahia (FMB). We used some memories published by former medical students who left for the North region at the time, with the aim of providing medical services to those we have and those who fought our battles.

Keywords: War of Canudos; Faculty of Medicine of Bahia; 19th Century Bahia

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata de forma geral da participação da Faculdade de Medicina da Bahia na Guerra de Canudos. O tema já fora tratado por outro pesquisador, o historiador Alexander Magnus Silva Pinheiro, em dissertação de Mestrado intitulada “Uma experiência do Front: a Guerra de canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia” e defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 2009. Buscamos, aqui, aprofundar certos aspectos, apurar algumas informações, incluindo novas fontes manuscritas, impressas e imagéticas, bem como realizar outras reflexões em torno da questão. Ele é a adaptação do capítulo introdutório de um livro, em fins de publicação, que aborda a participação do estudante de medicina Alvim Martins Horcades

na referida Guerra, e, como tal, tem seu enfoque específico, que o diferencia do trabalho citado.

Sua construção, parte de uma reflexão realizada principalmente a partir de fontes primárias coletadas no Arquivo Anselmo Pires de Albuquerque (AHAPA), da Faculdade de Medicina da Bahia. Porém, também nos serviram de fontes, memórias de dois outros acadêmicos de medicina, além do próprio Alvim Horcades, com seu livro *Descrição de uma viagem a Canudos*. Eles publicaram artigos de caráter tardio, já no início da década de 1940, sendo eles: *Recordações da Campanha de Canudos* de Achilles Lisboa, na Revista *Nação Armada*, encontrada no Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional, e *Reminiscências da Guerra de Canudos*, de Xavier de Oliveira, editada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

2. A GUERRA DE CANUDOS CHEGA À FACULDADE DE MEDICINA

A Guerra de Canudos constituiu-se em um dos episódios da história do Brasil que maior atenção recebeu entre pesquisadores e estudiosos, com larga bibliografia que narra e interpreta os acontecimentos que a antecederam, e que a ela se conecta intimamente, e os que se deram nos onze meses de sua duração, entre os meses de novembro de 1896 e outubro de 1897. Costuma-se, na cronologia da guerra, subdividi-la em quatro momentos, que correspondem às quatro expedições militares enviadas ao sertão na tentativa de debelar a vida e existência do arraial do Belo Monte. Podemos dizer que até a segunda expedição militar, comandada pelo major Febrônio de Brito, o conflito se manteve basicamente como um problema de âmbito regional. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelas forças militares para conseguir seu intento, levaram o governo brasileiro a adentrar

de forma determinada na ação, mobilizando maior contingente de combatentes, aos quais colocou sob o comando do coronel Antônio Moreira César. Este, militar de destaque no Exército Brasileiro, notabilizou-se pela crueldade com que tratava seus inimigos, conforme se constata durante a campanha da revolução federalista no sul do país, onde degolou inúmeros dos soldados opositores. Esta terceira expedição, no entanto, não apenas também fracassou, como teve como um dos seus resultados a morte do seu comandante.

Foi nesta fase, quando o conflito entre as forças militares brasileiras e os moradores do Belo Monte já havia ganhado proeminência nacional e a derrota da terceira expedição militar contra o arraial e a morte do coronel Antonio Moreira César no início de março de 1897 havia gerado uma ampla comoção no país, causando indignação e repulsa por parte de grande parte da população brasileira e de seus governantes, que professores e alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, localizada no Terreiro de Jesus em Salvador, envolveram-se mais decididamente no episódio da guerra.

Em 16 de março, durante a primeira reunião da congregação da faculdade após o fracasso dos militares da terceira expedição, é apresentada para apreciação do colegiado pelo diretor Antonio Pacífico Pereira, e prontamente aprovada, por unanimidade, uma moção de lamento e de pesar pela morte dos soldados e por mais uma derrota sofrida em Canudos pelo Exército nacional. A moção fora transmitida por telegrama aos ministros da guerra e do interior, e colocava à disposição do governo federal, serviços médico-hospitalares a serem prestados pela faculdade, em caso de necessidade, conforme constamos no transcrito abaixo:

“A Congregação da Faculdade da Bahia lamentando o desastre a que foram victimas em Canudos tantos bravos defensores da Patria,

resolve que se insira na acta desta sessão um voto de profundo pesar pela dolorosa perda que acaba de soffrer o país, e por telegramma dirigido aos Ministros do Interior e da Guerra se comunique ao Governo Federal o offerecimento que faz de seu serviço em qualquer emergência que delles possa carecer a Nação – Dr. Pacífico Pereira – Director da Faculdade”².

Um officio teria sido enviado, ainda, ao governador do Estado da Bahia, dando ciência da moção de pesar, informando do oferecimento feito ao governo federal e estendendo o favor ao governo estadual, como nos faz crer a carta abaixo enviada no dia posterior pelo governador Luis Vianna ao diretor da faculdade de medicina:

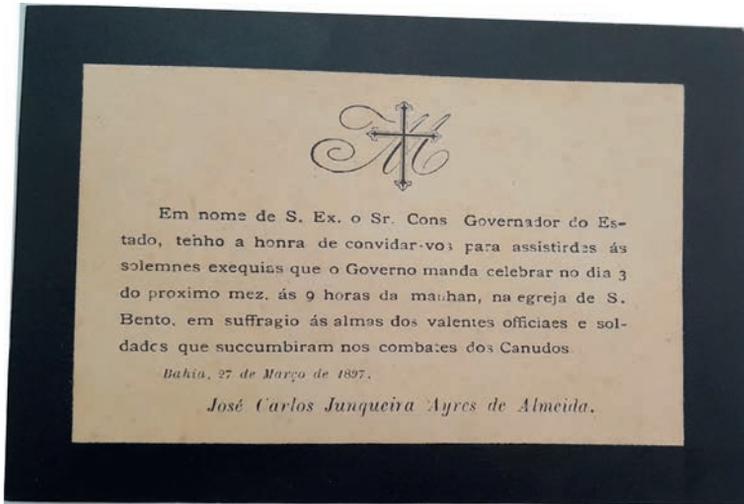
“Palácio do Governo do Estado da Bahia. Em 17 de março de 1897.

Sr. Dr. Director da Faculdade de Medicina. Tenho a satisfação de acusar por recebido vosso officio de hontem datado, em que trouxestes ao meu conhecimento haver a Congregação d’essa Faculdade, em sessão d’esse dia, approvedo uma moção de pesar pelo desastre de que foram victimas tantos bravos defensores da Patria na expedição contra os fanaticos dos Canudos, e dirigido em seguida aos Srs. Ministros do Interior e da Guerra um telegramma offerecendo os seus serviços em qualquer emergencia que d’elles possa carecer a nação. É me summamente grato reconhecer a attitude patriotica que essa elevada corporação scientifica

² Vale ressaltar aqui algumas questões: o parentesco existente (pois eram irmãos) entre o diretor da faculdade Antonio Pacífico Pereira e o vice-presidente da República Manoel Vitorino Pereira, o fato deste último também integrar o corpo de professores da Faculdade de Medicina da Bahia, estando afastado para exercício do mandado, e ainda deste ter assumido a presidência da República no período de afastamento de Prudente de Moraes por questões médicas (entre 10 de novembro de 1896 e 3 de março de 1897), momento chave no desenrolar da Guerra de Canudos. Sessão de 16 de março de 1897. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

assume diante dos lamentáveis acontecimentos que enlutarão a Patria, offerecendo seu valioso apoio e seus inestimáveis serviços ao Governo Federal e ao **Estadual** que a acceta, (...).³

A resposta à moção por parte do governo federal veio no dia seguinte a de Luis Vianna, em 18 de março, por meio de mensagem telegráfica, conforme encontramos no Arquivo da Faculdade de Medicina, onde se diz: “Sciente patriotica moção faculdade medicina agradeço a em nome governo. Ministro Interior”.⁴



³ Ofício nº 11, do governador Luis Vianna ao diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, 17 de março de 1897, AHAPA/FMB. Citada e transcrita também na ata da Congregação, de 22 de março de 1897.

⁴ Telegramma nº 609, do Ministro do Interior a Pacífico Pereira, 18/03/1897. AHAPA, Avisos de Governo 1897. Citada e transcrita também na ata da Congregação, de 22 de março de 1897. Os fatos das respostas aparecerem transcritas nas atas, e não haver mais nenhuma menção a outra resposta por parte do governo federal, nos leva a crer que o telegrama teria sido o único meio utilizado.

Figura 1: Convite enviado à Faculdade de Medicina da Bahia em nome do governador Luis Vianna para solenidade de exéquias aos soldados mortos nos primeiros combates de Canudos, logo após a derrota da 3ª expedição militar. FMB/AHAPA, Pasta 1897.

Por seu turno, é ainda neste momento que a Guerra de Canudos também chega às preocupações dos estudantes de medicina. Data de três dias depois da citada reunião da congregação de professores, a primeira manifestação pública dos acadêmicos das escolas de medicina, direito e engenharia civil do estado, que subscrevem um documento intitulado *Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus colegas e aos Republicanos de Outros Estados*. Já entre os signatários deste manifesto encontramos o nome do acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades, liderança de destaque entre os estudantes, e que irá ao sertão baiano como voluntário nos serviços médicos aos enfermos⁵.

Entretanto, embora Luis Vianna, à frente do governo do Estado da Bahia, tenha – conforme suas palavras – “aceito” prontamente, ainda em março, uma possível assistência por parte da Faculdade de Medicina da Bahia aos enfermos de Canudos, esta se dará somente em julho, com a intensificação dos combates e o conseqüente aumento das privações e contrariedades vivenciadas no campo de batalha, levando ao aumento da insuficiência dos serviços médicos, já antes deficiente. Conforme Alexander Pinheiro, “as dificuldades encontradas no campo de operações no que se refere ao trabalho médico, ou seja, muitos feridos, número excessivo de doentes e insuficiências materiais das mais variadas, está diretamente ligada à inserção da FMB no confronto”.⁶ À massa de feridos à bala, somava-se doentes das mais variadas enfer-

⁵ Pinheiro (2009, p. 95) conta em número de cinco (5), os alunos que, entre os dezoito (18) que assinaram o manifesto, foram à região do combate em Canudos.

⁶ Pinheiro, 2009, p. 64.

midades e sintomas, como varíola, impaludismo (malária), beribéri, sífilis, febre, diarreia, disenteria, entre outras.

3. A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA: OS HOSPITAIS PROVISÓRIOS

Assim, foi somente 8 de julho daquele mesmo ano de 1897, que o diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio Pacífico Pereira, recebeu um ofício do tenente-coronel Dr. José Leôncio de Medeiros, chefe do serviço sanitário do exército na Bahia, sondando a real disposição dos membros da faculdade em contribuir na assistência hospitalar aos soldados vitimados no sertão baiano, conforme havia sido oferecido na moção de março:

“Officio nº 1395, de 8 de julho de 1897, da chefia do Serviço Sanitário do Exército no Estado Federado da Bahia.

Illustre Cidadão. Determinando o Senhor General de Divisão Ajudante General do Exército por telegrammas de 6 e 7 do corrente mez, que **sigam com maxima urgencia para Monte Santo todos os medicos e pharmaceuticos civis** contractados, caso estes não se prestem por seu patriotismo a servir gratuitamente, como muitos já o fizeram merecendo por isso a gratidão da Patria, cumpro o dever indeclinavel de pedir acatadamente que vos digneis de **consultar sobre a materia os medicos e pharmaceuticos da Faculdade de Medicina e de Pharmacia** sob nossa digna direcção, attendendo ao offercimento generoso e louvavel feito ultimamente ao governo da Republica pela illustrada e emerita Congregação da Faculdade com edificante solitudine e patriotismo”.⁷

⁷ O Diretor Pacífico Pereira afirma ter recebido naquele mesmo dia 8. Acta da Sessão de Congregação em 16 de novembro. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

Os trechos em destaque (negrito) nos revelam que a intenção inicial do governo federal era de que médicos e farmacêuticos da Faculdade de Medicina se deslocassem ao Sertão Baiano a fim de prestar a prometida assistência. Não foi esse, porém, o encaminhamento dado pelos membros da Faculdade. Em reunião realizada no dia seguinte, 9 de julho, com a presença dos professores e funcionários, ficou definido que o edifício da faculdade se converteria provisoriamente em hospital, a fim de atender aos feridos e enfermos providos da região sertaneja. Embora a ata desta reunião da congregação informe que o diretor convocou uma reunião com “os médicos e pharmaceuticos que fazem parte do corpo docente, auxiliar do ensino e administrativo”, este documento revela já aí a disposição do alunado em contribuir naquela empreitada ao declarar que a congregação da faculdade recebeu “na mesma ocasião, o oferecimento de grande número de alumnos”⁸, embora este oferecimento dos estudantes também ainda estivesse restrito ao serviço na capital soteropolitana. A resposta então foi redigida naquela ocasião nos seguintes termos, através do ofício nº 223, enviada pelo diretor Pacífico Pereira ao chefe do Serviço Sanitário Leoncio de Medeiros:

“Em resposta ao vosso officio datado de hontem, tenho a satisfação de declarar-vos que tendo consultado todos os medicos e pharmaceuticos que constituem o corpo docente e auxiliares do ensino d’esta Faculdade, sobre o appello que fazeis a seu patriotismo, a fim de prestarem os seus serviços medicos **n’esta capital**, declararam unanimemente acharem-se promptos para prestal-os todos os medicos e pharmaceuticos que se acham mencionados na relação finda, e que além d’estes recebeu a Congregação o offerecimento de grande numero de alumnos da 6ª série, cujos nomes constam da relação nº 2. Outrosim,

⁸ Acta da Sessão de Congregação em 16 de novembro. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

que o corpo docente e seus auxiliares na reunião que teve lugar hoje autorizou a directoria da Faculdade a entender-se convosco sobre a organização e distribuição do pessoal para auxiliar a preparação dos medicamentos necessários”⁹.

Interessante notar que a próxima interposição na interlocução entre a Faculdade de Medicina e o Serviço Sanitário do Exército informa sobre uma comunicação interna entre este órgão e o General Ajudante General do Exército – anteriormente citado no Ofício 1395, de 8 de julho, como tendo sido aquele que determinou o seguimento com urgência para Monte Santo. O Ajudante-General do Exército, à época, era o general João Tomas Cantuária, nomeado pelo Marechal Carlos Machado Bittencout, quando este assume em maio de 1897 o Ministério da Guerra, e que o substituiria interinamente neste cargo durante a Guerra de Canudos, devido a ida deste último para o centro de operações, e mais tarde definitivamente, com a sua morte. Nesta comunicação interna, nº 1466, de 16 de julho de 1897, Tomas Cantuária parece retroceder quanto a questão da ida dos membros da faculdade para o teatro da guerra. Assim, afirma Leoncio de Medeiros ao diretor da faculdade:

“Tenho a honra de annunciar-vos que os Sr. General Ajudante-General do Exército, em resposta ao telegramma dirigido pelo commando da Guarnição d’esta Capital, assim como d’esta chefia e Repartição Sanitária do mesmo Exército, dignou-se de transmittir o seguinte: ‘o governo asseita agradecido patriotico offercimento Faculdade Medicina e Pharmacia. (...). Quanto aos que se propõe seguir interior governo igualmente reconhecido

⁹ Ofício nº 223, de 9 de julho de 1897. Transcrito em Acta da Sessão de Congregação em 16 de novembro. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

não julga ainda preciso tão grande sacrificio que acceitareis, quando porventura necessitar”.¹⁰

Entretanto, a mesma ata da congregação que transcreve a citada comunicação com o recuo do Ajudante-Geral do Exército, também noticia que, em fins de julho, “foram contractados diversos alumnos de diferentes series para prestar serviços medicos em Queimadas, Monte Santo e Canudos e, no dia 27 para lá seguiram vinte e cinco d’estes estudantes, indo depois ainda outro (...)”. Não temos um registro desta autorização posterior, que, inferimos tenha se dado entre os dias 16 e 27 de julho, nem sabemos se algum acontecimento em específico deu causa à permissão para a ida. Sabemos, por variadas fontes, contudo, que já havia um amplo clamor por parte dos oficiais combatentes, sobre a urgente necessidade de reforço ao atendimento médico na própria região dos combates.

Em seu depoimento, um dos estudantes de medicina que fora ao campo de combate, Achilles Lisboa¹¹, atribui a si mesmo a iniciativa

¹⁰ Comunicação nº 1466, 16 de julho de 1897. Acta da Sessão de Congregação em 16 de novembro. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

¹¹ Achilles Faria Lisboa já estava formado em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo em sequência iniciado o curso de medicina nesta mesma instituição, quando eclodiu a Guerra de Canudos. Era terceiranista de medicina quando se dirigiu ao centro do conflito no Sertão Baiano. De Monte Santo (onde serviu) retornou a Salvador, em fins de agosto e início de setembro, ao contrair varíola, como atesta em seu depoimento “Recordações da Campanha de Canudos”, fato também citado por Alvim Horcades em seu livro “Descrições de uma viagem a Canudos”, que afirma: “Chegamos a Monte Santo no dia 20, às 9 horas da manhã. Ahi encontrei atacado de variola o nosso distincto collega Ackiles Lisboa (...) (p. 38). Interessante a nota dada pelo jornal ouro-pretano Minas Geraes, que ao informar sobre a saúde de Achilles Lisboa, contradiz o testemunho posterior dos acadêmicos sobre estado sanitário vivenciado pelas tropas em Canudos: “Sabe-se acher-se alli atacado de variola o

de reunir os colegas para propor a ideia da ida ao centro de operações no sertão baiano, fazendo a seguinte avaliação, quarenta e três anos depois, sobre a reunião da congregação em 9 de julho, a permanência dos professores na cidade de Salvador e o deslocamento dos estudantes para a região de Canudos:

“Foi talvez por isso de alto poder inibitivo o ‘medo de Canudos’ para a consciência daqueles conspícuos mestres, apagando-se de todo nela o compromisso daquele patriótico oferecimento, de modo que (...) se resolvesse, nesta apertada assembleia, como resposta ao apelo do Presidente da Republica, ‘que os serviços dos Professores de Medicina ficavam à disposição do Governo, mas ‘entre muros’, isto é, dentro da capital baiana. A oitenta léguas de sertão a dentro, travava-se a luta encançada, de horror acrescido por aquela falta dos socorros necessários aos feridos; mas a illustrada Congregaçãõ, cujos impulsos ostentosos do começo haviam arrefecido, deixando talvez cinzas de arrependimento, entendera que só se deveria ocupar dos doentes, cuja resistência orgânica lhes permitisse vencer, sem curativos apropriados, tamanha distância, para chegarem afinal a ‘ter a honra’ dos cuidados magistraes daqueles professores, de uma escola superior! (...). Foi ao divulgar-se a resposta da Congregaçãõ ao Presidente da República, que eu, num apelo veemente, consegui reunir no Laboratório de Fisiologia grande parte dos colegas, para tratarmos de corrigir de algum modo aquela vergonhosa apostasia dos nossos mestres, tão aviltadora dos brios daquela Escola, de melhores tradições. Ficou então resolvido que nos oferecêssemos, nós os estudantes, para lá irmos nos hospitais de sangue, em pleno sertão, prestar os nossos serviços, os quais, si não poderiam substituir os dos nossos Mestres, teriam ao menos

academico Achilles Lisboa. Felizmente é optimo o estado sanitário das forças em Canudos”. Esta contradição certamente expressa a guerra de informação imposta pelo comando da 4ª expedição. Achilles Lisboa abandonou o curso de medicina, completando-o apenas anos depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou no Maranhão, seu estado natal, como farmacêutico, tornando-se governador do estado no início da década de 30.

um efeito minorativo da ação reprovável destes e, valendo sempre alguma cousa como lenitivo às dores dos feridos, tudo valeriam como defesa dos créditos daquela Faculdade”.¹²

O pedido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a formalização da suspensão das aulas foi feito pelo diretor Pacífico Pereira através do telegramma nº 287, de 10 de agosto, e nele já se identifica notícias da instalação das enfermarias nas dependências da faculdade:

“Em virtude do offerecimento do corpo docente e auxiliar d’esta Faculdade que em tempo tive a honra de communicar-vos e da solicitação recente ao chefe do serviço sanitário do exercito nesta Capital foram já installadas aqui nove enfermarias com 425 leitos para tratamento dos feridas de Canudos. Peço-vos permissão para suspender as aulas enquanto estiverem salas, pessoal docente, auxiliar e alumnos occupados tratamento doentes n’esta Faculdade e enfermarias estabelecidas fóra d’ella. Feridos tratados com desvello. Todos em via de melhora. Saudações”.

Existe um telegramma no acervo do Arquivo da Faculdade de Medicina cujo carimbo dos correios e datação manual informa ter sido gerado em 10/07/1897, e cuja numeração, um pouco ilegível, identifiquei preliminarmente como sendo de nº 205. Considerando seu teor, que diz tão somente “Está autorizado proceder conforme seu telegramma hontem. M. Interior”, a sua presença junto à documentação sobre Canudos, e a ausência de encaixe no quebra-cabeça da correspondência entre a Faculdade e os demais órgãos governamentais, ficamos, inicialmente sem compreender de que tema tratava. A acta

¹² LISBOA, Achiles. Recordações da Campanha de Canudos. *Nação Armada*: revista civil-militar consagrada à Segurança Nacional. Rio de Janeiro, nº 11, outubro 1940, p. 63. Setor de Periódicos da FBN. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

da Sessão de 16 de novembro, entretanto, parece esclarecer o problema. Ela transcreve um telegramma de nº 305, datada de 11/08/97, com a mesma redação do telegrama indicado acima, que teria sido uma resposta ao pedido de suspensão das aulas solicitado no dia 10 de agosto através do telegrama nº 287. Perfeito encaixe! Com essa nova informação, e a se inferir que houve erro um erro de datação por parte da Repartição dos Telegraphos, o telegramma passa a fazer sentido no corpo da documentação sobre a suspensão das aulas em decorrência da Guerra de Canudos.

Também o Aviso nº 520, de 11 de agosto 1897, do Ministério dos Negócios Interiores, remete a esta interpretação:

“Confirmando o telegramma d’esta data e em resposta ao que me dirigistes em 10 deste mez solicitando autorização para suspender as aulas desse estabelecimento enquanto o pessoal docente, auxiliar e alumnos estiverem occupados com o tratamento dois feridos em Canudos que se acham nas enfermarias estabelecidas nessa Faculdade e fóra dela, declaro-vos que ficais autorizado a fazel-o pelo tempo que julgardes necessário”.¹³

Outro esclarecimento: embora as fontes que abordam o assunto da suspensão das aulas, indique que a autorização para esta foi dada através do telegramma e do Aviso da Diretoria de Instrução pelo Ministério dos Negócios Interiores, ambos com data de 11 de agosto, com resposta ao pedido realizado pela faculdade no dia anterior¹⁴, as fontes indicam que o início das atividades se concretizou antes da

¹³ Aviso nº 520, de 11 de Agosto de 1897. Do Ministro da Justiça e Negócios Interiores Amaro Cavalcanti ao Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. Avisos do Governo, 1897. Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

¹⁴ Telegramma nº 11.260, de 11 de agosto de 1897. Acta da Sessão de Congregação em 16 de novembro. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

autorização do Ministério. Vê-se isso na acta de 16 de novembro, onde se participa que “em **6 de agosto** começaram a chegar os feridos vindos de Canudos” e no Relatório do Curso de Histologia do final do ano letivo, escrita pelo professor Pacífico Pereira em 30 de dezembro de 1897, lente catedrático da disciplina, ao este afirmar que “o programa do curso de histologia normal foi regularmente desempenhado com frequencia da grande maioria dos alumnos matriculados na 2ª série até **6 de Agosto**, época em que foram suspensas as aulas theoricas e práticas d’este curso, visto achar-se o pessoal docente e administrativo incumbido do tratamento dos feridos vindos de Canudos e occupadas as salas em que funcionam as aulas (...)”.¹⁵

Desta forma, foram constituídas dez enfermarias (segundo a ata do dia 16 de novembro, pois conforme o telegrama nº 287, de 10 de agosto, acima exposto, teriam sido instaladas nove enfermarias), com 457 leitos (o telegrama falava em 425, o que nos leva a crer que foi posteriormente, no decorrer das atividades, que uma outra foi instalada com mais 32 leitos), sob a direção do quadro de docentes da Faculdade. Como veremos na sequência, a terceira enfermaria, denominada Sappey, é quem detinha 32 leitos, sendo ela, provavelmente, a que fora excluída na contagem do telegrama.

Abaixo, buscamos esquematizar as informações sobre a estrutura criada para recebimento dos doentes e feridos da Guerra de Canudos. Este primeiro quadro se refere as informações especificamente sobre o hospital provisório, chamado Hospital Virkow, criado nas instalações da própria faculdade de medicina. Para confecção da tabela, utilizamos, em especial, como fontes de informação, a acta de 16 de novembro e o testemunho de Xavier de Oliveira em seu artigo Reminiscencias

¹⁵ Cópias dos Relatórios. *Relatório de Histologia*, 30 de dezembro de 1897. Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

da Guerra de Canudos, procurando contrastar e complementar as informações fornecidas pelos dois documentos.

HOSPITAL VIRKOW

Nº	NOME DA ENFERMARIA	Nº DE LEITOS	DIRETOR	AUXILIARES DA DIREÇÃO	INTERNOS (ALUNOS)
1ª/ 2ª	-	43	Antonio Pacheco Mendes	João Gonçalves Martins	[ilegível] Joaquim Teixeira José Basílio Justiniano da Rocha
				João Candido da Silva Lopes	Augusto do Couto Maia [Theogenes? Ilegível] Beltrão José de Britto Pereira
					Mario Carvalho da Silva Leal Theodoro de Britto Pontes Almerindo Thomáz Malcher Bacellar Francisco Monteiro Alves
					Manuel Bernardo Calmon du Pin e Almeida Floro da Silveira Andrade Julio Afrânio Peixoto [ilegível] Martins da Costa
4ª	Esmarch	112	Braz Hermenegildo do Amaral	Juliano Moreira	João de Araújo Aragão Bulcão Laura Amália de Souza Bahiense
				Carlos Ferreira Santos	Thadeu de Araújo Medeiros José de Aguiar C. Pinho
				João Américo Garcez Frós	Fernando C. Rebelo Pacífico Carlos Guimarães
				Pedro Luiz Celestino	Pedro Autran Junior Mario Gonçalves Barata Arthur Novis
				Alfredo Ferreira de Magalhães	José de Souza Pondé Eugenio Costa João Caetano Lessa Carlos Antonio Pitombo José Evaristo da Costa Gondim
5ª	Benier	70	Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira	João Evangelista de Castro Cerqueira	
				José Adeodato de Souza	
				João Ferreira Caldas	

Nº	NOME DA ENFERMARIA	Nº DE LEITOS	DIRETOR	AUXILIARES DA DIREÇÃO	INTERNOS (ALUNOS)
6ª	Beann	50	Climério de Oliveira	Carlos Freitas	José Bonifácio do Patrocínio
					Menandro dos Reis Meirelles
					Octavio A. de Aguiar
					Alberto Martin
					Alfredo A. Maciel
				Isidoro Antonino Nery	Zeferino Rodrigues Camello
					Alberto Guimarães
					João Ferreira de Araújo Pinho
7ª	Langenbeck	72	Fortunato Augusto da Silva Junior	Domingos Cerqueira Lima	Arcanio [danificado] Peixoto
				Antonino Baptista dos Anjos	[danificado] de Carvalho
8ª	Claude Bernard	20	Manuel José de Araújo	Gonçalo Muniz Sodré de Aragão	Pharm. Americo Vespucio Carneiro [danificado]
					Eustrachio Daniel de Carvalho
					Luiz Pereira de Souza
9ª	Pasteur	24	Augusto Vianna	Julio Palma	Manuel Pereira de Mesquita Junior
					Vital Cardoso do Rêgo
					Américo Duarte Ferreira
					Augusto do Couto Maia
					Joaquim Ferreira Lima
					[Ilegível] Paz
					Herculano Pinheiro
				Antonio Pereira da Silva	
				Francisco Cardoso e Silva	Joaquim Augusto Tanajura
					Venancio Castro
					[Ilegível] de Abreu e Silva
					Benjamin Vieira Coelho
					Joaquim Pedro Rosa
					Olympio Lellis Ferreira
Gustavo Hasselmann					
10ª	Pettenkofer	34	Manuel Joaquim Saraiva	Aurelio Rodrigues Vianna	Carlos da Cunha Peixoto
				João Irineu Guimarães Lobo	Carlos Americo da Cunha
				Felinto Dias Guerreiro	Manoel Vicente Sapucaia
-	Serviço Médico das Enfermarias	-	Francisco Braulio Pereira	-	Alberto Novis
					Mario Ferreira Gomes



Quadro 1: Nos hospitais da capital da Bahia não havia mais disponibilidade de leitos para os feridos da guerra de Canudos. Tripoli Gaudenzi, óleo sobre tela/eucatex -50,0 cm x 60 cm. Reproduzido de: GAUDENZI, Tripoli. Memorial de Canudos. Salvador: Secretaria da cultura e Turismo, 1996.

Além disso, foi prestado serviço através de outros hospitais temporariamente abertos no Mosteiro de São Bento, no Convento do Carmo, no Arsenal de Guerra e na avenida Jequitaiá, estes dois últimos bastante próximos da estação ferroviária da Calçada, local onde desembarcavam os soldados feridos na guerra que se desenvol-

via na região de Canudos. O quadro abaixo é igualmente o resumo esquemático de informações sobre estes outros hospitais provisórios, tendo como fontes de informação o mesmo material que usamos para os dados sobre o hospital provisório da Faculdade de Medicina.

NOME DO HOSPITAL	LOCALIZAÇÃO	DIRETOR GERAL	ENFERMARIAS	DIRETORES DAS ENFERMARIAS
Kekulé	Mosteiro de São Bento	José Olympio de Azevedo	Nottnagel	José Eduardo Freire de Carvalho Filho
			Cruvelhier	Afonso de Carvalho
				João Lopes Rodrigues
			A. Francisco de Assis	Domingos Alves de Mello
				Ignacio Monteiro de Almeida Gouveia
			Tillaux	Jorge de Moraes
			Cons. Pertence	Julio da Gama
			Charles Bouchard	Pedro da Luz Carrascosa
				Guilherme Pereira Rebello
				João Muniz
Casper	Nina Rodrigues			
	Sá e Oliveira			
Serviço Farmacêutico	Adolpho Diniz Gonçalves (Diretor)			
	Pharmacêutico Pedro Baptista (Auxiliar)			
Dupuytreu	Arsenal de Guerra	Teixeira de Carvalho (médico militar)	Horley	João Agripino da C. Dorea
			Lannelongue	Pedro Emilio de Cerqueira Lima
			Nelaton	Raymundo Eustáquio de Mesquita
			Duplay	Clodoaldo de Andrade
			Lucas Champinnière	Aristeu de Andrade
Hebra	Forte da Jequitaia	Anísio Circundes de Carvalho	-	Deocleciano Ramos Miguel Simões
	Rua das Laranjeiras	José Olympio de Azevedo/ Jorge de Moraes/ Afonso de Carvalho (revezaram-se)	-	-

* Segundo Xavier de Oliveira, o hospital provisório da Jequitaia situou-se no Forte, instalando-se ainda uma outra enfermaria à Rua Laranjeiras, nº 7, em prédio cedido pelo Sr. Felipe Monteiro e custeada pelo Comitê Patriótico. Já a ata de 16 de novembro afirma que funcionou “em um grande prédio à Jequitaia”. Sabe-se também que o Forte da jequitaia serviu de quartel de residência do general Claudio do Amaral Savaget, comandante da 2ª coluna da 4ª Expedição Militar para Canudos, ferido em combate, e, mais à frente, de enfermaria de variolosos da guerra.

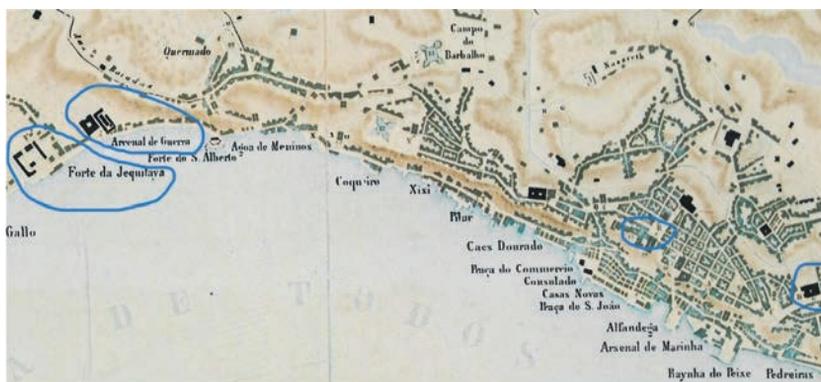


Figura 2: Mapa com localização dos Hospitais Provisórios. Retirado do Mappa Topographica da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios levantada e dedicada a ilustre Assembleia Provincial por Carlos Augusto Weyll. In: Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XIX. Salvador: Odebrecht, 1985.

Além do quadro interno à instituição, a Faculdade de Medicina da Bahia obteve o apoio, pelo menos, de um voluntário, como encontramos em carta enviada ao diretor em 12 de agosto de 1897, pelo cidadão português Pedro Baptista, farmacêutico pela Universidade de Coimbra, que “desejando tomar parte no acto humanitário, affectuoso e patriótico da Faculdade em prestar socorro aos bravos militares feridos em Canudos, batendo-se por esta República”, ofereceu “os seus serviços profissionais **na Capital deste Estado**, coadjuvando em tudo que esteja ao seu alcance, independente de qualquer remuneração”.

A fotografia abaixo faz parte do acervo do Archivo Histórico Anselmo Pires de Albuquerque (AHAPA) da Faculdade de Medicina da Bahia, tendo sido ofertada, conforme registro no verso, ao memorial da Faculdade de Medicina por alguém de nome Antonio Marcelino, em 10 de novembro de 1999 (ou 1990). Retratando uma equipe de profissionais da saúde em torno de uma mesa repleta de frascos (remédios, soluções), pequenos equipamentos e utensílios

médico-hospitales, nela foi possível identificar, sem muito esforço, os prestigiados farmacêutico Adolpho Diniz Gonçalves (primeiro à esquerda) e o professor José Olympio de Azevedo (ao centro, de paletó preto).



A imagem trás – além da inscrição “tratamento dos feridos nos combates de Canudos”, na parte superior – os nomes, na parte inferior, de algumas das pessoas presentes na imagem. Considerando os trajés, o destaque na fotografia e o local da inscrição do nome, o último à direita parece ser o farmacêutico português voluntário Pedro Baptista. Também concorre para este entendimento o constante no livro de Actas da Congregação que registra que “o serviço pharmaceutico foi dirigido pelo pharmaceutico Adolpho Diniz Gonçalves, auxiliado

pelo Pharmaceutico Pedro Baptista”.¹⁶ Há um homônimo entre os estudantes do 2º ano médico, Pedro Baptista de Oliveira, que também serviu em um dos hospitais provisórios. Porém, os fatos indicados, a informação de que o voluntário lusitano teria sido designado para a “enfermaria do Dr. José Olympio”¹⁷, e em especial o que parece ser uma abreviatura de farmacêutico precedendo o registro do nome, nos leva a crer, com certo grau de segurança, que seja ele o indivíduo à extrema direita da foto.

Apuramos ainda que duas das inscrições dos nomes referem-se aos estudantes Fernando de Sousa Guarany, à época 1ª série de Farmácia (possivelmente um dos três indivíduos entre Adolpho Diniz e José Olympio), e Maurílio Pinto da Silva, formado em Medicina em 1910 (sendo provavelmente um dos três indivíduos entre José Olympio e Pedro Baptista).

Em virtude da fotografia estar oferecida “ao distinto Director da Quarta Enfermaria Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho” (enfermaria Nothnagel, que funcionava no Mosteiro de São Bento), das presenças de José Olympio de Azevedo (diretor do Hospital Kekulé – Mosteiro de São Bento), de Adolpho Diniz Gonçalves (diretor do Laboratório de Farmácia do Hospital Kekulé) e de Pedro Baptista (como vimos, enviado para o Hospital Kekulé), pode-se deduzir que o registro aconteceu nas instalações do Hospital Provisório criado no Mosteiro de São Bento, possivelmente no Laboratório de Farmácia.

Como vimos anteriormente, o acadêmico Achilles Lisboa atribui a manutenção do professorado no Terreiro de Jesus, em Salvador,

¹⁶ Acta da Sessão da Congregação de 16 de novembro de 1897. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

¹⁷ Anotação feita na “Petição do cidadão Pedro Baptista ao Director da FMB, de 12 de agosto de 1897”.

na prestação dos serviços médicos aos soldados feridos de Canudos ao “medo” destes de adentrarem ao centro de operações da Guerra. Também Alvim Martins Horcades, em sua *Descrição de uma viagem a Canudos*, faz um crítica aos seus mestres:

“Então, onde estavam as esperanças da Pátria? Na velhice? Não. Ella já era *canhão sem culatra*, já não podia pelejar com as agruras da vida; a tarefa nos pertencia. Eis por que seguimos para o campo de lucta, senhores pessimistas. Não foi nem por estultice nem por interesse. E como partimos? Despresundo, os conselhos daquelles que sentiam a ausencia do filho estimado e do amigo leal, quo nos souberam guiar os primeiros passos vacillantes neste mundo phantastico, de sonhos e de illusões, que eram os companheiros de alegria, mas tambem de amargura -os nossos paes e amigos, abrindo immenso vacuo no lar e no coração! (...). Quando os apóstolos da Caridade e os ministros da sciencia de Esculapio, aquelles que já tinham obtido o que procuramos conquistar e a quem competia mais a missão de levar o allivio aos que soffriam, recusaram-se ou não se collocaram em seus postos, nós, apesar dos poucos conhecimentos que tínhamos, nos puzemos no logar d’elles e marchamos para o local (...).¹⁸

E realmente, as notícias vindas de Canudos, não eram das mais animadoras para quem busca segurança. Sabemos hoje, que houve apenas uma morte entre os estudantes que partiram para Canudos, a do jovem Joaquim Affonso Pedreira, atacado por “tyfo-malaria”. Entretanto, foram muitos os que adquiriram alguma espécie de doença, como os próprios Alvim Horcades e Achilles Lisboa, acometidos, o primeiro, de “uma febre que o conduzia às regiões do delírio”¹⁹, e o segundo, de variola²⁰. O livro de Atas da Congregação, por sua vez,

¹⁸ HORCADES, 1899, p. 4-6.

¹⁹ HORCADES, 1899, p. 141.

²⁰ Jornal *Cidade do Salvador*, 3 de setembro de 1897.

informa a morte de dois outros estudantes em decorrência dos serviços prestados nos hospitais provisórios da capital, sendo eles, Francisco dos Santos Pereira, e Antonio Eustáquio da Silva.²¹ Um outro acadêmico não é citado no livro de atas como tendo vindo a óbito em decorrência de suas atividades: trata-se de Manuel Bernardo Calmon du Pin e Almeida, que serviu na enfermaria Esmarch. José Calasans, porém, afirma ter este falecido em 28 de novembro de 1897 como consequência de sua atuação no tratamento dos doentes de Canudos.²² Lembremos que a ata é de 16 de novembro e que mesmo após o término da guerra, em 5 de outubro de 1897, houve a necessidade de se manter por certo tempo o atendimento àqueles que já estavam hospitalizados.

Mas o fato, é que os professores resolveram prestar seus serviços **apenas** na capital. Foram aos estudantes de medicina das diversas séries que coube a missão de ir ao campo de combate. Mas essa é uma história a se contar em outra oportunidade...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALASANS, José. **Miguel Calmon Sobrinho e sua época 1912-1967**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991.

GAUDENZI, Tripoli. **Memorial de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1996.

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1899.

²¹ Acta da Sessão da Congregação de 16 de novembro de 1897, p. 199v. Actas da Congregação (1889-1897), Faculdade de Medicina da Bahia, AHAPA/FMB.

²² CALASANS 1991, p. 33.

LISBOA, Achilles. Recordações da Campanha de Canudos. **Nação Armada**: revista civil-militar consagrada à Segurança Nacional. Rio de Janeiro, nº 11, outubro 1940, p. 63. Setor de Periódicos da FBN. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

OLIVEIRA, Xavier. Reminiscencias da Guerra de Canudos. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Nº 68, 1942.

OLIVEIRA, Xavier. Reminiscencias da Guerra de Canudos (conclusão). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Nº 69, 1943.

SALVADOR da Bahia de Todos os Santos no século XIX. Salvador: Odebrecht, 1985.

TORRES, Octavio. **Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)**. Salvador: Imprensa Vitória, 1946.

O DIA EM QUE O RIO DE JANEIRO DEIXOU DE SER ‘A CORTE’ E O BRASIL BUSCOU APAGAR OS VESTÍGIOS DA MONARQUIA

THE DAY RIO DE JANEIRO CEASED TO BE ‘THE COURT’ AND BRAZIL SOUGHT TO ERASE THE VESTIGES OF THE MONARCHY

Ednaldo Soares¹

RESUMO

Neste artigo, resultado de pesquisa bibliográfica, evidencia-se que a Proclamação da República do Brasil não foi uma reivindicação da população

¹ Pós-doutor, Doutor e Mestre em Administração e Mestre em Museologia. Estudou na UCSAL, UFBA, UnB, USP, *University of Texas – Pan Am* e na *University of London*; cursou disciplinas ministradas conjuntamente pela *University of Roehampton/UFBA* e pela *New York University/UFBA*; e lecionou nos níveis médio e superior. Pesquisador na EAUFBA e no GREC/FFCH/UFBA, tem artigos jornalísticos publicados no “CORREIO”, trabalhos científicos em periódicos da Administração, Museologia e História e/ou em anais de eventos nacionais e internacionais da Administração e da Museologia, muitos deles citados em teses/dissertações/artigos de terceiros, no país e no exterior. É “*peer revisor*” para periódicos científicos no Brasil, na Inglaterra e Índia. Poeta e contista com participação em antologias editadas na Bahia e em São Paulo, tem livros publicados no Brasil e na Itália, país onde, por anos, foi “*direttore*” do Banco do Brasil, em Roma e membro do Conselho de Cidadãos do Consulado Geral do Brasil, naquela capital. Foi consultor em comércio exterior e tesoureiro da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Brasil-Reino Unido (BRUCKCHAM), em São Paulo, instrutor e conferencista sobre comércio internacional no NetComex (SP). É sócio da Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da *Associazione Italia-Brasile* (Roma).

brasileira, mas de uma elite ávida por poder e temerosa de que um príncipe estrangeiro, esposo da herdeira ao trono, conduzisse os destinos da nação de forma autoritária. Mostra que o novo regime, com autoritarismo, foi responsável pela implantação da primeira ditadura no país. Também, que a gana republicana pela busca por meios para apagar vestígios da monarquia e construir símbolos e heróis republicanos esteve presente tanto em capitais provinciais, como em pequenas cidades do interior, a exemplo da cidade de Alagoinhas, na Bahia. Conclui-se, ao final, que apesar da resistência inicial do Governo da Província da Bahia em acatar a Proclamação da República, o movimento republicano na província não foi inexpressivo como tem equivocadamente sido registrado.

Palavras-chave: Corte, Monarquia, Proclamação da República do Brasil, Movimento Republicano na Bahia.

ABSTRACT

This article, the result of bibliographical research, shows that the Proclamation of the Republic of Brazil was not a demand by the Brazilian population, but by an elite eager for power and fearful that a foreign prince, husband of the heiress to the throne, would lead the nation's destinies in an authoritarian way. It shows that the new regime, with its authoritarianism, was responsible for establishing the country's first dictatorship. It also shows that the republican desire to find ways to erase traces of the monarchy and build republican symbols and heroes was present both in provincial capitals and in small towns in the countryside, such as the city of Alagoinhas, in Bahia. In the end, we conclude that, despite the initial resistance of the government of the Province of Bahia to accepting the Proclamation of the Republic, the republican movement in the province was not as inexpressive as has been mistakenly recorded.

Key words: Court, Monarchy, Proclamation of the Republic of Brazil, Republican Movement in Bahia.

I

Apesar de ser uma cidade moderna, então considerada um importante porto das Américas (quicá o mais importante porto do continente americano), em 1763, Salvador ou Cidade da Bahia deixou de ser a capital da mais rica e importante colônia ultramarina portuguesa – o Brasil; ocasião em que a cidade do Rio de Janeiro, bem menor, acanhada e menos importante que Salvador, assumiu a posição de capital colonial.

A retirada da sede do governo colonial da cidade do Salvador se justificava pela proximidade do Rio de Janeiro das Minas Gerais, onde descobriu-se ouro. Dessarte, houve o entendimento de que, com tal proximidade, facilitar-se-ia a fiscalização da mineração do ouro, visando a evitar o contrabando do mineral.

Em 1808, com a transmigração da Família Real Lusitana (fugida das tropas napoleônicas) de Portugal para o Brasil e, tendo sido bem ou mal instalada no Rio de Janeiro, aos trancos e barrancos, a cidade tornou-se a sede da Corte dos Braganças. E como Corte, continuou sendo-a também após a Independência do país do jugo português (1822), isto é, durante os períodos do primeiro e do segundo império brasileiros, cujos monarcas foram o filho e o neto – D. Pedro I e D. Pedro II, respectivamente – de D. João VI, rei de Portugal.

Diferentemente do que ocorreu nas colônias espanholas na América, que, após se tornarem independentes, rejeitaram a monarquia como forma de governo e optaram pelo regime republicano, ao libertar-se de Portugal, o Brasil manteve de bom grado o mesmo sistema de governança, ou seja, a monarquia. Convém lembrar que D. Pedro de Alcântara – o segundo monarca brasileiro – era amado e, como herdeiro da coroa, muito querido desde a infância, a ponto de terem antecipado a sua maioridade para que constitucionalmente pudesse

assumir o trono da nação. Por conseguinte, foi coroado e consagrado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil “[...] pela vontade de Deus e unânime aprovação dos povos” (coroação e sagração), tomando “[...] as rédeas do governo a 23 de julho de 1840, numa época agitada e após nove anos de guerras civis.” (Mosse, 2015, p. 65).

Todavia, com o passar dos anos, já no segundo império, o regime monárquico que o mesmo D. Pedro II o representava há 49 anos², aparentemente passou a não mais satisfazer os anseios e necessidades da população, ou melhor, de uma restrita e poderosa elite republicana ávida por poder, sem preocupação maior com o futuro do país, como sói, desde então, continua a acontecer.

Não obstante a suposta e inverídica insatisfação do povo com a Monarquia, alguns quiproquós ou imbróglios, sabidamente os atritos de D. Pedro II com a Igreja Católica Romana, que, pelo fato dele exercer o Padroado, levava-o com frequência a interferir em decisões eclesíásticas, mas também com os militares, cujos oficiais de baixo escalão do Exército foram proibidos pelo Imperador de criticar³ a Monarquia através da imprensa, e acrescente-se, ainda, a falta de apoio da elite agrária paulista⁴ ao regime monárquico, todos esses fatos são apontados como os motivadores que puseram a termo a monarquia brasileira, bem como a razão da atabalhoada Proclamação da República,

² À época, considerado um dos mais longevos reinados, só superado pelo da rainha Victoria, da Inglaterra.

³ No fim do Império, o país “[...] era um terreno fértil para a desobediência civil” e “[...] d. Pedro II tornou-se alvo de chacotas na imprensa.” (Caldeira *et al.*, 1997, p. 220).

⁴ Em especial os cafeicultores do Oeste do estado, que, ao contrário dos cafeicultores do Vale do Paraíba, apoiadores da monarquia, aqueles defendiam a implantação do regime republicano no país e, cada vez mais, pretendiam maior poder político.

em 15 de novembro de 1889 – o dia em que o Rio de Janeiro deixou de ser “a Corte” e o Brasil, a todo custo, buscou apagar os vestígios da Monarquia –, dando lugar ao intempestivo banimento da Família Imperial dois dias após o ocorrido, isto é, na madrugada de 17 de novembro, para evitar a presença e a possível oposição do povo. Ou seja, segundo o resumo de José Sarney (1999), “[...] [e]m novembro de 1889, por um acidente, aconteceu a República.”



Coroação de D. Pedro II, pintura de Manuel de Araújo Porto Alegre, 1845/65

A população que de nada sabia e, sem nada entender, ficou sem saber o que dizer e o que fazer (quanto mais pobre era-se, mais atônito estava-se com o golpe republicano). A bem da verdade, “[...] decidida longe das ruas, a Proclamação da República tomou a população brasileira de surpresa”. (Terenzi; Fuentes; Hoshino, 2016). Se bem

⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Coroa%C3%A7%C3%A3o_de_D._Pedro_II_%28Manuel_de_Ara%C3%BAjo_Porto-Alegre%29. Acesso em: 23 jan. 2024.

que, sem causar maiores danos à cidade, a camarilha proclamadora da república, formada por indivíduos que o povo não sabia quem eles eram, agiu sem uso de armas e, na mais descabida pressa, expulsou do país o imperador e seus familiares.

Fizeram mais: retiraram Deodoro da Fonseca do leito em que se encontrava enfermo, a fim de elegê-lo presidente da República Federativa do Brasil. Logo ele, que

Não sonhara por certo de representar um dia o papel tão importante que os acontecimentos lhe impuseram e que o colocaram no mais elevado posto de sua Pátria.

Não o impulsionavam a ambição e a vaidade, mas o patriotismo, o seu acendrado amor pela carreira que abraçara e a sua nunca desmentida dedicação pelos seus companheiros de armas.

Não era um político militante; nunca se embrenhara pelos difíceis liames do partidarismo apaixonado e interesseiro, nunca seu nome se achou envolvido em assuntos que não fossem da profissão que escolhera e que tanto soube honrar e enobrecer (Sena, 1999, p. 14).

Demais, o marechal não era um republicano convicto, conforme ele mesmo expôs em correspondências enviadas ao sobrinho Clodoaldo da Fonseca, em que afirmava ser a monarquia o “[...] único sustentáculo do país”, enquanto a república, caso fosse proclamada, seria uma “[...] verdadeira desgraça” para a nação, pela falta de preparo da população para viver sob esse regime (*Ibidem*, 2016).

Ao retro citado sobrinho “[...] que se achava então na Escola Militar do Rio Grande do Sul e se pronunciara publicamente em uma manifestação republicana, dirigiu o general Deodoro uma carta em setembro de 1888” (*apud* Sena, 1999, p. 17), em que escreveu:

Não te metas em questões republicanas, por quanto – República no Brasil é desgraça completa – é a mesma coisa: os brasileiros nunca se prepararam para isso, porque sempre lhes faltara educação e respeito para isso. Nem todos são homens da têmpera do grande Júlio de Castilhos, a quem darás lembranças e apresentarás meus respeitos.



O banimento da Família Imperial Brasileira⁶

II

Com os pouco desenvolvidos meios de comunicação da época, São Paulo – uma das primeiras cidades do país a ficar sabendo das ocorrências no Rio de Janeiro – tomou conhecimento da Proclamação da República por meio de um telegrama do repórter Ernesto Sena, enviado na mesma data à redação do jornal “Correio Paulistano”, recebido por volta das 13:00 h, informando que

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/BrazilImperiu/photos/dom-pedro-ii-e-a-fam%C3%ADlia-imperial-partem-para-o-ex%C3%ADlio-na-madru-gada-de-17-de-nov/2684249941905206/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Exército unido intimou o governo a se retirar. Este, reunido no Quartel do Campo da Aclamação, foi obrigado a demitir-se. Exército e Armada, tendo à frente Deodoro, Quintino, Clapp, Benjamim Constant, Jardim, Lopes Trovão etc., proclamaram a República. (apud Cavalcanti; Delion, 2004, p. 11).

Total alvoroço e enorme sanha por mudanças tomaram conta do velho centro da capital paulista, também conhecido como o “[...] Triângulo⁷, originado em tempos coloniais pelas sendas que comunicavam os largos da Sé, São Francisco e São Bento” (Gerodetti; Cornejo, 2002, p. 47), onde a elite paulistana defensora do regime republicano residia e/ou trabalhava. Em polvorosa ficou a cidade, apesar de haver quem diga que “a República chegara tranquilamente em São Paulo.” A menos que se pretenda restringir o significado de “tranquilamente” para contrapor e ser apenas antônimo de “violência armada”.



Proclamação da República, pintura de Benedito Calixto, 1893.⁸

⁷ “Modernamente, passou a ser o Triângulo o centro da cidade, delimitado pelas ruas 15 de Novembro, São Bento e Direita, que concentravam toda a vida social e comercial e lojas luxuosas que eram o ‘ponto de encontro preferido da clientela mundana’” (Gerodetti; Cornejo, 2002, p. 47).

⁸ Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/proclamacao-da-republica/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Entretanto, completamente bestializada tanto quanto a do Rio de Janeiro, a população paulistana assistiu a uma série de mudanças promovidas pela elite cidadina, com o fito de eliminar resquícios que lembrassem a monarquia e de construir símbolos e heróis republicanos com que o povo viesse a se identificar o mais rápido possível.

A começar, na capital paulista, promoveram-se trocas de nomes de muitos dos logradouros: de Rua do Imperador para Rua Marechal Deodoro; de Rua da Imperatriz⁹ para XV de Novembro; de Rua da Princesa para Benjamim Constant; de Conde d’Eu para Glicério; de Príncipe para Rua Quintino Bocaiúva; de São José para Libero Badaró; de Rua do Comércio da Luz para Tiradentes. E ainda propuseram que o Largo Sete de Abril (antiga Praça dos Burros, onde se realizavam as touradas) virasse Praça da República. (Cavalcanti; Delion, 2004). Demais, país afora,

[...] [n]a tentativa de conquistar o apoio da população até então alheia a troca de regime, os republicanos esforçaram-se nos meses seguintes para criar e difundir marcas da República – e apagar vestígios do Império de D. Pedro II. Cidades se encheram de estátuas e outros monumentos à República. Ruas, praças e repartições com referências à monarquia mudaram de nome. Mas as grandes apostas de exaltação da República seriam: uma nova bandeira, um novo hino e um novo herói – ou quase isso (Terenzi; Fuentes; Hoshino, 2016, p. s/n).

De igual modo, conforme menção retro, ressalta-se que mudanças anteriormente feitas para homenagear a Monarquia foram desairosamente desfeitas com a Proclamação da República. Na cidade de São

⁹ Antiga Rua do Rosário, foi renomeada Rua da Imperatriz, “em homenagem à família imperial que visitou São Paulo em fevereiro de 1846. Após a Proclamação da República, passou a chamar-se XV de Novembro” (Gerodetti; Cornejo, 2002).

Paulo, por exemplo, os seguintes logradouros foram republicanamente renomeados:

[o] Largo do Pelourinho [que havia virado] 7 de Setembro; o do Bexiga, Riachuelo; o do Zunega, praça do Paissandu; a rua de Baixo [que se tornara] 25 de Março; o beco dos Sapos [que virara] travessa do Seminário, a ladeira da Ponte do Acu, ladeira de São João (Cavalcanti; Delion, 2004, p. 22).

Entretanto, sabe-se que pouco tempo mais tarde, arrependida ou não, a mesma elite paulistana tentou se redimir da devastadora gana republicana de anular por completo vestígios da período monárquico. Chegou-se a rebatizar a Rua Direita de Rua Dom Pedro de Alcântara, em homenagem ao Imperador deposto e exilado, mas o novo nome não pegou (*Ibidem*, 2004). Mesmo porque é raro vingar a troca de nome de qualquer rua denominada de “Direita”. De origem bíblica, a Rua Direita era o logradouro da cidade de Damasco para onde Saulo de Tarso (futuro apóstolo Paulo) foi levado temporariamente cego, após ele ter tido a visão e atentado ao chamado de Jesus Cristo; então, naquela rua, encontrou-se com a pessoa divinamente indicada – Ananias –, que lhe impôs as mãos e o curou da cegueira. São, e já rebatizado Paulo, passou a cumprir nova missão, completamente contrária à que o havia levado até ali.

Conforme menção retro, sabe-se que os paulistanos tomaram conhecimento da Proclamação da República através do “Correio Paulistano”, cujo proprietário – Antônio Prado – mandou afixar as notícias na frente do prédio do jornal, situado na Rua da Imperatriz, onde seu irmão – Martinho Prado Jr. (Martinico) – leu-as em alta voz para os transeuntes. Já o jornal “A Província de São Paulo”, dirigido por Rangel Pestana, após a confirmação da notícia da Proclamação

da República, teve o nome alterado para “O Estado de São Paulo”. (*Ibidem*, 2004).



Rua Direita, sentido Largo da Sé, em 1862.¹⁰

O grupo republicano paulistano contava com a participação de membros da elite local, a saber: da rica e influente família Prado, do futuro presidente do país, Manuel Ferraz de Campos Salles, de Júlio Mesquita e de outros integrantes do Clube Republicano. Juntos (todos eles membros do Clube), na mesma data de 15 de novembro, acataram a proposta de Américo de Campos que indicava Prudente José de Moraes Barros, Francisco Rangel Pestana e o Major Joaquim de Souza Mursa para compor o Governo Provisório de São Paulo. Mais que isso, pretenderam receber, de imediato, o poder estatal das mãos do General José Vieira Couto de Magalhães, que, a princípio se recusou a conceder-lhes a pretensão. Todavia, já na manhã do dia

¹⁰ Fotografia de Militão Augusto de Azevedo – um dos primeiros fotógrafos brasileiros –, publicada em seu livro “*Álbum comparativo da cidade de São Paulo: 1862-1887*” (*apud* Gerodetti; Cornejo, 2002, p. 17).

seguinte, entregou-lhes pacificamente o comando político-administrativo do Estado (*Ibidem*, 2004).

III

Na Bahia, à época, apesar de seu filho mais ilustre – Ruy Barbosa – ser um defensor extremado do regime republicano, por entender ser este o modo mais aceitável de governança estatal, a aceitação da Proclamação da República do Brasil não se deu tão facilmente como ocorrera no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso, quiçá porque a Bahia houvera lutado por um período de quase um ano de sangrentas batalhas, para consolidar a Independência do Brasil da Coroa Portuguesa e por ter sido o lugar de onde partiram as últimas tropas lusitanas, deixando definitivamente o país. Também, por ter sido uma das primeiras províncias a efusivamente aclamar o Imperador D. Pedro I, tanto na capital, quanto na região do Recôncavo (em primeiro lugar, na Vila de Cachoeira; logo depois, em Maragogipe, Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde), tão logo houve conhecimento da declaração da Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822, nos arredores da cidade de São Paulo.

Não foi, portanto, fácil para os baianos aceitarem o fim da Monarquia brasileira, regime

[...] até então tido como a mais estável e duradoura experiência de governo na América Latina, com 67 anos de história, desabara na manhã de 15 de novembro. A Monarquia cedera lugar à República. O austero e admirado imperador Pedro II fora obrigado a sair do país. Vivia agora exilado na Europa, banido para sempre do solo em que nascera. Enquanto isso, os destinos da nova República estavam nas mãos de um marechal já idoso e bastante doente, o alagoano Manoel Deodoro da Fonseca,

considerado até então um monarquista convicto e amigo do imperador deposto. (Gomes, 2013, 4ª capa).

Daí, equivocadamente ou não, dizer-se “[...] que a Bahia foi a última província a aderir ao novo regime” (Carone, 1971 *apud* Santos, 1990, p. 47), cujos acontecimentos acerca da Proclamação da República, sucedidos no Rio de Janeiro – a Corte –,

[...] só foram conhecidos na cidade do Salvador no entardecer daquele dia [15 de novembro] por notícias desencontradas sobre a ocorrência de uma revolução na capital do Império. [...N]a madrugada e manhã de 16 [...s]oube-se que já existia um governo provisório presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca (Tavares, 2000, p. 220).

Ainda, de acordo com Vianna (1963, p. 1-2):

Alguns dos jornais vespertinos, que circularam na Cidade do Salvador em 16 de novembro de 1889, traziam, na primeira página, notícias e comentários em que acentuavam a gravidade do momento, “sem exemplo na história social e política da nação”.

Apelavam para o dever de patriotismo dos filhos da terra no sentido de ser mantida a prudência, a calma e a ordem, ante os acontecimentos que se desenrolavam no país.

[...] Zé Povinho não levou, de início, o caso a sério. A figura do Imperador, cercada de respeito e veneração, afastava qualquer suposição de queda da monarquia. Além do mais pouco interessava que o marido de D. Isabel fosse ou não estrangeiro. Aquilo tudo devia ser, quando muito, “barulho de branco”. Para o grosso da população a república era uma ideia frívola, sem consequências. Até aquele momento só tinha produzido umas arruaças acabadas com a vinda da cavalaria que espaldejara os recalcitrantes. Fora disto era apenas motivo para algumas inovações da moda. Usava-se chapéus, gravatas, coletes, boti-

nas, leques, capotas, casaquinhos, sombrinhas e até bigode e penteados republicanos.

Embora haja registros históricos de movimentos republicanos na Bahia, quer na capital, quer em cidades do interior, há quem considere inexpressiva tal movimentação, conforme atesta a seguinte narrativa:

A não ser pelos jornais A Sentinela da Liberdade (Cachoeira, 1870), O Popular (Santo Amaro, 1871), O Horizonte e a Tribuna (Salvador, 1878) e o efêmero Clube Republicano de Henrique dos Santos (1878), a propaganda republicana mais séria e conseqüente data da organização do Clube Republicano Federal e da publicação na cidade do Salvador do jornal A República Federal, cujo primeiro número circulou em 2 de julho de 1888. Política, e eleitoralmente, os republicanos da Bahia não tinham a menor importância, o que se evidencia nos resultados da última eleição do Império. Concorreram apresentando o grande tribuno Silva Jardim como candidato de oposição ao baiano barão de Guaí, na ocasião ministro da Guerra. Silva Jardim obteve 5 votos, resultado decepcionante, que motivou a renúncia de Manuel Teixeira Soares e seus companheiros no diretório do Clube Republicano Federal. [...]

Os republicanos não chegavam a duas centenas na Bahia. Eram professores da Faculdade de Medicina, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores do Liceu Provincial, oficiais militares de baixa patente, comerciantes, tipógrafos, alfaiates, panificadores e pintores de parede. Em situação política e eleitoral bastante mais vantajosa, os monarquistas, apesar de divididos em conservadores, conservadores dissidentes, liberais e liberais federalistas, possuíam deputados provinciais e gerais, intendentes municipais, vereadores, juizes e conselheiros (Tavares, 2000, p. 219).

Na Bahia, porém, cabe ressaltar, foram criados Partidos Republicanos em Salvador e em Lençóis e vários Clubes republicanos

em Salvador, Bom Jesus dos Meiras, Lençóis, Andaraí, Riacho de Utinga, Orobó, Currealinho, Aldeia, Santo Antônio da Barra, Cruz das Almas, Feira de Santana, Purificação dos Campos e Vila Nova. Demais, surgiram adesões ao novo regime em muitas outras cidades: Alagoinhas, Amargosa, Barra do Rio de Contas, Caetité, Canavieiras, Ilhéus, Jacobina, Poções, Riacho de Santana, São João, São Sebastião do Caetité etc. (Santos, 1990).

Em entrevista, Guimarães (*apud* APEB, 2016) faz um resumo histórico do movimento republicano na Bahia, em que pontua tanto a efemeridade dos clubes republicanos criados na Província, quanto o espalhamento desse movimento pelo seu interior:

De acordo com Brás do Amaral, o primeiro clube republicano da Bahia foi inaugurado em 1876 e sofreu imediata repressão do presidente da Província. Outros centros republicanos surgiram e desapareceram com certa efemeridade, a exemplo do Clube da Academia de Medicina da Bahia e o Clube Republicano Federal, este último fundou o Partido Republicano com publicação do seu primeiro manifesto em 1889. Houve, ainda, certa manifestação republicana em Lençóis, Condeúba, Feira de Santana, Caetité, Canavieiras e Cruz das Almas, com instalações de clubes republicanos no período de 1888 a 1889, sempre com a presença de diplomados em cursos superiores.

Registros históricos também mostram que havia duas vertentes do movimento republicano, especialmente na capital da Província, sendo uma delas caracteristicamente exaltada (desejosa de uma revolução para a derrubada da monarquia) e outra, moderada (entendia a República como resultado da “educação das classes”, consoante “emenda dos partidos monárquicos e regeneração dos homens”) (Guimarães *apud* APEB, 2016). De igual modo, também é verdadeira a recíproca com

relação aos baianos apoiadores da Monarquia. Afirmações confirmadas pelos fatos a seguir narrados:

Em 15 de junho de 1889 aportaram em Salvador, no mesmo navio vindo do Rio de Janeiro, o conde d'Eu e Silva Jardim. Na véspera, já se preparavam os republicanos para recepcionar o seu líder. Tinha havido comícios: um no Terreiro com aproximadamente 200 pessoas e outro na Praça do Palácio. Ao mesmo tempo, espalharam-se panfletos dirigidos contra a pessoa do príncipe e que seriam obra de algum republicano exaltado ou, segundo suposições de Brás do Amaral, mais provavelmente, forjados pelos partidos monarquistas para dar pretexto à repressão.

Assim, os chefes paroquiais do Partido Liberal teriam tomado providências para impedir as propaladas manifestações contra o Conde. Convocaram-se certos grupos populares: magarefes do matadouro do Retiro, cortadores de baleia de Itapuá e Itaparica e carregadores do cais.

[...]

Já no préstito de recepção a Silva Jardim, os republicanos foram atacados a pedradas e cacetadas e tiveram de se refugiar uns em casas próximas e outros na Faculdade de Medicina.

Houve intervenção de autoridades a pedido dos líderes republicanos e dos próprios chefes políticos liberais das freguesias de Brotas e de Santana. Os dois últimos chegaram a se dirigir pelo nome a indivíduos do grupo agressor, o que, segundo Brás do Amaral, confirmaria terem sido os distúrbios planejados pelos partidários da Monarquia. O resultado foi que Silva Jardim não conseguiu realizar o comício planejado e teve de retornar rapidamente ao navio para não morrer. (Amaral, 1904 *apud* Santos, 1990, p. 51).

Ao contrário da facilidade com que a aceitação e a implantação da república ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, isto é, da noite para o dia, na Bahia, a pretendida implantação foi prevista para

acontecer nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 1889. Entretanto, ao tomar conhecimento da Proclamação da República, o presidente da Província da Bahia – José Luís de Almeida Couto – se reuniu com políticos expressivos, considerados lideranças provinciais e decidiram manterem-se fiéis à Monarquia. Pensaram até no envio de mensagem de protesto ao Governo Provisório; todavia, a pretensão não foi além da cogitação. (Santos, 1990).

Contatado, via telegrama, por Deodoro da Fonseca a respeito da Proclamação da República, Almeida Couto respondeu-lhe afirmando “[...] que a Bahia seria ‘fiel à constituição e às leis e aguarda[va] nas atuais circunstâncias com firmeza e tranquilidade as deliberações dos poderes legalmente constituídos’” (Amaral, 1904 *apud* Santos, 1990, p. 52).

No entanto, a notícia da Proclamação da República deixou a Cidade da Bahia tumultuada. Houve manifestações de ambos os lados – monarquistas e republicanos -, resultando em apedrejamento de residências e casas comerciais, a envolver gente do povo dividida e personagens assaz conhecidas nas ruas da cidade, como Macaco Beleza (Manuel Benício dos Passos), Caboré Pranchão, Peru Depenado, João Bandinha, Lulu Fartura.

O comandante do 16º de Infantaria – Frederico Cristiano Buys –, em desobediência ao comandante das armas – Hermes Ernesto da Fonseca –, juntou a tropa e, juntamente com Virgílio Damásio e Deocleciano Ramos, em 16 de novembro, proclamaram a república no Forte de São Pedro. E, tendo sido nomeado por Benjamim Constant o novo comandante das armas, substituindo Hermes da Fonseca, Buys reprimiu as arruaças monarquistas comandadas por Macaco Beleza. Por seu turno e a contragosto, Manoel Vitorino assumiu o

governo da Bahia. A seu ver, Virgílio Damásio era o merecedor do cargo. (Vianna, 1963).

Ora, considerando-se as duas formas de governo aqui confrontadas – monarquia e república -, do ponto de vista político, supõe-se que o fim da Monarquia brasileira se deve também ao fato de ter uma princesa como herdeira ao trono. Isso, porque havia temor “nacional” de que o esposo de D. Isabel – o conde d’Eu -, fosse quem *de facto* iria governar o país, na hipótese de a princesa vir a ser coroada. Tanto era esse o entendimento ou temor que o jornal baiano “República Federal” chegou a fazer a seguinte publicação, em abril de 1889: “Gastão de Orleans, conde d’Eu, (...) é o futuro imperador do Brasil” (*apud* Gomes, 2013, p. 247).

O temor com relação ao Conde d’Eu se justificava ainda mais por causa da divulgação de atrocidades (injustificada matança de civis – crianças, mulheres e idosos) praticadas pelo príncipe na guerra do Paraguai, quando passou a comandar as tropas brasileiras, nomeado pelo sogro – D. Pedro II – em substituição ao General Caxias, que, “[a]legando moléstia [...] abandonou o embate, apesar da objeção do imperador” (Schwarcz, 1998, p. 310).

Diz-se, no entanto, que a queda da Monarquia foi resultado do retardamento da abolição do sistema escravocrata, ou seja, que

[...] [a] monarquia caiu mais por sua incompetência para conceber e dirigir uma sociedade sem escravos – problema que se arrastou por 67 anos – do que por mérito de seus adversários. Embora os novos governantes também não tivessem solução para o problema, possuíam mais disposição que o velho rei. (Cadeira et al., 1997, p. 228).

Daí, “sob a liderança de Benjamim Constant [...] chefe militar dos republicanos [...]” (*Ibidem*, 1997, p. 222), ter a elite militar no Rio de Janeiro tomado as providências para proclamar a república e banir a monarquia do país.

A população brasileira, que fora apanhada de surpresa com a notícia da Proclamação da República, não teve semelhante temor quando da implantação do novo regime (até porque nem teve tempo para refletir), muito embora este, sim, tenha se tornado uma ditadura, ou seja, a primeira das que se sucederiam no país, pelo fato do marechal Deodoro da Fonseca, de modo completamente autoritário, ter dissolvido o Congresso Nacional. Comportamento bem diferente de como agia D. Pedro II, cujo espírito democrático se refletia na condução do país e reverberava no exterior, conforme menção do Ministro da Bélgica – “M. de Grelle”:

il règne un sentiment de démocratie, de nivellement des classes sociales, d’indépendance dans toutes les manifestations du libre bien autrement prononcé que dans beaucoup d’autres États, même de forme républicaine¹¹ (*apud* Mossé, 1889, p. II).

O próprio rabino Benjamim Mossé, em seu livro biográfico “*Dom Pedro II, Empereur du Brésil*” (1889, p. I-II) concebe

[...] Dom Pedro II, empereur constitutionnel du Brésil [...], non comme un souverain, mais comme un philosophe; non comme le maître de son peuple, – puisqu’il n’est pas un roi absolu, un

¹¹ ¹¹ há um sentimento de democracia, de nivelamento das classes sociais, de independência em todas as manifestações de liberdade que é muito mais pronunciado do que em muitos outros Estados, mesmo os republicanos (**Tradução do autor**).

autocrate, – mais comme un philanthrope, comme un ami de l’humanité, comme le bienfaiteur de sa patrie.¹²

Diante da dissolução do Congresso,

Silveira Martins procurou Isabel e insistiu inutilmente para que ela retornasse ao país com a missão de liderar os esforços pela restauração da Monarquia. A princesa, segundo o político gaúcho, teria recusado a proposta alegando ser antes de tudo católica. Como tal, não poderia deixar a cargo de professores brasileiros republicanos a educação dos filhos, cuja alma ela julgava na obrigação de salvar.

- Então, senhora, seu destino é o convento – teria respondido Silveira Martins, dando por encerradas as esperanças de restauração do trono. (Carvalho, 2007 *apud* Gomes, 2013, p. 248).

IV

Embora o dia em que o Rio de Janeiro deixou de ser “a Corte” não tenha sido tão facilmente aceito na Bahia e haja dissensões em registros históricos quanto ao fato do movimento republicano na Bahia ter sido ou não inexpressivo, cabe dizer que, no já Estado da Bahia, após a Proclamação da República, também se manifestou a gana de apagar vestígios da Monarquia. Atos da espécie aconteceram principalmente em cidades do interior.

Muito embora haja poucos ou quase nenhum registro histórico, chama-se a atenção para o ocorrido na cidade de Alagoinhas¹³, onde

¹² [...] Dom Pedro II, imperador constitucional do Brasil [...], não como um soberano, mas como um filósofo; não como o mestre de seu povo, – já que ele não é um rei absoluto, um autocrata – mas como um filantropo, como um amigo da humanidade, como o benfeitor de seu país. (**Tradução do autor**).

¹³ A princípio, um distrito da Vila de Inhambupe, criado em 15 de outubro de

passou-se a nomear e a renomear espaços e vias públicas, a fim de homenagear fatos e personalidades ligados ao novo regime. Por exemplo: a espaçosa área urbana conhecida como “Parque”, pouco distante da zona comercial ou centro da cidade, ladeada por casas residenciais (muitas delas enormes e elegantes mansões dos mais abastados), onde tinham sido instalados brinquedos infantis (balanços e escorregador) e havia umas poucas jaulas com aves e outros animais (urubu-rei, macaco prego ...) para visitação dos habitantes e gente de passagem pela cidade, passou a chamar-se Praça Ruy Barbosa.



Fonte: Wikipedia – Casarão localizado no antigo “Parque”, em Alago inhas (BA)¹⁴

Outros sítios foram nomeados com os seguintes top nimos: Rua 5 de Novembro (quicá em homenagem ao dia do nascimento de Ruy Barbosa), Praça da Bandeira (novo símbolo republicano), Rua Deodoro etc. Também, alguns logradouros situados nas imediações da Estação São Francisco (região habitada por trabalhadores, na maioria empre-

1816 e emancipado como um novo município, em 2 de julho de 1853.

¹⁴ Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FAlago inhas&csig=AOvVaw1aEWR3N-MuEYdGDveKEU8Id&ust=1707833954288000&source=images&cd=v-fe&opi=89978449&ved=0CBIQjRxqFwoTCPDByer-pYQDFQAAAAAdAAAAABAW>. Acesso em: 12 fev. 2024.

gados da Estrada de Ferro do São Francisco – EFSF –, substituta da *Bahia and San Francisco Railway Company* – BSFR¹⁵ –; muitos deles defensores do regime republicano) receberam topônimos, tais como: Rua XV de Novembro, Silva Jardim, Rua Quintino Bocaiúva e outros.



Fonte: Google.com – Estátua de Ruy Barbosa na praça em sua homenagem (Alagoinhas-BA)¹⁶

-
- ¹⁵ Empreendimento inglês, inaugurado em 13/02/1863, que partia de Salvador (Estação da Calçada) até Alagoinhas (Estação São Francisco). A “*Bahia and San Francisco Railway Company*” (BSFR) foi a primeira ferrovia construída na Bahia e a terceira no país. Substituída pela Estrada de Ferro do São Francisco (EFSF), prolongou-se até Juazeiro sob a administração da franco-belga *Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de L’Est Brésilien* (CCFFEB). Somente em 1935, no governo Vargas, foi federalizada e integrou-se à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB). (SOARES, 2022).
- ¹⁶ Disponível em: [250 | Rev. IGHB, Salvador, v. 119, p. 229-254, jan./dez. 2024](https://www.google.com/search?q=praca+rui+barbosa+alagoinhas%3A+fotos&tscv=9a94bee5ed3f9006&sxsr=ACQVn08Qm-DRwC5wXWVvALMUR2HkL8bxu9w%3A1707748662391&ei=-Ni3KZem4F8Kr5OUP-I2X6Ak&udm=&ved=0ahUKEwj4zD-g6aEAXCFbkGHfjGBZ0Q4dUDCBA&uact=5&oq=praca+rui+barbosa+alagoinhas%3A+fotos&gs_l=Exgnd3Mtd2l6LXNlcnAiI3ByYWNhIH-J1aSBiYXJib3NhIGFsYWdvaW5oYXNM6IGZvdG9zMGYQABgWGB5IzzR-QmxFYjCRwAXgBkAEAmAG3AqABwQyqAQcwLjMuMy4xuAEDyAEA-AEBwgIKEAAYRxiWBBiwA8ICCBAAAGBYHhgPwglFECEYoAHiAwQ-</p></div><div data-bbox=)

Dessarte, há de se convir, que, a partir dos registros históricos acerca do movimento republicano na Bahia aqui destacados, depreende-se e conclui-se que, apesar da inicial resistência do governo baiano em acatar a Proclamação da República e de, “insubordinadamente” em Salvador, terem sido preservados nomes de logradouros¹⁷ relacionados com a Monarquia e/ou com a Independência do Brasil (e.g.: Rua da Independência, Avenida 7 de Setembro, Praça 2 de Julho, Largo 2 de Julho, Rua Padre Feijó, Avenida Sórora Joana Angélica, Rua Marechal Labatut, Rua Condessa de Sauipe etc.), *de facto* não mais subsiste a afirmação de que a movimentação antimonarquista na Bahia foi inexpressiva, como tem sido equivocadamente registrada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. *Memória histórica sobre a Proclamação da República na Bahia*, **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 11, n. 30, p. 3-32, 1904.

APEB – Associação dos Procuradores do Estado da Bahia.

Entrevista: “Impacto da República na Bahia”, Salvador:

Notícias (14), nov. 2016. Disponível em: apeb.org.br/noticias1.asp?reg=410. Acesso em: 12 fev. 2024.

CALDEIRA, Jorge; CARVALHO, Flávio de; MARCONDES, Cláudio; PAULA, Sérgio Góes. *Uma Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

YACBBiAYBkAYE&scient=gws-wiz-serp . Acesso em: 12 fev. 2024.

¹⁷ A atual Rua Ruy Barbosa, no Centro Histórico de Salvador, é uma homenagem ao ilustre baiano feita “no início do século XX”. Isso, porque “[a casa] identificada com o número 12 [daquela] rua” foi onde Ruy nasceu, em 5 de novembro de 1849. Antes, “o logradouro era denominado Rua dos Capitães”. (Tavares, 2023, p. 201).

CARONE, Edgard. *A República Velha*: evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAVALCANTTI, Pedro; DELION, Luciano. *São Paulo: A Juventude do Centro*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2004.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo*: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. 4. ed., São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2002.

GOMES, Laurentino. *1889*: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Globo, 2013.

GUIMARÃES, Cristiane. *Entrevista*. In: APEB – Associação dos Procuradores do Estado da Bahia. *Entrevista: “Impacto da República na Bahia”*, Salvador: Notícias (14), nov. 2016. Disponível em: apeb.org.br/noticias1.asp?reg=410. Acesso em: 12 fev. 2024.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco / Benjamin Mossé. Brasília: FUNAG, 2015.

MOSSÉ, Benjamim. *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*. Paris: Librairie de Firmin Didot et Cie, 1889.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia*. In: **Série História do Nordeste**, Recife, v. 1, n. 13, p. 47-79,

1990. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24627/19903>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SARNEY, José. *A República que não era republicana* (Apresentação). In: SENA, Ernesto (aut.): **Deodoro**: subsídios para a história / Ernesto Sena. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999 (Coleção biblioteca básica brasileira).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed., 21ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENA, Ernesto. **Deodoro**: subsídios para a história / Ernesto Sena. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999 (Coleção biblioteca básica brasileira).

SOARES, Ednaldo. **O Desconhecido**: reminiscências e reflexões poéticas. Salvador: Quarteto Editora, 2022.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *20 Meses com Ruy Barbosa*: Personagem é tão humano, mas o tornamos misterioso, **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, v. 118, p. 195-209, jan./dez. 2023.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

TERENZI, Gabriela; FUENTES, André; HOSHINO, Alexandre. *A República e seus símbolos*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/a-republica-e-seus-0simbolos>. Acesso em: 21 jan. 2024.

VIANNA, Hildegardes. *A Proclamação da República na Bahia (Aspectos Folclóricos)*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos (Publicação 33), 1963.

HISTÓRIA DO GINÁSIO SANTAMARENSE E ESCOLA NORMAL DE SANTO AMARO

Aramis Ribeiro Costa¹

RESUMO

Este artigo trata da situação educacional no interior do Estado da Bahia na segunda década do século XX, da história do Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro, estabelecimento de ensino pioneiro da Educação secundária no Estado da Bahia, sua motivação, a fundação, os anos de atividade, as dificuldades que enfrentou, os benefícios que proporcionou e o seu encerramento, após mais de duas décadas de funcionamento.

Palavras-chave: educação; Bahia; interior; pioneirismo.

ABSTRACT

This article addresses the educational situation in the State of Bahia's interior cities throughout the second decade of the 20th century, and the history of the Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro, a pioneer

¹ Aramis Ribeiro Costa é baiano de Salvador, de 1950, médico e escritor. Pertence à Academia de Letras da Bahia, instituição da qual foi presidente por dois mandatos e é membro benfeitor. É também membro efetivo do Instituto Genealógico da Bahia. Foi membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Sócio efetivo do IGHB desde 1996.

institution of secondary education in the State of Bahia, encompassing its motivation, foundation, years of service, adversities faced during its lifespan, provided benefits and its closure, after more than two decades running.

Key words: education; Bahia; interior; pioneering.

Talvez não coubesse contar tão minuciosamente a história de um ginásio no interior da Bahia, ao qual, posteriormente, foi anexada uma escola normal, ou pedagógica, se não fosse um aspecto: ter sido esse ginásio um pioneiro na educação do estado. Não foi, certamente, o primeiro. Na própria Cidade de Santo Amaro da Purificação, cidade ribeirinha do Recôncavo Baiano, banhada pelas águas mansas e barrentas do Rio Subaé, falava-se de certo Ginásio Santo Agostinho, que existira um tempo, porém não chegara a ser equiparado e extinguiu-se. Mas, seguramente, ao ser fundado o Ginásio Santamarense em 1928 não havia em todo o interior do Estado da Bahia um único ginásio, nem público nem particular. A Escola Normal Rural de Feira de Santana fora inaugurada em 1925 e a Escola Normal de Caetité em 1926, mas apenas abrangiam os cursos normal (futuro curso pedagógico, e, depois, de magistério), em quatro anos, e o fundamental em dois. À semelhança da Escola Normal da Bahia, em Salvador, muito mais antiga, do tempo da província, não possuíam ginásio. Continuaram sendo, aliás, essas duas escolas normais, as únicas presenças da administração pública nas áreas da educação primária e secundária em todo o interior do estado, até o final da década de vinte. Em 1928, o ano que interessa a este artigo, na própria capital havia pouquíssimos ginásios, sendo apenas um oficial, o Ginásio da Bahia. Uma situação, portanto, de vergonhosa escassez educacional no amplo chão da Bahia, que o Ginásio Santamarense, fundado num casarão à beira do Rio Subaé, viria não resolver completamente, mas, pelo menos, minorar,

para todo o interior, o vasto interior desassistido, e de fato resolver para a Cidade de Santo Amaro da Purificação e arredores.

Esse estabelecimento de ensino secundário certamente não teria existido, não fosse um grande interesse familiar. Um desses casos em que a solução de uma necessidade particular acaba beneficiando, e amplamente, o interesse público. Mais do que isso: indo muito além do objetivo inicial, avançando no tempo, tornando-se uma obra benemérita, ganhando não apenas a gratidão da sociedade beneficiada, mas o difícil reconhecimento oficial. Por tudo isso, é uma história que deve ser contada do começo, para que se saiba não apenas a sua origem, mas a sua continuidade.

No final do século XIX e início do século XX, residia em Santo Amaro da Purificação um homem chamado Arlindo da Silva Costa, conhecido também pelo apelido com que o tratavam em família, Vidu Costa. Não nascera em Santo Amaro, que era a terra de sua mãe. Nascera em Salvador, em 13 de março de 1883, filho, com mais dez irmãos, do português José da Silva Costa e da brasileira, baiana e santamarense Leolinda Augusta da Silva, que, ao se casar, passou a chamar-se Leolinda Augusta da Silva Costa. Sua instrução formal não havia passado da boa escola primária da época, mas era de uma inteligência notável, leitor, bem falante, com uma intuição



prodigiosa, uma grande capacidade autodidata, um líder nato, com grande participação em instituições santamarenses, e bem cedo dedicou-se ao comércio, com a intenção, que conseguiu cumprir por toda a vida, de não ser empregado de ninguém.

Embora a mulher que escolheu para casar residisse com a família em Salvador, conheceu-a lá mesmo em Santo Amaro, onde ela fora passar determinadas férias na casa de uma amiga, e do namoro ao casamento foi rápido. Nascida em 22 de março de 1884, essa moça chamava-se Alina da Silva Ribeiro, nome que foi modificado com o casamento para Alina Ribeiro Costa. Era filha de Emília Olívia de Britto Ribeiro e de um famoso capitão-tenente da Marinha, herói da Campanha do Paraguai, membro do célebre Club Militar, comandante do Arsenal de Marinha de Salvador e da Escola de Aprendizes de Marinheiro, também senador baiano, membro da primeira Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, Almiro Leandro da Silva Ribeiro. A instrução de Alina era a que se dava comumente às moças da classe média alta daquele tempo, literatura, francês, piano e prendas domésticas, que iam de costuras e bordados à arte culinária.

O casal teve três filhos, que se chamaram Aderbal, Adroaldo e Aldegar. A determinação de educá-los de maneira completa, de sorte que possuíssem curso superior, fora muito firme desde o início. E não houve problemas com o curso primário. Santo Amaro da Purificação tinha competentes professoras para esse nível de escolaridade. A questão apresentou-se em 1926, justamente quando os dois primeiros filhos do casal concluíram o primário, habilitaram-se para o ginásio, e Santo Amaro não possuía essa etapa do ensino, nenhuma cidade do interior baiano possuía.

O que faziam aqueles de boas condições financeiras e que, residindo no interior da Bahia, queriam dar continuidade aos estudos

dos filhos, era mandá-los a estudar em Salvador. Mas isso não era tão simples para Arlindo e Alina. No ano seguinte, 1927, quando os dois primeiros filhos iniciariam o ginásio, o mais velho, Aderbal, estaria com 13 anos de idade, e o segundo, Adroaldo, que estava mais adiantado, pois entrara na escola antes do tempo para acompanhar o irmão, com apenas 10 anos. A ideia de mandá-los sozinhos com tão pouca idade para estudar na capital, de colocá-los num dos internatos que havia em Salvador, ou mesmo de alojá-los em casa de parentes, de qualquer modo de se separar deles, não acompanhar de perto os estudos, era, para os pais, insuportável. Acrescido a isso, manter dois filhos, logo seriam três, estudando numa cidade grande por alguns anos seguidos, equivalia a manter, por todo esse espaço de tempo, duas residências, uma em Santo Amaro e outra em Salvador, o que resultaria excessivamente oneroso. Para tornar a situação ainda mais difícil, a família não podia deixar Santo Amaro, onde estava o seu sustento, que já não era o comércio, mas uma pequena indústria. Tendo herdado do pai a duodécima parte de uma fábrica de vinagre e destilaria de aguardente à margem direita do Rio Subaé, que, aliás, já era ele quem dirigia no lugar do pai, que já estava muito idoso, Arlindo comprara a parte da mãe e as dos irmãos, tornando-se o único proprietário desse negócio que permitia sustentar com dignidade a família, porém dentro de certos limites

Enquanto decidiam o que fazer, os dois mais velhos foram levados para a casa de uma irmã de Arlindo, que morava em Salvador, e em fevereiro de 1927 prestaram exame de admissão no Ginásio da Bahia, que era a admissão oficial obrigatória ao ginásio e valia como um cartão de ingresso para qualquer ginásio do país, sendo ambos aprovados. De início, enquanto se pensava numa solução mais duradoura, podia-se dar um jeito, para que iniciassem o ginásio. Naquele tempo, antes da reforma Francisco Campos que enquadrou os ginásios num

sistema rígido de fiscalização permanente e frequência obrigatória, os alunos, desde que a escola aceitasse, não precisavam comparecer às aulas, apenas fazer as provas. Naturalmente isso não podia valer para o curso inteiro, eram sempre arranjos provisórios. Então foi feita uma composição com a direção do Ginásio Carneiro Ribeiro: eles estudariam o primeiro semestre em Santo Amaro da Purificação e a partir de julho passariam a frequentar o colégio, cursando o segundo semestre e fazendo os exames finais. Assim foi feito. Muniram-se de programas e livros indicados e, como não encontraram em Santo Amaro quem pudesse ministrar o curso, a própria mãe encarregou-se de ensinar as matérias, dando e tomando as lições, com exceção das de inglês, que ela não sabia. Em julho, não houve outra saída: Arlindo alugou uma casa mobiliada em Salvador, na Cruz do Pascoal, no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, de onde era fácil os filhos deslocarem-se a pé até o Ginásio Carneiro Ribeiro, na Soledade, e embarcou resolutamente com eles no navio da Companhia Bahiana de Navegação, rumo a Salvador, onde os meninos teriam de morar sozinhos, assessorados apenas por suas constantes e preocupadas visitas.

O segundo semestre, como Arlindo e Alina previram, foi bem difícil. Enquanto ela, preocupada e mortificada pela separação dos dois filhos mais velhos, permanecia em Santo Amaro cuidando da casa e do filho mais novo, ele se dividia entre Santo Amaro e Salvador, administrando o seu negócio, que não podia parar, nem funcionar sem ele, e cuidando para que nada faltasse aos meninos na capital. Vivia praticamente a bordo dos navios da Navegação Bahiana, atravessando angustiando o longo e vagaroso percurso da Baía de Todos-os-Santos, premido pela necessidade absurda de estar em dois lugares ao mesmo tempo. Mas estava exausto. E preocupado, pois via claramente que não poderia manter por mais tempo aquela situação.

Foi nesse estado de coisas que encontrou o que lhe pareceu seria a solução definitiva para aquele problema, que não era apenas da sua família. A ideia, que logo encontrou o apoio da mulher, era fundar um ginásio em Santo Amaro da Purificação. Assim, os filhos podiam cumprir, sob a vista deles, essa indispensável etapa da educação, habilitando-se à seguinte, que era o curso superior e que, aí sim, teria de ser feito na cidade grande, mas em outras circunstâncias. A solução beneficiaria não apenas os três irmãos, mas também dezenas de outros adolescentes nas mesmas condições, e isso era mais um motivo para acreditar no acerto daquele plano. Então, enquanto os meninos venciam o primeiro ano ginasial, ele passou a travar uma gigantesca batalha para pôr em prática esse projeto.

Juntamente com a intenção de fundar um ginásio, veio a escolha do local de funcionamento, que deu, à projetada casa de ensino, uma dimensão ainda maior. Da margem direita do rio, onde ficava o seu alambique, ele via, diariamente, do outro lado, na margem esquerda, o imponente casarão. Ali era a principal entrada da cidade. O imóvel situava-se num grande terreno de 3.816 m² que formava duas esquinas, ambas com a comprida avenida que margeia o Rio Subaé, atual Avenida Getúlio Vargas: a esquina da estação ferroviária, Praça 14 de Junho, e a esquina da Rua Sinimbu. A fachada principal voltava-se para as águas mansas e barrentas do rio. Era uma construção isolada, ocupando uma área de 583 m², com recuo para os três logradouros, que se distinguia de todas as demais daquele trecho pelo volume, pelo porte e por suas características arquitetônicas, como se reclamasse para si um glorioso destino. O responsável por sua construção fora Antônio de Lacerda, aquele mesmo benemérito construtor do Elevador Hidráulico da Conceição, mais tarde transformado no Elevador Lacerda, e dera-se nos últimos anos do século XIX com material importado da França, especialmente grades de ferro e outros elementos

pré-fabricados de ferro fundido, inclusive uma formosa escada desse material em caracol, que se tornou o mais valioso ornamento do seu interior. Fora comprado dos descendentes de Antônio de Lacerda pela firma Lavoura e Indústria Reunidas, e pertencia, naquele final dos anos vinte, ao rico juiz e pecuarista Octavio Ariani Machado e sua mulher, dona Lavínia Vilas Boas Machado, que tinham residência em Salvador, e aparentemente não o estavam habitando. Logo pareceu a Arlindo que não haveria outro melhor local para o ginásio.

A concretização da ideia, entretanto, não seria uma tarefa fácil. Fundar um ginásio, seja em que época for, seja em que local for, já tem a sua complexidade, os altos custos, as exigências funcionais e legais, as responsabilidades específicas. Diante do quadro educacional baiano já descrito, quando o próprio poder público não se arriscava, percebe-se que era ainda mais difícil naquela época e no interior da Bahia. Havia a questão do arrendamento do prédio, o mobiliário, os equipamentos dos laboratórios para as aulas práticas de química, física e biologia, que naquele tempo faziam parte do currículo do curso ginásial, a escolha e contratação dos funcionários e, fator fundamental, o corpo docente. Se Arlindo fosse um homem rico, ao menos as dificuldades financeiras estariam resolvidas. Mas não era rico. E, sozinho, não poderia arcar com todas as despesas, ao menos as iniciais, de montagem e instalação, havendo depois disso a direção e o funcionamento. Então, partiu em busca de ajuda. Primeiro, naturalmente, buscou o apoio dos amigos e das pessoas mais próximas, depois tentou mobilizar toda a comunidade, particularmente aquelas famílias que tinham filhos em idade escolar, mostrando a importância de Santo Amaro ter o seu próprio ginásio, poder educar os seus jovens e ainda servir de centro de educação para outras cidades do interior com igual carência.

A proposta era aparentemente muito simples. Consistia num sistema de cotas: em troca da aquisição das ações, seria garantido um abatimento de cinquenta por cento no custo dos estudos dos filhos. O nome era “Sociedade Anonyma Gymnasio Santo Amaro”, e cada ação custava cinquenta mil réis, podendo ser paga em parcelas. A reação foi desanimadora. A maioria consultada considerou o projeto uma ideia extravagante e inexecutável. Alguns disseram abertamente que aquilo era uma loucura, e que não ia dar certo. Outros demonstraram um ostensivo desinteresse pela educação dos filhos. Um comerciante, ao ser procurado, respondeu com rudeza que seu avô trabalhara naquele balcão, seu pai trabalhara naquele balcão, ele trabalhava naquele balcão, nunca precisaram de ginásio. Seu filho, portanto, também ia trabalhar naquele balcão, sem precisar ginásio nenhum.

Arlindo, porém, não desanimou. Uma vez que metia uma ideia na cabeça, dificilmente a abandonava. Aos poucos, com o seu extraordinário poder de convencimento, foi vencendo as resistências. Acabou interessando no projeto um grupo de famílias cujos filhos estudavam com sacrifício em ginásios da capital, como os seus, ou estavam prestes a entrar para o ginásio; a partir dessas famílias começou a levantar os recursos necessários. Nessa fase, seu principal colaborador foi o coletor federal Ursulino José do Nascimento, que se tornou seu principal sócio, mas que, após a filha ter estudado nesse ginásio, vendeu as suas cotas da sociedade para Arlindo. Como Santo Amaro, apesar da sua carência, certamente não forneceria alunos em quantidade suficiente para manter um ginásio com cinco séries, o estabelecimento teria também um internato para abrigar aqueles jovens que chegassem de outras cidades do interior. Com isso, embora o projeto ficasse financeiramente mais custoso, ampliaria o seu raio de ação e a sua utilidade. Essa nova perspectiva, longe de desanimar o idealizador do novo ginásio, seduziu-o e animou-o mais ainda.

Não consta ter havido qualquer dificuldade em arrendar o casarão da beira do rio. Cumprida essa etapa, partiu para a aquisição do mobiliário, do material escolar, da escolha e contratação dos funcionários e para o que era mais difícil: a arregimentação do corpo docente. Difícil, mas não impossível, porque, embora Santo Amaro não possuísse ginásio, por outro lado ostentava, orgulhosamente, entre a sua gente, pessoas capazes de assumir a tarefa, mesmo por que, naquele tempo, não era exigido o diploma de professor secundário que, aliás, nem havia, pois ainda não fora criada a Faculdade de Filosofia, núcleo iniciador, na Bahia, da formação de professores especializados para o curso secundário e que se desdobraria em várias outras faculdades, regulamentando e oficializando a profissão de professor. Naquele tempo não havia nada disso. As matérias, mesmo no Ginásio da Bahia, eram lecionadas por médicos, advogados, engenheiros, padres, e até por pessoas não graduadas em escola superior, meras estudiosas do assunto, algumas autodidatas, mas que eram tidas e respeitadas como profundas conhecedoras em suas especialidades, o que habitualmente se chama de “notório saber”. Acresce-se a isso, o fato de haver, naquele tempo, em Santo Amaro, alguns professores aposentados do próprio Ginásio da Bahia e de outros colégios da capital, além dos professores que lecionavam na Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, tornava viável a formação de um corpo docente. A tarefa, por conseguinte, não foi encontrar os professores, mas convencê-los a acreditar no empreendimento e dedicar seu tempo a ele, em troca de modesta remuneração.

Esse convencimento foi tão trabalhoso quanto encontrar quem acreditasse no projeto e participasse da sociedade. Os que não exerciam o magistério recusavam por timidez ou falta de confiança; os que exerciam, ou não acreditavam, ou alegavam não ter tempo. Foi necessária, mais uma vez, muita habilidade para convencê-los. E

muitos acabaram conquistados, porque Arlindo tinha indiscutíveis e irresistíveis méritos de catequista. E o corpo docente do ginásio foi formado, escolhido criteriosamente no que havia de mais brilhante e mais competente na inteligência santamarense.

É possível que haja aqui alguma omissão involuntária e injusta, mas é preciso registrar os nomes de Joaquim Mendes de Souza, de Joviniano Barreto, de João Ladislau de Cerqueira Bião, do padre Antenor Celino de Souza, de Dória Gomes, de Tarquínio Muricy, de Antenor de Faria Muricy, de José Nery de Mesquita, de Gustavo Viana, do padre José Gomes Loureiro, de Afonso Nolasco e de Flávio Souza. Alguns desses não começaram no primeiro ano da existência do ginásio, pois as matérias que lecionavam eram de séries mais adiantadas. Joviniano Barreto, por exemplo, que ensinava química e física, só entraria três anos depois, pois só na quarta série é que essas matérias eram ministradas, e as séries foram sendo inauguradas ano a ano, à medida que os alunos foram evoluindo no curso. Quanto ao padre Fenelon Costa, Arlinda Helena, Plínio de Almeida, Nestor Costa Oliveira, Édio Souza e outros, viriam mais tarde, em outras épocas.

Uma curiosidade é que o doutor Joaquim Mendes de Souza, professor da Escola Agrícola da Bahia, havia tido, vários anos antes, um desentendimento com Arlindo, e haviam cortado relações. Sequer se cumprimentavam. Entretanto, ele era tido como um profundo conhecedor de matemática, além de ser um bom professor. Então, Arlindo não hesitou em mandar convidá-lo para ensinar no novo ginásio. Por sua vez, o doutor Joaquim Mendes de Souza, apesar do seu amuo com o proprietário, não hesitou nem um segundo em aceitar o convite, e, desse modo, se tornou um dos primeiros professores contratados, permanecendo dedicado dono da cátedra de matemática desde o primeiro dia de aula até a sua morte, muitos anos depois.

Conquistado o mais difícil, ainda sob o olhar descrente de grande parte da população, que seguia vendo o audacioso projeto como um capricho e mesmo uma loucura, restava inaugurar o ginásio em grande estilo, para que não pairassem mais dúvidas sobre a seriedade e a disposição de tudo aquilo.

Para a brilhante inauguração que ocorreu, muito contribuiu o amigo e compadre de Arlindo e Alina, José Wanderley de Araújo Pinho, ele e a mulher, Stela, padrinhos de Aldegar, o filho mais moço do casal. Tinha apenas trinta e sete anos de idade, o doutor Pinho. Mas, historiador de prestígio, líder político de Santo Amaro, deputado federal, genro do governador e protegido do ministro Miguel Calmon, tio da esposa, foi o compadre Zé Pinho a levar o pretensioso convite de Arlindo ao governador. O fato é que, ao saber da luta daquele homem, de poucos recursos financeiros, para dar a Santo Amaro e ao interior da Bahia um ginásio, o governador Francisco Marques de Góes Calmon fez absoluta questão de inaugurar pessoalmente o estabelecimento.

Havia outros compromissos na região, agendados para o início do ano. Além da participação nas festas da terra dos canaviais, a inauguração de obras de marcado pioneirismo, como a da estrada de rodagem Santo Amaro – Tanque Senzala, toda em concreto armado, uma solução onerosa, porém definitiva da época para vencer as dificuldades do solo de massapê. Então, a data foi marcada: 3 de fevereiro de 1928, ou seja, o dia seguinte ao da grande festa da cidade. Nesse dia, uma sexta-feira, o velho palacete dos Lacerda encontrava-se como novo, pintado, arrumado e limpo, as escadarias e terraços de mármore lustrando, as dependências ornamentadas de flores, as inúmeras portas e janelas escancaradas, o nome do ginásio pintado com grandes letras na fachada. E estava repleto de pessoas bem vestidas,

as mais importantes e mais ilustres de Santo Amaro, entre as quais o intendente municipal, o doutor João Ferreira de Araújo Pinho Júnior, os médicos, os padres, os vereadores, o delegado de polícia, senhores e senhoras da sociedade, os futuros professores, os futuros alunos e funcionários do ginásio, quando chegou o governador da Bahia com sua luzida comitiva. Vinham com ele o arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil, dom Augusto Álvaro, Cardeal da Silva, o senador José Batista Marques, os deputados federais José Wanderley de Araújo Pinho e Theodoro Sampaio, o mesmo ilustre engenheiro, geógrafo e tupinólogo santamarense, um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia, outros deputados, secretários de estado, ordenanças, um jornalista de *A Tarde*, Gabriel Godinho, e um de *O Globo*, do Rio de Janeiro, Aloysio C. Guimarães. Composta a mesa na sala da frente, que seria também o salão nobre, ia ser iniciada a solenidade. Foi então que, para surpresa de todos, o governador Góes Calmon quis saber onde estava o homem que fizera tudo aquilo. Diante do espanto das pessoas, insistiu na pergunta. Pessoa da terra e conhecedora do ausente apressou-se a explicar que o homem deveria estar “lá no fundo”, porque era muito tímido e não se sentia bem no meio de toda aquela pompa. Diante do silêncio que se fez, o governador ergueu-se da mesa. Era um homem alto e corpulento. Pediu que lhe indicassem onde era o tal “lá no fundo”, desceu do estrado e se foi pelos corredores e salas até a cozinha do prédio, que serviria principalmente para o internato.

Lá estava, debruçado numa janela que dava para os fundos e fumando nervosamente o seu charuto, os olhos verdes perdidos na paisagem que não via, o homem procurado, que teve o maior espanto da sua vida ao sentir que lhe punham a mão no ombro e que uma voz grave lhe dizia em tom que não admitia réplica, que, ou Arlindo ia com ele, ou ele, governador, não inaugurava o ginásio. As desculpas balbuciadas não foram ouvidas, a tímida resistência foi vencida pela atitude firme

do governador Góes Calmon, que tomou Arlindo pelo braço e o levou, por salas e corredores, para o salão da festa e para a mesa, fazendo-o sentar-se ao seu lado, entre as mais eminentes figuras do estado.

Então o deputado Wanderley Pinho tomou a palavra em nome de Arlindo. Em breve discurso explicou as finalidades do estabelecimento, louvou a tenacidade do homem que o instituía, e pediu ao governador e ao arcebispo que declarassem inaugurado o ginásio. O primeiro a falar foi o governador. Em longo discurso explanou sobre o significado da instituição e sobre o valor do empreendimento de Arlindo da Silva Costa, vaticinando ao novo estabelecimento um próspero futuro. Em seguida, pediu ao Cardeal da Silva que honrasse o ginásio, declarando-o inaugurado. Assim fez o cardeal, e dessa forma foi inaugurado o Ginásio Santamarense. É como está descrita a solenidade, na Ata de Inauguração do Ginásio Santamarense, guardada no arquivo da família de Arlindo.



Naturalmente, os primeiros alunos matriculados no Ginásio Santamarense foram os dois filhos mais velhos do proprietário. Junto com eles, mais três formaram a turminha do segundo ano. Um número bem mais expressivo, como era de se esperar, formou a primeira série, incluindo alunos vindos de outras cidades, algumas distantes, alertados pela notícia do ginásio inaugurado pelo governador, atraídos pelas facilidades do internato e pelo valor módico das mensalidades, o que era mais uma demonstração efetiva da necessidade de um estabelecimento de ensino daquele tipo, no interior da Bahia. A título de curiosidade: nessa turma da primeira série encontrava-se um menino santamarense muito pobre, filho de um açougueiro e uma lavadeira, negro, o que, naquele tempo representava um fator de enorme desvantagem para ele, que viria a se tornar um dos notáveis da Bahia: Gaspar Sadoc da Natividade. Dali foi para o seminário e tornou-se monsenhor Gaspar Sadoc, ou simplesmente padre Sadoc, um dos grandes da oratória sacra baiana, membro da Academia de Letras da Bahia.

Dessa forma, com a primeira e a segunda séries, começou a funcionar o ginásio da margem esquerda do rio naquele ano de 1928. A ideia era essa mesma, começar com poucos alunos e ir aumentando progressivamente, até que todas as séries estivessem funcionando em toda a sua plenitude. Para dirigir o ginásio, Arlindo contratou o médico e farmacêutico doutor Francisco Teixeira de Assis, professor aposentado do Ginásio da Bahia. Para a secretaria, contratou uma senhora de nome Antônia.

Arlindo havia conseguido o que queria: ali estava, em Santo Amaro da Purificação, um ginásio bem instalado e bem equipado, com alunos, funcionários, um bom corpo docente e um diretor. Podia voltar com tranquilidade para o seu negócio, tocar o alambique e a

fábrica de vinagre, produzir o que lhe dava sustento e à sua família. E ele voltou. Mas, enquanto o diretor, absorvido por seus próprios afazeres, não se deixou entusiasmar pelo novo cargo, Arlindo não se desligou um só instante da sua obra. Na faina do seu alambique, o fabricante de cachaça e vinagre passou a ler, diariamente, leis, decretos, regulamentos, pareceres, despachos, instruções metodológicas, notícias, tudo, enfim, que saía publicado no *Diário Oficial* e em *A Tarde* que se relacionasse ao ensino secundário, cortando e guardando os recortes. E não precisou de muito tempo para inteirar-se do fundamental. Além disso, interessava-se pessoalmente pelos problemas cotidianos do seu ginásio, encontrando-lhes de imediato a solução; do mesmo modo, como proprietário do estabelecimento, via-se levado a tomar atitudes e assumir responsabilidades, o que o obrigava a, de fato, dirigi-lo. No ano anterior vivera entre Santo Amaro e Salvador, vencendo as águas nem sempre sossegadas da Baía de Todos-os-Santos, nos pequenos navios da Navegação Bahiana; agora, fazendo um caminho geograficamente muito mais curto, mas intelectualmente bem mais longo e mais complexo, vivia entre a margem direita e a esquerda no Rio Subaé, atravessando continuamente a ponte que unia o alambique ao ginásio.

Apesar da descrença generalizada, pois muita gente em Santo Amaro da Purificação ainda não acreditava no empreendimento, aquele primeiro ano letivo do Ginásio Santamarense transcorreu em completa normalidade. Os alunos mostravam-se aplicados e os mestres, ao contrário do diretor contratado, haviam se empenhado com a nova atividade e davam tudo de si. Também não havia atrasos no pagamento, os funcionários e os professores recebiam rigorosamente em dia, em dinheiro, em embrulhinhos de papel com seus nomes especificados, embrulhinhos que se tornaram famosos. A pontualidade do pagamento era algo que Arlindo fazia absoluta questão.

Porém, ao se aproximar o final do ano, foram todos tomados por uma grande apreensão. É que, naquele tempo, os colégios particulares de nível secundário tinham funcionamento livre, mas, no final do ano, o governo federal, por intermédio do Departamento de Educação, pois não havia ainda o ministério, designava professores estranhos ao colégio para realizar os exames, e também um fiscal, incumbido de zelar pela legalidade das provas. Os maledicentes ou mesmo os simples descrentes afirmavam que os exames finais não seriam realizados ou não teriam validade legal, e que tudo aquilo não passava de uma farsa encenada por Arlindo. A preocupação, portanto, tinha dois motivos muito sérios. O primeiro é que os exames de fato não ocorressem, que não fosse publicada no *Diário Oficial* a nomeação da banca e do fiscal, e que não houvesse ninguém autorizado para cumprir aquelas funções; e o segundo motivo, que os professores e o fiscal efetivamente chegassem, mas que essas pessoas lá fossem unicamente para tripudiar sobre a modéstia do iniciante estabelecimento santamarense, tentando encontrar falhas na administração do curso e esmagando os alunos com a exigência exagerada de conhecimentos, o que sempre é fácil para o professor experiente, quando ele tem esse objetivo. Ambas as hipóteses eram viáveis.

Estavam todos na angústia da expectativa, quando a notícia estourou como uma bomba, não apenas no ginásio, mas em toda a comunidade santamarense: o *Diário Oficial da República* trazia publicados os nomes dos professores que comporiam a banca examinadora, e mais o do inspetor federal que fiscalizaria as provas. A banca era constituída por pessoas de Santo Amaro e de Salvador, mas a novidade é que o fiscal nomeado era do Rio de Janeiro, a capital federal, e viria de lá especialmente designado para essa missão. A razão do privilégio é que o Ginásio Santamarense concluía o seu primeiro ano de funcionamento e requeria equiparação, que era como se chamava

o reconhecimento definitivo concedido pelo governo federal. Diante disso, o Departamento de Educação determinava que a verificação das condições do estabelecimento fosse feita por um agente seu, legalmente capacitado e inteiramente descompromissado com a instituição que ia investigar.

Aqui vale notar os cuidados de que se tomava o governo federal daquela época com o reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário, chegando a esse extremo de enviar um emissário da capital da República para uma cidade do interior baiano, quando só a viagem durava cerca de uma semana. E é fácil imaginar a importância que adquiriu o acontecimento, absolutamente inédito na vida da cidade. Mas havia ainda o outro motivo da apreensão, pois nem todos os nomeados para a banca eram conhecidos, e o fiscal era um completo mistério. Os alunos, principalmente, temiam ser submetidos a um julgamento excessivamente rigoroso, amedrontava-os o fantasma da reprovação. E Arlindo, embora com a segurança de quem fez o que devia ter feito, questionava-se sobre aquele fiscal, de quem nunca tinha ouvido falar. Era apenas um nome publicado no *Diário Oficial*. No entanto, a partir dali a sua obra, e não apenas a obra, mas a educação dos seus filhos e a educação secundária de todos aqueles jovens que tinham acreditado nele e no seu ousado propósito de dar um ginásio à Cidade de Santo Amaro da Purificação, iam depender das exigências, das intenções, da visão pedagógica e até do humor daquele homem.

O inspetor chamava-se José Maria Leone. O doutor José Maria Leone e os examinadores se apresentaram. Apesar do justificado receio dos que iam ser julgados, e nisso se incluíam não apenas os alunos, mas também a administração e o corpo docente, as portas e as janelas do belo palacete da margem esquerda do Rio Subaé foram

todas abertas, mostrando o júbilo e o orgulho de todos pela bela festa de educação e cultura que ali ia se dar. E os exames tiveram início.

Foi então que a figura do inspetor federal surpreendeu. Desde os primeiros momentos, o doutor José Maria Leone se mostrou um homem afável, revelou a todos, por suas palavras e por suas atitudes, que tinha ido a Santo Amaro para observar a realidade e relatá-la aos poderes competentes, mas a sua missão, também, era a de ajudar a corrigir o que estivesse errado e não compromettesse a causa do ensino. Por sua vez, os professores componentes da banca examinadora seguiram a conduta do inspetor e evitaram excesso de exigência, quer na formulação dos quesitos, quer na fiscalização das provas. Desse modo, a cordialidade e a tolerância tornaram-se a tônica recomendável. À proporção que as provas iam se realizando, o temor foi sendo desfeito, e logo estavam todos com a tensão aliviada, a administração e o corpo docente dispostos a mostrar o trabalho que ali se desenvolvia; os alunos, por sua vez, mostrando o que sabiam, encararam aquelas provas como se fossem testes habituais de avaliação, aos quais estavam acostumados.

E os exames transcorreram na mais absoluta tranquilidade. Mas, terminadas as provas, lavradas as atas — naquele tempo lavravam-se atas dos exames realizados —, datilografados os boletins, enfim, cumpridas todas as formalidades legais, o inspetor José Maria Leone surpreendeu mais ainda. Disse a Arlindo que o trabalho fora concluído, e que só lhe restava fazer o relatório, que levaria pessoalmente ao Departamento de Educação, quando chegasse ao Rio de Janeiro. Nele teria que dizer as condições em que encontrara o ginásio e se elas justificavam a concessão da equiparação pedida. E para que a sua opinião fosse favorável, uma providência teria que ser tomada: Arlindo teria que assumir a direção do colégio.

A reação do proprietário foi de veemente recusa. Não se julgava com competência para assumir tamanha responsabilidade. Porém o inspetor manteve-se firme. Naquelas duas semanas que passara desempenhando a sua missão, concluíra que Arlindo era a pessoa indicada para dirigir o ginásio, ninguém mais. E insistiu com a sua ameaça, ou ele assumia, ou mandava fechar o estabelecimento. Arlindo pediu vinte e quatro horas para pensar. O objetivo do prazo era, principalmente, discutir a questão com a mulher. Esperava que ela concordasse com seus argumentos, dando-lhe até mais razões para recusar. Mas Alina colocou-se inteiramente do lado do inspetor, lembrando-o de que naquele primeiro ano quem dirigira de fato o ginásio fora ele, e não o professor contratado para isso. E fora exatamente isso que o doutor Leone, com a sua experiência profissional e a observação daquelas duas semanas, verificara facilmente. Arlindo havia sido o responsável por toda a organização dos exames, sempre iam chamá-lo no alambique quando algum problema surgia, e era ele a resolvê-lo. Sem qualquer dúvida já era de fato o diretor do estabelecimento. Arlindo sabia que isso era verdade e, diante desse argumento, posto de maneira tão clara e direta por Alina, passou a considerar com menor resistência a exigência do inspetor federal. Além disso, não podia permitir que o Ginásio Santamarense não fosse equiparado, o que equivalia a fechar as portas e reconhecer que tudo não passara de um sonho impossível, como tanto afirmaram os descrentes, os conformados, os covardes e os invejosos, quando a ideia apenas nascia e precisava de apoio. Então, aceitou.

Assim, o segundo ano letivo do Ginásio Santamarense, em 1929, foi aberto com um novo diretor: Arlindo da Silva Costa. Sua primeira providência foi criar, no belo prédio da beira do rio, o curso de admissão ao ginásio, que preparava os alunos para o exame de admissão, obrigatório ao curso secundário, possibilitando o acesso de uma maior

quantidade de jovens ao curso ginasial. Para ministrá-lo, convidou a professora Durvalina Conceição, que já ensinava ao filho mais moço.

Os professores, os funcionários, os alunos e até mesmo a comunidade santamarense receberam a notícia da nova direção com absoluta naturalidade. É possível que, como o inspetor federal e Alina, já vissem Arlindo como o diretor do estabelecimento e que a oficialização do cargo não trouxesse novidade alguma. E a verdade, tantas vezes testemunhada por ex-professores e ex-alunos do Ginásio Santamarense, é que, aquilo que podia ser considerada uma ideia absurda ou extravagante da parte do inspetor federal, foi, de fato, um grande acerto, pois Arlindo, com uma inteligência aguda e abrangente, uma rara intuição para realizações e também para soluções de problemas, com capacidade de liderança e sensibilidade para as difíceis questões humanas, era um educador nato. Levou para o seu ginásio os princípios que aplicava à própria vida, como organização, método, retidão e determinação. Sendo o autor e proprietário da obra, empenhado no seu sucesso, a ela se dedicou, procurando desenvolver, por outro lado, a sua capacitação pessoal e os seus conhecimentos com a leitura de trabalhos sobre educação, buscando principalmente não negligenciar as determinações oficiais para o ensino secundário. Com os alunos, procedia como com os próprios filhos, com muita severidade, mas também com ternura e compreensão, repartindo com eles as lições da experiência, fundamentando os conselhos e as exigências com argumentos e exemplos. Isso o fazia respeitado, inclusive pelos professores, muitas vezes temido, mas também bastante estimado por todos. Com facilidade de expressão, bom narrador, ficaram famosos os seus improvisados “sermões” pregados aos alunos em toda parte, nos pátios, nos corredores e até na diretoria, quando o assunto era mais grave. Mais tarde, vários dos ex-alunos, cidadãos importantes da

sociedade, passaram a referir-se com emoção ao Ginásio Santamarense como “Universidade Vidu”, numa referência ao apelido de Arlindo.

A conduta do novo diretor acabou imprimindo um estilo marcante ao ginásio da beira do rio, criando nele um espírito próprio, fazendo dele não apenas um estabelecimento transmissor de conhecimentos necessários à aquisição de um certificado de conclusão ginásial, mas uma casa de educação. E, aos poucos, o ginásio de Santo Amaro foi ganhando fama em todo o interior da Bahia, aumentando progressivamente o número de alunos. A cada final de ano chegava um novo inspetor federal de ensino, formava-se a banca examinadora, havia a compreensível expectativa por parte de todos. Mas, diante dos resultados positivos das provas, o curso prosseguia revigorado. O ginásio da beira do rio era uma instituição que se firmava.

Em 1931, atendendo à sugestão do brigada Olinto, que chegara a Santo Amaro para servir como instrutor do Tiro de Guerra 281, Arlindo instalou, no térreo e no amplo terreno do prédio, uma Escola de Instrução Militar, EIM, destinada a formar reservistas, ampliando, desse modo, os benefícios da sua casa de ensino à juventude santamarense e também a de várias partes do interior baiano. Mas, no início de 1932, foi além, dando um novo e importante passo no seu projeto educacional para Santo Amaro da Purificação, beneficiando igualmente o interior do Estado da Bahia. No mesmo prédio, funcionando concomitantemente com o ginásio, inaugurou um curso pedagógico com a denominação Escola Normal de Santo Amaro. Assim, a fachada ganhou um novo nome: Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro. O vasto interior baiano, que prosseguia tendo apenas as duas escolas normais aqui referidas, a de Feira de Santana e a de Caetité, ambas do governo, passava a dispor de uma terceira. E a única particular. É preciso lembrar que o magistério primário era, por esses

tempos, uma das raras profissões acessíveis às mulheres, daí a enorme importância desses cursos normais ou pedagógicos, que formavam professoras primárias. Com a nova iniciativa, passavam a ser favorecidas também as jovens santamarenses e outras jovens de cidades próximas de Santo Amaro, que não podiam estudar e diplomar-se em Salvador, em Feira de Santana ou Caetité.

Durante cinco anos e meio — da inauguração ao segundo semestre de 1933 — todos os que haviam adquirido ações do Ginásio Santamarense para, com elas, usufruírem benefícios na educação dos filhos, na medida em que esses benefícios eram desfrutados, voltaram a Arlindo para resgatá-las. De um em um, sem regatear, ele comprou de volta as ações do ginásio, inclusive as do seu principal sócio, ficando como único proprietário do empreendimento e seu único responsável.

Naqueles primeiros cinco anos, tudo tinha sido feito com a força e o entusiasmo do impulso inicial, uma obra de puro idealismo, sem que se levasse muito em conta a questão estritamente financeira. Não era objetivo do Ginásio Santamarense dar lucro, muito menos enriquecer o proprietário. Mas, àquela altura, já havia a necessidade de uma análise cuidadosa e sensata desse aspecto. O internato mostrara-se além dos custos previstos, e o prejuízo forçou o seu fechamento ao final dos cinco anos, ocasionando a redução inevitável do número de alunos de outras cidades e regiões distantes. Isso tornou-se um fator preocupante, pois a população escolar da cidade e suas vizinhanças, sem o valioso suporte externo, não dava mostras de que teria condições de sustentar o estabelecimento. Embora guardasse restos da sua antiga nobreza, Santo Amaro da Purificação deixara de ser a rica senhora do Recôncavo baiano, dos tempos faustosos do Império, quando os engenhos de cana-de-açúcar garantiam a sua riqueza. A população era, em sua maioria, pobre ou sem grandes recursos. Por força disso, aliás,

é que a mensalidade do Ginásio Santamarense fora desde o início e se mantinha bastante acessível, sem nenhuma possibilidade de aumento do valor. Além disso, dentro do espírito comunitário que orientou a obra desde o início, sempre houve e havia alunos estudando de graça, sabendo-se de antemão que, os que prometiam pagar um dia, não o fariam, o que fazia do Ginásio Santamarense, que era uma casa de ensino particular, uma obra quase filantrópica.

Diante desse quadro, tornava-se necessária uma criteriosa reavaliação de todo o empreendimento. Com a meticulosidade que lhe era peculiar, Arlindo pôs tudo na ponta do lápis. E chegou à constrangedora constatação de que não era apenas o internado que dava prejuízo, o curso preparatório para o exame de admissão, o ginásio com suas cinco séries e a escola normal com três, também eram financeiramente deficitários. Verificou isso com muita amargura, pois nem mesmo concluíra o seu projeto pessoal que era educar os três filhos no Ginásio Santamarense. O mais novo dos três ainda estava no segundo ano, faltavam três anos para concluir o curso. Naturalmente o terceiro filho, que se mostrava tão aplicado e tão brilhante em sua carreira escolar, não deixaria de estudar em nenhuma hipótese. Se fosse necessário, iria para a companhia dos dois irmãos mais velhos, que já estavam em faculdade, na capital. Mas, retornava a velha questão. Tanto quanto ocorrera aos mais velhos, não agradava a Arlindo separar-se do último filho tão cedo, não lhe acompanhar de perto os estudos. Alina, ainda mais do que ele, que tinha no caçula o filho mais apegado a ela, veria essa perspectiva com enorme tristeza. Porém, não era só isso. Para Arlindo, tratava-se também de renunciar a um projeto que lhe passara a ser muito caro, e que se mostrara de grande valia para a juventude santamarense. Pesava-lhe despedir os funcionários e os professores, agora tão entusiasmados, desamparar todos aqueles jovens alunos, interromper definitivamente a vida escolar da

maioria. Mas não havia jeito. Por um lado, não era possível aumentar as mensalidades ao nível do que pedia a estrutura administrativa do estabelecimento. Por outro, a sua pequena indústria de fabricação de vinagre e aguardente, que já sustentava sua família, com a despesa extra de dois filhos na capital estudando em faculdade, não teria condições de também financiar o estabelecimento de ensino. Então, amargurado embora com a decisão, ele deliberou que, no fim do ano, fecharia as portas da casa.

A notícia de que o Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro encerraria as suas atividades no final daquele ano espalhou-se rapidamente, entristecendo e afligindo a Cidade de Santo Amaro da Purificação. E chegou ao prefeito, que era Eduardo Bizarria Mamede.

No quadro político que se desenhara em Santo Amaro, como em todo o País, a partir da Revolução de 30, os que ocupavam cargos públicos haviam se afastado ou sido afastados, para que, em seu lugar, outras pessoas, ligadas ao novo regime, assumissem o poder. Arlindo não era um político militante; porém, amigo e compadre de José Wanderley de Araújo Pinho, automaticamente fora arrolado no grupo da situação anterior, os chamados “carcomidos”. Além disso, era presidente do Conselho Municipal, quando a Revolução tomou o poder. Mamede, pelo contrário, estava intimamente ligado à Revolução. Era irmão do tenente Jurandir Mamede, um dos chefes do Movimento Revolucionário de 30, juntamente com os tenentes Juarez Távora, Agildo Barata e Juracy Magalhães. E havia sido o primeiro oficial de gabinete de Juracy, antes de se tornar prefeito de Santo Amaro da Purificação. Portanto, ele e Arlindo formavam duas individualidades que, em termos políticos, eram nominalmente adversárias. Mas, demonstrando um alto espírito público, e sabendo da importância do Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro, sobretudo

do curso ginasial, para a Cidade de Santo Amaro, o jovem prefeito afastou as nominais rivalidades políticas e foi pessoalmente ao prédio da beira do rio. Ouviu do proprietário o relato da situação, tomou conhecimento de que o déficit inevitável, ao chegar o final do ano, seria de doze contos de réis, e prometeu levar o problema ao conhecimento do interventor Juracy Magalhães.

O interventor estava fazendo uma estação de cura e repouso na Cidade de São Gonçalo dos Campos. Para lá se dirigiu Mamede, no dia imediato ao da conversa, e de lá voltou vinte e quatro horas depois com uma resposta verbal. O interventor mandara dizer que, se confiava na palavra dele, não fechasse o ginásio, porque o governo providenciaria a cobertura do déficit.

Arlindo aguardou. E fez bem, porque em dezembro o interventor Juracy Magalhães cumpriu a palavra, assinou um decreto concedendo um auxílio de doze contos de réis ao Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro, o que zerava o déficit anunciado. Não satisfeito com isso, assinou um outro decreto estabelecendo, em caráter permanente, a partir daquele ano, a subvenção anual de dez contos de réis ao estabelecimento, em troca da obrigação de manter um determinado número de alunos gratuitos, o que Arlindo já fazia sem subvenção alguma. Portanto, naquele final de 1933, o governo concedeu ao Ginásio Santamarense não apenas os doze contos prometidos, mas vinte e dois. Por seu lado, o prefeito Eduardo Bizarria Mamede, coerente com a sua atitude de político competente e efetivamente preocupado com os interesses da Cidade de Santo Amaro, assegurou o custeio anual de dez alunos, por parte da prefeitura. Desse modo, estavam salvos, tanto o Ginásio Santamarense, quanto a sua Escola Normal.

Com a injeção financeira, a casa da beira do rio tomou um novo alento. Arlindo teve meios para, entre outras benfeitorias, dotar o estabelecimento de um pequeno salão nobre. E, no ano seguinte, 1934, ele e Alina adquiriram aquele belo prédio dos Lacerda onde funcionavam o curso preparatório, o ginásio e a escola normal, o que era mais uma garantia da continuidade do Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro. Em 1939, por força do artigo 42 do decreto 11.234, de 25 de fevereiro daquele ano, a escola normal passou a ser denominada oficialmente Escola de Preparação Pedagógica de Santo Amaro. Mas isso apenas para efeitos legais. Extraoficialmente, a denominação Escola Normal de Santo Amaro persistiu, tanto que os santamarenses, incluindo os professores e os alunos, que jamais se deram conta dessa mudança, continuaram a chamar como sempre haviam chamado e constava, em letras garrafais, na ampla fachada do prédio, também nos papéis timbrados que Arlindo nunca se preocupou em substituir.

Em 1936 o último filho do diretor e proprietário completou o curso ginásial, e com isso fora cumprido o objetivo particular inicial, mas o Ginásio Santamarense e Escola Normal de Santo Amaro seguiu normalmente. Em 1945, foi conveniente encerrar o curso normal. A situação do país modificara-se. Ser professora primária já não era mais a única opção profissional para as jovens, como em décadas passadas, e Arlindo estava sozinho na direção, em constantes viagens entre Salvador e Santo Amaro, entre essa responsabilidade e a família. Mas o curso ginásial permaneceu ativo e útil, só encerrando as suas atividades no início de 1954, quando o governo da Bahia inaugurava, finalmente, o primeiro ginásio público em Santo Amaro, o Colégio Estadual Theodoro Sampaio. Nada ficara pendente. Todas as provas do último ano de funcionamento foram realizadas, todas as exigências formais e legais cumpridas. Os professores e funcionários foram todos

devidamente indenizados. Todo o material didático, os laboratórios de física, química e biologia, bem como mesas, carteiras e quadros-negros, foram transferidos para o novo colégio que o governador Régis Pacheco instalava. Também os alunos foram transferidos para o novo colégio. Vinte e seis anos haviam decorrido desde a inauguração, pelo menos duas gerações de alunos e professores haviam passado pela casa da beira do rio, o que interferira decisiva e beneficentemente no rumo de vida de cada um deles. Assim, o aparentemente inexequível estabelecimento de ensino criado por Arlindo havia cumprido também a sua missão com a comunidade, não deixara, nem por um ano, os jovens santamarenses sem ginásio, entregando o bastão da tarefa educacional da região a quem de direito e dever: o Estado.

Em 9 de agosto de 1957, Arlindo e Alina, residindo em Salvador, assinaram a venda do belo prédio da margem esquerda do rio para o Clube Social Irapuru. Era uma forma de mantê-lo ativo e prestante à Cidade de Santo Amaro da Purificação.

Arlindo da Silva Costa morreu em 26 de dezembro de 1965, aos oitenta e dois anos de idade. Alina Ribeiro Costa morreu em 22 de novembro de 1966, também aos oitenta e dois anos de idade. E o belo casarão de tanta história e tantos serviços à comunidade santamarense, que podia e devia ter sido tombado, preservado, sendo, para sempre, um patrimônio cada vez mais valorizado da arquitetura santamarense, após ter sido por algumas décadas sede daquele clube social, foi abandonado, teve a sua famosa escada em caracol de ferro fundido roubada, e ruiu completamente em julho de 2005, permanecendo uma ruína, como um fantasma à beira do Rio Subaé.

REFERÊNCIAS

COSTA, Adroaldo Ribeiro. *Igarapé — História de uma teimosia*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1982.

COSTA, Aramis Ribeiro. “Adroaldo Ribeiro Costa e a Vocação de Educar”. Artigo. Salvador: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 112, 2017.

FESTAS POPULARES BAIANAS: SEUS CICLOS E COMIDAS TÍPICAS

Antonietta d'Aguiar Nunes¹

INTRODUÇÃO

Em que pese a generalização das novas tecnologias da informação em todas as áreas da vida humana, da difusão da música axé, e da carnavalização de muitas comemorações, o povo baiano, mestiço por excelência e muito festeiro, realiza folias, folguedos e festanças ao longo de todo o ano, sendo alguns deles relacionados entre si, o que nos permite identificar, além das tradicionais homenagens aos padroeiros do lugar, alguns **ciclos** de festas populares, inclusive com algumas **comidas** características.

Usar-se á neste texto a cronologia do ano litúrgico católico (que era a religião oficial do Brasil até a República) como referência para a caracterização dos conjuntos de festas identificáveis por suas afinidades

¹ Antonietta d'Aguiar Nunes é Historiógrafa do Arquivo Público do Estado e Professora Adjunta IV de História da Educação – FACED/UFBA aposentada. É sócia do IGHB desde novembro de 1958.

e semelhanças comemorativas, que aqui são denominados **ciclos** de festas populares.

Um aspecto tradicionalmente forte da cultura alimentar, que hoje parece em grande parte ter-se perdido, é aquele que atribuía à comida um valor significativo em relação ao passar do tempo. As sociedades tradicionais vinculavam imediatamente a preparação e o consumo deste ou daquele alimento a determinada ocorrência do calendário: o Natal tinha suas comidas e assim também a Páscoa; o carnaval não era a quaresma, e o verão não era o inverno.

Nessa calendarização da comida, os aspectos *culturais* prevaleciam sobre os *naturais*. O caráter cíclico das estações encontrava uma imediata correspondência no tipo de alimentação, e os médicos também recomendavam essa correspondência: beber e comer “frio” nos meses quentes, beber e comer “quente” nos meses frios.

O calendário litúrgico sempre reforçou o hábito tradicional de marcar com certas comidas, salgadas e doces, as principais datas festivas: pensemos na Páscoa hebraica e na cristã. O valor antigo do calendário alimentar não é mais o mesmo, mas custa-lhe desaparecer, por isso pretende-se lembrá-lo neste texto.

Os ciclos das festas

O Ano litúrgico católico tem o seu ritmo determinado pelas grandes festas cristãs: **Natal** (Nascimento de Cristo), **Páscoa** (Resurreição de Cristo) e **Pentecostes** (Festa do Divino Espírito Santo descendo sobre os Apóstolos que passaram a falar várias línguas e assim puderam viajar e falar sobre Cristo e seus ensinamentos para povos diversos). Divide-se o ano religioso em três ciclos:

O **Ciclo Natalino** que abrange o **Tempo do advento** (4 domingos antes do Natal), o **Tempo do Natal** que vai de 24 de dezembro até

a Epifania (Batismo de Cristo e aparecimento dos Reis Magos como a primeira manifestação de Jesus Cristo ao mundo, celebrada em 06 de janeiro) e o **Tempo depois da Epifania** com 1 a 6 domingos, incluindo o período carnavalesco, e indo até a Quaresma (que começa na Quarta-Feira de Cinzas).

Depois vem o chamado **Ciclo da Quaresma** que abrange o **Tempo da Quaresma**, e vai da 4ª feira de cinzas até o Sábado de Aleluia, 6 domingos (O último domingo da Quaresma, antes da Páscoa, é o chamado Domingo de Ramos, que celebra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém) e o **Tempo Pascal**, 8 domingos que vão da Pascoa até Pentecostes (50 dias após a Pascoa, lembrando a descida do Espírito Santo sob forma de línguas de fogo sobre os apóstolos reunidos no Cenáculo; a partir de então eles puderam falar várias línguas para levar a palavra de Cristo aos povos do mundo).

Por fim o **Ciclo depois de Pentecostes**, que é considerado o **Tempo Comum** com entre 24 a 27 domingos; vai da festa da Santíssima Trindade (1º domingo depois de Pentecostes) até o Advento. Na quinta-feira seguinte ao 1º domingo depois de Pentecostes celebra-se a festa de **Corpus Christi** ou festa do Santíssimo Sacramento, celebração mística do corpo de Cristo.

CICLO NATALINO

O primeiro ciclo das festas na Bahia seria o chamado **Ciclo Natalino** que começa, na liturgia católica, quatro semanas antes do Natal, no período chamado do ADVENTO (palavra que vem do latim e significa chegada, vinda), no domingo seguinte à festa de Santo André (30/11), ou no domingo que cai entre 27 de novembro e 03 de dezembro, ou ainda, no quarto Domingo que antecede o Natal.

Em geral se consideram dois tempos neste ciclo: o Tempo do Advento, de 1º de dezembro até o dia 24, e o Tempo do Natal, do dia 25 de dezembro até a Epifania (Dia da visita dos Reis Magos, vindos do Oriente guiados pela estrela de Belém), em 06 de janeiro.

Embora para os religiosos católicos o Tempo do Advento seja comemorado liturgicamente, com missas específicas em cada domingo, na Bahia as festas predominantes no período que antecede o Natal são as de **Santa Bárbara** (dia 4), **Imaculada Conceição** (padroeira do Estado da Bahia, dia 08) e **Santa Luzia** (dia 13), estando apenas a segunda de alguma forma relacionada com o ciclo natalino.

Neste período temos ainda a comemoração religiosa da morte de *São Francisco Xavier* (*1506-†1552), no dia 03 de dezembro. Ele é o padroeiro da cidade do Salvador, mas louvado popularmente na Bahia, com procissão no centro da cidade, no dia 10 de maio, que foi o dia em que a Câmara Municipal o instituiu como padroeiro da nossa capital. Não tem comida específica.

Em 4 de dezembro é comemorada Santa Bárbara (280-317). Na festa de Santa Bárbara –que, na Bahia, é paralelizada com o orixá Yansã, do candomblé –, comem-se comidas baianas de azeite, sobretudo o **acarajé**, que é comida especificamente de Yansã, mas também caruru, amalá que são comidas de Xangô – com quem Yansã é casada segundo a mitologia afro-brasileira –, xinxim de galinha, arroz de coco, farofa de azeite...

E no dia 6 de dezembro a Igreja Católica comemora *São Nicolau*, arcebispo de Mira, na Turquia (*270 †343). É o Santa Claus, entre nós conhecido e difundido como Papai Noel, figura presente em todo o período, tido como símbolo do bom papai que dá presentes às crianças, mas muito poucos sabem que ele representa São Nicolau, santo

padroeiro da Rússia, da Grécia e da Noruega, mas pouco conhecido e venerado entre os católicos brasileiros.

Os dias da Imaculada Conceição e de Santa Luzia não têm comidas especiais para cada uma, mas as comidas baianas de azeite sempre estão presentes. No dia 8 de dezembro, por ser época da colheita do abacaxi, era comum antigamente ver-se montes de abacaxi nas redondezas do Mercado Modelo e da igreja da Conceição da Praia, que chegavam em saveiros e barcos na Rampa do mercado e eram expostos à venda ao público. Depois que o principal mercado de gêneros alimentícios passou a ser em São Joaquim, isto deixou de acontecer.

No Festival de Grãos *Wajeum Ilê Aiyê*, ocorrido em 9 de dezembro de 2023 na Senzala do Barro Preto, bairro Curuzu em Salvador, sendo dia de sábado, foram servidas **feijoadas de diferentes grãos**, dedicadas a distintos orixás: de feijão branco com frutos do mar para Yemanjá; de feijão preto para Nanã; de grão-de-bico para Oxóssi, de feijão de corda para os Caboclos, e de feijão mulatinho para Ogum.

No dia 12 de dezembro a Igreja comemora ainda *Nossa Senhora de Guadalupe*, padroeira da América Latina que, no ano de 1531, apareceu em quatro ocasiões ao índio Juan Diego Cuauhtlatotzin no monte Tepeyac, México, e em uma 5ª ocasião a Juan Bernardino, tio de Juan Diego. O papa Bento XIV, na sua bula *Non Est Equidem* de 25 de maio de 1754, declarou Nossa Senhora de Guadalupe, patrona do que foi chamado de Nova Espanha, que correspondia à América Central e América do Norte, e aprovou textos litúrgicos para a Santa Missa e o Breviário em sua homenagem. O papa Pio X proclamou-a patrona da América Latina em 1910. Não é muito comemorada na Bahia.

Santa Luzia viveu no sec. I e foi vítima da perseguição aos cristãos pelo Império Romano. Ela foi torturada, teve seus olhos arrancados e

foi finalmente decapitada. No Catolicismo considera-se que seus olhos foram milagrosamente restituídos e ela é considerada a padroeira da visão. Não na Bahia, mas em Pernambuco, na baía de Suape, a comunidade pesqueira de Cabo de Santo Agostinho homenageia Santa Luzia – conhecida como a protetora dos olhos – com uma **Ouriçada**, preparada com ouriços na brasa, servida dentro da própria casca do pequeno mamífero (que tem o corpo coberto de espinhos curtos e lisos que se enrolam formando uma bola, garantindo-lhe proteção contra os predadores). A **Festa da Ouriçada** acontece lá exatamente no dia 13 de dezembro.

Em 14 de dezembro a Igreja Católica memoriza *São João da Cruz* (1542-1591), confessor e doutor da Igreja, colaborador de Santa Teresa d'Ávila na reforma da Ordem carmelita; nasceu em Fontiveros, Espanha, e faleceu em Úbeda, também na Espanha.

No Tempo do Natal costuma ser comum a **consoada**, ceia familiar da véspera e da noite de Natal e, também, da véspera de Ano Novo. Nos dias próximos ao Natal são comuns a ingestão de frutos secos como nozes, avelãs, amêndoas, castanhas. E ainda o preparo ou compra de **cestas de Natal** contendo vinhos, conservas de frutas, biscoitos, licores, frutas secas etc., para presentear famílias amigas.

Na véspera de Natal, na Ceia – muitas vezes feita em horário próximo à meia-noite, antes ou depois da Missa do Galo – o prato principal era **peru assado** (que recentemente vem sendo substituído pelo chester), **tender** (pernil de porco defumado)², às vezes **bacalhoadada**. O doce tipicamente consumido na ocasião era a **rabanada** ou fatia

² O nome vem de *tender made* (feito com carinho), expressão inglesa impressa na embalagem do produto que era importado pelo extinto frigorífico Wilson, na década de 1950.

de parida (fatia de pão dormido embebida em leite, passada em ovos batidos, frita e servida coberta com açúcar & canela ou em calda)³.

Outros alimentos que não podem faltar na grande mesa de alimentos da ceia do Natal são: o *panetone* (pão fermentado originário da Lombardia, Itália, com o aspecto de um tambor, recheado com frutas cristalizadas, passas e amêndoas diversas), o *panforte* (bolo de Natal de mel, chocolate, frutas secas e cristalizadas), um *queijo-do-reino* (queijo de casca vermelha, em forma de bola, que vinha de Portugal dentro de uma cuia de metal, geralmente também vermelha), *doces de espécie* (preparados com especiarias), *broas* (espécie de bolo, de formato elipsoide, que se faz de farinha de milho, mel, azeite, canela e outras especiarias), *torrones* (nome italiano para o *nougat*, doce de nozes ou de amêndoas, a que se acrescenta açúcar caramelado ou mel), *marrons-glacês* (castanha confitada em calda por sete dias e embrulhada em papel dourado), o *crepe Suzette* (panquecas doces, com manteiga batida, açúcar, lascas de casca e suco de tangerina, coberta com licor Curaçao e preparadas em réchaud), além das frutas secas anteriormente mencionadas: nozes, amêndoas, avelãs, castanhas.

No dia seguinte a esta grande ceia, costuma-se fazer o escaldado ou a feijoada de peru para aproveitar as sobras da ceia de Natal⁴. A farofa era o acompanhamento quase obrigatório do peru, preparada com miúdos, azeitonas, passas ou de manteiga douradinha, presente na véspera de Natal e no dia seguinte, acompanhando o escaldado ou a feijoada dos restos do peru.

³ No Nordeste do Brasil, inclusive na Bahia, as fatias são umedecidas em leite de coco.

⁴ A feijoada dos restos do peru era enriquecida com feijão-de-corda, linguiça, paio e toucinho.

Em 27 de dezembro, o santo rememorado é *São João Evangelista* (98-117), falecido em Éfeso, durante o império de Trajano.

O dia 28 de dezembro é o dia dos santos inocentes, as criancinhas nascidas em Belém na mesma época de Jesus, que foram mortas por Herodes. Nos países de língua espanhola é dia de se fazerem brincadeiras com as pessoas fazendo-as acreditar em coisas para depois constatarem não serem verdadeiras, ocasião em que se exclama: Inocente! Durante todo o dia as pessoas procuram pregar peças umas às outras; corresponde aproximadamente ao 1º de abril entre nós.

No dia 31 de dezembro a Igreja comemora São Silvestre I, papa de 314 a 335, na época do imperador Constantino, que se convertera ao Cristianismo antes de conquistar Bizâncio e de mudar o nome desta cidade para Constantinopla e, em 313, com o édito de Tolerância de Milão, dera plena liberdade aos cristãos no Império Romano, ainda no final do pontificado do papa Melquíades (310-314). A Igreja saiu da clandestinidade e pôde começar a se organizar.

Foi Constantino que, na qualidade de Imperador, se considerava ainda Pontífice Máximo, convocou em 325 o primeiro Concílio Ecumênico que se reuniu em Niceia, na Bitínia, residência de verão do Imperador. Silvestre não pôde comparecer pela idade avançada, mas enviou representantes. Durante o pontificado de Silvestre I foram estabelecidas como locais de culto as grandes basílicas romanas: a Basílica em honra de São Pedro sobre o túmulo do mesmo apóstolo na colina do Vaticano, outra em honra de São Paulo na via Ostiense e uma terceira em honra de São João. Constantino doou ao Papa o seu Palácio Lateranense onde Silvestre mandou construir a Igreja de Latrão e que foi desde então, e por muitos séculos, a morada dos papas.

Neste dia, 31, é comum, em quase todo o Brasil, ocorrer a *Corrida de São Silvestre*⁵. E, na Bahia, o Senhor dos Navegantes sai em sua embarcação da igreja da Boa Viagem e vem para a igreja da Conceição da Praia onde fica até o dia seguinte.

No dia 31 de dezembro além de uma ceia com componentes semelhantes aos da ceia de Natal, não pode faltar a **sopa de lentilhas**, para dar sorte no Ano Novo.

Ainda dentro do Tempo do Natal, a Igreja comemorava antigamente no dia 1º de janeiro, a *Circuncisão de Cristo*. Atualmente é celebrada a *Santíssima Virgem*, proclamada pelo concílio de Éfeso (431) como *Mãe de Deus*. O primeiro dia do ano é ainda considerado o Dia Mundial da Paz, Dia da Fraternidade Universal e Dia do Município.

Neste dia temos em Salvador a Procissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, que sai da Igreja da Conceição da Praia, faz um trajeto no mar até a altura do Porto da Barra e volta para sua igreja na Penha. Em várias outras cidades baianas existe procissão semelhante, ora com o Senhor dos Navegantes ou às vezes com Nossa Senhora dos Navegantes, como é o caso do município de Jaguaripe, no Recôncavo baiano.

⁵ No ano de 1924, o jornalista Cásper Líbero, inspirado em corridas noturnas na França e na Europa, resolveu criar em São Paulo uma competição para encerrar o ano e homenagear a data de morte e canonização do santo padroeiro da corrida de 15 km. A primeira aconteceu em 1925 e vem sendo realizada desde então todos os anos. Em 1975, quando a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher, realizou-se pela 1ª vez a prova feminina da corrida de São Silvestre. A marca registrada da prova era ser disputada à noite, o que ocorreu até 1988. A partir de 1989 passou a ocorrer durante o dia, sendo a largada feita no turno da tarde. Em 2012 a prova passou a ser realizada pelas manhãs. Recentemente a corrida de São Silvestre foi considerada Patrimônio Imaterial em São Paulo.

O dia 5 de janeiro é a véspera do dia de Reis comemorado com vários ranchos e ternos na frente da igreja da Lapinha em Salvador.

No dia 6 de janeiro comemora-se a Epifania (do grego *epi* em cima e *phanos*, aparição, manifestação divina): o Batismo de Cristo, as bodas de Canaã e, também, a Festa de Reis propriamente dita. Aí termina o chamado Ciclo Natalino de festas baianas.

Tempo depois da Epifania: com dois subciclos: o do Bonfim e o Praieiro.

SUBCICLO DO BOMFIM

Concluído no dia de Reis o ciclo Natalino, começa em Salvador no mês de janeiro outro ciclo de festas, o **Subciclo do Bonfim**, abrangendo as festas *do Senhor Bom Jesus do Bonfim*, *Nossa Senhora da Guia* e *São Gonçalo do Amarante* (*1187-†1259, santo português canonizado em 10 de julho de 1671 pelo papa Clemente X), venerados na Basílica do Bomfim, na Sagrada Colina, em Salvador.

Na quinta-feira antes do Bomfim temos em Salvador o cortejo vindo da Conceição da Praia e a *Lavagem da escadaria do Bonfim*. No 2º domingo depois da Epifania temos a festa do *Senhor do Bonfim* propriamente dita, precedida de novena que aí termina. Na segunda-feira seguinte à festa do Bonfim temos a chamada *Segunda-feira gorda da Ribeira*, com a tradicional **feijoada itapagipana**. No 3º domingo depois da Epifania comemora-se *Nossa Senhora da Guia* e faz-se o Bando anunciador de São Gonçalo, comemorado no 4º domingo depois da Epifania. A festa de *São Gonçalo do Amarante* é precedida por um tríduo de orações.

No último domingo do mês de janeiro costuma-se comemorar *São Lázaro*, de Betânia, irmão de Marta e Maria que foi ressuscitado

por Cristo, apesar do seu dia oficialmente adotado pela Igreja ser 17 de dezembro, data de seu falecimento em 30 d.C.

SUBCICLO PRAIEIRO

Concluído o subciclo do Bomfim, começa em 02 de fevereiro em Salvador o que antigamente se poderia considerar como sendo o **Subciclo Praieiro**, pois eram festas sempre perto da praia, promovidos pelas colônias de pescadores.

No dia 2 de fevereiro, tem-se a Festa de *Yemanjá* no bairro do Rio Vermelho, em Salvador⁶. No domingo seguinte à festa de Iemanjá acontece a Festa de *Nossa Senhora da Luz da Pituba*, que ultimamente tem deixado de ser comemorada popularmente. No domingo subsequente à festa da Pituba ocorre a Festa de *Nossa Senhora da Conceição de Itapoan*, precedida, na quinta-feira anterior, pela lavagem do adro da igreja.

Neste período acontece o Carnaval propriamente dito (vem do italiano *carnevale – la carne va* – quando, segundo o costume da Igreja católica, deixa-se de comer carne vermelha no tempo da Quaresma). Em geral no mês de fevereiro ocorriam também os antigamente chamados “gritos de Carnaval” em vários bairros de Salvador, que constituíam uma espécie de subciclo festivo. Hoje em dia já não se tem mais os carnavais de bairro, mas sim um dia considerado como “Fuzuê” e outro como “Furdunço”, que prenunciam o Carnaval. Em 2024 depois do Fuzuê e do Furdunço veio também o Pipôco. A comida característica das festas carnavalescas era o **sonho**, mas um sonho em tamanho menor do que se vê hoje em dia, e embebido sempre em calda de açúcar.

⁶ A Igreja comemora ainda neste dia 2 de fevereiro *Nossa Senhora das Candeias*, em Candeias, e *Nossa Senhora da Purificação*, em Santo Amaro.

Depois dos antigos “gritos de carnaval” vieram as “lavagens” (preparativos anteriores à festa, como se lavassem o adro da igreja, como no Bomfim, mas esta lavagem prévia não era muitas vezes realizada; hoje temos apenas a lavagem de Itapoá). As lavagens da Pituba (que presentemente foi esquecida) e a de Itapoá faziam parte tanto do ciclo praieiro como do subciclo carnavalesco que antecede o ciclo da Quaresma. Como o ciclo praieiro acontecia todo em Salvador, as comidas típicas deste ciclo eram – e são ainda – as comidas de azeite de dendê e leite de coco, conhecidas como “**comidas baianas**”.

Na Quarta-Feira de Cinzas, que se segue ao Carnaval, se encerra o Ciclo Natalino.

CICLO DA QUARESMA

Na Quarta-Feira de Cinzas, começa o **Ciclo da Quaresma**: o espaço de 40 dias de jejum de carne vermelha que decorrem entre a Quarta-Feira de Cinzas e o Domingo de Páscoa. Inclui, portanto também a época da Semana Santa. Tempo de penitência, jejum e abstinência durante o qual não se come carne vermelha, em recordação ao jejum de Jesus no deserto.

Comemorações do período que ocorrem em Salvador:

Na 2ª sexta-feira da Quaresma temos o *Encontro* do Senhor dos Passos (da igreja da Ajuda) com Nossa Senhora das Dores (da igreja de São Domingos) no centro antigo da cidade.

Na 5ª feira da 3ª semana da Quaresma: Micarême (meia quaresma), hoje *Micareta*, comemoração festiva bem semelhante ao carnaval, ocorrendo na Bahia sobretudo na cidade de Feira de Santana;

Na 6ª feira antes da Semana Santa: *Encontro* do Senhor dos Passos (da igreja do Boqueirão) com Nossa Senhora das Dores (da igreja de Santo Antônio Além do Carmo).

No Domingo de Ramos, que antecede a Semana Santa, temos a *Procissão de Ramos*; na Quinta feira Santa antigamente havia a Procissão dos Fogaréus, à noite; hoje temos o *Lava-pés* na Catedral; na Sexta-feira Santa acontece a *Procissão do Senhor Morto* no centro da cidade.

No Sábado de Aleluia, a *Queima do Judas* e seu testamento, em diferentes locais. Os testamentos de Judas, lidos geralmente antes da queima do boneco que o representa, fazem referência a características de pessoas presentes, fatos políticos, locais, sempre com uma crítica jocosa e brincadeiras divertidas com as pessoas.

Durante a Semana Santa costuma-se consumir muito **peixes e frutos do mar**: mariscos, caranguejos etc. Ainda na Semana Santa: **bacalhoad**a, feijão e arroz de coco; também **pratos vários com leite de coco e dendê** – vatapá, caruru, efó, arroz de hauçá, farofa de azeite – fazem o cardápio familiar dos baianos neste período.

No mês de **Março** ainda se comemora:

No dia 14, *Santo Antonio de Categeró*, o etíope (*ca 1490-†1550), que tem festa no dia 18 de cada mês e é também comemorado no dia 20 de outubro. Santo Antonio de Categeró, o etíope, nasceu na cidade da Barca, Cirenaica, na África. Era originalmente maometano. Aprisionado e escravizado foi levado à Sicília para trabalhar em galeras. Vendido como escravo a João Landavula (camponês dos arredores de Noto, Itália), transformou-se em pastor e tornou-se cristão. Quando foi libertado, dedicou-se a cuidar de doentes nos hospitais e à vida religiosa. Ingressou na Ordem Terceira de São Francisco e depois viveu

como eremita no deserto. Sua morte deu-se no dia 14 de março de 1549. Forma, junto com São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão o chamado “Panteão de santos negros”.

No dia 15 comemora-se *São Longino* (sec. I, Capadócia, hoje na Turquia), ou São Longuinho (o dos três pulinhos que se promete quando se quer encontrar alguma coisa). Foi um soldado romano que, no ato da crucificação de Cristo o feriu com uma lança. Do ferimento jorrou sangue em seu rosto e conta a lenda que este sangue curou um grande problema de visão que ele tinha; daí por diante ele passou a crer que Cristo era o filho de Deus e se tornou cristão, deixou de ser soldado tornando-se monge na Capadócia, onde foi mais tarde preso como desertor, martirizado para renunciar à sua fé, e finalmente decapitado.

O dia 19 é o dia de *São José* (dos Bem Casados) (*30a.C-†20d.C.). É época de plantar milho para colher em junho. Quem quer pedir casamento, é mais garantido pedir a ele, pois dizem que Santo Antonio, tido como casamenteiro, de tantos pedidos que recebe, e por sofrer castigos (como a supressão do menino Jesus, colocá-lo virado para a parede ou de cabeça para baixo) não escolhe muito, arranja o primeiro que aparece, e pode não ser um bom marido, enquanto São José costuma selecionar o pretendente, para garantir um bom matrimônio.

29 de março é considerada a data de fundação da cidade do Salvador, embora na realidade seja a data da chegada de Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Estado do Brasil que veio com a incumbência de escolher um local bastante defensável e aí construir a cidade que seria a capital do Estado do Brasil, como de fato ele o fez⁷.

⁷ Tal como mais tarde, em 1960, Juscelino Kubitschek construiu Brasília para ser a capital do Brasil.

As **comidas de azeite e leite de coco** são as que se come durante os jejuns (de carne vermelha) da Quaresma, dias de festa sem maior etiqueta.

TEMPO PASCAL

O Tempo da Quaresma termina na véspera do Domingo de Páscoa e nele começa o **Tempo Pascal** que vai da Páscoa até Pentecostes (do grego, significa quinquagésimo dia).

A Páscoa é um dos momentos mais significativos no calendário cristão, marcando a crucificação e ressurreição de Jesus Cristo. **Pentecostes** é celebrado na Igreja cinquenta dias após a Páscoa, em lembrança da descida do Espírito Santo sob a forma de línguas de fogo sobre os apóstolos, o que lhes permitiu levar os ensinamentos de Jesus a povos que falavam línguas diferentes das suas. As celebrações de Pentecostes são conhecidas como **Festas do Divino** e nem sempre coincidem com a solenidade oficial da Igreja.

O que caracteriza os festejos pascoais no Brasil são os **ovos de chocolate**, de diferentes tamanhos, densos, os recheados com brinquedinhos ou bombons, embrulhados com papéis de diversas cores. Porque distribuir ovos na Páscoa é algo que não se sabe ao certo, está envolto em lendas. Uma delas é narrada pelos ortodoxos gregos, que contam uma história envolvendo Maria Madalena, o imperador romano e uma cesta de ovos. Nessa lenda, Maria Madalena teria ido a Roma contar ao imperador sobre a ressurreição de Cristo. Entretanto, ela teria sido zombada pelo imperador, que falou que a ressurreição de Cristo era tão verdadeira quanto a cor vermelha dos ovos que ela segurava. Imediatamente os ovos que ela levava na cesta se tornaram vermelhos, e Maria Madalena teria aproveitado a ocasião para pregar para o imperador romano. Isso fez do ovo um importante símbolo

do cristianismo ortodoxo, e sua cor vermelha também simbolizava o sangue de Cristo.

No Brasil, o ovo de Páscoa é uma tradição recente (surgiu por volta de 1920), trazida da França, quando ovos de chocolate, marzipã ou açúcar eram dados às crianças, numa modesta reminiscência republicana das cestas de ovos dourados que os reis de França distribuíam no final da Semana Santa. Aqui, como o coelho entra na festa, muitas crianças pensam que os ovos são dele. Embora o ovo da Páscoa tenha chegado até nós via França, ele foi criado na Alemanha, por volta do sec. XVIII.

Muito consumido também na Páscoa é a **cassata** (sorvete em camadas alternadas com frutas cristalizadas) e os **torrones** (feitos de açúcar, mel, clara de ovo batida, água de flor de laranjeira ou baunilha e amêndoas ou pistaches. Tem em tom claro ou mais escuro, este com amêndoas torradas e carameladas).

Na Páscoa judaica, tem-se o Matzá (pão ázimo judaico, feito com farinha, água, e eventualmente, um aromatizante). O *matzá*, é o “pão da fé” – achatado, sem fermento. Segundo a Torá, na fuga do Egito, os judeus não tiveram tempo para esperar crescer a massa do pão.

Durante o **Tempo Pascal** temos na Bahia:

Todo o mês de maio é consagrado desde há muito, às festividades marianas. Reza-se para *Nossa Senhora* todos os dias, e no dia 31 coroa-se a imagem da Virgem, ladeada por muitos anjinhos que acenam para os seus dedicados fiéis. É o dia da *Coroação de Nossa Senhora*, fecho solene deste mês, devoto e festivo.

No dia 1º de maio comemora-se *São José Operário* e é também, no Brasil, o Dia do Trabalho e do trabalhador, sendo por esta razão feriado nacional.

O padroeiro da cidade do Salvador é *São Francisco Xavier*. Missionário, cofundador da Companhia de Jesus, considerado o “Apóstolo do Oriente”, foi beatificado pelo papa Paulo V em 1619 e canonizado pelo papa Gregório XV em 1622) É comemorado pela Igreja católica no dia 03 de dezembro, dia do seu falecimento, mas na Bahia é homenageado solenemente pela Câmara Municipal soteropolitana – com missa e procissão de um busto deste santo, revestido de prata e contendo uma sua relíquia, sempre guardado na Catedral – no dia 10 de maio, quando foi feita a promessa da Câmara de torná-lo padroeiro da cidade se fizesse terminar a epidemia da bicha ocorrida em 1686, que dizimou grande contingente populacional na Bahia, inclusive um arcebispo: D. João da Madre de Deus (1682-1686), e um governador geral: Matias da Cunha (1687-1688). Este santo, apesar de padroeiro de Salvador, nunca esteve aqui. Passou apenas pela baía de Todos os Santos em 1541, junto com Martim Afonso de Souza, que ia para as Índias como vice-rei, e foi na Ásia que Francisco Xavier desenvolveu todo o seu trabalho missionário.

O dia 22 de maio é dedicado a *Santa Rita de Cássia* (*1381-†1457), também invocada como Santa Rita dos Impossíveis. Foi uma freira agostiniana da diocese de Espoleto, na Itália. Beatificada em 1627 e canonizada em 1900 pela Igreja Católica.

A *feita do Divino Espírito Santo*, que ocorre no dia de Pentecostes, 50 dias após a Páscoa, foi introduzida em Salvador pelos naturais das ilhas de Portugal conhecidos por Ilhéus, no ano de 1765. Instituiu-se uma Irmandade (na igreja de Santo Antonio além do Carmo) que fazia a festa do Divino. Os fiéis da paróquia saíam em grande número aos domingos indo pedir esmolas pelas ruas com o *Imperador* que era recebido às portas das igrejas paroquiais pelos respectivos vigários e conduzidos à Capela-mor onde se sentavam em caldeira de espaldar.

No tempo do Império no Brasil se permitia prisão por dívidas e no dia de Pentecostes, em que se celebrava a festa do Divino Espírito Santo, o *Imperador do Espírito Santo* – representado por um menino escolhido entre as famílias do bairro, geralmente de posses – com o seu séquito, ia à cadeia e soltava estes presos sem outra formalidade que não a de pagar o que eles deviam. Este costume lembrava também a visita de D. Pedro II em 1859 à igreja e ao forte de Santo Antônio Além do Carmo – que na época já funcionava como prisão – quando o imperador libertou os presos que tinham bom comportamento.

A procissão – que saía da igreja da Conceição do Boqueirão e ia até o largo de Santo Antônio Além do Carmo – aconteceu até o ano de 1976, quando foi desativada a Casa de Detenção naquele forte. Cada ano um menino era escolhido entre as famílias do bairro para representar o imperador, preservando a tradição de libertar prisioneiros de bom comportamento.

Na festa do Divino Espírito Santo eram consumidos **alfenins** (também chamados de verônicas; doces feitos de açúcar e polvilho, moldados no formato de uma pomba, representando justamente o Espírito Santo).

Na quinta-feira depois da oitava de Pentecostes, ou seja, do domingo da Santíssima Trindade, celebra-se a festa do Santíssimo Sacramento (hóstia consagrada durante a missa), do Corpo de Deus ou *Corpus Christi*. É a celebração da *Eucaristia*, o sacramento central dos cristãos, em que Jesus Cristo se entrega à sua comunidade sob a forma de pão e vinho. Considerada a mais esplêndida festa da Igreja Católica⁸.

⁸ A festa da Eucaristia foi celebrada pela primeira vez no ano de 1246 em Liège, na Bélgica, a partir das visões de uma reclusa agostiniana de Mont-Cornillon, a bem-aventurada Juliana (1192-05/04/1258), da diocese de lá. Pouco tempo

No dia de *Corpus Christi* há em Salvador uma grande e solene procissão, em que a hóstia sagrada é colocada em um ostensório e levada pelo arcebispo, bispo ou por um padre, sendo apresentada para a adoração dos fiéis. A população de vários lugares costuma adornar todo o caminho por onde passa esta procissão com desenhos sacros feitos com materiais naturais e pétalas de flores. Os moradores das casas ao longo do trajeto da procissão costumam também adornar suas janelas com flores e miçangas, de modo a tornar belo este percurso.

Podemos considerar que aqui termina o Ciclo Pascal e começa o **Ciclo depois de Pentecostes**, que é o mais longo e vai até o Advento do Natal, tendo alguns subciclos pelo meio.

TEMPO DEPOIS DE PENTECOSTES

SUBCICLO JUNINO

No dia 1º de junho começa o chamado **Subciclo Junino**. Neste mês se comemora:

Em 12 de junho: *Santo Onofre* (Etiópia,320-Egito,400), ermitão do sec. IV. Conta-se que era viciado em alcoolismo. Curou-se do vício e foi viver como ermitão no deserto da Tebaida no alto Egito. Este santo é conhecido como padroeiro da fortuna e intercessor para

depois o papa Urbano IV (1261-1264), que fora arcebispo em Liège, instituiu no dia 14 de agosto de 1264 esta festa em toda a Igreja Católica pela bula *Transiturus de hoc mundo*. Cerca de cinquenta anos depois, no Concílio de Viena (1311-1312), o papa Clemente V (1305-1314) a confirmou com o nome de *Corpus Christi*. O Concílio de Trento (1545-1563) incluiu a procissão eucarística como regra, sublinhando o caráter de ação de graças da festa e de manifestação vitoriosa em face da heresia. O ofício festivo com seus hinos é obra de São Tomás de Aquino (1225-1274), o maior teólogo do tempo (comemorado no dia 28 de janeiro).

o combate ao vício do alcoolismo. O relato de sua história é contado por São Pafúncio, que o encontrou no deserto. Sua imagem antigamente ficava no guarda-comidas, pois era guardador dos lugares onde houvesse alimentos. Depois veio a se tornar o santo das meretrizes e dos jogadores profissionais.

Dia 13 é o dia de *Santo Antonio* (*Lisboa1195-†Pádua1231) que, por ser paralelizado com o orixá Ogum, é quase sempre comemorado com uma **feijoada**. Neste dia 13 termina a trezena de orações rezada em igrejas e casas familiares desde o dia 1º, incluindo **comidas típicas de milho** depois das rezas. Santo Antonio é considerado santo casamenteiro e grande achador de objetos perdidos ou mesmo roubados. Em seu dia muitas igrejas distribuem **pães para os pobres** e é tradição que se coloque um desses pãezinhos de Santo Antonio no recipiente onde se guarda farinha de mandioca, com o objetivo de não faltar comida naquela casa durante todo o ano subsequente⁹.

No dia 24 celebra-se *São João Batista* (sec. I –†ca28-30), único santo, além de Nossa Senhora e de Jesus Cristo, cujo nascimento é comemorado, pois ele, nascido seis meses antes, anunciou e depois batizou Cristo. Em seu dia acendem-se fogueiras, dança-se quadrilhas e fazem-se adivinhações. As **comidas de milho** são predominantes: canjica, pamonha, mungunzá, lelê, cuscuz, bolo; sem esquecer o próprio milho, cozido ou assado na fogueira. E estão também presentes o cuscuz de tapioca, o arroz doce, o bolo de São João, as cocadas brancas

⁹ Apesar de ser considerado um santo casamenteiro, cuidado! Como as moças desesperadas costumam maltratar o Santo Antonio: virando-o para a parede, tirando-lhe o Menino Jesus, colocando-o de cabeça para baixo etc., ele consegue para a pessoa o primeiro partido que aparece, que poderá ou não se tornar um bom marido. O mais certo, querendo um bom casamento, é pedir a São José dos Bem-casados que, embora possa demorar um pouco, o marido que arranjará certamente será bom e a pessoa terá um casamento feliz e harmonioso.

e as puxa, os amendoins, cozidos ou torrados, os pés-de-moleque, a paçoca (mistura de amendoim torrado amassado no pilão com açúcar e farinha de mandioca), e como bebida, o licor de jenipapo ou o quentão, nas regiões mais frias do sul do país.

O dia 29 de junho é dedicado a *São Pedro* (*Betsaida, Galileia, 1 – †Roma 67), apóstolo de Cristo e *São Paulo* (*Tarso, na Cilícia hoje região da Turquia, 5 e † Roma, 67). São Pedro é padroeiro das viúvas. Nesta ocasião se repetem as mesmas comidas, fogueira, sortes, adivinhações já realizadas no São João, sendo que no dia de São Pedro costuma-se voltar a fazer as mesmas questões propostas a São João; São Pedro sempre ou confirma o que já foi previsto nas adivinhações do São João ou, quando discorda, por ele ser já adulto, tem mais credibilidade que seu antecessor e fica valendo o que São Pedro vaticinou.

SUBCICLO CÍVICO

Ainda no mês de junho começa na Bahia o que se chama de **Subciclo cívico**, comemorando a expulsão dos portugueses de Salvador e a adesão da Bahia ao Príncipe Regente D. Pedro (e não às Côrtes de Lisboa).

Este ciclo se inicia com as datas em que as Câmaras do Recôncavo responderam à carta consulta dos deputados baianos às Côrtes de Lisboa e declararam ser o Príncipe Regente D. Pedro o Defensor Perpétuo do Reino do Brasil. (As Côrtes de Lisboa estavam querendo desfazer o ato do então Príncipe Regente D. João que elevou Algarves e o Brasil a reinos, formando a União dos três reinos Lusófonos: Portugal, Brasil e Algarves, voltando Portugal a ser um único reino, e Algarves e Brasil suas províncias).

Em 14 de junho, Santo Amaro respondeu aos deputados que estavam em Lisboa dizendo querer que o Brasil continuasse reino independente (mas não aclamaram D. Pedro).

Em 25 de junho Cachoeira fez o mesmo, acrescentando declarar D. Pedro o Defensor Perpétuo do Reino do Brasil. No dia 26 de junho Maragogipe respondeu e, também, declarou D. Pedro Defensor Perpétuo. Em 29 de junho foi a vez de São Francisco do Conde repetir as mesmas duas declarações feitas por Cachoeira e Maragogipe.

O subciclo começa com o acendimento do fogo simbólico em Cachoeira, onde se estabeleceu a Junta Governativa, e este é levado em corrida a pé por atletas escolhidos que percorrem em revezamento os vários pontos do Recôncavo onde se deram as lutas de expulsão dos portugueses, e depois conduzem a tocha para ser entregue em Salvador no dia 1º de julho.

Como muitas das comemorações do Ciclo cívico acontecem no Recôncavo, as **comidas** típicas são as mesmas **de azeite de dendê e leite de coco**, incluindo aí a **maniçoba** (iguaria preparada com as folhas tenras da mandioca ou maniva, que devem ser trituradas e depois cozidas por longo tempo, acrescida de carne suína e temperadas com alho, sal, louro, pimenta).

Em Salvador há a cerimônia de chegada do Fogo Simbólico no dia 1º de julho.

No dia 2 de julho pela manhã, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia entrega solenemente, na Lapinha, os “emblemas” da nossa independência (os dois caboclos) ao prefeito da cidade e realiza-se um secular desfile, acompanhado por autoridades civis, militares, eclesíásticas, colégios, agremiações diversas e povo. Param no meio do caminho, e há um *Te Deum* na Catedral. Durante a tarde conti-

nua-se o trajeto com desfile cívico até o Campo Grande. Este desfile repete o caminho feito pelo Exército Libertador quando entrou na cidade de Salvador após a fuga de Inácio Madeira de Melo e demais portugueses, voltando para o reino de Portugal. Os caboclos ficam expostos no Campo Grande até o dia 5 de julho.

No dia 5 de julho acontece a volta dos Caboclos para a Lapinha andando rapidamente e fazendo todo o percurso – do Campo Grande até a Lapinha – de uma só vez. No Domingo subsequente ao 2 de julho, temos a Romaria ao Panteão de Labatut, em Pirajá, com missa na igreja de São Bartolomeu. No dia 29 de julho de 1822 aconteceu a Batalha do Funil em Itaparica e Jaguaripe, e a adesão das Câmaras de Jaguaripe e Nazaré das Farinhas a D. Pedro. Aí se encerra o Ciclo Cívico.

Ainda no mês de julho são comemorados:

No dia 25, *São Cristóvão*¹⁰, martirizado em Licia, na Anatólia, *ca.* 250, padroeiro dos motoristas, com procissão de carros, e no dia 26, *Santana e São Joaquim*, avós de Cristo, e por isso considerado o Dia dos Avós.

Em **agosto**, logo no início, temos no interior da Bahia, a romaria do *Bom Jesus da Lapa*. Ela ocorre ao longo do ano, sobretudo de maio a outubro, mas tem o seu apogeu no período entre 28 de julho e 06 de agosto, quando se realiza a novena, com missa e procissão. O dia

¹⁰ Em grego, São Cristóvão é chamado de Ágios Cristóforos, “aquele que carregou Cristo”. Ele nasceu em Canaã e tinha um tamanho e força extraordinários. Batizado e educado na fé cristã por um eremita, prontificou-se a ajudar pessoas a atravessar um rio perigoso que já havia causado mortes. Certa vez, carregou um menino muito pesado que depois lhe revelou ser o Criador e Redentor do mundo.

5 de agosto é considerado o “Dia do Romeiro”. Durante os festejos a gruta é muito visitada e tem-se festa de largo.

Ainda na cidade de Andaraí ocorre de 1º a 6 de agosto uma romaria à Gruta da Lapinha, em louvor a Bom Jesus da Lapa, acontecendo também festa de largo, apresentação de conjuntos de músicas nordestinas e venda de artesanato típico da Chapada Diamantina.

No dia 5 de agosto existe a festa dedicada a *Nossa Senhora das Neves* na ilha de Maré, cujas comemorações incluem uma regata de saveiros.

No dia 8 de agosto celebra-se *São Domingos de Gusmão* (*1170-†1221). Ele foi, junto com São Francisco de Assis, um dos maiores promotores da reforma eclesiástica no séc. XIII.

E em 11 de agosto é festejada *Santa Clara de Assis* (*1193-†1212), fundadora das clarissas, freiras franciscanas.

No dia 15, comemora-se a *Assunção de Nossa Senhora*. Na igreja bizantina esta festa é chamada da *Dormição da Virgem*, e aqui também é *Nossa Senhora da Boa Morte*. Em Salvador esta festa era celebrada anualmente na Igreja da Barroquinha; e em Cachoeira até hoje se comemora a festa da Boa Morte por uma irmandade de negras. Nossa Senhora da Assunção é padroeira de Camamu onde, de 6 a 15 de agosto comemora-se a sua festa com novena, missa solene, coroação da Virgem Maria, procissão, festa de largo e leilão.

Dia 16 de agosto é dia de *São Lázaro* (irmão de Marta e Maria, discípulo e amigo de Jesus; nasceu em Betânia e faleceu em 30 d.C.) e de *São Roque* (*1295-†1327), paralelizados com o orixá Omolu (O primeiro é Obaluaiê, mais jovem, e o outro Omolu propriamente dito). O povo de candomblé costuma dar banho de pipoca nas pessoas, à guisa de bençãos (**pipocas** são consideradas as flores de Omolu). Em

Salvador isto ocorre em frente à igreja de São Lázaro em Ondina, não só no seu dia, como também em geral às segundas-feiras.

No dia 24 de agosto é comemorado *São Bartolomeu*, um dos 12 apóstolos de Cristo. Padroeiro de Maragogipe. É o santo que é representado dominando o demônio. Costuma-se dizer que, em seu dia, São Bartolomeu sai do seu trono para comemorar, e o diabo fica solto, podendo acontecer muitas desgraças nesta ocasião.

No mês de **setembro** temos:

O dia 7, considerado – erroneamente – como da Independência do Brasil, pois já éramos independentes desde que D. João nos elevou a reino, tão reino quanto os de Portugal e Algarves, formando a União Lusófona. O que o Príncipe Regente D. Pedro fez neste dia foi declarar o Reino do Brasil separado da União Lusófona. Pouco depois ele deu um *upgrade* na monarquia brasileira, elevando o país de Reino a Império, tornando-se ele próprio o 1º imperador, como D. Pedro I. Isto merece sim, ser comemorado, mas não considerando ter sido a nossa independência, pois naquela ocasião o Brasil já era um reino independente.

No dia 8 a Igreja Católica comemora a *Natividade de Nossa Senhora*.

Em 14 de setembro, a *Exaltação da Santa Cruz*.

No dia 21 comemora-se em todo o hemisfério sul, a Chegada da Primavera. Neste dia a Igreja celebra uma santa negra, *Santa Efigênia*, que viveu no primeiro século depois de Cristo e foi uma das responsáveis pela disseminação do cristianismo na Etiópia. Esta santa é conhecida popularmente por livrar seus fiéis do aluguel e logo conquistar a casa própria. Ela é também invocada como protetora contra incêndios.

No dia 26 a Igreja celebra os *Santos Cosme e Damião*. Os afrodescendentes – que os consideram os Ibejis – comemoram seu dia em 27

de setembro e em homenagem a eles é feito um **Caruru completo**, com as várias comidas de azeite de dendê e leite de coco (vatapá, caruru, arroz de hauçá, acaçá, acarajé, abará, arroz de coco, feijão de azeite, farofa de azeite, aluá como bebida, além dos sucos de frutas¹¹) não só no dia específico deles, como durante todo o mês.

O dia 29 é dedicado aos Arcanjos *Gabriel, Miguel* (que tem uma procissão na Baixa dos Sapateiros e festa no Mercado deste nome) e *Rafael*.

Por fim comemora-se no dia 30 *São Jerônimo* (357-420). Ele em Roma realizou uma revisão da Bíblia Latina baseando-se em manuscritos gregos do Novo Testamento; também atualizou o saltério contendo o “Livro dos Salmos” que era na época utilizado em Roma baseando-se na Septuaginta grega. Embora não tenha ficado claro para ele na ocasião, a tradução de muito do que depois se tornaria a *Vulgata* latina demoraria ainda muitos anos e tornar-se-ia seu mais importante legado.

No mês de OUTUBRO comemoram-se inclusive as duas santas Teresas:

Dia 1º celebra-se *Santa Teresa do Menino Jesus* (*1873-†1897), a Santa Teresinha, carmelita francesa.

No dia 2 são venerados todos os *Anjos da Guarda*.

Dia 4 é o dia de *São Francisco de Assis* (†1226) que abandonou suas riquezas e fundou a ordem mendicante do Frades Menores, mas conhecidos como franciscanos.

O dia 5 é dedicado a *São Benedito, o Mouro* (1524-1589), santo franciscano negro, que foi cozinheiro num convento de capuchinhos,

¹¹ Por ser festa de crianças, não se costuma incluir bebidas alcoólicas.

tendo por algum tempo exercido a função de superior do convento, mas depois voltou a ser cozinheiro. No Brasil, o santo é tradicionalmente venerado pelos negros. É comemorado em todo o mundo no dia 4 de abril, data de sua morte em Palermo, mas no Brasil, por decisão da CNBB em 1983, no dia 05 de outubro.

Em 12 de outubro o Brasil comemora *Nossa Senhora da Conceição Aparecida*, padroeira do país. A imagem da santa, feita em terracota e de cor escura, foi encontrada no ano de 1717 por pescadores no rio Paraíba do Sul, localizado em São Paulo, em dois pedaços; primeiro o corpo e depois a cabeça. Desde que a imagem foi içada para o braço, eles pescaram muitos peixes, o que ficou conhecido como “o milagre dos peixes” e marcou o começo da devoção a esta santa.

12 de outubro é o dia do Descobrimento da América e o Dia das Crianças.

No dia 15 venera-se *Santa Teresa d'Ávila* (1515-1582) – também carmelita como Santa Teresinha – doutora da Igreja, reconhecida como importante teóloga da Igreja Católica. Em 1562, depois de 25 anos de vida religiosa, deu início à reforma dos Carmelos, bastante numerosos em Espanha. Foi auxiliada pelo seu conselheiro espiritual, São João da Cruz, reformador da parte masculina desta ordem.

No dia 27 a Igreja Católica comemora outro santo do panteão negro, Elesbão, que foi rei do Império Axum, na Etiópia, tendo governado entre c. de 493 e 531. Segundo a tradição, era descendente do rei Salomão e da rainha de Sabá. No século VI Elesbão conseguiu expandir o reino cristão da Etiópia através do Mar Vermelho até a Península Arábica e o Iêmen, convertendo árabes e judeus à fé cristã. Abdicou em favor de seu filho e doou sua coroa à igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. Seus últimos anos de vida, passou vivendo como um eremita na cidade santa. Aí morreu por volta do ano 555.

No Brasil, o culto a Santo Elesbão foi muito comum e popular entre os escravos negros, que se identificavam com a figura desse rei etíope. Embora Santo Elesbão seja comemorado no dia 27 de outubro no Brasil, o martirologio romano fixa a data de 15 de maio para a memória deste santo.

O dia 28 é dedicado a *São Judas Tadeu*, apóstolo de Cristo; foi chamado de Tadeu, para distingui-lo de Judas Iscariotes. Era irmão do apóstolo São Tiago o menor, sendo ambos filhos de Cleofas e Maria, primos de Nosso Senhor. É tido como um santo que ajuda na resolução de causas impossíveis ou muito difíceis, sendo, portanto, muito lembrado pelos fiéis.

No mês de **novembro** temos:

Dia 1º é o dia de *Todos os Santos*, (inclusive de “São Nunca”!).

O dia 2 é dedicado aos *Finados*. Este dia costuma dar a tônica do mês de novembro, que é considerado mês dos defuntos ou das almas. Muitos candomblés de orixás, por respeito aos antepassados mortos, não costumam “bater” ou dar festas públicas neste mês.

O dia 5 é considerado no Brasil o Dia da Cultura (comemorando o nascimento de Rui Barbosa, que viveu entre 1849 e 1923).

Dia 15 é considerado feriado nacional, por ter sido o dia da Proclamação da República brasileira.

Dia 19 é dedicado no Brasil à Bandeira nacional.

O dia 20 é considerado o Dia Nacional de *Conscientização do povo negro* (por ter sido o dia da morte de Zumbi dos Palmares).

No dia 22 a Igreja comemora *Santa Cecília* (180-230), padroeira dos músicos e dos cantores; por esta razão este dia é considerado também Dia da Música.

No último Domingo de Novembro, os estivadores do porto de Salvador comemoram ainda *São Nicodemus do Cachimbo*. Segundo a Wikipedia, Nicodemus, que significa “conquistador do povo”, viveu no sec. I, foi um fariseu e contemporâneo de Jesus Cristo. Defendeu-o perante o Sinédrio e sepultou-o; atribuem-lhe um evangelho apócrifo, outrora chamado de Atos de Pilatos. Antonio Monteiro contava que em 1948 estivadores do porto de Salvador encontraram uma imagem que não sabiam de que santo era. Consultadas várias pessoas e entidades, mas não conseguindo resposta precisa, chamaram-no de Nicodemus do Cachimbo. A imagem fica guardada na Igreja do Pilar e sai em procissão nas proximidades do porto justamente no último domingo do mês de novembro.

O dia 30 é dedicado pela Igreja a *Santo André*, apóstolo de Cristo.

Aqui termina o longo **Tempo depois de Pentecostes**.

Em dezembro recomeça o **Ciclo Natalino** e a sucessão anual das festas pelo ano litúrgico católico e laico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Algararra nas ruas – comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas (SP): editora da Unicamp/Centro Pesquisa de História Social da Cultura, 1999. 144 p.

ALVES, Marieta. **Igreja do Pilar**. Salvador: Prefeitura Municipal, diretoria do Arquivo, divulgação e estatística, 1951. 21 p. (Pequeno guia das igrejas da Bahia; IX)

ALVES, Marieta. **Igreja do Bomfim**. 2. ed. Salvador: diretoria da Divisão de Cultura e Arquivo da Prefeitura do Salvador, 1968. 20 p. (Pequeno Guia das Igrejas da Bahia; X)

AMARAL, José Álvares. **Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500**. [escrito em 1880, revisto e anotado por J. Teixeira Barros]. Salvador: Fundação Pedro Calmon / Ed. Livro.com, 2013. 502 p. + 12 de fotos.

ANDRADE, A. de França. **Cada dia tem seu santo...** São Paulo: Artpress, 2000. 157p.

BARBOSA, Manoel Aquino, Cônego. **O dia de São Cristóvão na cidade do Salvador 1941 – 25 de julho – 1951**. Salvador: Era Nova, 1951. 20 p.

BARBOSA, Manoel de Arquino, Mons. **Efemérides da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia**. Salvador: Editora Beneditina, 1970. 617 p.

CACCIATORE, Olga G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense, 1977. 279p.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Tradições e milagres do Bomfim**. Bahia: Tipografia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1915. 166 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d (3. ed., 1972). 930 p.

CONTI, Dom Servulo, I. M. C. **O Santo do dia**. 3. ed. rev. e melhorada. Petrópolis: Vozes, 1986. 590 p.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. **Léxico dos Papas**. Tradução de Antonio Estêvão Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1991. 381 p.

GUIMARÃES, Adriane C.; PROA, Ana Lúcia. **O Livro dos Santos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. s/nº páginas. (ca. 380)

LEMAÎTRE, Nicole ; QUINSON, Marie Thérèse; SOT, Véronique. **Dicionário cultural do cristianismo**. Tradução de Gilmar Saint'Clair Ribeiro *et al.* São Paulo: Loyola, 1999. 342 p.

MARTINEZ, Socorro Targino. **2 de julho: a festa é História**. Ilustração de Marcelo Jatobá. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2000. 160 p. il.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 3 tomos. São Paulo: Paulinas. Tomo 1 – Período colonial 3. ed., 2011, 327p.; Tomo 2 Período Imperial e Transição Republicana 2.ed., 2010. 287 p. e Tomo 3 – Período Republicano e Atualidade, 2.ed., 2011, 318 p.

MORAIS FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. 3. ed., revisão e notas de L. da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1946. 551 p.

MORAIS FILHO, Mello; QUERINO, Manuel; PRADO, J. N. de Almeida; OTT, Carlos. **Bailes pastoris na Bahia**. Ilustrações de Carybé. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957. 274 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A Quinta do Tanque – um monumento a serviço da cultura da Bahia**. Salvador: Arquivo do Estado da Bahia, 1980. 56 p.

NUNES, Antonietta de Aguiar. Dados históricos sobre o cortejo (do 2 de julho na Bahia). *In*: jornal A TARDE (Salvador) de 2 de julho de 1989, Cad. 2, p. 3.

NUNES, Antonietta de Aguiar. O processo da independência na Bahia. *In*: REVISTA do IGHB, nº 90, 1992. p 211-223.

NUNES, Antonietta de Aguiar. A volta dos caboclos para a Lapinha. *In*: Espaço do Leitor do jornal A TARDE (Salvador), 21 de julho de 1997, p. 4.

NUNES, Antonietta de Aguiar. *Ciclos de Festas populares na Bahia*. **Revista CULTURA**, Petrópolis, Vozes, nº 5 vol. 94, p. 125-137, 2000,

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **Santos e festas de santos na Bahia**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2005.135 p.

OTT, Carlos. **Atividade artística nas igrejas do Pilar e de Sant'Ana da cidade do Salvador**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. 393p. (Publicações da FFCH da UFBA, v. I).

OTT, Carlos. **Evolução das artes plásticas nas igrejas do Bomfim, Boqueirão e Saúde**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1979. 393 p.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador: Progresso, 1955. 348 p.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. **São Nicodemus – Padroeiro dos trabalhadores do porto de Salvador**. Salvador: CODEBA, 2005. 60 p.

SANTANA, Mariely Cabral de. **Alma e festa de uma cidade**. Devoção e construção na colina do Bonfim. Salvador: Edufba, 2009. 250 p. (Col. Bahia de Todos)

SERVA NETO, Leão Renato Pinto. **Um tipógrafo na colônia**. Vida e obra de Silva Serva, precursor da imprensa no Brasil e das fitas do Bonfim. São Paulo: Publifolha, 2014. 199 p.

SGARBOSSA, Mario; GIOVANNINI, Luigi. **Um santo para cada dia**. Tradução de Onofre José Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983. 430p.

SILVA CAMPOS, João da. Tradições bahianas *In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 56, 1930, p. 353-557.

SILVA CAMPOS, João da. **Tempo antigo**: crônicas d'antanho, marcos do passado, história do Recôncavo. Lauro de Freitas: Livro.com, 2013. 192 p. + 10 de fotos.

TAVARES, Odorico. **Bahia – Imagens da Terra e do Povo**. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. 298 p.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda Áurea – vidas de santos**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. 1.040 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: Transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002. 455 p.

VIANNA, Antonio. **Casos e coisas da Bahia**. 2. ed., Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. 146 p.

VIANA, Hildegardes. **Festas de santos e santos festejados**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960, 73 p. (Cadernos da UBE, col. Paralelo, 13, nº 7).

VIANNA, Hildegardes. **Calendário de festas populares da cidade do Salvador**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1983. 43 p.

VIANNA, ZÉLIA. **Santidade Ontem e Hoje**. Salvador: Paróquia De São Pedro, 2005. 390 P.

Biografias

AUTOBIOGRAFIA: TEODORO FERNANDES SAMPAIO¹

Meu caro Mr. Pierson,

Respondo, em poucas linhas, ao seu pedido de referência à minha biografia, onde creio que pouco há que possa servir de lição e exemplo a outrem. Nasci de pais modestos. O meu progenitor era branco, homem culto de uma família de lavradores, senhor de engenho no Recôncavo de Santo Amaro. A minha mãe era preta, mulher de notável beleza na sua raça. Domingas era o seu nome.

Até os dez anos de idade vivi em Santo Amaro e no seu Recôncavo, então o centro mais rico da lavoura de cana na Bahia. Em 1865, com dez anos de idade, pois nasci a 7 de janeiro de 1855, levou-me o meu progenitor para o Rio de Janeiro, onde concluí o curso das primeiras letras e estudei os preparatórios do curso secundário no Colégio do São Salvador, sob a direção do Monsenhor José Joaquim da Fonseca Lima, ilustre orador sacro, que foi mais tarde Reitor do Colégio D. Pedro II , o primeiro e mais notável estabelecimento de ensino secundário no país.

¹ (Nota: Transcrição da Arquivista Zita Magalhães Alves e da Professora Antonietta Aguiar Nunes. Atualização da Língua Portuguesa pelo Professor José Nilton Carvalho Pereira. Salvador, 11 de julho de 2024.)

Devo o que sei dos estudos de humanidade aos meus caros mestres do Colégio de São Salvador, aos quais me juntei como professor, quando – aos dezessete anos -, em 1871, entrei para a Escola Politécnica (então Escola Central) a fazer o curso de Engenharia Civil. Tive aí, entre os meus mestres, homens de ciência e intelectuais dos mais eminentes da época no Brasil. Eram eles: Manoel da Cunha Galvão, Ameries Monteiro de Barros, João Eugênio de Loise e Seylbito, Carneiro Saldanha da Gama, Villa Nova Machado, André Rebouças, Joaquim Murтинho, Visconde do Rio Branco, Bórgia Castro, Sousa Pitanga, Holanda Cavalcanti etc. Todos eles de grande relevo na ciência e alguns de longa projeção na política nacional.

Aos 21 anos terminei os meus estudos na Politécnica, em 1876. Enquanto, estudante, colaborei no Museu Nacional, sob a direção de Ladislau Nerro, ilustre botânico, com Orville Derbi, Lacerda e Almeida, Pizarro Rodrigues Peixoto, Schwacke, ao tempo em que aí se faziam as conferências científicas a que assistia o Imperador D. Pedro II, com uma assiduidade exemplar.

Por esse tempo dediquei-me ao ensino nos principais colégios do Rio de Janeiro e tive discípulos que hoje me honram pela sua proficiência e saber nas mais elevadas funções públicas, no governo do país.

Em 1878, comecei propriamente a minha carreira de engenheiro, como membro da “Comissão Hidráulica”, que o governo do Conselheiro Sinimbu organizou para o estudo dos portos e navegação interior, sob a direção do ilustre engenheiro americano, Mr. W. Milnor Robert, para esse fim contratado. A Comissão era numerosa, composta de gente escolhida e destinada a dirigir trabalhos futuros deste gênero no país. Convidado a fazer parte dela pelo Senador Viriato de Medeiros, aceitei o convite. Eu não havia absolutamente solicitado emprego. O convite fora de todo espontâneo, o que de algum modo me desvanecia.

Toco aqui, entretanto, em um incidente então ocorrido, porque ela serve para explicar um dos poucos casos de preconceito social, hoje bem raros no país. A Comissão, em dia certo, apresentou-se ao Ministro que então lhe dirigiu a palavra e lhe explicou o ponto de vista do governo ao promover a sua criação. Estive presente ao ato, assim como todos os meus colegas e, no dia seguinte a publicação no Diário Oficial a relação dos engenheiros para ela nomeados. O meu nome, porém, por motivo que então ignorei, não apareceu na relação. Estava, pois, excluído da Comissão para a qual, aliás, tinha eu recebido convite. É que eu era o único na havida comitiva e, do espírito do Oficial de Gabinete do Ministro, o fato parecera-lhe muito chocante, tanto mais quanto se tratava de pessoal a servir com técnicos americanos, os quais, ao que se dizia, não apreciavam a companhia dos homens de cor. Fui assim eliminado e experimentei então o primeiro espinho do preconceito entre nós.

Entretanto, ao Senador Viriato de Medeiros, a quem procurei à noite para agradecer-lhe o seu gesto espontâneo ao convidar-me, não lhe pareceu curial a minha eliminação e providenciou de pronto para que, no dia seguinte, tudo voltasse aos devidos termos. Devo a fina delicadeza de o ilustre senador ocultar-me as causas do incidente, as quais só muito mais tarde vim a conhecer por intermédio de um amigo comum. Entretanto, a nuvem do preconceito que se procurou insinuar a conta dos americanos, dissipou-se por completo e eu tive a honra de lhes conquistar a estima e amizade, que me foram tão benéficas no correr dos anos e tanto serviram na profissão que adotei.

Quando, após doze anos de trabalhos e estudos do porto de Santos, de Maceió e do exame das condições de navegabilidade do rio de São Francisco, regressamos todos ao Rio de Janeiro. Mr. Robert, o nosso ilustre chefe, apresentando o seu relatório ao Ministro,

julgou de justiça distinguir-me entre os seus auxiliares, todos, aliás, tão distintos que apresentaram, num capítulo especial, a discrição dos trabalhos de que me incumbira especialmente, chamando para citar a atenção do Ministro sob o título – “O relatório do Sr. Sampaio.”

De fato, além dos trabalhos ordinários de que nos incumbíamos na Comissão, fora eu destacado por Mr. Robert para atravessar a Chapada Diamantina, colhendo dados geográficos e geológicos, e informar sobre a capacidade produtiva, sobre a população e comércio da região, em conexão com a bacia do São Francisco, que acabávamos de examinar. Mais tarde, estes dados então colhidos, reuni-os em livro, que veio à publicidade sob o título: “O rio São Francisco e a Chapada Diamantina”.

Dos meus colegas americanos na Comissão Hidráulica recebi provas de consideração e estima que sobre maneira me cativaram. Rudolf Wisser, ajudante de Robert e que o acompanhara desde os Estados Unidos, escrevendo a um amigo a meu respeito, usou destas palavras em extrema lisonja: “... *the Best braZilian engineer in Mister Robert staf...*”. Orville Derby, o eminente geólogo que no tempo foi tido como a primeira autoridade na ciência da Geologia, tomou-me por seu colaborador nos trabalhos de que, ao depois, foi encarregado pelo governo do estado de São Paulo.

Em 1882, extinta a Comissão Robert, fui trabalhar nas obras do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco e aí estive encarregado de calcular e projetar as pontes metálicas desta via férrea. Em 1883 fui convidado pelo notável engenheiro Antônio Plácido Peixoto de Amarante para ser o primeiro engenheiro na Comissão de Desobstrução do Rio São Francisco. Trabalhamos juntos: tínhamos estudado três anos antes, sob a direção de Robert e agora lhe cabia a ele executar como “engenheiro-chefe”. Desobstruímos então

a célebre Cachoeira do Sobradinho, o maior obstáculo da navegação do rio na sua seção superior e se estabeleceu logo a navegação a vapor entre a cidade de Juazeiro e a cachoeira de Pirapora, onde a seção do rio termina desimpedida.

Pouco mais de três anos permaneci nestes trabalhos do rio São Francisco até 1886, quando Orville Derby, nomeado Chefe da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, me convidou para seu primeiro engenheiro, especialmente para os trabalhos geodésicos e topográficos. Governava, então, a província de São Paulo o senador João Alfredo Correa de Oliveira, eminente homem de Estado, que teve sempre muito em vista o problema das comunicações para o interior do país, e que logo lançou as suas vistas para a navegação interior, visando à longínqua província de Mato Grosso. Os nossos trabalhos geográficos tiveram, em consequência disso, de começar pela exploração do rio Paranapanema, desde as proximidades das suas cabeceiras na Serra do Mar, em Itapetininga, até a sua foz no rio Paraná, acima do Salto das Sete Quedas. Estudado o rio do ponto de vista de sua navegabilidade, trabalho realizado na estiagem de 1886, verificou-se-lhe a impraticabilidade em mais de dois terços do seu curso, julgado, por isso mesmo, impróprio para a solução que se buscava. O rio Paranapanema é antes um grande reservatório de energia hidroelétrica do que um traço da união ou de viabilidade entre o Paraná-Paraguai e a costa atlântica do Sul do Brasil.

De volta desses estudos do rio, realizados com a devida técnica e estudados os caracteres geológicos do vale, a cargo do notável geólogo - Francisco de Paula Oliveira -, foram examinadas as condições naturais de produtividade do solo. Foram também estudados, do ponto de vista etnográfico e etnológico, os índios ainda dominadores nas matas e nos campos do baixo Paranapanema.

Seguimos logo para Campo Largo, povoado próximo da fábrica de ferro de Ipanema, escolhido pelas suas condições naturais para a medição da primeira base geodésica da triangulação a cobrir o território da província. Procedíamos a essa medição, quando nos chegou um correio do Coronel Murta, diretor da fábrica, o que nos surpreendeu ainda no campo, no labor fastidioso das medidas micrométricas.

Sua Majestade o Imperador, dizia-nos o coronel, aqui chegado ontem, ordena que os senhores engenheiros da Comissão Geográfica e Geológica, ora em Campo Largo, se lhe apresentem sem maior perda de tempo, trazendo consigo as notas de campo, os dados e elementos colhidos na exploração do rio Paranapanema, pois Sua Majestade deseja ver ainda informes antes dos trabalhos do escritório. A ordem era urgente e o coronel nos avisava que nos apresentássemos mesmo com a indumentária de campo sem nenhuma preocupação a maior, que esse era o desejo do Imperador.

Toda a manhã em Ipanema foi para Dom Pedro II examinar plantas, croquis, processos de medição, notas, cálculos, desenhos da exploração do rio, indagando quanto aos resultados práticos do trabalho, inquirindo, objetando sobre assuntos técnicos como se fosse ele mesmo um profissional nesse ramo de serviço. Ao almoço, convidou-nos a todos para a sua mesa, e me fez a mim a honra de ocupar a cadeira à sua direita, pois durante o serviço não se conver-sou de outra coisa que não dos estudos de exploração dos acidentes de viagem, dos índios, os seus costumes e sua língua. Desço a essas minúcias todas para que se veja quanto era o interesse do monarca brasileiro pelos estudos científicos, o seu amor à ciência, a sua vasta erudição, a sua ambição de saber, o seu desejo manifesto de distinguir e de fazer justiça, sem preconceitos de classe, sem preconceitos de cor,

pois Dom Pedro II foi o brasileiro mais isento de preconceitos que se conheceu no seu tempo.

Despedindo-se de nós, ao deixar Ipanema, sua majestade manifestou o desejo de que fossem publicados os estudos do rio Paranapanema, tão de pronto quanto possível, para que não se perdessem os resultados de tantos trabalhos como ele acabou de verificar. Estudando o vale do Paranapanema, região outrora dos domínios da raça dos Tupis e dos Guaranis, ofereceu-se-me a oportunidade de estudar mais de perto esse elemento indígena, de tão larga projeção na história e na índole dos brasileiros. Colhi preciosos elementos com que pude contribuir para o estudo dessa raça e da língua geral que, por cerca dos três séculos, foi a falada nesta terra do Brasil.

Nos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica, onde estive cerca de quatro anos com abalizados e distintos colegas como Orville Derby, Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Oliveira, Washington de Aguiar, Alberto Loeffgren e outros bons auxiliares, foi-me dado, durante esse tempo, estender a rede de triangulação por cerca da terça parte da área da província, de Ipanema e Campo Largo, pelas cumeadas da serra do Mar ou de Paranapiacaba; pelos picos da Mantiqueira e seus contrafortes; de Santos a São Paulo e pelo interior, até as margens do rio Mogiguaçu, que desce das terras altas de Minas Gerais.

Os trabalhos topográficos, por sua índole mais demorados, não puderam, entretanto, cobrir uma área tão grande. Não obstante isso, várias cartas geográficas na escala de 1:200.000 já tinham sido dadas a publicação até 1890, quando deixei a Comissão e aceitei o convite do ilustre dr. Vicente de Carvalho, então Secretário de Estado dos Negócios do Interior, para o cargo de Engenheiro Sanitário, incumbido de realizar as obras de saneamento da cidade, que eu mesmo, anos

antes, havia projetado por iniciativa do Governo Provisório depois da proclamação da república, em 1889.

Estávamos na época das grandes transformações sociais e políticas, as maiores por que passara o país depois da independência. De fato, depois da guerra contra o governo do Paraguai, em 1870, o Brasil entrou numa fase de renovação e de progresso em que se assinalou o Ministério de Sete de Março, do Visconde do Rio Branco, que trouxe a Lei do Casamento Civil. A lei dos Nascituros, que libertou o ventre da mulher escrava, a eleição direta, o desenvolvimento e reforma do ensino, o aumento da viação férrea no país. Desenvolveu-se a propaganda em prol da emancipação dos escravos. Libertam-se por lei os escravos sexagenários e, em poucos anos de altíssima propaganda, alcança-se a vitória mais assinalada da opinião pública nacional – a abolição do escravo, sem indenização algumas aos senhores, pela lei de 13 de maio de 1888. Vultos eminentes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças dominam o movimento emancipador, abolicionista. O imperador, a Princesa Regente, que assinou o decreto da abolição, os seus ministros João Alfredo Correa de Oliveira, Antonio Ferreira Vianna etc. são os vultos da gloriosa jornada que empolgou o Brasil inteiro.

A proclamação da República, poucos meses após a abolição dos escravos, a 15 de novembro de 1889, tem a seu favor a moléstia do Imperador e a abolição dos escravos sem indenização. A propaganda republicana, ativada desde a Convenção de Itu, logrou sem grande esforço a sua vitória, para o que – é de justiça reconhecer-se – muito contribuíram o desenvolvimento das ideias democráticas, o espírito tolerante do Imperador e a simplicidade do seu viver.

Nessa época de tão grandes transformações a que ninguém se subtraiu, a que a mocidade brasileira e os intelectuais se atiraram com

entusiasmo, fomos todos arrebatados pela onda renovadora. Eu não faria de certo a República como ela se fez; aceitei-a, sim, como um resultado lógico dos antecedentes históricos e do ambiente democrático dominante na América.

A província de São Paulo, agora estado de São Paulo com a federação republicana, tomou logo a dianteira na renovação magna do país. Organização política, administrativa, trabalhos agrícolas, imigração em grande escala, tudo recebeu o influxo do novo regime. São Paulo tomou a dianteira do progresso brasileiro. Colaborei como cidadão e como funcionário em tudo isso, na medida das minhas forças. Em 1896 estava eu engenheiro-chefe dos trabalhos de saneamento do estado, trabalhos que dirigi por alguns anos. Fui membro da Comissão com o general Jardim e Salles de Oliveira para organizar a Escola Politécnica de São Paulo no governo de Bernardino de Campos. Com Antonio Piza, Cesário Mota, Horácio de Carvalho, Conselheiro Manoel Antônio, Duarte de Azevedo e outros fundamos o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de cujo edifício dirigi a construção.

Aconteceu o 3º centenário do padre José de Anchieta, o apóstolo do Brasil. Do movimento literário que daí se originou pela iniciativa de Eduardo Prado, jornalista e polígrafo dos mais ilustres no país, colaborei nas conferências anchietanas que marcaram época na vida literária do Brasil. O gosto pelos estudos históricos assinalou-se então pelas pesquisas desde o descobrimento, por publicações monográficas, revistas de caráter científico (em que não faltei também com o meu modesto concurso).

Foi por essa época que me apliquei ao estudo das nossas raças indígenas e lhes dei boa parte dos meus fazeres de funcionário, aliás, sempre ocupado. Escrevi e publiquei algumas observações sobre a língua dos Cayuás do Baixo Paranapanema, sobre os Guayanás de

São Paulo. Publiquei “O Tupi na Geografia Nacional”, demonstrando como uma língua indígena influenciou na toponímia do Brasil; estudei os Kraós do Alto São Francisco e as suas relações lingüísticas com as tribos Krans do vale do Tocantins e do Araguaia.

Deixando em 1903 os trabalhos do saneamento de São Paulo, tornei à Bahia em 1904 para estudar (e me propor em concorrência pública) para as obras de saneamento da cidade, contratado em 19 de maio desse ano. Essas obras com o município da Capital, realizei-as após quatro anos na parte relativa ao serviço de abastecimento de água, e tão somente uma terça parte do serviço de esgotos, pois que, à falta de recursos pecuniários por parte do município, os trabalhos tiveram que paralisar e suspensos ficamos por muitos anos, até 1929, quando foi então rescindido o referido contrato de comum acordo entre as partes contratantes. Terminou aí a minha atividade profissional.

Em moço, ainda estudante de curso superior (exerci o magistério) e lecionei latim, inglês, matemática, história e filosofia. Engenheiro civil, uma vez funcionário do estado, trabalhei ininterruptamente quarenta e oito anos, pois nunca estive desempregado e cedo atingi os graus mais altos da minha carreira na engenharia.

Dos meus estudos literários e científicos saíram à publicidade:

- Considerações sobre as condições econômicas do rio Paranapanema, em 1886;
- O rio Paranapanema, estudos técnicos em texto e atlas, em 1888;
- São Paulo no tempo de Anchieta, conferência anchietana em 1889;
- O rio São Francisco e a Chapada Diamantina – 1905;

- Carta Geográfica do rio São Francisco – 1882;
- O Tupi na Geografia Nacional, em 3ª edição;
- Os índios kraós do Alto São Francisco...;
- Arqueologia no Brasil;
- Hans Staden, tradução melhorada e anotada da que foi feita por A. Loefgran;
- Viagem de Antônio Knivet, século XVI, no Brasil;
- Inscrições lapidares na igreja da Vitória da Bahia;
- Polêmicas e reivindicações a propósito do saneamento da Bahia;
- O saneamento da cidade da Bahia;
- Atlas geográfico do Brasil;
- Carta do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos;
- A vila de Santo André da Borda do Campo, estudo histórico;
- Tradução do tupi de uma carta atribuída a Antônio Felipe Camarão, publicada na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano;
- Estudo do Porto de Santos pela Comissão Hidráulica, em 1878;
- O tacado da estrada de ferro da Bahia ao rio de São Francisco, considerações sobre a geologia da região atravessada;
- Discursos e estudos diversos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e na do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e na do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro;

Dos meus conterrâneos na Bahia tive a honra da escolha para seu representante na Câmara Federal como deputado pelo 1º distrito, o da capital do estado, em substituição do dr. Otávio Mangabeira, nomeado Ministro das Relações Exteriores no governo do presidente Washington Luís. Sem ser político militante, tive a surpresa dessa escolha sobremaneira honrosa para mim e me conservei na função até o fim da legislatura em 1929.

Das instituições científicas e literárias do país tenho recebido as seguintes e espontâneas provas de seu apreço para comigo: Sou sócio efetivo de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio efetivo do Instituto Histórico de São Paulo; Presidente do Instituto Histórico da Bahia; sócio correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais; sócio correspondente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; sócio correspondente do Instituto do Ceará; sócio do Instituto Histórico de Sergipe; sócio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, sócio-fundador da Sociedade Capistrano de Abreu; membro efetivo da Academia de Letras da Bahia; sócio efetivo do Instituto Politécnico da Bahia.

Aqui termino essas notas autobiográficas, decerto deficientes, porque, na minha idade, a memória já não pode ser tão fiel e eu sinto que ela me está faltando muitas vezes. (As faltas acaso aqui existentes são antes de deficiência do que do exagero de feitos e qualidade que me digam respeito.)

Com os meus cumprimentos me subscrevo vosso admirador e criado, Theodoro Sampaio.

Bahia, 12/1/1936.

PODE ATÉ DEMORAR, MAS LUIZ TARQUINIO SERÁ REVERENCIADO

Luis Guilherme Pontes Tavares

RESUMO

O autor, neste texto, reverencia o empresário e mecenas baiano Luiz Tarquinio (1844-1903) pelo transcurso, em 24 de julho de 2024, dos 180 anos do seu nascimento, como aponta temas e caminhos para novos estudos sobre o extraordinário personagem. Ademais, lança a proposta de criação do memorial Luiz Tarquinio utilizando-se os centenários imóveis que restauram da fábrica de tecidos da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN) e da Vila Operária, todos localizados no bairro da Boa Viagem.

Palavras-chave:

ABSTRACT

The author, in this text, reveres the Bahian businessman and patron Luiz Tarquinio (1844-1903) for the 180th anniversary of his birth, on July 24, 2024, as he points out themes and paths for new studies on the extraordinary character. Furthermore, it launches the proposal to create the Luiz

¹ Jornalista, produtor editorial e professor universitário. É, na atualidade, o 1º vice-presidente da ABI.lulapt2@gmail.com

Tarquinio memorial using the centuries-old properties that were restored from the fabric factory of Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN) and Vila Operária, all located in the Boa Viagem neighborhood.

Keywords:

Os 180 anos do nascimento do designer, jornalista, político, industrial e mecenas baiano Luiz Tarquinio (1844-1903), transcrito em 24 de julho de 2024, abre as comemorações do bicentenário em 2044, oferecendo a chance, às instituições privadas e públicas, de reverenciar, nos próximos 20 anos, aquele a quem todos os baianos deveriam conhecer mais. Seria tempo suficiente para requalificar o prédio da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), as unidades residenciais e equipamento da antiga Vila Operária e converter o conjunto no memorial dele. O projeto requer, todavia, alguma celeridade porque os imóveis envolvidos têm mais de 100 anos.

Para isso, a Bahia poderia seguir o modelo criado pela entidade portuguesa *New Hand Lab* (NHL), localizada em Covilhã, que destinou antiga fábrica de tecidos de lã para servir de centro cultural. Porta de entrada da Serra da Estrela, a província sediou dezenas de fábricas de tecido e a NHL guarda essa memória mantendo, à mostra, equipamentos, insumos e produtos da indústria que lhe deu a sede. O empresário português Francisco Afonso, criador da NHL e herdeiro da antiga fábrica, poderia ser convidado dos baianos para falar a respeito da exemplar iniciativa dele. É provável que Tarquinio aprovasse essa sugestão!

O baiano Luiz nasceu em 1844, numa residência humilde da Rua dos Capitães, a mesma rua em que, cinco anos depois, nasceria o ilustre jornalista, jurista, diplomata e político Ruy Barbosa (1849-

1923). Desconheço informação sobre o convívio dos dois ali, mas Luiz e Ruy, quando adultos, debateram, através da Imprensa, temas nacionais como política fazendária e abolição da escravatura. Ele faleceu em Salvador em 07 de outubro de 1903 e seus restos mortais foram depositados não num jazigo monumental, mas num simples carneira, no Campo Santo. O legado maior de Luiz Tarquinio (1844-1903) foram suas iniciativas de apaziguamento entre o Capital e o Trabalho, assegurando aos seus operários habitação, educação, saúde e lazer.

BREVE HISTÓRIA

Sua mãe, a lavadeira Maria Luiza dos Santos, descendia de africanos. O pai, não identificado ainda, era estudante de Medicina e filho de cliente da lavadeira. Ela foi quem iniciou o filho na escrita e na leitura. Ele frequentaria os bancos escolares por apenas três anos. Inteligência prodigiosa somada às carências materiais óbvias estimularam o autodidatismo e a construção de si, inclusive a adoção do sobrenome Tarquinio, escolha, talvez, inspirada na dinastia que governou Roma entre 600 e 509 antes de Cristo (A.C.).

Filho de mãe solteira pobre, Luiz trabalhou desde cedo, vendendo, inclusive, bonecas de pano feitas por ela. Começa a trabalhar para terceiros aos 10 anos, atuando como auxiliar de serviços diversos. O professor doutor Adriano Leal Bruni, da UFBA, assina o perfil de Luiz Tarquinio no livro *Gestões empresariais inspiradoras* (Salvador: e.a., 2022, p. 435-447) e registra com estas palavras o início da vida de trabalhador de Tarquinio:

No ano de 1854, aos dez anos, tornou-se resoluto em trabalhar para ajudar a mãe, que pediu a Lino Porphyrio da Silva, comerciante do centro de Salvador, uma vaga para o filho. Lino Porphyrio era um dos usuais compradores das bonecas costuradas

por Maria Luiza, eventualmente também cliente dos serviços de lavar e passar. Sua loja vendia tecidos e o empregador precisava de ajuda para limpar o escritório e organizar as peças de tecidos.

O autor do perfil acrescenta:

Os livros existentes no escritório chamaram sua atenção. Autorizado pelo patrão, passou a levá-los para casa, ampliando seus conhecimentos e avançando nos estudos. Do chefe, recebeu uma importante lição: ‘o homem mais perigoso é o que sabe pelo meio. O ignorante é humilde porque sabe que não sabe. O sábio é modesto porque tem consciência de que o que sabe é apenas uma pequena parcela do que ele ainda não sabe. Mas o que sabe pelo meio é pretensioso e pensa que sabe de tudo’”. O autor esclarece que “As atividades na limpeza foram breves. Logo, Luiz Tarquínio passou a atender no balcão, cativando a clientela com uso de inteligência, dedicação, atenção e educação. Clientes saíam satisfeitos, já que Luiz Tarquínio procurava entender e conhecer os gostos e necessidades de cada um.

LEITURAS SOBRE TARQUINIO

Reputo como fundamental o livro da bisneta dele, a escritora baiana Eliana Dumêt, autora de *Luiz Tarquínio – O semeador de ideias*, cuja edição nacional saiu pela paulista Gente em 1999. A ligação parental não comprometeu a isenção com que o personagem é tratado na obra. Em 2012, a autora assinou o perfil de Luiz Tarquínio no volume 3 da coleção *Pioneiros & empreendedores. A saga do desenvolvimento no Brasil*, organizada pelo ex-reitor Jacques Marcovitch para a Edusp.

Outro livro fundamental é o *Luiz Tarquínio. Pioneiro da Justiça Social no Brasil*, do escritor baiano Péricles Madureira de Pinho (1908-1978), obra patrocinada, em 1944, pela CEIN em comemoração ao centenário de nascimento de Tarquínio. Inclua-se o mais recente, o já

citado *Gestões empresariais inspiradoras*, que contou com o patrocínio das federações do Comércio, da Indústria e da Agricultura e, também, do Sebrae-BA. Acrescento que o empresário baiano Luiz Tarquinio é citado em vários livros, artigos e é tema de dissertações e teses.

A propósito, a *Revista do IGHB*, estampa nas páginas 221 a 231 do número 72, de 1945, o discurso do ex-ministro e ex-reitor Miguel Calmon Sobrinho, engenheiro e professor, em homenagem ao centenário de Luis Tarquinio, transcorrido em 1944. O pronunciamento atendeu convite tanto do IGHB quanto da Associação Comercial da Bahia (ACB). Destaco quatro trechos:

Sua velha e querida mãe, desprovida de recursos, apenas pode conseguir-lhe um lugar na escola pública, onde foi buscar os únicos ensinamentos escolares que obteve em toda sua vida. Causa-nos espanto hoje, que conhecemos a sua brilhante trajetória, o seu trato cavalheiresco, e sua atuação como homem público, o seu conhecimento de línguas estrangeiras, causa-nos espanto repito, verificar que todos estes conhecimentos ele os adquiriu a custa do próprio esforço, como autodidata, numa vigília constante sobre os livros, numa sede insaciável de saber (Sobrinho, 1945, p. 222).

[...] O zelo e a exação que teve no desempenho das suas novas funções fizeram com que, 4 anos apenas, após o seu ingresso [na Bruder & Cia], já se tornasse interessado no negócio. Começam então a esse tempo, as suas viagens à Europa para tratar dos interesses da firma. Levando desenhos, por ele próprio executados, de padronagem mais do agrado do consumidor, realizava o principal objetivo de intermediário, procurando satisfazer às exigências de seus clientes. O carinho que dedicava a elaboração dos desenhos, prática que adquirira nos seus tempos de Infância quando trabalhava para auxiliar a sus progenitora, fica realçado na correspondência trocada com o chefe da firma, João Gaspar Bruderer, na qual lhe exigia a completa satisfação do pedido e muito particularmente a reprodução dos desenhos.

Nessa época, o seu sócio e amigo achava-se a frente da firma na Europa, realizando compra da mercadoria que daqui lhe era solicitada. Aliás convém menciona[r] que essa aptidão que tinha para o desenho muito contribuiu para seu mais rápido sucesso na firma em que se empregara, pois seu chefe, apreciando esta sua habilidade, desde o começo, lhe confiou a elaboração das padronagens. (p. 222).

[...] Há certas passagens que destacam a individualidade de Luiz Tarquinio. Uma delas é a compreensão que tinha dos deveres da iniciativa particular para com a coletividade. Num momento em que tudo se reclama do Governo é interessante verificar a recusa que fez ao auxílio que este lhe quisera dar. O deputado Américo Barreto propôs, na Assembleia Legislativa, fosse concedido um auxílio de 12 contos à novel instituição educativa. Com elegância e altivez negou-se a aceitá-la fazendo publicar, na revista da Vila, os seguintes comentários: ‘Compreendendo a nobre intenção do jovem deputado, só temos palavras de reconhecimento pela espontaneidade de seu proceder, mas estamos autorizados a declarar que de forma alguma a Vila Operária pode receber este subsídio do Estado. Escola do povo para o povo, mantida com a mais ampla independência, a aceitação de qualquer favor oficial importaria tacitamente na eliminação dessa liberdade de ação, sem a qual seria sacrificado o seu fim principal (p. 226).

O engenheiro e político Miguel Calmon Sobrinho salienta que Tarquinio

tinha qualidades de escritor. Sua dialética impressionava, sobretudo quando discutia assuntos econômicos. Além dos artigos, que lhe criaram fama, sobre a taxa de ouro de importação e os problemas da abolição da escravatura, outros escreveu sobre o câmbio, problema agrário e mais questões de relevo. Não contente com esta produção fecunda, fundou a *Revista Popular* [editada por Cincinnato José Melchiades (1858-1920), natural de Cachoeira, o periódico circulou entre 1897 e 1898] e manteve

para distração dos seus companheiros de trabalho a revista *O Operário*, publicada na fábrica da Boa Viagem.

HÁ MUITO MAIS

Referi-me a trabalhos acadêmicos sobre o empresário e sobre o feito dele em Itapagipe. Cito, por enquanto, *O viver na Cidade do Bem: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA*, tese de doutorado em História da pesquisadora Maricélia Oliveira Santos, defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2010. Há, por certo, outros trabalhos. E, se não os há, que sejam feitos.

O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) guarda a documentação da CEIN. São mais de 500 documentos, muitos dos quais disponíveis em <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo-publico-conheca-o-apeb/>. Consultei, na sede do APEB, no Solar da Quinta do Tanque, os álbuns de fotografia e, que bela surpresa!, os catálogos com retalhos das padronagens dos tecidos da fábrica da Boa Viagem. Seriam estampas criadas pelo próprio Luiz Tarquínio?

Há muito o que estudar a respeito desse baiano extraordinário. Investigar, por exemplo, quem preserva desenhos de Tarquínio, não apenas para tecidos, mas os rabiscos e croquis que, porventura, tenham servido de diretriz para as construções da fábrica e da vila operária, bem como da residência dele na Graça, já demolida, cujas paredes do piso térreo podiam ser removidas quando Tarquínio e família queriam promover eventos para muitos convidados, inclusive no Carnaval.

Ele, conforme o ex-reitor Miguel Calmon Sobrinho afirma acima, tinha o dom da escrita. Escreveu o livro *Preceitos moraes e cívicos*, em 1901, que reúne artigos, e patrocinou periódicos, como a *Revista Popular*, onde escrevia, assim como em *O Operário e Cidade do Bem*,

ambos destinados aos trabalhadores da fábrica de tecido e aos seus familiares que residiam na Vila Operária, constituída por mais de 250 casas. A propósito dos periódicos citados, talvez caiba a revisão sobre a história dos *house organs* no Brasil e a inclusão dos tais, caso os estudos existentes não lhes tenham citado.

O jornalista e político escrevia artigos para jornais soteropolitanos e nacionais, mantendo debate sobre temas diversos, como aqueles com que confrontou o também jornalista e jurista Ruy Barbosa a respeito de questões fazendárias e da abolição da escravatura. Sei que o IGHB possui a coleção, encadernada, a *Revista Popular*, para a qual desejo edição fac-similar. Desconheço, no entanto, onde se poderia localizar as coleções do jornal *O Operário* e da revista *Cidade do Bem*. Deixo aqui, pois, o apelo para que pesquisadores investiguem sobre o que leram nos dois últimos parágrafos.

Quanto à atuação política de Luiz Tarquinio, há informações de que, atendendo apelo de correligionários e amigos, ele atuou como prefeito da Cidade do Salvador e como seu vereador. Como foi isso? Li que Tarquinio morou no Morro da Vitória, logradouro que seria depois conhecido como Corredor da Vitória, e que foi ele quem interligou esse bairro à Graça, onde construiria a casa que os baianos não exigiram que se preservasse. É provável que exista estudo a respeito, mas não o conheço.

Sobre o industrial, cabe informar que Tarquinio alcançara prosperidade na vida e, caso desejasse isto, viveria com folga o resto dela. Porém, em 1891, aos 51 anos, ele resolve empreender o fabuloso projeto da Companhia Empório Industrial do Norte e não poupou recursos e saúde. A fábrica tinha os melhores equipamentos da época e era dotada de píer de atracação para embarcações. As fotografias existentes no APEB e no Museu Temporal, no Pelourinho são provas disso.

Por fim, sugerimos o estudo a respeito do mecenato praticado por Luiz Tarquinio. Há registro de que ele patrocinou até a Festa do Dois de Julho. O leque dos patrocínios é ampla e inclui, por exemplo, o apoio que oferecia aos clubes carnavalescos e agremiações esportivas. Por certo, o mecenas patrocinava também políticos e artistas. Quem, por exemplo? Isso tudo sem descuidar da família. Amparou a mãe até o fim e assistiu os 14 filhos com a educação que lhes permitia compartilhar a cadeira ao lado na sala de aula com o filho ou a filha do operário da fábrica do pai.

Encerro com os versos – mantive a ortografia original – que o poeta baiano Francisco Mangabeira (1879-1904) dedicou a Luiz Tarquinio, quando do aniversário dele em 1899 e que estão na página 98 do livro de Péricles Madureira de Pinho:

Os dois apóstolos

Diz a Bíblia que outr’ora Jesus Christo,
Sois como Elle tambem... No nvosso peito
Foi muitas vezes entre archanjos visto.
Direi melhor, foi visto entre crianças.

Sois como Ele também... No vosso peito
Há sentimentos mais que extraordinários;
Passais a vida calmo e satisfeito,
Porque a passais no meio de operários...

Jesus teve uma cruz negra e afrontosa...
Porém esses, de quem guiais os passos,
Vos dão uma outra cruz, mas gloriosa,
Quero dizer: acolhem-vos nos braços.

Viva Luiz Tarquinio!



Estátua de Tarquínio na praça da Vila Operária da Boa Viagem



Casas da Vila Operária_acervo do APEB



2 teatres da fábrica da CEIN na Boa Viagem. Acervo do Instituto Feminino.

REFERÊNCIAS

CALMON SOBRINHO, Miguel. “Homenagem a Luiz Tarquinio no centenário do seu nascimento, em 22 de julho de 1944”. In: *Revista do IGHB*, volume 72, 1945. p. 221-231.

DUMÊT, Eliana. *Luiz Tarquinio, o semeador de ideias*. São Paulo: Gente, 1999.

DUMÊT, Eliana. “Luiz Tarquinio”. In: *Pioneiros & empreendedores. A saga do desenvolvimento no Brasil*. Organizado por Jacques Marcovitch, São Paulo: Edusp, 2007.

PINHO, Péricles Madureira de Pinho. *Luiz Tarquinio, pioneiro da justiça social no Brasil*. Salvador: Cia Empório Industrial do Norte, 1944.

SANTOS, Maricélia Oliveira. *O viver na Cidade do Bem: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA*. Tese de doutorado em História. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010.

O TENENTE JORNALISTA ARISTIDES RICARDO DE SANT'ANNA

Lizir Arcanjo Alves¹

RESUMO:

Uma das características marcantes da imprensa brasileira, durante o século XIX foi a vocação para a polêmica entre elementos da mesma classe de jornalistas, que se acusavam mutuamente, trocavam ofensas, e vezes outras eram levados aos tribunais para lavagem da roupa suja. A Bahia oferece muitos exemplos; um desses envolve o nome de Aristides Ricardo de Sant'Anna, muito conhecido dos estudiosos do assunto, pois foi um dos criadores do periódico *O Alabama*, cuja duração, em meio a lacunas, compreende o período de quatro décadas (1863-1891). Este artigo trata especialmente de traçar o perfil de um jornalista que transitou em meio a um tempo bastante tumultuoso, seja na transição política do império para a república, seja no campo das ideias científicas que agitavam e tumultuavam todos os ramos do saber.

¹ Lizir Arcanjo Alves – Profa. Dra. de Literatura Brasileira, lecionou a disciplina no Instituto de Letras da Universidade Católica do Salvador – UCSal. (1975-2002). É sócia do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

O roteiro do presente trabalho se prende exclusivamente a acompanhar as relações do tenente Aristides de Sant’Anna com outros jornalistas do seu tempo, fosse como proprietário de tipografia ou quanto colega de redação. Divergências, polêmicas, acusações, intrigas constituem o cerne do conteúdo aqui resumido e que podem servir de provocação para outros estudos.

Aristides Ricardo de Sant’Anna é um dos nomes mais conhecidos da imprensa baiana do século XIX, lembrado pela existência do periódico *Alabama*, de cuja coleção sobreviveu maior número de exemplares pertencente à Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Apesar de sua intensa atividade, ao observar e registrar variados aspectos da vida cotidiana da Cidade do Salvador de então, faltou-lhe, naquela época, quem tivesse se interessado em reunir seus dados biográficos que nos permitissem hoje uma leitura mais abrangente da sua vida.

Tentaremos aqui entender as razões pelas quais os escritores seus contemporâneos não lhe deram maior atenção. Para tanto, percorreremos os diversos periódicos publicados na capital, em busca de fragmentos que reunidos posam lhe traçar o perfil intelectual. Aristides Ricardo era oficial da guarda nacional e seu nome consta da “lista geral, apurada pela junta municipal, dos cidadãos aptos, para votarem e serem votados na paróquia da Sé, de município da capital, de conformidade com o art. 60 n.1 das instruções de 12 de janeiro de 1876”. Na sua ficha consta que era “artista, 42 anos, casado, tipógrafo, sabe ler e escrever, filho de João Ricardo de Sant’Anna, renda presumida, 1:000\$000”.

A faceta de artista estava ligada à sua vocação musical. Tocava e compunha músicas, e dedicava esse talento à filantropia. Em dezembro

de 1876, produziu, em parceria com Francisco Santini, o canto para piano intitulado *O pobre asilado*, cuja renda foi destinada ao Asilo de Mendicidade. Com a mesma finalidade, compôs uma modinha para o Capitão Manuel Pereira Leite, pelo valor de 100\$. Um primeiro dado a observar é o cuidado que tinha de dar publicidade ao que praticava. O dinheiro obtido foi primeiro entregue ao presidente da província para que este o encaminhasse ao asilo. Tudo isso devidamente registrado pelo jornal *O Monitor*, em 10 e 28 dez. 1876, que louva a “tão filantrópica ideia”.

Contudo, foi na atividade jornalística que o tenente Aristides Ricardo inscreveu seu nome na história da imprensa baiana, como um dos mais polêmicos e destemidos cidadãos que ousaram contrariar a (des)ordem estabelecida no meio político e social de sua terra. Da mesma forma, porém, foi acusado de tumultuar o ambiente com suas posições críticas, e a falta de ética com que publicava denúncias sem a prévia apuração dos fatos. Sua principal criação e de mais longa existência foi exatamente o *Alabama*, que teve duas fases: a primeira compreende os anos de 1863 a 1883; a segunda, de efêmera duração, de novembro de 1890 a fevereiro de 1891.

O título *Alabama* é inspirado na retórica literária bastante explorada pelos jornalistas do século XIX. Assim como tantos outros títulos de jornais e revistas, metáforas, imagens diversas, alegorias e símbolos serviam para expressar o conteúdo, ou a estrutura formal, como sendo o ponto de vista da redação. São exemplos de títulos que ilustram essa intenção: *O Balão* (1887), *O Binóculo* (1887); *O Corsário* (1885-1888). No caso específico do *Alabama* este corresponde ao ângulo de visão que os seus proprietários e redatores assumem para observar os fatos que se passam na cidade. “Alabama” era o nome de um navio estrangeiro que por essa época havia ancorado no porto de Salvador. Nada tem a ver com

qualquer coisa que o associe ao estado norte-americano. Poderia ter sido o nome de outra embarcação, mas esta talvez por ser nome mais atraente, vindo do exterior, chamaria a atenção dos leitores. Quem quer que leia com atenção voltada para a estrutura formal do periódico verá que a redação e tipografia estão instaladas no interior de um navio, ancorado num porto de uma suposta “Cidade de Latronópolis”, como aparece no “Expediente”. Tal nome fictício e metafórico já conduz à postura crítica dos redatores responsáveis. O redator-chefe é representado pelo “capitão” que nomeia um guarda-marinha-pedestre (seria o repórter) para recrutar na cidade os ladrões que infestavam o comércio. Tudo o que na cidade merecesse reprovação era dado como tarefa a esse guarda ir verificar e levar ao conhecimento do capitão. Este permanece no seu posto, mantendo o distanciamento do foco a ser analisado. Seria um modo de representar a posição em que deveria manter-se um redator, sem comprometimento direto com os fatos a serem denunciados. Todos esses componentes concorrem para caracterizá-lo como um periódico apartidário.

QUEIXAS, PROCESSOS E XINGAMENTOS

Fiel aos propósitos anunciados no primeiro número, o *Alabama* procurava “meter a pique” todos aqueles que merecessem correção, sem olhar a quem: nobres, pobres, policiais, freiras, padres, vadios, rapazes de “boa família”, africanos livres que também se tornavam “senhores”, e políticos de qualquer partido. Tudo em função da moralidade e da civilização.

As denúncias mais frequentes eram relativas a maus tratos causados às pessoas nas ruas ou no ambiente doméstico, quer se tratassem de escravos ou não, idosos, mulheres, defloramento de menores, roubos, má conduta no ambiente urbano, incluindo “palavras obscenas” pro-

feridas em público e “cenas hediondas e imorais” praticadas contra a “moral e decoro das famílias”. As cenas mais chocantes aí descritas são as que envolvem escravas, às vezes doentes, outras que exibem, seminuas, pelas ruas, as marcas dos castigos que recebiam dos seus senhores. Para coibir tudo isso a polícia era convocada. No entanto, inúmeras vezes os abusos eram praticados pela própria polícia, então acusada de prepotência e arbitrariedade. Ora um delegado que mandou aplicar 5 dúzias de bolos num cidadão e 4 em outro, porque foram encontrados praticando atos ofensivos à moral; ou bater em uma mulher que havia sido presa porque a mesma parecia estar fora de controle. O *Alabama* está sempre a postos a questionar que sociedade civilizada é essa em que se diz viver. Argumentava que essas cenas afrontavam a civilização e a religião.

As notícias de maus tratos cometidos contra escravos expõem outra faceta do regime escravocrata. Não apenas no *Alabama*, mas em outros jornais surgiam notícias de que pessoas de origem africana também possuíam escravos e se portavam de forma semelhante aos demais senhores. Em 1865, a africana Maria Benedita, “que vendia milho e feijão na cidade baixa”, manda para a rua, recolher maravilhas nas tendas de marceneiros, a sua escrava uma “preta doente, que mal pode mover os pés, com um balaio na cabeça, coberta de farrapos”. Em 1867, um “crioulo tem em seu poder um menino de 8 a 9 anos a quem castiga barbaramente”.

As denúncias e questionamentos feitos pelo *Alabama* produzem dois tipos de resultados. Quando se tratam de problemas urbanos, as autoridades respondem, prometendo tomar providências ou esclarecendo, por exemplo, a contínua sujeira da cidade, como resultante da falta de colaboração dos próprios moradores. No caso de crimes, cometidos na maioria das vezes por senhores sobre escravos ou por

soldados que agem fora da lei, agredindo por qualquer motivo pessoas livres e pobres, os acusados defendem-se acusando o redator do *Alabama* de mentiroso. Muitos dos que protestam declaram inocência e prometem vingança contra Aristides. As contestações geralmente eram publicadas em outros jornais da cidade, e com variados estilos, algumas contendo agressões, outras em tom irônico, procurando desqualificá-lo perante a opinião pública. Alguns dos que se defendem preferem omitir os nomes reais, e fazem uso de pseudônimos.

O *Monitor* e a *Gazeta da Bahia* eram os órgãos preferidos para as respostas de autodefesa. Alguns exemplos aqui selecionados dão a medida do que ocorreu ao longo do tempo de vida do periódico. Em outubro de 1878, pelo *Monitor*, Antônio Cassiano da Silva nega ter raptado uma menor da casa de seus pais. Diz que a redação do periódico foi iludida em sua boa fé por algum desafeto seu, que por vingança o caluniou. No mês seguinte, “o amigo da verdade” esclarece fato ocorrido no interior na freguesia de Passé, de um tiro dado por acaso, nada de grave, e que foi informado ao *Alabama* como sendo crime. Quem reclama pede para o informante tirar a máscara e publicar seu nome. Em março de 1879, Januário Silvano Geraque dirige-se ao “respeitável público” para defender-se de falsas acusações que ferem sua reputação; afirma que a notícia “é parto da mais vergonhosa e nojenta calúnia”.

Pela *Gazeta da Bahia*, em março de 1880, José Alves Portela nega que tenha consentido que seu filho fosse castigado no colégio Sete de Setembro. Em dezembro de 1881, Manuel Sérgio de Brito e Silva nega ter invadido a casa de um eleitor e diz que o redator “xinga, sem conhecer a quem provoca, quanto melhor, e mais alta ideia dá ele de si”. Mas prefere, em vez de ameaça, usar de ironia, oferecendo, em versos, um “conselho ao terrível e honrado redator”:

Emudece, rapaz: não exasperes!
Com mais calma tu achas – quanto queres.
O supores oculta a tua fama,
Só por seres, quem és, do *Alabama*,
É um erro; me crê; crê no meu dito.
Dezembro 81 – SERGIO DE BRITO.

Nem sempre, porém, os “investigados” pelo *Alabama* reagiam com bom humor. Em fevereiro de 1882, Antônio Vicente da Costa afiança ser “inteiramente mentirosa” a informação de que ele teria espancado e dado cabeçada em um escravo. Ameaça levar aos tribunais o autor da “falsa notícia”, a qual não passa de “uma injúria, uma calúnia”. O *Alabama*, por sua vez, dissera que reproduziu o fato ouvido pela mesma forma como fora comunicado, sem acrescentar palavra.

Pode-se observar nessas contestações alguns aspectos do que se entendia à época por “liberdade de imprensa”. Não havia censura prévia e eram permitidas publicações anônimas, com ou sem pseudônimos. Caberia a quem se sentisse ofendido levar os responsáveis aos tribunais. A forma da lei facilitava a divulgação de fatos inexistentes, fantasiados, às vezes, para vingança contra desafetos. Mas, por outro lado a mesma lei servia a um cidadão que fosse culpado a oportunidade de lançar dúvidas sobre a veracidade daquilo que fora revelado a seu respeito.

Alimentar a falta de credibilidade contra o redator era um recurso de defesa muito comum. Aquele mesmo Sérgio Brito, antes de refutar a acusação de que fora vítima pede à *Gazeta da Bahia* que insira nas suas páginas o artigo do *Alabama*, para que “outras pessoas que não leiam” tal jornal possam tomar conhecimento do mesmo. Quando do falecimento de José Marques, sócio de Aristides R. Sant’Anna, um outro periódico comenta que o *Alabama* é um “jornalzinho que a muitos não pode agradar sempre, pela energia, independência e

sobranceria com que vai atravessando o século”. Essa independência terá um preço alto a ser pago.

UMA “FOLHA IMORAL”

A maneira independente e chistosa de fazer jornalismo, adotada pelos redatores do *Alabama*, custou-lhes uma acirrada batalha. Sofreram a princípio agressões verbais, insultos, difamação; depois vieram os processos, culminando com a destruição por incêndio da sua tipografia, em 1881. O jornalista assumia com resignação o papel de sofredor: era paladino ou atleta no campo da luta para tornar-se mártir ou herói, na defesa dos bons costumes e da moralidade.

Um desses momentos de tensão ocorreu em julho de 1864, quando os proprietários da tipografia do *Alabama* foram intimados a comparecer na 3ª Vara Criminal para responder a processo que Antônio José de Souza Gouveia lhes moveu, acusando-os de ofender sua honra. O Dr. Augusto Ferreira França, escolhido como seu advogado, prometeu acabar com o “pasquim imoral”, o “ladrão da honra alheia”, cujo título já demonstrava “o fim sinistro” para que fora criado. Durante a audiência, Dr. França disse ao juiz: “todos sabem que quem quer descompor vai *ali*, dá dinheiro e publica-se a descompostura”. Mas ao exigir que a lei se cumpra, refere-se aos acusados como “entidades saídas das mais ínfimas camadas da sociedade”, numa alusão ao fato de serem os mesmos de cor parda. Essa manifestação de preconceito racial e social deu margem a outro debate, que mereceu o tratamento irônico dos redatores. Ao Dr. França foi dedicado o seguinte anúncio:

MOFINA

Se o Dr. Augusto Ferreira França não declarar quantas são as *camadas* da nossa sociedade e à qual delas pertence, é um desfrutável de quem se deve ter dó.

Um da camada mais ínfima.

O *Alabama* responde ao Dr. França, na mesma moeda da ofensa, dizendo que ele não passava de um “talento engarrafado”. E mais, que se fosse “gazetinha-pasquim” não teria tão longa duração, nem seria objeto de tanto “afã”, “ansiedade” e “anelo ofegante” com que os assinantes esperavam o postilhão, “nem ainda a satisfação com que é lida, a instância com que é procurada, a estimação com que é guardada”. E como prova do acolhimento dos leitores, conta que num domingo, “no meio do festim popular em Itapagipe, a mocidade esperançosa que acabava de render um preito de homenagem à memória do venerando Labatut, vitoriava com estrondosos vivas ao *Alabama*”, na presença do promotor e de outras pessoas importantes; e até mesmo os membros da assembleia liam o *Alabama*, “no meio de risos e na vista do público”. E mais, seus leitores eram “pessoas honestas e moralizadas”, portanto o título de “folha imoral” não se justificava. No final de julho, o juiz Manoel Vieira Tosta julgou improcedente a acusação e absolveu os réus. Por essa mesma época, Malaquias José dos Reis também deu queixa contra os mesmos por calúnia e injúrias. Porém mais do que isso, andou em busca de recrutar pessoas para “quebrarem no pau” os redatores do *Alabama*.

Segundo o próprio Aristides, os assinantes do *Alabama* eram: “o artista e o empregado público, o negociante e o lavrador, o meirinho e o desembargador, o soldado e o comandante, o plebeu e o barão, a própria repartição da polícia”. Com o apoio de tão diversificado público leitor, não seria possível acreditar haver alguém capaz de fazer

com que o *Alabama* fosse levado “a pique no porto de Latronópolis”. As ameaças e os processos não intimidavam os “paladinos” da imprensa, sempre dispostos a revidarem, disparando setas na linguagem pasquineira da época, e contra-atacando com frases de efeito, como esta: “A imprensa é como os dentes de Cadmo, de cada tipo surgirá um escritor, de cada escritor mil gazetas, mil setas ervadas que se hão de cravar no coração dos ladrões e tratantes, dos déspotas e tiranos” (*O Alabama*. Série 9ª n. 83, 12 julho 1864, p. 1-2).

FOGO INIMIGO E O RENASCIMENTO DA FÊNIX

Ameaças e processos não foram suficientes para acalmar a fúria dos inimigos incomodados com a impertinência do capitão do *Alabama*. Era preciso reduzi-lo a cinzas. E assim aconteceu na noite de 16 de março de 1881, quando um incêndio destruiu totalmente a oficina que funcionava num prédio de dois andares à Rua das Grades de Ferro. Nem por isso Aristides R. Sant’Anna sentiu-se intimidado. Logo anunciou pela imprensa que a publicação ficaria interrompida apenas alguns dias: “pois não dará gosto a seus inimigos do desaparecimento desta gazeta que tão bons serviços tem prestado nesta capital” (*O Monitor*, n. 230, 18 mar. 1881).

No dia 20 de março, a *Gazeta da Bahia* publicou um artigo assinado com o pseudônimo de *O Indignado*, com informações atribuídas ao proprietário do *Alabama* de que o ocorrido com sua tipografia havia sido “anunciado de antemão por alguns dos vendedores da *Gazeta da Tarde*, os quais no dia 16 convidavam em altas vozes o público desta capital para ir contemplar as ruínas do *Alabama*.” Teria ele recebido, também, uma carta de ameaça, dias antes do incêndio. Esses seriam os indícios de que não se tratava de um “mero acaso, mas um crime horróroso como tantos outros que hão sido meditados nas trevas pela

vingança a mais implacável, e postos em execução pela perversidade a mais requintada.”

Pelo *Monitor* do dia 23, Aristides Sant’Anna nega que tenha escrito qualquer coisa sobre a ameaça da *Gazeta da Tarde* e desconhecer quem o tenha feito, mas confirma ter sido insultado e provocado por tais vendedores no seu próprio lar. O texto de Aristides dirigido “aos habitantes desta capital” expõe alguns aspectos que interessam a uma história da imprensa na Bahia. Em primeiro lugar, o que se vê é um vasto campo de batalha no qual se debatem homens instruídos, usando das mais diferentes armas para imporem as suas opiniões, o seu modo de observar e analisar os homens, a política e a vida cotidiana.

Essas diferenças não geram debates nem consenso, pelo contrário, açulam os conflitos, desencadeiam as perseguições, as intrigas, as inimizades entre os jornalistas de órgãos diversos. Reina um clima belicoso na cidade. Outro aspecto a interessar é o crescente intercâmbio com o público leitor, ainda tão restrito nessa época. Era preciso conquistá-lo, atraí-lo para sua “verdade”. Por isso todos os comunicados eram dirigidos aos “dignos leitores”, “ao público”, “aos habitantes da cidade”. Esse mesmo público, quando interessado na continuidade de uma publicação, procurava colaborar. Foi o que se verificou com o *Alabama*, quando da destruição da sua tipografia. Aristides Sant’Anna apresenta um extenso relatório de todo o ocorrido, a fim de que o público pudesse formar o seu juízo a respeito da perseguição de que estava sendo vítima. E mais do que os fatos que lhe afetaram diretamente, depõe sobre as tensões que travam suas relações com o proprietário da *Gazeta da Tarde*, defende-se de acusações infundadas e dá conta do apoio recebido de diversas pessoas amigas para restaurar seu periódico:

O *Alabama* é uma péssima gazeta, como dizem os espíritos tacanhos e miseráveis, e, no entanto, para ela reaparecer nesta cidade tenho eu tido diversos oferecimentos, mesmo independente da quantia por que se achava segura a minha oficina, que foi sempre de 10:70\$000. (.....)

Deve o público lembrar-se que nada disse da *Gazeta da Tarde* para esse rompimento, o que só atribuo a uma perseguição vil, desde que mudei a minha oficina para a cidade baixa, para um dos prédios do Exm Sr. Conde de Pereira Marinho. Desde então, os meus inimigos, como se tem lido na *Gazeta da Tarde*, em escritos alusivos, entraram a propalar que o Exm. Sr. Conde de Pereira Marinho deu-me casa de graça para botar a minha oficina, e que dava-me uma pensão mensal, e por aí passavam-me descomposturas horríveis, que iam até ferir a este honrado negociante, a quem sempre paguei os aluguéis de sua propriedade, na importância de 600\$000 anuais!!...

Nunca me veio papel nem tinta pela casa do Exm. Conde de Pereira Marinho, e o que tomei por empréstimo na mão deste honrado comerciante foi a quantia de que era preciso para pagamento da máquina, na importância de 3:158\$000, de que passei letras que tenho amortizado nos seus vencimentos.

Dito isto, dou liberdade a *Gazeta da Tarde* de galhofar, dizer o que quiser, mentir, caluniar; enfim, aumentar a dor ao affito.

Sabe o proprietário da *Gazeta* que não fui criado aos pontapés e nem de chinelinhos pelo meio das ruas!!...

Conhece-me muito, assim como eu o conheço.

Ria-se e folgue, bata palmas, dê vivas, mas repare bem para essa lei inexorável – *Hodie mihi cras tibi*.

Bahia, 22 de março de 1881.

Aristides de Sant'Anna.

(*O Monitor*. Ano V, n. 234, 23 mar. 1881, p.2)

Depois do falecimento de seu sócio José Marques, Aristides Sant'Anna aventurou-se a outras publicações, em paralelo com o *Alabama*, porém de caráter diverso desse periódico chistoso. Em fevereiro de 1878, *O Monitor* anuncia que os Srs. Aristides Ricardo e C., estavam procurando vendedores para o *Diário do Povo* que começaria a ser publicado em 1º de março. Em outra nota, endereçada a Lopes Cardoso, do *Diário de Notícias*, informa o proprietário do *Diário do Povo* era “o cidadão brasileiro Aristides Ricardo de Sant'Anna, oficial da guarda nacional, no gozo de todos os seus direitos políticos e proprietário da tipografia onde se imprime o periódico *Alabama*.” Finalmente, no dia 2 de março, *O Monitor* registra que no dia anterior foi distribuído o primeiro número do *Diário do Povo*, o qual se propõe a “propagar pela massa popular pobre a noção dos acontecimentos mais salientes, exteriores e interiores, e as notícias relativas aos diferentes ramos – arte, indústria, comércio, lavoura e instrução.” Depois dessa data, Aristides Sant'Anna publicou ainda o *Almanak das famílias, para o ano de 1881*, dedicado às senhoras baianas, lançado em dezembro de 1880.

O que foi a existência desse *Diário do Povo* lançado em 1878 não foi possível apurar, tendo em vista a ausência de qualquer exemplar nas bibliotecas consultadas. O certo é que em 4 de maio de 1883, logo depois de ter suspenso a publicação do *Alabama*, Aristides de Sant'Anna reaparece como gerente de novo *Diário do Povo*, propriedade de uma associação. Nesse cargo permaneceria até 1º dezembro de 1888, quando o jornal passa a novos proprietários. Dessa fase, a Biblioteca Nacional possui o n. 66 do ano II, datado de 30 de julho de 1884. Trata-se de uma edição especial, em homenagem ao aniversário da Princesa Isabel, ocorrido no dia anterior, e quando foi realizada uma festa de caráter abolicionista, no salão da câmara municipal. Aristides engajava-se na campanha abolicionista, contudo sem aderir ao movimento republicano. Do que se verá mais adiante,

entende-se que essa conduta foi a possível causa do seu isolamento do grupo de jornalistas baianos politicamente mais atuante.

Outro registro da existência do *Diário do Povo* de Aristides Sant'Anna encontra-se na *Gazeta da Bahia* de 28 de fevereiro de 1885, em que esta analisa o artigo “Imprensa criteriosa”, publicado naquele jornal no dia 25 desse mesmo mês, para discordar de que “a única missão da imprensa seja a de doutrinar”. O redator da *Gazeta* pergunta: “Será porventura a ilustre redação do *Diário do Povo*, sucessor do extinto *Alabama*, a mais competente para lhes atirar a primeira pedra?” Tal questionamento baseia-se no histórico das contradições observadas entre as doutrinas que Aristides pregava e aquilo que sempre praticara, sobretudo quando publicava qualquer denúncia sem ter ouvido a parte contrária. Em abril de 1885, *O Guarany*, periódico de Cachoeira, informa que esteve em visita àquela cidade e em sua tipografia o “colega Aristides Sant'Anna incansável gerente do *Diário do Povo* da capital” (*O Guarany*. Cachoeira. IX, n. 16, 23 abr. 1885, p.1). A atuação de Aristides Sant'Anna no *Diário do Povo* encerra-se em 1º de dezembro de 1888, em circunstâncias não apresentadas com clareza, mas que podem ser deduzidas de declarações que os novos proprietários fariam no ano seguinte.

Afora aquele exemplar de julho de 1884, o acervo da BN possui as edições relativas aos meses de janeiro a outubro de 1889, quando a publicação é suspensa definitivamente, no n. 148 do ano VII. Os números 192 a 290, de 2 de janeiro a 3 de maio correspondem ao ano VI. Em 4 de maio de 1889, quando o *Diário do Povo* completa seis anos de existência, a nova direção faz um balanço dos anos anteriores, no qual fornece alguns dados que esclarecem a participação de Aristides de Sant'Anna na primeira fase, de 4 de maio de 1883 a 1º de dezembro de 1888.

Da leitura do editorial comemorativo infere-se que houve divergência de pontos de vista com seu antigo proprietário. Os redatores enfatizam que as duas fases do *Diário do Povo* “jamais deverão ser confundidas ou englobadas por quem lhe queria fazer justiça”. E atribuem quaisquer “senões cometidos” na fase anterior à “falta de orientação jornalística da sua antiga direção”. A segunda fase caracteriza-se “pelas radicais e profundas transformações” e muito pouca coisa conserva do “antigo, pequeno e acanhadíssimo órgão de publicidade”.

“Falta de orientação jornalística” é o que de fato pode-se observar na vida do tenente Aristides de Sant’Anna daí por diante. Tendo lançado o *Alabama* ainda na década de 1860, anos que correspondem a uma procura de rumos, de definições importantes, e da guerra com o Paraguai, ele não soube acompanhar o evoluir do tempo. A princípio, o estilo adotado de certa forma atraía um público que preferia sorrir das mazelas da realidade em vez de refletir sobre as mesmas. Sua falta de definição partidária também não ajudava, pois atacava fossem liberais ou conservadores, muitas vezes de forma antiética, quando o público leitor nunca se manifestava neutro, porque a disputa partidária era o esporte predileto da época. Fica evidente no editorial acima citado que o jornalista tenente não absorveu as “radicais e profundas transformações”. Enquanto a nova direção do *Diário do Povo* contava com Virgílio de Lemos, positivista e republicano, Aristides de Sant’Anna continuava a aplaudir a monarquia. Os sinais da falta de credibilidade em que foi caindo o antigo redator do *Alabama* aparecem de forma contundente na seção de versos jocosos produzidos por seu antigo colega de redação. Ironicamente, parece que o feitiço virou contra o feiticeiro, ou seja, quem com ferro feriu, passou a ser ferido. O tenente é escrachado como cantor, poeta e no seu caráter:

MUSA POPULAR – XCII

Eu quando leio um verso estropiado,
Onde nem há dignidade ou senso,
Creia, leitor, que sinto
Certo prazer imenso...

Os versos do poeta do *Alabama*
Agradam-me por isso:
Tudo neles é pífio, tudo neles
Parece que é postiço!

.....

Dizem que quando surge o plenilúnio,
E a torpe canzarrada
Pelas ruas desertas da cidade
Executa uma endeixa amargurada,

O *pálido* tenente se alevanta,
Segura na viola,
E põe-se a suspirar amargamente.
Como cachorro que comesse *bola*.

E a quieta vizinhança espavorida
Assoma na janela,
E pergunta com pasmo e indignação;
- Que figura é aquela?

A ronda então responde deste modo:
- Nada de ingratidões!
Quem canta é o seu *tenente*, pra espantar
Os gatos e os ladrões!

(*Diário do Povo* – Ano VI – n. 282, 24 abril 1889 – p.1)

Não localizamos dados sobre o que teria feito Aristides, além do seu trabalho na tipografia, nos meses entre dezembro de 1888 e fevereiro

de 1890, mas estes versos da “Musa popular” sugerem que ele tenha se aventurado a outra publicação, na qual se apresenta como tendo sido o fundador do *Diário do Povo*. O conteúdo desse poema confirma a forma inamistosa como se deu aquele rompimento; o esgotamento da fórmula do *Alabama*; e a persistência dos ressentimentos entre esses antigos parceiros da imprensa baiana:

MUSA POPULAR – XCIX

Ora valha-me Deus! Esse tenente
Tem cada uma lembrança,
Que parece negócios de idiota
Ou coisa de criança.

Aumentando o formato do *jornal*,
De que ele é gerente e redator,
Botou no cabeçalho assim “Fulano
Do *Diário do Povo* fundador”.

Ora essa! que *gajo* estapafúrdio!
Que bom modo ele tem de fazer cama!
O tenente esqueceu-se que também
Foi ele o pai querido do *Alabama*.

Devia ter botado isso no alto
De sua folha, como um argumento
Contra o qual não existe quem oponha
Qualquer impedimento.

Mas o *Diário*, “a folha que não presta”
Conforme *você* mesmo declarou!...
Não se esqueça, tenente, do *Alabama*,
Não seja ingrato ao filho que criou!

Pelo que vejo *você* quer à custa
Do *Diário* ganhar certo provento...
Ora, senhor tenente do *Jornal*,
Tenha discernimento!

O *Diário do Povo* que você
Fundou já não existe,
Morreu, deixando apenas a nós todos
Uma memória triste.

Porém este *Diário* em que eu escrevo
A *Musa*, que lhe há feito tanta mossa,
Tire a pata daí, macaco velho!
Este *Diário*, não! É obra nossa!

Não é com essa farinha tão safada
Que *você* comerá nossa banana!
Vamos, senhor tenente, arrieie a trouxa,
Não me faça perder a *tramontana*.

Ora o monstro! Quer teta o tal demônio!
E quer que se lhe entregue
A maninha da fama p'ra seu uso!...
- Vá mamar no diabo que o carregue!

Olhe, tenente, eu falo com franqueza
E digo-lhe (entre nós, que ninguém ouça)
- Se você prosseguir nestas sandices
Fico obrigado a lhe quebrar a louça.

E declaro daqui alto e bom som
Na corneta da fama,
Que se você fundou alguma coisa
Foi o seu *Alabama*.

Quanto ao *Diário*, perca as esperanças
E creia, seu tenente,
Que o pão de cá de casa é coisa fina:
- Não chega p'ra seu dente!

(*Diário do povo* . Ano VII, n. 3, 7 maio 1889, p.1).

A METEÓRICA PASSAGEM PELO PEQUENO JORNAL

Em fevereiro de 1890, Aristides de Sant’Anna procurou Eduardo Carigé e colocou à sua disposição a tipografia que possuía na Praça do Comércio, n. 13. Carigé, por sua vez, convidou a César Zama para dirigir o *Pequeno Jornal*, que já existia desde dezembro de 1889, administrado por Miguel Santos. Por acreditar que, diante das condições do momento, uma folha política “seria da mais alta conveniência política e social”, Zama aceitou a proposta “com a declaração de que o *Pequeno Jornal* seria folha política, essencialmente política”. Assim nasceu a empresa “Ricardo, Zama e C.”.

Embora “sem recursos pecuniários”, todos os sócios iniciaram o trabalho “contando apenas com a generosidade e a proteção do povo baiano”. Durante 8 meses, não contraíram dívidas e até pagaram em dia aos funcionários. Os redatores Carigé e Zama achavam-se satisfeitos com os resultados obtidos, pois visavam mais os ideais políticos do que o “proveito pecuniário”. Aristides de Sant’Anna, porém, menos idealista e “sócio capitalista”, segundo expressa o próprio Carigé, considerava o saldo insignificante e por isso propôs a dissolução amigável do contrato. Era seu propósito restabelecer o antigo *Alabama*, oferecendo vantagens aos futuros assinantes, em forma de loterias.

Eduardo Carigé expôs ao público sua opinião sobre por que se viu obrigado a desligar-se da tipografia de Aristides: “Conheço a terra em que vivo, e sei bem que folha política jamais aqui fez fortuna”. O *Pequeno Jornal* não dava os resultados que ele esperou, e a tipografia, por sua parte, “não fornecia os meios indispensáveis de decente subsistência”. Desfeito o contrato, feitas as despedidas de forma a mais cordial, o grupo de Zama e Carigé declara “levar agradáveis recordações do Sr. Aristides” e deseja-lhe que “no *Alabama* colha virentes louros e os maiores proventos” e que seja mais feliz sozinho do que

fora antes. Ao público promete dar continuidade ao *Pequeno Jornal* em outra tipografia. (*Pequeno jornal*. I, n. 222, 31 out. 1890, p.1).

Apesar do tom amigável contido na prosa dos redatores, é nos versos da “Musa folgazã”, seção publicada em versos jocosos no *Pequeno Jornal*, que se enunciam o ressentimento, as queixas, a diferença de propósitos – servir à pátria de coração e não visando os lucros, como deseja o comandante do *Alabama*, a quem deseja sucesso, louros e triunfos:

MUSA FOLGAZÃ – LXXVI

ADEUS

A Aristides Ricardo de Sant’Anna

Fria, mais fria que do orvalho as bagas,
Esta cruel saudade
Vai doce, melancólica, nas vagas
De triste ansiedade.
Autômata, perplexa, plangente
Dizer-te: adeus, até.
E vão comigo o Zama e toda a gente.
Miguel e Carigé

Vão tristes, sorumbáticos, queixosos
Com todo o pessoal
Que vida deu robusto, vigoroso,
Ao Pequeno Jornal.
A Musa Folgazã pela lufada,
Bem como a folha solta,
Das brisas amigáveis vai levada
Qual página revolta
Duma brochura sem valor que o vento
Atira sobre os lagos!...
Que quer?! Da musa o pálido talento
É cativo de afagos...
Se ela jamais curvou-se aos potentados,

Aos bancos de emissão,
Os débeis pulsos traz presos algemados
A quem de coração
Grátis à pátria seus serviços presta!
Eu vou também, adeus,
Eu vou passar Natal, passar a festa,
Entre os amigos meus!
Se queres vir conosco, é grande a barca,
É comandante o Zama;
Senão adeus, embarca
A bordo do *Alabama*.
Que seja o salso argento – a larga via
Onde veleje calmo
O teu batel nas águas da baía,
Ganhando palmo a palmo
Mais louros, mais triunfos,
Mais bastas simpatias
Daqueles quem fores ofertando
As tuas loterias,
Último adeus, até!
O Zama vai-se embora para o Rio...
P’ra passar o verão e o doce estio
Eu vou com Carigé
E o *Pequeno Jornal*
P’ra tenda onde out’ora se imprimira
A velha *Federal*.
(*Pequeno jornal* (BA), n. 222, 1 out. 1890, p.1)

Enquanto isso, Aristides de Sant’Anna já cuidava de anunciar, através desse mesmo *Pequeno Jornal*, a “restauração” do seu *Alabama*. Mas, contrário aos seus desejos, não obteve o sucesso que esperava, e os poucos registros que ficaram atestam sua sobrevida até fevereiro de 1891. Por exemplo, no *Pequeno Jornal*, de 13 de novembro desse ano, há um anúncio de “máquina à venda”, em que *um prejudicado* diz que no *Alabama* do dia anterior foi declarado ter “para vender um motor a gás e uma máquina para impressão de um jornal do formato

do *Jornal do Comércio do Rio*". O denunciante previne "que ninguém faça negócio com a máquina anunciada, desde que ainda não foi paga ao Dr. Antônio Eusébio Gonçalves de Almeida pelo Sr. Aristides Ricardo de Sant'Anna, mesmo porque existem outros credores". No dia 22 seguinte, ainda no *Pequeno Jornal*, na seção "De passagem", Luiz Relance refere-se ao *Alabama*, de maneira jocosa, tentando analisar algumas gravuras ali pintadas com a legenda "Ordem e Progresso", como se fossem enigmas a serem decifrados.

Dessa fase, existem dois exemplares em bibliotecas: o de n. 19, datado de 2 de dezembro de 1890, dedicado ao ex-imperador D. Pedro II; e o n. 16, de 14 de janeiro de 1891. Este último, porém, é apresentado como "órgão monarquista" e tem como redator-chefe Francisco Pires de Carvalho. A indicação de ser o ano XXII do periódico comprova que ainda se trata do mesmo *Alabama* fundado por Aristides Ricardo de Sant'Anna. A propósito, o último registro feito no *Pequeno Jornal* (20 fev. 1891) foi a transcrição de artigo do *Alabama*, do dia anterior, intitulado "A bofetada do Congresso". Trata-se do relato sobre desentendimento ocorrido em sessão do congresso nacional, entre os deputados baianos Seabra e Cezar Zama, tendo este se retirado do salão em protesto pela insolência daquele.

JORNALISTA COVEIRO

A vida jornalística de Aristides R. Sant'Anna, depois do rompimento com Eduardo Carigé e Cezar Zama, não foi exatamente o que ele havia projetado. Enquanto o *Pequeno* crescia, o *Alabama* naufragava nas águas da baía de Todos os Santos. Mas o tenente, velho tipógrafo e redator, que não desistia da sua vocação para a prensa, resolveu trocar o porto, onde por tanto tempo atracara seu navio, pela terra firme. Foi buscar na cidade o apoio do povo para encetar nova empreitada.

Em 1º de abril de 1891, lança o *Correio do Povo*. O programa mostra alguma evolução no pensamento de Aristides, porque agora diz apoiar “os princípios republicanos, democráticos”, e tratar de “todas as ideias, todas as questões que se possam agitar”. E quanto à linguagem, verifica-se a maior mutação no antigo redator do *Alabama*, ao afirmar que, “uma vez mudada a forma de governo e terminada a transição ditatorial (...), é dever da imprensa patriótica e bem intencionada abandonar de vez os velhos sistemas de ataque e doutrinar o governo e o povo em linguagem incisiva e clara, modulada e calma”. Para atrair os “bons assinantes” oferece um bilhete da loteria de Mil Contos do Estado. No caso de premiado, o valor seria dividido em partes iguais por todos os assinantes que estivessem quites em suas assinaturas.

Os únicos números desse jornal localizados (n.1: abr.; e n.90: out.) não permitem uma análise mais acurada de como foi a sua trajetória durante esse ano de 1891. Mas uma crítica feita pelo *Pequeno Jornal*, a propósito do n. 6, de 13 de abril, resume o grau de credibilidade moral a quem havia chegado Aristides perante o meio jornalístico e seu público. Veem-se neste texto, abaixo transcrito, não somente os questionamentos que lhe são feitos quanto a sua conduta doutrinária, mas igualmente entreveem-se outros aspectos conflitantes que são concernentes ao momento político de transição da monarquia para república:

Ao Correio do Povo,

Constando-nos que aparecera na arena jornalística o *Correio do Povo* e era gerido pelo Sr. Aristides Sant’Anna não procurávamos lê-lo, convencidos de que, em pouco tempo, achar-se-ia *morto e sepultado*, como tem acontecido a todo jornal, cuja gerência é confiada ao Sr. *tenente Amargurado*, que pode ser considerado como um *jornalista* coveiro.

Hoje, porém, um amigo mostrou-nos o n. 6 do *Correio do Povo*, de 7 do corrente, cujo artigo editorial, talvez por falta de assunto, versa sobre a capela de Nossa Senhora da Conceição do Tororó.

Achamos natural que o *Correio* censurasse o estado em que se acha a referida capela, mas o que julgamos excessivamente desarrazoado e absolutamente fora de sua competência é querer mandar nas algibeiras alheias, ordenando a quem não lhe pede conselhos e sobre quem não tem a mínima autoridade, o que deve fazer do dinheiro que possui.

Não nos tomem por mentores.

Não seria mais acertado e digno de elogios que o *Correio*, que tão religioso se diz, que “pugna pelos direitos do povo, sem poupar esforços, sem recuar diante de sacrifícios (Heroicidade de mártires!!) abrisse em suas colunas uma subscrição em benefício daquelas obras, sendo os seus catolicismos redatores e gerente os primeiros a cotizarem-se para tal fim ou pelo menos, entrem para a irmandade da Conceição do Tororó?

Parece-nos que os Srs. do *Correio do Povo* são daqueles que gostam de fazer cortesia com o chapéu alheio!

E digam-nos depois que a separação da Igreja do Estado não trouxe vantagens. Trouxe, olé! Se trouxe! Uma delas é vermos hodiernamente alguns jornalistas transformados em missionários!

É para rir!...

Todos os jornalistas, mas jornalistas, entendem que os festejos carnavalescos fazem parte da civilização dos povos; no entretanto, o jornalista do *Correio do Povo* é de opinião justamente contrária!

E esta não parece de casa onde existe um *tenente*, porque é mesmo de cabo de esquadra.

Pelo jeito que a coisa leva, os Srs. do *Correio* irão brevemente visitar o papa e regressarão enfiados em fofos hábitos de capuchinhos para, dispersados pelo Tororó, debelarem a irreligiosidade que, na sua *valiosa* opinião, ali existe.

Como homem que viemos a este mundo nos é bastante proveitoso receber os raios da luz Divina, mas, como homens do povo, nos será muito prejudicial consentir que os *brilhantes* raios do avermelhado facho, ateadado nas proximidades do Cais Dourado, onde estabeleceu-se o *Correio do Povo*, penetrem nas queridas algebeiras do [---] de abril de 91,

C. C Petis Fantoche.

(*Pequeno Jornal* (BA). II, n. 344, 13 abril 1891, p.2).

Outra adversidade enfrentada por Aristides de Sant’Anna, depois de ter-se disposto a caminhar sozinho em meio às turbulências da nova realidade do país, encontra-se no embate que logo enfrentou com os tipógrafos contratados para imprimirem o *Correio do Povo*. Os novos tempos proporcionaram aos trabalhadores maior impulso para reivindicarem seus direitos. Os tipógrafos organizaram as bases para regularizarem o trabalho nas tipografias. Alguns patrões se opuseram às melhorias propostas. No *Correio do povo*, Aristides de Sant’Anna também não concordou, porém “alegando estar a empresa ainda em princípio” e prometeu que, conforme o incremento que fosse tomado os seus negócios, aumentaria o salário dos tipógrafos. Mas essa conversa ocorreu antes da organização do regulamento, após o que os funcionários não quiseram sustentar o acerto feito anteriormente e resolveram entrar em greve. Para divulgar a decisão, fizeram divulgar um “Manifesto” em que expõem suas razões. Ao mesmo tempo e na mesma fonte, a classe operária publica um apelo aos tipógrafos da Bahia, sugerindo que nenhum tipógrafo cedesse aos proprietários, “sob pena de desmoralizar a classe e aumentar a fome à família, pois mais tarde será desfeita pelos mesmos proprietários, quando tiver de reclamar o seu direito”. (*Pequeno jornal*, n. 351, 27 abr. 1891, p.2.).

Pelo menos até outubro de 1891, foram publicados 90 números do *Correio do Povo*. Outra informação a respeito de Aristides Ricar-

do de Sant'Anna consta d'*A voz do operário* (n. 1, 2 jan. 1894, p. 3). Nesse momento ele ocupa o cargo de presidente do Conselho Filial do Centro Operário do Estado da Bahia; e como tal dirige ofício ao intendente de Alagoinhas pedindo providências contra a alta dos gêneros alimentícios, para diminuir a fome da classe laboriosa. Uma prova de que, apesar de todas as adversidades enfrentadas, persistia na tarefa a que se impôs, em 1891, a de se prestar à defesa do povo da Bahia.

A trajetória pessoal do tenente jornalista Aristides de Ricardo de Sant'Anna não pode ser vista e analisada exclusivamente como narrativa de uma vida apenas, mas se insere na conjuntura histórica de uma fase das mais importantes do século XIX no Brasil. Fase de transição de todos os valores, teorias, ideologias e crises de toda ordem, que compõem a complexidade que envolveu a nação, ao transitar do regime monárquico para o republicano.

FRANCISCO GOMES BRANDÃO FRANCISCO GÊ ACAIABA DE MONTEZUMA VISCONDE DE JEQUITINHONHA

Guilherme Aguiar de Oliveira¹

Ao falar de Francisco Gomes Brandão ou Francisco Gê Acaiaba de Montezuma ou Visconde de Jequitinhonha, praticamente, para o público em geral é um perfeito desconhecido. Para os maçons praticantes do Rito Escocês Antigo e Aceito sabe que ele existiu, pois foi ele quem trouxe o Rito Escocês Antigo e Aceito dos Países Baixos (Bélgica) para a iniciante Maçonaria no império do Brasil, tornando-se, assim, um dos principais nomes desta Ordem que chegou com toda força em nossa terra.

Mas vamos falar também de um homem que deu tudo de si pela Bahia e pelo Brasil. Participou efetivamente de nossa história naquele início do século XIX e foi incansável até bem mais de sua metade.

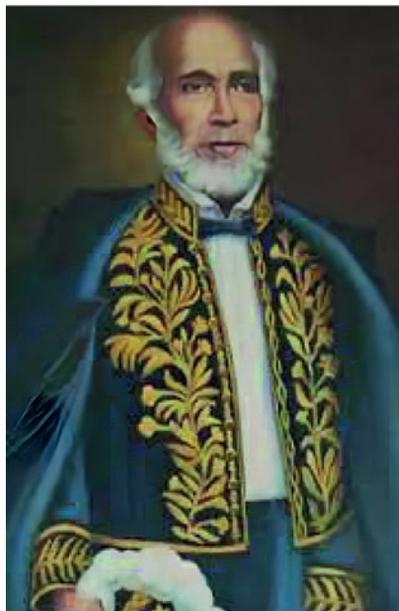
Os maçons saberão da sua importância e o que ele fez pela Maçonaria e para o público em geral, especialmente os baianos, irão ter

1

conhecimento detalhado do que ele fez sendo um dos primeiros a aderir ao movimento que culminou no dia 2 de julho de 1823 com a independência da Bahia e, conseqüentemente, do Brasil.

Assim sendo, por um dever de justiça precisamos resgatá-lo para a história, porque este personagem precisa ser estudado pois, os feitos deste baluarte que foi o primeiro brasileiro a defender o término do regime de escravizados no Brasil.

Francisco Gê Acaiaba de Montezuma – Visconde de Jequitinhonha nasceu em Salvador, em 23 de março de 1794 e faleceu no Rio de Janeiro dia 15 de fevereiro de 1870, era bacharel em leis. Foi Jurista, Vereador, membro do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia rebelada, Deputado, Senador, Conselheiro do Império, Ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros e Ministro Plenipotenciário (Diplomata) junto ao governo britânico, fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) precursor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (foram 27 fundadores em 21.10.1838), além de presidente do Banco do Brasil, mesmo que por pouco tempo.



Francisco Gê Acaiaba de Montezuma
Visconde de Jequitinhonha

Seu nome de batismo era **Francisco Gomes Brandão**. Afro-brasileiro de grande destaque de sua época, filho de um rico comerciante e

dono de engenho o português Manuel Gomes Brandão e Narcisa Teresa de Jesus Barreto, uma mestiça. Pretendia ingressar na magistratura ou em cargos de grande prestígio da administração pública. Mas o desejo do pai era fazê-lo padre, de forma que ingressou na Ordem Seráfica dos Franciscanos Descalços no Mosteiro de São Bento, primeiro Convento do Brasil, mas este desejo não se concretizou pois ficou apenas pouco mais de seis meses. Manifestou interesse de alistar-se no exército e assentar praça no Regimento de Artilharia onde teria a possibilidade de frequentar curso de engenharia ou matemática.

Francisco nasceu em um luxuoso sobrado na Ladeira de São Bento e teve a sua infância na vila de Penedo, capitania de Pernambuco às margens do rio São Francisco, até aos 14 anos. Desde a infância e adolescência ele já pensava diferenciado. Gostava de conversar com pessoas mais velhas a exemplo de Cipriano José Barata de Almeida, José da Silva Lisboa, (Visconde de Cairu) padre Daniel Nunes Lisboa, seu mestre, eles falavam sobre coisas de Estado, política etc.



Brasão do Visconde de Jequitinhonha

Com a notícia da vinda da Família Real para o Brasil, Manoel Gomes Brandão retorna a Salvador com a sua família. No dia 22 de janeiro de 1808 a Família Real finalmente chega a Salvador e lá estava toda família Gomes Brandão para ver a Corte Portuguesa que desembarcou às 10 horas da manhã e subiu pela Ladeira da Preguiça, tendo o Príncipe dispensado a liteira para o seu transporte, pois

o seu objetivo era de que toda população observasse de perto toda Família Real.

Francisco demonstrava grande interesse pela leitura de bons livros e a vida de destacadas figuras históricas. Ele tinha um grande amigo de infância, que apesar de ser de uma família pobre eram inseparáveis, João Batista Massa, filho de um português com uma mulata, por isso tinha a pele bronzeada e os cabelos ondulados. João Batista trabalhava em uma botica e aprendeu este ofício e, com muito sacrifício e esforço, conseguiu ter a sua Botica, e por este motivo era chamado de Boticário.

Era costume, naquela época, os jovens e adolescentes se reunirem ao anoitecer para contar histórias e foi num desses dias que Francisco, sentado na escadaria do Mosteiro de São Bento, contou uma história que lá no México, assim como no Brasil, havia índios também, os Astecas, que era um povo civilizado. Na história ele contou o que aconteceu com Montezuma, chefe daquele povo que foi morto pelos soldados espanhóis de Fernão Cortes. Daquele dia em diante seus amiguinhos passaram a chamá-lo de Montezuma. Mas, com o passar dos anos, só Boticário continuou a tratar o amigo pelo apelido.

Em conversa com Cipriano Barata, um verdadeiro ídolo para ele, e com seu mestre, padre Daniel Nunes Lisboa, os quais tinham opiniões diferentes, Montezuma não só aprendia as disciplinas indispensáveis ao seu futuro acadêmico, como também se informava da situação e conjuntura do Brasil e do Mundo e, especialmente da Bahia. Mas também lia o sistema de governo da Inglaterra, Estados Unidos da América (uma nação jovem como o Brasil) e a França.

Certa vez Montezuma encontrou, perto de sua casa, duas jovens irmãs (filhas do senhor Francisco Antônio Filgueiras, um rico comerciante português, apoiador de Madeira de Melo, que no futuro seria

um ferrenho opositor político de Montezuma) procurando se abrigar de uma chuva que caiu inesperadamente, de imediato ele ofereceu o seu guarda-chuva. Ali aconteceu um amor à primeira vista que o acompanharia por muito tempo, no caso a senhorita Mariana.

Era costume dos filhos de famílias mais abastadas, ao chegarem o momento de cursar a faculdade, irem para a Europa. Assim sendo, Montezuma, que depois de deixar o estudo religioso por falta de vocação, passou a frequentar a Escola Médico-Cirúrgica de Salvador, a primeira escola de medicina do Brasil, criada pelo príncipe Dom João ao chegar aqui na Bahia, que também não lhe despertou interesse. Então, em 1816, foi para Coimbra – Portugal para se formar Bacharel em Direito no ano de 1821, como fizeram seus amigos Cipriano Barata, Silva Lisboa e muitos outros. Na universidade foi um líder incontestado de todos, o chefe da colônia brasileira. Era temido pelos calouros e respeitado pelos veteranos, sendo o mais popular dos estudantes de seu tempo. Era amigo de todos, mas também combativo em seus pensamentos, muito astuto, irônico e irritante.

Depois de formado, em 1821, Montezuma retornando para a Bahia, já ao desembarcar encontra uma cidade modificada, mais bonita, via coisas que antes passava despercebido. Um homem já com bastante experiência e conhecedor de cidades europeia com grandes centros urbanos modernos e civilizados, assim começou a perceber grandes detalhes que antes nem dava importância. D. Manuel Gomes Brandão para comemorar a chegada e a formatura de Montezuma reúne muitos amigos em sua residência.

Ao tomar conhecimento da situação de tudo que está ocorrendo na província da Bahia, especialmente em Salvador, ingressa na política e participante ativo nas lutas pela sua independência. Se elege Vereador

(ocupou um cargo na municipalidade que era algo somente para indivíduos que gozavam de grande prestígio poderia aspirar), rebelou-se contra a Junta Provisória de Governo, composta exclusivamente por portugueses que subordinava a Bahia às Cortes de Lisboa. Faz-se jornalista, assume a direção política do Periódico *Diário Constitucional*, como redator, colocou todo seu conhecimento e potencialidade e através de suas publicações de um novo ideário liberal se convertia em atração e torna-se ardoroso defensor da independência da Bahia e do Brasil do julgo português.

João Batista Massa, o Boticário, seu amigo de muito tempo, funda um jornal semanário manuscrito, distribuído clandestinamente à noite, por isso mesmo denominado de *O Morcego*. Boticário convida Montezuma para participar como colunista de seu jornal. Inicialmente o convite foi recusado alegando falta de vocação para o jornalismo, mas Boticário lhe convenceu dizendo que para ser um bom jornalista são necessários os seguintes requisitos: cultura, domínio da língua e destemor, e tudo isso ele tinha. Montezuma alegou, ainda, que não queria se expor tanto assinando colunas tendo em vista o relacionamento de seu pai com autoridades portuguesas. Boticário sugere, então, que sua assinatura saia com o pseudônimo **Francisco Gê Acayaba de Montezuma**, **Francisco** é seu nome de batismo; **Gê** é uma de nossas tribos indígenas do interior do tronco linguístico não tupi-guarani; **Acayaba**, uma palavra de origem africana, como você, e significa algo como árvore frondosa (o nosso cedro ou acácia); e **Montezuma**, além de índio, é uma figura histórica admirada por você, desde menino e completou: – duvido que seu pai e o pessoal do Governo saibam de quem se trata. Aceito o convite, semanalmente Montezuma escrevia sua coluna criticando os portugueses e instigando ao povo a se rebelar e a conseqüente separação de Portugal.

O Diário Constitucional foi um periódico publicado em Salvador, na Bahia, no contexto da Independência do Brasil. Começou a circular no dia 4 de agosto de 1821. Trazia como epígrafe, os versos de Luís Vaz de Camões: “*A verdade que eu conto nua e pura, vence toda a grandiloqua escritura*”.

Muito embora ter uma coluna no semanário manuscrito *O Morcego*, do seu amigo Boticário, Montezuma passou a escrever, também, a escrever matérias políticas no semanário *O Constitucional*, fundado por ele ao lado do editor baiano Francisco Corte Real, que depois passou a ser Corte Imperial e um grupo de amigos e ativistas políticos correligionários, que é o mesmo periódico com o título reduzido, semanário este cujo objetivo era defender uma maior autonomia para as Províncias da Bahia e do Brasil, com obediência ao Príncipe Regente D. Pedro no Rio de Janeiro, livrando-se assim, aos poucos, da tutela portuguesa. Em 1822, deixou de ser diário e *O Constitucional*, por defender a causa da Independência, teve a sua oficina empastelada pelos portugueses. Foi sucedido, na vila de Cachoeira, mais tarde, pelo Independente Constitucional.

Fundou a *Sociedade dos Jardineiros* (sociedade política e secreta), defensora do movimento constitucionalista e sendo o seu redator, com veemência, se tornaria a principal marca de sua atividade como periodista ser o porta-voz dos interesses dos baianos face ao partido dito “português”.

Como vereador Francisco Montezuma lutava veementemente contra a posse do Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Melo, nomeado Governador das Armas da Província da Bahia em substituição ao baiano Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães que era o militar preferido de todos os habitantes de Salvador. Fez um contundente discurso alegando que o Governador nomeado deseja mesmo

e dar um golpe rasteiro nas Ordenações do Reino, porque está claro que Madeira de Melo fora nomeado por uma simples Carta Régia dirigida a ele mesmo, só terá seu efetivo cumprimento se obedecido o que estabelece àquelas Ordenações, que proíbe sob pena de nulidade e outras sanções, que se dê posse em virtude de cartas assinadas por El Rei, quando não haja passado pela chancela e não se achem seladas.

Em novembro de 1821 participou de uma conspiração que levou os oficiais da guarnição militar de Salvador a prestar obediência ao governo de D. Pedro, conseqüentemente pregando-se a desobedecer às ordens de Lisboa.

Naquela época existia o *Semanário Cívico* dirigido por Joaquim José da Silva Maia, um comerciante português e procurador do Senado da Câmara e entusiasta da Revolução do Porto, contrário à separação do Brasil de Portugal, ao tempo em que defendia a subordinação às Cortes. Silva Maia retornou a Portugal juntamente com as tropas de Madeira de Melo ao término do conflito em 2 de julho de 1823. Diante dos fatos mais recentes vindas de Portugal, Montezuma achou que aquele seria o momento apropriado para subir de vez o tom de seu discurso, pregando a luta para que a Bahia não acabasse reduzindo a uma “mísera província de Portugal”. Assim, os dois travavam um combate de retórica, muita das vezes com agressividade. Para atingir seus objetivos escreviam sob forma de diálogo, soneto e parodias. Estes periodistas no calor de suas campanhas acabavam realizando insultos e ofensas pessoais. Desta maneira, de várias formas cada um estava empenhado em defender e divulgar a sua causa e Francisco Gomes Brandão começava a construir a sua imagem. O interessante era que, naquela época, só tinha uma tipografia em Salvador o que se tornava palco de grandes debates políticos em suas cercanias. Pouco

tempo depois esta tipografia foi destruída por militares portugueses por ordem de Madeira de Melo.

Quando os portugueses invadiram o Convento da Lapa que culminou com a morte da Soror Joana Angélica, Montezuma, Boticário o padre Daniel Lisboa e outros aliados estavam no seu interior, mas conseguiram fugir só ficando o padre que sofreu coronhadas dos soldados portugueses.

Quando a situação na capital se torna insustentável para os brasileiros, toma parte ativa nas lutas pela Independência da Bahia. Como ficou insuportável os confrontos entre portugueses e brasileiros no centro de Salvador, que chegou a ter mais de duzentas vítimas entre mortos e feridos, Montezuma, assim como milhares de pessoas fogem para o interior, especialmente para o recôncavo baiano. Vai para o engenho Alvorada de propriedade de seu pai e lá chegando percorreu todo recôncavo em companhia de seu velho amigo Boticário, visitando as vilas, os povoados e os engenhos explicando à população a situação em que se encontra a Bahia no comando do Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Melo. Durante o seu périplo naquela região ele buscava o apoio dos líderes mais destacados, na luta para expulsar os portugueses da Bahia. Pouco a pouco o povo foi aderindo à causa, não só os senhores de engenho, criadores de gado, mas também os pequenos agricultores, voluntários, negros libertos etc. Naquela ocasião teve a oportunidade de se encontrar e conhecer Maria Quitéria, que mais tarde se tornaria heroína nas lutas pela Independência da Bahia.

Montezuma foi eleito representante da Vila de Cachoeira porque a propriedade de seu pai era naquela região, que, juntamente com um representante de outras Vilas formava, em 6 de setembro de 1822, o **Conselho Interino do Governo da Província**. Depois de uma longa reunião foi elaborada uma ata e sendo eleito primeiro Secretá-

rio, encarregado da pasta da Guerra deste Conselho, sendo segundo Secretário Miguel Calmon Du Pin e Almeida, encarregado de secretariar o governo e da pasta da Fazenda. A seguir prestou juramento aos Santos Evangelhos afirmando obediência e fidelidade ao Príncipe D. Pedro de Alcântara e cumprir todos os deveres do cargo. O **Conselho** foi instalado na Vila de Cachoeira, transformada em Capital da Província Rebelada, assim sendo, a Província da Bahia passava a ter dois Governos um leal a D. João VI em Salvador e outro leal a D. Pedro na Vila de Cachoeira.

Montezuma, primeiro secretário do **Conselho Interino**, é encarregado de ir à Corte, em novembro de 1822, entender-se com o príncipe D. Pedro, explicar-lhe a situação em que encontrava a província da Bahia e pedir-lhe providências para que as vilas do Recôncavo pudessem resistir o preparado e treinado exército português. Assim despediu-se:

As minhas funções estão terminadas, só me restas, ilustres compatriotas, pedir-vos perdão de minhas faltas, agradecer-vos cordialmente o conceito que vos mereci; e, se tanto devo fazer, recomendar-vos a salvação da Pátria. Oxalá possa eu desempenhar perante o Imperial trono do PAI da PÁTRIA a comissão que vou encarregado. Se até hoje, portanto redigir esta folha com meu amigo Corte Imperial, desde aqui me despeço, e pena mais bem aparada o fará com saber e erudição.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, depois de uma longa viagem e cheia de perigos, pois, não pode sair pela baía de Todos os Santos que estava tomada pela frota portuguesa de Madeira de Melo, é que o Secretário ficou sabendo, no final daquele mês de novembro, da Proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro em 7 de setembro daquele ano, encontrou a cidade preparada e enfeitada para a coroação de d. Pedro. O clima festivo escondia as tensões políticas

da época. Montezuma foi muito bem recebido pela Câmara Municipal e posteriormente apresentado oficialmente por José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro dos Negócios do Império, à Sua Majestade Imperial, que o convidou para um jantar na mesa imperial com D. Pedro no Palácio do Imperador. Chegou a tempo de ser convidado para assistir à coroação de D. Pedro em 1º de dezembro, inclusive para participar da formação do Pálio que cobria o Imperador, honraria que é dada a poucos, e, como prêmio por sua participação nas lutas da Bahia, naquele mesmo dia o Imperador D Pedro I concede-lhe o título nobiliárquico de ***Barão de Cachoeira***, mas este título foi recusado por ele de pronto alegando que não lhe convinha receber tal título na Corte enquanto sua gente na Bahia tinha todo tipo de sofrimento, porém aceitando ser agraciado ***Comendador da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul***, criada por ocasião do coroamento de d. Pedro.

Naquela ocasião José Bonifácio, conhecedor das qualidades de Montezuma o convidou para fazer parte do Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz fundado por ele. Era uma sociedade secreta que tinha por objetivo defender a integridade do Brasil e lutar pela sua independência.

Ao chegar no Rio de Janeiro surgiu boatos espalhados pelos portugueses do Rio de Janeiro, acusando-o de traidor e covarde e que ele estava foragido por causa da vitória do partido português na Bahia. Esta notícia não foi comprovada pelo sucesso que ele fez na Corte. Montezuma resolveu, então, fazer duas publicações, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, negando qualquer sucesso dos portugueses na Bahia.

Ao despedir-se de d. Pedro retornando à Bahia declarou ao Imperador, com sua tradicional maneira de discurso, que o movimento baiano tinha como objetivo principal “uma prudente e bem equilibrada divisão de poderes, guardados a inviolabilidade e mais direitos próprios

à Majestade”. Montezuma não cedia a favores e nem fazia agrados aos poderosos. Até com o Imperador ele não fazia cerimônias e deixava claro que sua liberdade não estava à venda. Fazia sua autonomia e gostava de dizer: “sou pobre, pouco posso perder”.

Voltou à Bahia em fins de dezembro e encontrou Salvador ainda ocupada pelos portugueses. Montezuma trouxe do Rio de Janeiro armamento, munição e uma tipografia e ao chegar em Cachoeira lançou o Independente Constitucional.

Francisco Montezuma foi encarregado, mais uma vez, pelo **Conselho Interino do Governo da Província**, a voltar ao Rio de Janeiro para explicar ao Imperador a real situação da Província da Bahia. Como a baía de Todos os Santos ainda estava toda controlada pela marinha portuguesa, ele teve de empreender uma viagem de 74 dias montado em animais, principalmente burros e mulas. Foi seguindo o rio Pardo até a Província de Minas Gerais, percorreu o seu interior onde alcançou a Estrada Real e chegar ao Rio de Janeiro. Neste período de ausência da Bahia Pedro Labatut, nomeado comandante geral da força em combate do exército pacificador, que depois passou a ser libertador, cuja missão principal era deter os conflitos entre brasileiros e portugueses e de quem era seu admirador, tinha sido preso e enviado para a corte. Também neste período, estando Salvador cercado pelos insurgentes, houve uma grande falta de alimentos, bem como as doenças acometida pela população, então Madeira de Melo permitiu a saída dos moradores, ocasionando um êxodo de cerca de dez mil soteropolitanos para o interior, principalmente para o Recôncavo.

Montezuma participa ativamente do **Conselho Interino do Governo da Província** até que o Príncipe D. Pedro I nomeia uma Junta com novos membros para governar toda Bahia.

Aquele conflito termina no dia 2 de julho de 1823 quando as tropas brasileiras comandadas pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva entram triunfante em Salvador consolidando-se, assim, a Independência do Brasil na Bahia.

Em 3 de maio de 1823 D. Pedro I instala a Assembleia Constituinte Brasileira e Montezuma toma posse em 21 de julho como deputado na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, que tinha por missão realizar a primeira Constituição do país, ocasião em que aqueles constituintes divergiam em muitos aspectos, tornando-se palco de lutas de interesses e paixões. Apesar de ser um dos mais novos deputados, não se curvava ante as opiniões dos mais experientes, era brigão para atingir seus objetivos, ativo em tudo o que se passava ao seu redor e enérgico em seus pronunciamentos.

Proclamada a Independência, abandona definitivamente o nome de batismo, passando a chamar-se *Francisco Gê Acayaba de Montezuma*.

Naquela época não existiam Partidos Políticos como atualmente, a maioria dos deputados eram liberais moderados, o que havia eram grupos ou facções que tinham mais ou menos os mesmos pensamentos e ideais, como os “bonifácios” liderados por José Bonifácio e seus irmãos, que defendiam uma monarquia forte constitucional e centralizada, da qual Montezuma fazia parte. A dos “portugueses absolutistas”, composta de lusitanos e brasileiros que defendiam uma monarquia absoluta e centralizada. Os “liberais federalistas” com portugueses e brasileiros que pregavam uma monarquia meramente figurativa e descentralizada com a manutenção da escravidão.

Com o decorrer dos trabalhos uma corrente de deputados desejava que d. Pedro I se tornasse uma figura meramente simbólica e diretamente subordinado à assembleia. Com este objetivo foi aprovado um projeto no qual as leis criadas pela Constituinte não precisavam

da sanção do Imperador. Este fato levou d. Pedro I entrar em choque com a Constituinte. Outros fatos de diversos assuntos foram surgindo dando origem a discursos inflamados o que levou o Imperador a dissolvê-la através de um decreto e no mesmo ato convocava nova Constituinte, a qual deveria trabalhar sobre o projeto que ele mesmo apresentaria, talvez, mais liberal do que a dissolvida.

Os irmãos Andrada, Montezuma e mais dois deputados foram presos por ordem do Imperador. Tropas comandadas pelo brigadeiro José Manuel de Moraes, futuro Ministro da Guerra, tomaram a Assembleia e os presos saíram pela única porta que as tropas deixaram aberta. Montezuma relatou: “No meio de uma escolta, iam com seus companheiros de exílio a pé, tomando o lado do Paço e rua Direita, para o Arsenal da Marinha, quando uma ordem expedida do Paço, onde se achava sua Majestade Imperial, os fez retrogradar. Embarcaram em um escaler, que os dirigiu ao dito Arsenal da Marinha, de onde foram levados à fortaleza da Lage e chegaram às onze horas da noite. Encarcerado e incomunicável em uma das abóbodas subterrâneas da fortaleza, cuja imundice de todas as espécies seria impossível descrever, ali começou o martírio particular a que o condenara uma política meticulosa, se não retrógrada, ou ambas as coisas. Até o confinamento, seguiram sob as vaias de moleques e de gritos de “viva o Imperador” e “morrão os anarquistas!”.

Foram bem tratados pelo comandante da fortaleza da Laje, logo embarcaram rumo a Europa. Conta-se que Montezuma ouviu conversas entre os oficiais da embarcação no sentido da possibilidade de desembarcarem em algum lugar em que os prisioneiros deportados pudessem ser postos a ferro. O destino era Bordéus, na França, mas por algum motivo foram parar no porto de Vigo, na Espanha. Ali eles ficaram presos e graças à intervenção do cônsul inglês conseguiram

atravessar a Espanha e chegar ao interior da França, onde Montezuma conseguiu encontrar-se com sua esposa.

Ele foi algumas vezes a Paris com o intuito de encontrar-se com o baiano Domingos Borges de Barros, futuro visconde de Pedra Branca, que era diplomata, homem de confiança do Imperador. Estes encontros nada facilitou a vida de Montezuma, pois sendo ele inimigo do Imperador, também o era de Borges de Barros.

Na Europa ele aproveitou a condição de exilado e visitou a Suíça, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Bélgica e a Holanda, onde observava e aprendia tudo que pudesse ser útil ao Brasil quando de seu retorno. Lá, no Velho Mundo, não perdeu seu interesse pelas sociedades secretas, pois Montezuma sabia que através destas instituições podiam ser bastante úteis: amizades, informações, contatos, solidariedade, orientações etc. Em 1828 ainda no seu exílio na Europa e provavelmente em Paris, é iniciado na Ordem Maçônica.

Durante o exílio, Montezuma foi nomeado membro da Sociedade de Geografia de Paris e do Instituto dos Advogados em Paris, dentre outros. Estudou e frequentou um curso de botânica. Em Londres, visitou tribunais do júri e cíveis. Na Inglaterra, ainda examinou fábricas, manufaturas e minas. Não publicou nenhuma obra durante o exílio, salvo um artigo jornalístico.

Francisco Gê Acaiaba de Montezuma teve lugar de destaque na história da Maçonaria do Brasil. Em 12 de março de 1829, então no exílio, recebe do Supremo Conselho dos Países Baixos, hoje Bélgica, uma carta de autorização para fundação de um **Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito** da Maçonaria no Brasil.

Por uma extrema coincidência, no mesmo dia em que D. Pedro I abdicava o Império do Brasil, em 7 de abril de 1831, Montezuma embarca

de volta para o Brasil e aqui chegando, é eleito para a Assembleia Geral Constituinte de 1831, onde ocupa lugar de destaque. Ali, torna-se o primeiro deputado da história brasileira a lutar contra o tráfico negreiro, sendo, portanto, um dos pioneiros do movimento abolicionista – ideia que defendia com ardor, mesmo que isto então fosse considerado ilegal. De 1831 a 1834 acompanhando a política adotada por José Bonifácio, o Deputado torna-se, na Câmara dos Deputados, bem como na imprensa, um dos mais ferrenhos opositores da Regência e torna-se um “*caramuru*” nome dado aos partidários da restauração de D. Pedro I aqui no Brasil. Com o falecimento de D. Pedro I, em Portugal, no dia 24 de setembro de 1834, põe fim ao movimento restaurador no Brasil.

Montezuma funda e posteriormente instala no Rio de Janeiro o Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito do Grau 33º da Maçonaria, usando a autorização do Supremo Conselho da Bélgica, em 12 de novembro de 1832, tornando-se o primeiro Soberano Grande Comendador.

O Soberano Grande Comendador dirige uma circular, em 1833, a todas as Potências Maçônicas do Universo, comunicando a solene inauguração do Supremo Conselho do Brasil. Neste mesmo ano Montezuma, no exercício das funções de Soberano Grande Comendador da Maçonaria confere o grau 33º a José Bonifácio e a outros maçons do antigo Grande Oriente que funcionava, na época, no Rito Moderno.

Ainda em 1834 Montezuma publica “A Liberdade das Repúblicas”, panfleto em defesa das instituições existentes no Brasil e contra a propaganda federalista, onde consagra o título de “*Patriarca da Independência*” a José Bonifácio. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, no dia 12 de novembro de 1835, sucede Montezuma como Soberano Grande Comendador da Maçonaria.

Francisco Montezuma é reeleito Deputado pela Província da Bahia para a quarta legislatura de 1838 a 1841 e no último gabinete do Regente Feijó, ocupa as pastas da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Em 19 de setembro de 1837 Montezuma deixa estes cargos, pois o padre Feijó entrega a Regência a Araújo Lima, que forma outro Gabinete.

Montezuma torna-se um ferrenho combatente do Gabinete do novo Partido Conservador de Araújo Lima, Regente do Império. A população não estava mais suportando o sistema regencial, a autoridade do regente já não era mais aceita e a discussão do assunto da maioria do Príncipe d. Pedro chega ao Parlamento e se espalha por todo país criando associações com este objetivo. Montezuma faz parte da criação da Sociedade Promotora da Maioridade, que, em pouco tempo, passou a chamar-se Clube da Maioridade, da qual fazia parte o escritor José de Alencar. Este movimento de imediato foi aceito pela Câmara e pelo Senado.

No Parlamento os debates eram inflamados entre os Progressistas (Clube da Maioridade) e os Regressistas (apoiadores do governo da Regência). Montezuma sempre ocupando a tribuna com seus discursos exercendo seu verbo inflamado e talento reconhecido na oratória, ferrenha oposição aos Regressistas.

Nas ruas havia concentrações da população dando viva a maioria, tanto que apareceu uma trova popular que dizia:

*Queremos Pedro II
Embora não tenha idade
A nação dispensa a Lei
E, viva a maioria.*

A proposta do Senado era que o fato levaria a efeito em 2 de dezembro, dia em que o Príncipe completaria 15 anos de idade. Mas

o clima não só na Assembleia, mas, também, a população em geral não queria adiar. Votado e aprovado a maioria, foi criada uma Comissão encarregada para ir ao palácio de São Cristóvão e Montezuma faz parte desta Comissão Parlamentar Mista que foi pedir ao Príncipe que entrasse logo no exercício de suas atribuições de Imperador do Brasil. Perguntado se aceitaria, a resposta de pronto foi: “Quero já”.

No dia 23 de julho de 1840, aquele jovem Príncipe prestou juramento e tomou conta do governo, com o título de d. Pedro II. Houve muitas comemorações por toda cidade do Rio de Janeiro e em todo Brasil, pois o Príncipe já era adorado por todos. Era o fim das Regências e começava o Segundo Império do Brasil que durou até o dia 15 de novembro de 1889.

Montezuma novamente é reeleito deputado pela Província da Bahia e em 1840 ocupa por alguns meses o cargo de Ministro Plenipotenciário (Diplomata) do Brasil em Londres, onde foi prestigiado pelo primeiro-ministro da época. Conta-se que tratou com muita habilidade a questão do pagamento da dívida pública do Brasil, firmou novos tratados comerciais, acertou a questão da fronteira com a Guiana e, com muita veemência apoiou a repressão inglesa ao tráfico de africanos para o Brasil. Voltando ao Brasil, sem partido, ora dando apoio, ora combatendo os gabinetes dos dois partidos constitucionais, mais tarde chegando à Presidência da Assembleia da Província do Rio de Janeiro.

Montezuma foi o fundador e primeiro presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, conhecido como a Casa de Montezuma (primeira Instituição a reunir profissões jurídicas em todas as Américas), criado em 7 de agosto de 1843 por autorização do Ministro de Estado da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, que, por intermédio da Secretaria Imperial dos Negócios da Justiça, aprovou os Estatutos da entidade .

Exerceu a presidência da instituição de 1843 até 1850, quando renunciou por considerar incompatível esta função com o posto de Conselheiro de Estado, mas manteve-se como presidente de honra do Instituto. Ainda hoje existe a “*Cadeira de Montezuma*” original. Em 1850 pugnou pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil, sem sucesso, justamente na Câmara dos Deputados, onde tinha assento.

Em 1851 foi escolhido por d. Pedro II Senador pela Província da Bahia em uma lista tríplice.

Se no passado havia recusado o título de *Barão de Cachoeira* concedido por d. Pedro I, aceitou, entretanto, o título de Visconde com honras de Grandeza (Grande do Império) – *Visconde de Jequitinhonha*. Assim, fez-se nobre com o decreto imperial de 2 de dezembro de 1854 de d. Pedro II.

Além da comenda já citada, Montezuma foi ainda *Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa* e condecorado com a medalha da *Guerra da Independência*.

Como intelectual, foi um dos membros-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a 21 de outubro de 1838, considerado a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do país. Foi advogado muito distinto, parlamentar ardoroso, brigão, pois não se contentava com um não, católico por tradição e deixou uma relativamente farta obra publicada, versando sobre economia, história, política e, claro, direito.

O Grande Oriente do Brasil da Maçonaria, no dia 2 de setembro de 1858, dirige consulta ao Supremo Conselho para a Bélgica, relativo aos poderes outorgados a Montezuma e, em 22 de dezembro daquele mesmo ano veio a resposta ao Grande Oriente do Brasil, confirmando

que o Supremo Conselho para a Bélgica afirma a data de 12 de março de 1829 da patente concedendo poderes a Montezuma.

Como ferrenho defensor da extinção total dos escravizados no Brasil, o Visconde de Jequitinhonha apresenta ao Senado vários projetos para a extinção gradual da escravidão: no fim de 10 anos para os escravos maiores de 15 anos e no fim de 15 anos para todos os demais. Os senhores seriam indenizados pelo Estado pelos serviços a que seriam obrigados os escravizados durante aquele período.

Filhos de Montezuma: Harmódio Marcondes de Montezuma, nascido aos 11 de maio de 1833; Mariana Angélica Marcondes de Montezuma, nascida aos 5 de abril de 1836; Artur Marcondes de Montezuma; Narciso Marcondes de Montezuma, nascido aos 16 de outubro de 1834; e Tomás Francisco de Montezuma, nascido aos 22 de maio de 1837, no Rio de Janeiro, filho com Ângela Rosa da Conceição, gerado entre seu primeiro e seu segundo casamento

O trabalho dos seguidores de Montezuma que permaneceram aliados ao Grande Oriente do Brasil, foi de primar pela probidade, pelo estudo, pela concessão de graus mediante rigorosas regras escocesas e pela expansão ordenada das Augustas Lojas de Perfeição, Sublimes Capítulos Roza Cruz, Ilustres Conselhos Filosóficos de Kadosch e Mui Ilustres Consistórios de Príncipes de Real Segredo, em todos os recantos do país.

Todos os anos, no dia 22 de novembro, o Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria faz-lhe uma homenagem, no cemitério do Catumbi, no Rio de Janeiro, onde foi sepultado.

Por volta de 1860, S. A. Sisson, (Sébastien Auguste Sisson, um artista francês do século XIX) ao contexto familiar e pessoal de

Montezuma, especialmente a propósito referências das tragédias que acometeram dois de seus filhos ao final dos anos 1850, logo seguidos de sua segunda viuvez, em 1860, escreveu na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, ressaltando ainda algumas características marcantes do Visconde de Jequitinhonha:

O visconde de Jequitinhonha conta 66 anos de idade, e apesar das grandes provações por que tem passado, correndo todos os perigos das crises as mais extraordinárias do país, nas quais figurou principalmente; apesar dos profundos golpes que seu coração de pai e de esposo tem suportado, perdendo um filho no fundo do mar, vítima de horrível naufrágio, e recordando-se todos os dias da desgraça daquele para quem a luz não existe, apesar da luta de gigante que teve necessidade de sustentar contra seus adversários políticos, em que mais de uma vez foi acometido pelas costas e nas trevas; apesar de seus porfiados combates oratórios, ainda tem esta robustez de espírito e generosidade do coração, que fazem invejar os mais novéis. Dotado de memória pronta, de argumentação lógica sem asperidade, de palavra altiva e dominadora; preparado para todas as questões, pois sem quebra do merecimento alheio se pode dizer que é a mais vasta inteligência que orna o Senado brasileiro: razão clara, força de vontade capaz de conceber e de executar, e com um nome ilustre, porque está escrito nos livros das vitórias da liberdade brasileira; parece que a Providência, conservando-lhe a vida, depois de haver chamado aos destinos de além-túmulo a maior parte de seus companheiros da independência, o reserva para novas, se não mais gloriosas épocas“

Polêmico e contraditório, Montezuma foi figura central durante o segundo reinado. Dele consignou o memorialista Américo Jacobina Lacombe:

[...] misto de estadista e politiqueiro; de jurista e de chicanista; de cabotino e de homem de honra; de mestiço e de fidalgo;

combatendo a aristocracia e pleiteando para seus filhos um lugar na nobreza; contradição viva, enfim, que deixou em seus contemporâneos uma impressão de versatilidade, de ceticismo, e de sarcasmo, curiosamente contrabalançados por uma vaidade surpreendente.”

REFERÊNCIAS

CANÁRIO, Eldon. **O sol do Dois de julho, romance histórico.** Rio de Janeiro: Ponto e Vírgula, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **À procura deles:** Quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil. São Paulo: Benvirá, 2021.

Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito

PIMENTA BUENO: UMA BIOGRAFIA SUMÁRIA¹

Manoel Gonçalves Ferreira Filho²

RESUMO

O presente artigo examina aspectos biográficos da vida e obra de José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, das mais eminentes personalidades brasileiras do segundo Império, de reconhecida importância em toda a história do país. São estudadas diversas facetas da sua extensa trajetória, reunindo informações sobre as suas origens, nascimento e formação, além da atuação como notável jurista e homem de Estado, com evidente influência na evolução das instituições nacionais.

Palavras-chave: Pimenta Bueno; biografia; Império; constitucionalismo brasileiro.

¹ Texto revisado por Antonio Ali Brito, mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP).

² Professor Emérito de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Presidente do Instituto Pimenta Bueno – Associação Brasileira dos Constitucionalistas.

ABSTRACT

This article examines biographical aspects of the life and work of José Antônio Pimenta Bueno, the Marquis of São Vicente, one of the most eminent figures in the Brazilian Second Empire, recognized for his impact on the country's history. Various facets of his extensive trajectory are explored, gathering information about his origins, birth, and education, as well as his role as a notable jurist and statesman, with evident influence on the evolution of national institutions.

Keywords: Pimenta Bueno; biography; Brazilian Empire; Brazilian constitutionalism

INTRODUÇÃO

1. José Antônio Pimenta Bueno é conhecido dos brasileiros como um grande jurista e isto é o que justifica este estudo evocativo de seu mérito. Entretanto, foi ele bem mais que um jurista, pois foi um dos grandes homens de Estado do segundo Império. É isto demonstrado pelo título de Marquês de São Vicente com que D. Pedro II o honrou.

Neste momento, sem dúvida é a obra do grande jurista que concentrará a atenção do autor, mas não pode ele deixar de lado alguns elementos que permitem situá-lo no tempo e sumariamente mostrar-lhe a esfera em que se manifesta o seu papel.

Em razão disto, é preciso retracar-lhe a origem e a formação, a atuação na esfera governamental e administrativa, o papel que teve no equacionamento de grandes problemas políticos do tempo, como as relações com o Paraguai, a abolição da escravatura e a interpretação e aplicação da Constituição de 1824, a mais longeva de todas as nossas Cartas Magnas.

O imperativo da brevidade não permitirá evidentemente senão uma alusão sumarássima a esses traços bibliográficos, o registro de

sua contribuição para o equacionamento de questões que mencionei, a menção à sua vasta obra jurídica, antes de concentrar a atenção no *Direito Público e Análise da Constituição do Império*, livro que, mesmo isolado, bastaria para consagrá-lo como um dos grandes homens de Estado que o Brasil possuiu.

II. O NASCIMENTO E A ORIGEM.

2. José Antônio Pimenta Bueno nasceu em 4 de dezembro de 1803.

Onde, porém?

Há biógrafos que ensinam ter ele nascido na cidade de Santos, mas é mais certo haver ele ter vindo à luz em São Paulo, como ele próprio o declarou ao casar-se.

Polemiza-se também quanto ser ele ou não filho do médico do mesmo nome e sua esposa, ou ter sido ele um enjeitado, adotado pelos mesmos, de modo que seriam incógnitos os seus ancestrais. É a opinião para a qual se inclinam, por exemplo, Spencer Vampré³ – professor da Faculdade de Direito de São Paulo – e outros estudiosos⁴.

Fato é que foi em Santos que cresceu, educado pelo dr. Pimenta Bueno. E em Santos conheceu e ganhou a proteção de Martim Francisco, um dos Andradas que tanto relevo tiveram na política brasileira no período da Independência e nos primeiros anos do Império.

³ VAMPRE, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, vol. 1. 2. ed., Instituto Nacional do livro, 1973. p. 81.

⁴ NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: Tradições e reminiscências*, vol. 1. 3. ed., Saraiva, São Paulo, em coedição com a Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977, p. 77.

III. A FORMAÇÃO NA RECÉM-CRIADA FACULDADE DE SÃO PAULO.

3. Pimenta Bueno recebeu a formação jurídica na Faculdade de Direito de São Paulo, hoje incorporada à Universidade de São Paulo.

Como se sabe, na Constituinte de 1823, o deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro (mais tarde Visconde de São Leopoldo), propôs a criação de uma faculdade de direito civil. O projeto foi relatado por Martim Francisco que previu a instituição de duas universidades, uma em São Paulo, outra em Olinda, e dispunha que desde logo se estabelecesse um curso jurídico em São Paulo.

O projeto foi aprovado, mas depois de um intenso debate em que se propuseram várias alternativas para a localização das universidades e da escola de direito. Tal debate registra vários óbices à implantação em São Paulo de instituição de ensino superior, como a pobreza da cidadezinha e até o mau português que nela se falava. Por exemplo, o fato de que os paulistas trocavam o “l” pelo “r”. Afora, a argumentação de que outras cidades brasileiras teriam maior nível cultural e melhores condições para acolher estudantes.

Na discussão do projeto, também, se faz presente o descontentamento que tinham muitos pela hostilidade que sofriam em Coimbra os estudantes providos do Brasil.

Entretanto, a dissolução da Constituinte pôs termo à proposta.

4. A ideia, contudo, não morreu.

Em 1826, foi apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado mineiro Lúcio de Gouveia um projeto que instituíria um curso jurídico no Rio de Janeiro. Foi ele objeto de emenda que previa a criação de dois cursos, um em São Paulo, outro em Olinda.

Repetiu-se a polêmica anterior, com argumentos semelhantes, mas o projeto foi aprovado na Câmara em 31 de agosto de 1826, no Senado no ano seguinte, sendo promulgado como lei em 11 de agosto de 1827.

5. Rapidamente se deu execução a essa lei, para o que muito contribuiu ser à época Fernandes Pinheiro – o autor do projeto de 1823 – o Ministro da pasta do Império.

Em seguimento, por decreto de 13 de outubro de 1827, foi nomeado diretor da Faculdade de São Paulo, o tenente-general José Arouche de Toledo Rendon e para lente do 1º ano o dr. José Maria de Avelar Brotero.

A este, que obtivera o grau de doutor na Universidade de Coimbra, coube dar a aula magna em 1º de março de 1828, havendo as aulas regulares começado a se realizar em 10 de março desse ano.

6. A primeira turma de alunos compreendia 33 estudantes. Estes, para ser admitidos deveriam demonstrar capacitação em Latim, Retórica, Filosofia, Língua Francesa e Geometria. Observe-se que Pimenta Bueno foi admitido, com dispensa de Geometria até o quinto ano.

Diga-se de passagem, que essa exigência deu ensejo a um ensino preparatório de tais disciplinas. Neste preparo, abriu-se terreno para a influência de um misterioso Júlio Franck – aliás ainda hoje enterado na própria Faculdade – que foi o criador da famosa maçonaria da Faculdade – a “Bucha” – que ainda existe e à qual foram filiados, seja no Império, seja na República, numerosos líderes políticos, presidentes de Conselho e presidentes da República. Também maçom, participou deste ensino Líbero Badaró, italiano, que morreu assassinado em 1830. Tal se deu pelas suas manifestações contra D. Pedro I e o partido português. A ele se atribui haver dito instantes antes de

falecer: “Morre um liberal, mas não a liberdade”. Tal curso preparatório cedo foi institucionalizado como um Curso Anexo que marcou profundamente a linha de pensamento dos alunos da Faculdade, de modo geral anticlericais, liberais e republicanos.

Na relação do matriculado, aparece no nº 3 José Antônio Pimenta Bueno (de pais incógnitos), segundo os arquivos existentes na Faculdade. Entretanto, estes foram destruídos num incêndio, o que permite a dúvida já aludida acerca da origem de Pimenta Bueno.

Fez ele parte, portanto, da primeira turma de bacharéis em Direito formada inteiramente em São Paulo, em 1832. Entretanto, somente em 1842 é que, tendo defendido tese, recebeu a borla e o capelo de doutor.

7. Observe-se, porém, que, em 1831, formou-se uma turma que foi composta de “emigrados” de Coimbra, ou seja, de brasileiros que haviam começado o curso em Portugal e se transferiram para concluí-lo para São Paulo. Eram seis. Um deles, Paulino José Soares de Sousa, depois Visconde do Uruguai, insigne autor do *Ensaio sobre o Direito Administrativo* que é a primeira grande obra brasileira nessa especialidade.

IV. A FORMAÇÃO JURÍDICA.

8. É sabido que Avelar Brotero – primeiro lente nomeado para a academia (como se acostumava dizer) foi por muitos e muitos anos a figura predominante no ensino. Este se centrava na doutrina do direito natural e sua concepção do mesmo está num compêndio que publicou de título *Princípios do direito natural*.

Cabia-lhe lecionar a filosofia em que se baseava todo o curso, ou seja, a do direito natural. Apreciando-o, o Prof. Vampré é impiedoso, pois o diz confuso, sem método, sem divisões adequadas, sem crítica

apurada, de estilo desleixado e uma visão unilateral dos assuntos. Era sobrecarregado de citações, umas em latim, outras em francês, sobretudo extraídas do livro de Mably, “*Droits et devoirs des citoyens*”. De Montesquieu, fugitivas alusões e muitas citações de autores hoje considerados menores.⁵

As deficiências desse trabalho chegaram a ser discutidas na Assembleia da Província em 1830, quando chegou a ser dito que o compêndio era “a vergonha das vergonhas, pelas suas imbecilidades e mesmo prejudicial pelas más doutrinas, que nele se encerram.”

Suas aulas – registra Almeida Nogueira – eram “catadupas de eloquência” e nelas inconscientemente fazia transposição de sílabas. Destas, a mais famosa das “broteradas” foi “bolei as trocas”, por “troquei as bolas”.⁶

Estava sempre às turras com Arouche Rendon, o diretor, e com outros professores.

9. O currículo evidentemente não se limitava ao direito natural, mas se desdobrava em disciplinas como *Direito Público*, *Direito das Gentes e Diplomacia*, *Direito Público Eclesiástico*, *Direito Civil*, *Direito Criminal*, *Economia política*, *Processo Civil*, *Comercial e Criminal*. Eram lecionadas por figuras que não se destacavam sequer negativamente de Brotero, mesmo Baltazar Lisboa, irmão do Visconde de Cairu.

Depreende-se claramente do currículo que o propósito da instituição era a de formar quadros para a administração pública, mais do que juristas. Nessa finalidade, teve ela êxito como se comprova pelos seus alunos que tanta influência tiveram na vida política e administrativa do país.

⁵ VAMPRE, Spencer. Ob. cit., p. 68.

⁶ ALMEIDA NOGUEIRA, José Luís de. Ob. cit, p. 75.

10. Sem dúvida, Pimenta Bueno foi muito além nos estudos do que recebeu na jovem casa em que estudou. De fato, narra um de seus biógrafos que “invariavelmente”, estudava das 7 às 12 e recomeçava às 19 e ia até às 22 horas. Ao fim da vida, possuía uma biblioteca de mais de mil volumes, entre os quais obras de Pothier, Savigny e Guizot.

V. A VIDA PÚBLICA.

11. Toda a existência de Pimenta Bueno foi dedicada ao interesse público. Os numerosos cargos que exerceu durante sua longa vida o demonstram à saciedade.

Ao formar-se, era Oficial do Conselho Geral da Província. Formado, ingressou na magistratura, tendo chegado a Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, depois de ter sido desembargador no Maranhão e no Rio de Janeiro.

Foi Presidente da Província de Mato Grosso, de 1835 a 1837, em momento de negociações com o Paraguai, motivo por que veio a ser Encarregado de Negócios, Cônsul Geral e Ministro Plenipotenciário de 1844 a 1847. Foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 1850, no período de tensão com Oribe e Rosas. O contexto em que atuou já mostra claramente a confiança em que era tido pelo Governo brasileiro.

No plano político, foi Deputado Geral por São Paulo em 1848, Senador em 1853, primeiro como membro do Partido Liberal (que abandonou em 1848), no segundo caso, já no Partido Conservador. Foi Presidente do Conselho em 1870, ocupando a pasta de Relações Exteriores.

Gozando da plena confiança do Imperador, foi integrante do Conselho de Estado a partir de 1859, sendo tido pelos historiadores

como a voz de D. Pedro II nas discussões e deliberações. Reflete-se isto no título nobiliárquico, primeiro de Visconde (1867), depois de Marquês de São Vicente, em (1872).

Foi assim um multifacetado homem de Estado.

12. Vale destacar, como todos os historiadores o fazem, nesse plano, sua atuação em questões de grande importância para o país.

A primeira é a das relações com o Paraguai.

13. Outra, talvez a mais importante, a sua contribuição para o movimento abolicionista. Com efeito, a ele se deve a arquitetura de um dos mais importantes avanços para o fim da escravatura.

VI. PIMENTA BUENO, DIPLOMATA

14. Como já se apontou acima, Pimenta Bueno exerceu a função de Presidente da Província de Mato Grosso entre 1835 e 1837. Nesta época, Mato Grosso, postos de lado outros aspectos, era dependente, para a comunicação com o Rio de Janeiro e por assim dizer com o restante do país, da navegação pelo Rio da Prata e rios que o formam, parte dos quais nascem no território brasileiro. Com efeito, o acesso por terra era lento, difícil, cheio de riscos e perigos, demorando muito mais tempo do que a viagem marítimo-fluvial.

Em razão da experiência então adquirida no referido cargo, foi ele em 1844 designado para defender os interesses brasileiros junto ao governo do Paraguai que controlava parte do acesso fluvial a Mato Grosso. Foi nessa qualidade que assinou o Tratado de Amizade pelo qual o governo brasileiro reconhecia a independência do Paraguai, para grande irritação de Rosas que queria incorporar a região à Argentina.

Pimenta Bueno teve nessa tarefa grande êxito, que se acentuou quando, por suas qualidades pessoais, conquistou a amizade do então Presidente paraguaio, Carlos Antônio Lopez, o que muito facilitou sua missão. Frequentava-lhe a casa e a estância e influía nas suas decisões. Conta-se que chegou a transmitir, em nome dele, a proposta de um casamento entre a Princesa Isabel e seu filho Francisco Solano Lopez.⁷

Igualmente, logrou promover, em 1845, um Protocolo disciplinando a navegação pelos rios Paraná e Uruguai, com a participação da Inglaterra e da França.

Inclui-se na sua atuação a advertência que dirigiu ao governo imperial sobre as intrigas que o representante diplomático inglês fazia para indispor o Paraguai com o Brasil, o que seria uma das causas da guerra da Tríplice Aliança. É o que aponta o visconde de Taunay, nas suas *Reminiscências*.

VII. PIMENTA BUENO, ABOLICIONISTA

15. O grande problema socioeconômico do Brasil imperial foi obviamente o da escravatura. A economia brasileira dependia desta, mas sua existência era um atraso que já preocupara José Bonifácio e outros homens de Estado, mesmo antes da independência.⁸ Ademais a sua abolição havia sido prevista em tratados com a Inglaterra assinados depois desta, de certa forma como condição de seu beneplácito quanto à independência.

⁷ CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. Um esteio da liberdade na Corte do Segundo Império. Sugestões Literárias S/A, São Paulo, 1973, p. 29 e s.

⁸ Observe-se que a Constituição de 1824 reconhecia como brasileiros os “ingênuos ou libertos” (art. 6º, 1º), o que era um avanço para a época.

Ademais, em meados do século XIX, envergonhava o país nos foros internacionais, a que era muito sensível o Imperador e grande parte da elite cultural do país.

Como, todavia, abolir a escravidão sem destruir a economia brasileira?

16. Esta questão foi posta em discussão no Conselho de Estado, no final dos anos 60, por influência de D. Pedro II. Ora, membro do Conselho de Estado, coube a Pimenta Bueno analisar o assunto e indicar sua solução, que não poderia ser outra que não a abolição.

Sua manifestação se contém em cinco projetos de lei. Um, dar liberdade aos filhos de escravo que nascessem da data de sua promulgação em diante. É o cerne da Lei de 28 de setembro de 1871 – a chamada lei do Ventre Livre – que fez a glória do Visconde do Rio Branco.

Outro instituía Juntas protetoras da Emancipação. Estas deveriam não só atuar naquilo que hoje se diria combate ao racismo e aos preconceitos, como garantir a liberdade dos que nasciam livres, bem como criar condições para que estes fossem preparados para a vida como homens livres. Assim, ao contrário do que ocorreu em 1888, não ficariam livres, mas abandonados num mundo para o qual não estavam preparados para viver. Mostrava-se neste projeto o sentido social de Pimenta Bueno, que lamentavelmente não existiu quando a final a escravidão foi terminada, do que decorreram e talvez ainda decorram graves consequências para a sociedade brasileira.

Um terceiro previa um registro que permitisse facilmente identificar os libertos ou nascidos livres dos ainda escravos, evitando-se problemas que frequentemente ocorriam.

O quarto estabelecia a emancipação de todos os escravos da nação no prazo de cinco anos.

O último, a dos escravos dos conventos.

17. Certamente foi para implementar esse programa que o Imperador fez de Pimenta Bueno Presidente do Conselho de Ministros em 1870. Entretanto, não logrou ele realizar essa tarefa, em face das evidentes dificuldades que lhe opuseram os proprietários de escravos, muitos dos quais influentes na política. Especialmente, produtores fluminenses de café no vale do Paraíba, cuja força econômica era crescente.

18. Foi no gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco, todavia, que o primeiro dos cinco projetos se tornou lei. É ele, como há pouco se disse, o cerne da Lei de 28 de setembro de 1871 – a chamada lei do Ventre Livre. Ela fez a glória dessa ilustre figura do Império que teve o mérito de conseguir, por sua habilidade política, efetivar em parte o que Pimenta Bueno idealizara.

VIII. A OBRA JURÍDICA.

19. Registra Vitorino Castelo Branco haver Pimenta Bueno publicado sete livros.⁹

São eles:

Apontamentos sobre as formalidades do Tribunal do Júri, 1849 (que aponta ser edição “desconhecida e rara”;

Apontamentos sobre as formalidades do Processo Civil, 1850;

Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império, 1857;

Apontamentos sobre o processo criminal, 1857;

⁹ CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. *Op. cit.*, p. 46, 47.

O Direito Internacional Privado e Aplicação de seus Princípios com referência às leis particulares do Brasil, 1863;

A extinção da escravatura no Brasil, 1868; e

Considerações relativas ao beneplácito e recursos à Coroa, 1873.

Além destes livros, estão publicados vários de seus discursos, mormente pronunciados no Senado.

Posto de lado, o *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* que por sua importância merece tratamento à parte, como coroação deste estudo, é considerado mais importante o livro de 1850 sobre processo civil.

Realmente ele aborda a temática que foi a revolução do processo civil no Brasil, derivada da consolidação pelo Conselheiro Ribas. Esta se refletiu no famoso Regulamento nº 737, de 25 de novembro de 1850, revigorado na República pelo Decreto nº 763, de 19 de setembro de 1890.

IX. PIMENTA BUENO, O CONSTITUCIONALISTA DO IMPÉRIO.

20. Ninguém contesta haver sido Pimenta Bueno o maior dentre os que trataram de questões constitucionais durante todo o Império. Justamente, portanto, se pode dizer que é ele, no mínimo, o constitucionalista do Império.

Sua obra magna é, sem dúvida, o *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*. Ela foi, por assim dizer, a Bíblia em que todos procuravam orientação para obedecer, na letra e no espírito, os mandamentos constitucionais. Foi, por isso, “a leitura de cabeceira do imperador, da princesa Isabel e do Conde d’Eu”.

21. Pimenta Bueno, certamente, admirava a Constituição, para ele “sábua, liberal, protetora”.¹⁰ E deixa isto claro na introdução quando afirma:

“Nosso Direito Público positivo é a sábia Constituição política que rege o Império: cada um de seus belos artigos é um complexo resumido dos mais luminosos princípios do Direito Público filosófico, ou racional”.¹¹

Embora seja isto dito na introdução, está aí verdadeiramente a conclusão a que chegou depois de analisá-la, como indica o título da obra. E o fez, abordando-a parte por parte do todo, porque já concebia que cada um de seus artigos só tem o seu alcance e significado definidos, desde que inseridos nesse todo, nessa sistemática.

22. Vale expor, como exemplo, algumas das lições, que exemplificam o seu talento, seja pela sutileza quando necessária, seja pela explanação cristalina, seja pela habilidade em favorecer a boa governança.

A primeira concerne à soberania. Quem a deteria no Brasil? A que responde: “a soberania repousa no seio da nação inteira”. “O Imperador e a Assembleia Geral Legislativa” são “delegações do exercício do grande poder nacional” e “lógica e constitucionalmente os representantes da nação”. Estas “são como que a soberania secundária, vigente, em ação”.¹²

Outra é a exegese do art. 3º, em que está disposto que o governo do Império é “monárquico, hereditário, constitucional e representativo”.

¹⁰ KUGELMAS, Eduardo. *José Antônio de Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*, com o texto completo do Direito público brasileiro e Análise da Constituição do Império. São Paulo: Editora 34, , 2002, p. 23.

¹¹ *Ibid.*, p. 35.

¹² *Ibid.*, p. 86.

Depois de louvar a fórmula que lhe parece “a mais elevada, filosófica e apropriada às necessidades e ao porvir do Brasil”, ele justifica cada um de seus elementos.¹³

É monárquico, por contar com “um só centro moderador e executivo” e “simbolizar a unidade e a força nacional”.¹⁴

É hereditário, porque este “é o princípio da segurança e da ordem, das tradições nacionais”.¹⁵

É constitucional. “Sua base constitucional neutralizou os perigos da monarquia pura... do poder sem limites, sem contraste, do despotismo”. Assim, evita o arbítrio.¹⁶

É representativo. “Dá oportunidade aos cidadãos de participar dos negócios públicos.”¹⁷

23. Outro ponto delicado sobre o qual disserta é a questão do Poder Moderador e de sua relação com o Poder Executivo. Era isto, na época, objeto de forte confronto entre liberais e conservadores.

Como se sabe, ambos são atribuídos pela Carta ao Imperador.

No art. 98, esse Poder Moderador, delegado privatamente ao Imperador, é dito “a chave de toda a organização política” e lhe é dado “para que incessantemente vele sobre a independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos”. Tal Poder é, como todos reconhecem, o Poder Neutro, que Constant acrescentou aos três identificados por Montesquieu, Legislativo, Executivo e Judiciário.

¹³ Ibid., p. 86, 87.

¹⁴ Ibid., p. 39.

¹⁵ Ibid., p. 87.

¹⁶ Ibid., p. 88.

¹⁷ Ibid., p. 39.

Entretanto, no art. 102, está ser o Imperador “o chefe do poder executivo”, que “o exercita pelos **seus** – sublinhe-se o adjetivo – “ministros de Estado”.

Ora, neste quadro, Imperador teria um poder pessoal sobre o gabinete de ministros que nomearia e exoneraria a seu bel prazer (art. 101, 6º).

Haveria assim uma concentração do poder em suas mãos que reduziria a um papel secundário o Legislativo e, portanto, o perfil parlamentarista do regime. Este perfil era o que os críticos viam estabelecido desde a instituição da Presidência do Conselho de Ministros, em 1847, e que já predominava na Europa, então o modelo da modernidade.

Pimenta Bueno insiste na preeminência do Imperador, ao qual caberia “a inspeção geral da nação” e, em consequência, seria “o órgão político mais ativo, o mais influente de todas as instituições fundamentais”.¹⁸

Contudo – insiste – “O Poder Executivo é separado e distinto do Poder Moderador”. E acrescenta: “Os ministros de Estado não são agentes, nem intervêm no exercício deste último poder”, finalizando “pelo menos essa é a presunção, ou crença constitucional”.¹⁹

Em vista desta passagem, pode-se supor que Pimenta Bueno via o Imperador com poder para substituir os seus Ministros, caso entendesse que conduziam inadequadamente os negócios públicos, no exercício da “inspeção geral” destes. Ou fosse tal substituição reclamada pela necessidade de velar pela independência, equilíbrio e

¹⁸ Ibid., p. 280.

¹⁹ Ibid., p. 292.

harmonia dos demais poderes políticos – obviamente e sobretudo no seu relacionamento com o Parlamento.

De qualquer modo, o sistema brasileiro importava em que o Conselho de Ministros estava sujeito a uma dupla responsabilidade política. Ele o era para com o Imperador e para com o Parlamento, quando no parlamentarismo ao menos no modelo inglês então já consagrado o gabinete somente o era para com o Parlamento. Hoje, apenas para com a Câmara dos Comuns.²⁰

X. PIMENTA BUENO, O ESTEIO DA LIBERDADE.

24. O grande mérito do constitucionalista Pimenta Bueno não está, contudo, nas suas sutis interpretações da Carta, mas no realce que dá aos direitos do Homem e na latitude que lhes dá. Por isso, Vitorino Castelo Branco o considera o “esteio da liberdade na Corte do segundo Império”. Indubitavelmente ele demonstra o seu ideário liberal, mas liberal moderado, nos comentários que faz ao art. 179 da Constituição.

Neste artigo, como se sabe, a Constituição outorgada em 25 de março de 1824 enuncia, sem a designação, uma declaração dos direitos fundamentais. E num texto que se espalha por trinta e três incisos.

A importância que ela lhes dá é tal que o art. 178 diz claramente que “é só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos”. Em razão disto, as normas a esse respeito não poderiam ser alteradas senão pelo processo especial nela previsto (arts. 175, 176 e 177) que exigia eleição prévia de deputados, outorgando-lhes a “especial faculdade” para sua “alteração ou reforma”.

²⁰ Ibid., p. 29.

O mais poderia ser alterado pelas “legislaturas ordinárias”.

25. Nalguns comentários a incisos do art. 179, Pimenta Bueno dá lições irrefutáveis. Merecem elas serem lembradas ainda hoje.

Citem-se algumas.

A propósito da liberdade (art. 179, § 1º):

“A liberdade no estado ou consideração puramente natural é o direito, a faculdade que ele tem de fazer ou não fazer tudo quanto queira sem outro limite que não seja proibição da lei natural... No estado social, a liberdade é esse mesmo direito, salvas não só essas restrições da lei natural, mas também as restrições da lei social.

A liberdade é o próprio homem, porque é sua vida moral, é sua propriedade mais preciosa, o domínio de si próprio”.²¹

E acrescenta adiante:

“O melhor governo é, pois, aquele que conserva ao homem a maior soma de suas liberdades, a maior extensão delas, a consciência e convicção que pertence a si mesmo, à sua inteligência, a seus fins naturais”.²²

“A lei, e só o preceito claro da lei, é quem pode ter o direito de restringir a liberdade e não o arbítrio ou a vontade de alguém...”.²³

E junta:

“Toda lei, toda a restrição da liberdade que não for ditada pelos princípios da moral, pelo respeito recíproco dos direitos individuais, ou por claro e lícito interesse da comunidade social, será uma injus-

²¹ Ibid., p. 471.

²² Ibid., p. 472.

²³ Ibid., p. 472.

tiça ou um erro lamentável que a civilização que a ilustração pública deve desde logo procurar corrigir pelos meios legais que o sistema constitucional facilita.”²⁴

26. Outra versa sobre a liberdade de pensamento e sua expressão.

Está ela nos comentários (art. 179, §4º).

“Esta liberdade é... um direito natural, é uma expressão da natureza inteligente do homem”.²⁵

E aponta que ela “quando não se dirige a prejudicar o interesse de outrem ou da sociedade, deve ser perfeitamente livre; é o comércio das relações naturais do homem; o contrário seria estabelecer a hipocrisia e a imbecilidade”.²⁶

Reconhecendo a importância da liberdade de imprensa adverte:

“Tal é a alta missão da imprensa, é claro que se não deve abusar dela... Sua instituição tem por fim a verdade e o direito, não os ataques grosseiros, os sarcasmos, as perfídias, a desordem e a anarquia.”²⁷

27. Adiante trata ele da liberdade de trabalho e de indústria (art. 179, 24) quando recomenda:

“Deixe o governo que os esforços industriais dos brasileiros entrem em ampla e livre concorrência em todas as relações”.²⁸

Entretanto, adverte em seguida, mostrando moderação:

²⁴ Ibid., p. 473.

²⁵ Ibid., p. 474.

²⁶ Ibid., p. 474.

²⁷ Ibid., p. 476.

²⁸ Ibid., p. 482.

“Cure (o governo) por sua parte de auxiliar certos serviços essenciais ou necessários ao público quando a indústria particular não puder satisfazê-los bem”²⁹.

Mas observa:

“Antes a riqueza às vezes febril da União Americana do que a imobilidade da pobreza napolitana”.³⁰

XI. A VISÃO SOCIAL.

28. Cabe aqui lembrar que a Constituição de 1824, avançada para a época, não descurou do social. Com efeito, ela no art. 179, 31 garantia “socorros públicos” aos que deles necessitassem.

Comentando-o, Pimenta Bueno insere essa garantia como uma das faces do direito à proteção que tem o cidadão em face do Estado. Uma delas, facilmente apercebida, é o dever de o poder público proteger a vida, a segurança e os direitos do seu povo. Outra, exatamente a de prestar tais socorros.

Observa ele, porém, que “o governo, em circunstâncias ordinárias, não tem a obrigação de sustentar ou manter os particulares” e acrescenta “nem ele teria recursos para cumprir com essa tarefa; eles devem viver de sua indústria e previdência”.³¹

Entretanto, em circunstâncias excepcionais, como “calamidades públicas, peste, inundação, secas, falta de colheitas, grandes incên-

²⁹ Neste ponto, ele possuía a experiência da realidade. Foi com Cairu e outros um dos que se empenharam na construção da estrada de ferro entre São Paulo e Santos, que tanta importância veio a ter para o desenvolvimento da cafeicultura no Estado de São Paulo. *Ibid.*, 482.

³⁰ *Ibid.*, p. 483.

³¹ *Ibid.*, p. 520.

dios, ou outros males semelhantes, é dever da sociedade socorrer seus membros, ir em seu auxílio, dar-lhes a sua proteção; não só o dever social, como a humanidade, e o próprio interesse da segurança pública o exige imperiosamente”.³²

E isto a seus nacionais, “mesmo no país estrangeiro”.³³

Aponta ele que tais socorros devem ser estendidos aos mendigos, como a instituições – hospitais, asilos, etc.

Igualmente, ele assinala que os poderes públicos também devem igualmente amparar as classes pobres, para que se moralizem e consigam meios de melhor educar seus filhos.

A isto acrescenta e conclui: “O Estado recolhe vantagens de seu zelo.”³⁴

29. A Carta de 1824, também em avanço a seu tempo, prevê no art. 179, 32, um direito à instrução.

Na visão de Pimenta Bueno “a instrução primária é uma necessidade, não desta ou daquela classe, sim de todas e de todos os indivíduos; o operário, o artífice mais humilde, o pobre precisa saber ler e escrever e pelo menos as primeiras operações aritméticas”.³⁵

Trata-se a seu ver de “uma necessidade geral e consequentemente uma dívida da sociedade”. Para ser posta ao alcance de todos ela deve ser gratuita, como prevê a Carta.

30. Enfim, cobra ele a promessa constitucional do ensino superior.

³² Ibid., p. 520.

³³ Ibid., p. 520.

³⁴ Ibid., p. 520.

³⁵ Ibid., p. 520.

Com efeito, o 179, 33, da Carta que prevê colégios e universidades, o que justifica, observando serem tais instituições necessárias “para as profissões mais elevadas e para os serviços públicos”.

Entretanto, lembra que não é assegurado que os seus cursos sejam gratuitos. E apela para que seja cumprida a “promessa constitucional” de estabelecê-los.³⁶

OBSERVAÇÕES FINAIS.

31. As lições de Pimenta Bueno que este trabalho menciona não trazem aos doutos nada que já não soubessem. Serve para salientar facetas do homem de Estado que foi ele.

Apontam, como já se disse, que Pimenta Bueno foi um homem de larga e profunda visão que toda sua vida dedicou ao interesse público. Isto resumidamente e sem originalidade creio haver sido demonstrado.

A sua qualidade de homem de visão se reflete na sua obra jurídica, pela qual ele é sempre louvado nas escolas de Direito, particularmente naquela em que se formou. Foi ele, não apenas o constitucionalista do Império, mas o primeiro dos grandes constitucionalistas brasileiros.

Suas lições, embora enunciadas no Império, vão além dele, são para todos os tempos e épocas.

Foi um liberal – os seus comentários à declaração de direitos de 1824 (ousou assim designar o art. 179 da Carta) bem o demonstram – mas um liberal que não desconhece os aspectos sociais, numa combinação equilibrada que mais de cem anos depois de enunciada, ainda serve de guia para homens de Estado e para os cultores do Direito.

³⁶ Ibid., p. 521.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NOGUEIRA, José Luís de. *A Academia de São Paulo*: Tradições e reminiscências (5 volumes, 3. ed., Saraiva, São Paulo, em coedição com a Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo Edição comemorativa do sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil, 1977).

CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. *Um esteio da liberdade na Corte do Segundo Império* (Sugestões Literárias S/A, São Paulo, 1973).

KUGELMAS, Eduardo. **José Antônio de Pimenta Bueno**, Marquês de São Vicente, com o texto completo do Direito público brasileiro e Análise da Constituição do Império. São Paulo: Editora 34, 2002, apoio cultural do Banco BBA – Credit Anstalt S/A.

3. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, vol. 1 e 2. 2. ed., Instituto Nacional do livro, 1973. Apresentação do Ministro da Educação e Cultura Ney Braga. Edição comemorativa da instauração dos Cursos Jurídicos no Brasil 1827-1977).

RIBEIRO, Pedro Freire. *A missão Pimenta Bueno*, vols. 1 e 2. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

Nota: As citações do *Direito público brasileiro e Análise da Constituição do Império* foram elas extraídas da edição de Kugelmas incluída na obra *José Antônio de Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*.

CALASANS, MESTRE E AMIGO

José Dionísio Nóbrega¹

No ano de 1973 tive o prazer e a felicidade de conhecer, na capital de Sergipe, o professor José Calasans Brandão da Silva, que acabara de chegar de Salvador para fazer uma palestra sobre a história e os principais historiadores de sua terra. Nessa época, eu morava em Aracaju, lugar em que vivi um pouco mais de meia dúzia de anos.

A minha ligação afetiva com a terra do professor Calasans, e de tanto a ela voltar mesmo morando em Salvador, ainda faz muita gente pensar e até me perguntar se sou conterrâneo dele. Respondo sem pestanejar: “Não, sou catiungueiro da região de Canudos, precisamente do antigo Cumbe do Major Antonino (atual Euclides da Cunha). Mas, se não fosse baiano, gostaria de ser Sergipano”.

Ano seguinte, passei a ser aluno do jurista Wagner Ribeiro na Universidade Federal de Sergipe, por sinal conceituadíssimo na área

¹ Membro da Academia de Letras e Artes do Salvador (ALAS). Sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ocupante da Cadeira nº 29 do Instituto Genealógico da Bahia

do Direito do Trabalho. Ouvindo suas estórias engraçadíssimas, principalmente fora da sala de aula, descobri que o competente professor era sobrinho do mestre Calasans, sobre o qual mais tarde me fornecerá preciosas informações.

A partir desse encontro com o mestre Calasans em Aracaju comecei a me interessar pela história de Sergipe e por seu trabalho intelectual. Um outro encontro com ele no final da década de 70 no CAB (Centro Administrativo da Bahia) fortaleceu a ideia de procurar reunir obras sobre Canudos, dele e de outros estudiosos. A seriedade de sua pesquisa oral sobre folclore, revolução de 30, Antonio Conselheiro e seu séquito, e tudo que dizia respeito ao sertão, me deixou bastante impressionado. No final dos anos 80 eu já tinha reunido muito material sobre Canudos e Sergipe. E ainda ficou melhor quando comecei a pesquisar no Núcleo Sertão, situado no antigo prédio da Faculdade de Medicina da Bahia.

Durante algum tempo adquiri o hábito de frequentar a Academia de Letras da Bahia, não menos de três vezes por semana. Tornei-me amigo do poeta Carlos Cunha, que foi, por muitos anos, o braço direito do professor Cláudio Veiga. Nesse período, tive o prazer de conversar inúmeras vezes com o professor José Calasans e com alguns de seus confrades.

Vendo o meu sincero interesse por tudo que dizia respeito a Canudos e Sergipe resolveu o sergipano de Aracaju me convidar para bater papo no Museu Eugênio Teixeira e algumas vezes em sua residência na ladeira da Barra. Foi um dos melhores períodos da minha vida de pesquisador de Canudos

Raro o estudioso do peregrino cearense, da obra-prima euclidiana e da guerra do Belo Monte, com as suas causas e consequências, que não tenha entrevistado o professor Calasans e consultado os seus arquivos,

já de há muitos doados à UFBA, ao Museu Eugênio Teixeira Leal, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à Academia de Letras da Bahia, à Fundação Pedro Calmon e outras instituições.

Muitos brasileiros e estrangeiros tiveram a oportunidade de tirar cópias de livros, revistas, jornais e documentos da valiosíssima coleção do professor para dar sustentação às teses de mestrado e doutorado. Até o ficcionista célebre Mario Vargas Llosa consultou o professor Calasans e o seu acervo. O escritor peruano de Arequipa pesquisou tanto para escrever a sua talvez obra-prima – A Guerra do fim do Mundo – que um dia deu a seguinte declaração mais ou menos nestes termos: “Desejo fazer uma obra de ficção com um fundo de verdade”. Para Renato Ferraz, ele teria dito: “Quero mentir com um fundo de verdade”. Muitos atores, diretores de teatro e cinema, pintores, arqueólogos e fotógrafos procuravam o mestre de Canudos para pedir algum tipo de orientação. Berthold Zilly, o tradutor de “Os Sertões” para o alemão, e o prof. Helmut Feldmann não deixaram de consultá-lo.

Em 1993, tentando lhe fazer uma surpresa, mostrei ao seu ex-colega de turma e diretor e redator-chefe do jornal A Tarde, Jorge Calmon, um perfil que eu acabara de escrever para publicação na passagem dos seus 78 anos. Um dia antes do seu aniversário, saiu o artigo sob o título “O jovem Calasans”. E imediatamente recebo dele um telefonema me agradecendo com muito humor: “Você sabe da minha vida mais do que eu”.

Eis o artigo:

[Baianos e sergipanos se alternam em homenagear o professor José Calasans Brandão da Silva, homenagens oportunas e merecidas. Sergipano da Bahia, José Calasans é hoje um mito da historiografia regional (Bahia e Sergipe), como o foram,

em nível nacional, os seus conterrâneos João Ribeiro e Sílvio Romero. José Calasans é um pouco de ambos, para não dizer um muito dos dois.

Não tratarei aqui do seu sertanismo, em que é seguramente um dos maiores, restringir-me-ei ao início de sua carreira literária, à sua estrela que muito cedo começa a brilhar lá pelas terras de Inácio Barbosa. Dele, disse Gilberto Freire, em 1942: “O professor Calasans, de velha família sergipana, é dos que se dedicam hoje aos estudos de história regional, no Brasil, com inteligência, acuidade, crítica e gosto – não de antiquário, mas de jovem com vocação autêntica para os trabalhos de história – pelas pesquisas de arquivo e de campo. Combinação seja dito de passagem, que ocorre mais raramente do que se pensa entre os brasileiros”.

Com a filmagem do carnaval baiano de 1935, em que, por diversas vezes, aparece em cena, Calasans se entusiasma com a possibilidade de tornar-se um astro do cinema. Por um triz não perdemos o historiador para a sétima arte. Contava com apenas 19 anos.

Cedo mostrou que sua vocação não estava no Direito. Seus deuses não foram Planiol, Kelsen ou Savigny, mas Capistrano, Varnhagen, Southey e João Ribeiro. Quando fez os perfis do então major Maynard, do coronel Francisco Porto e outros, talvez pensasse em casar a história com a política, a pesquisa histórica com a práxis política, como muitos até hoje o fazem. Não. Calasans não quis seguir a carreira política do tio José de Calazans, primeiro presidente constitucional de Sergipe republicano. Preferiu, no entanto, trilhar caminho mais difícil: o do ensino e da pesquisa.

Seu primeiro livro – Aracaju (Contribuição à História de Sergipe) – que insiste em dizer que não é uma grande obra, causou um impacto, na época, muito favorável nos críticos de rigor. O capítulo sobre o açúcar é um dos mais primorosos. A explicação da mudança da capital da velha e histórica São Cristóvão para Aracaju é outro primor. Os conterrâneos de João-Bebe-Água vingam-se nas quadrinhas:

O Aracaju não é
Vila nem povoação
É uma casinha de palha
Cobertinha de melão
O Barão tá no inferno
O Batista na profunda
E o Catinga vai atrás
Com o cofre na Cacunda.

O barão é o de Maroim, e o Catinga é o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, amigo íntimo do barão.

José Calasans, como poucos, tem a sabedoria de transformar a sua pesquisa, mesmo um simples depoimento, em obra-prima. Creio que a razão maior de seu sucesso resida no fato de que suas pesquisas são profundas, combinando, sempre que possível, as de arquivos com as de campo, e sempre escritas num estilo claro, conciso e alegre. Sabe ouvir e falar muito bem: ouve como se pouco soubesse e fala como se tivesse muito a aprender. Inicia as suas palestras quase sempre com exemplos retirados da história e costume da nossa terra, ora da história da França, cuja data magna, a da Tomada da Bastilha, é também a sua, a de amanhã, 14 de julho. Parabéns, mestre Calasans, pelos seus 78 anos. Peço a Deus que continue com a mente límpida e a memória prodigiosa por muitos anos].

Nos bate-papos ou conversas informais, e mesmo no alto dos palanques, resplandecia o humor calasansiano que em nada comprometia a qualidade de sua fala. Pelo contrário. Os ouvintes sorriam e se concentravam ainda no tema tratado.

No tempo de estudante na Faculdade de Direito do Portão da Piedade aceitou o integralismo pliniano com entusiasmo ao lado de Rubem Nogueira, Oldegar Franco Vieira e muitos outros, embora não por longo tempo. A tomada de posição política a favor do Integralismo nunca arrefeceu a sua admiração pelo conterrâneo Augusto Maynard Gomes, seu herói desde o tempo de menino.

O mestre Calasans foi antes de tudo um folclorista. Desde cedo, por influência de seu professor Clodomir Silva, ainda no Ateneu Pedro II (antigo Ateneu Sergipense), aprendeu a recolher coisas do folclore sergipano. Mais tarde, com as leituras da obra do conterrâneo Silvio Romero, começou a se expandir de tal maneira que ficou nacionalmente conhecido como folclorista através de sua “Cachaça Moça Branca”, aperfeiçoada de uma anterior publicada em 1944 pela Revista de Aracaju (vol. I) com o título “Aspectos Folclóricos da Cachaça”. Outra obra de peso, da qual ele não se orgulhava tanto, foi o seu primeiro trabalho sobre o peregrino cearense denominado de “O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro”, para cuja elaboração muito se esforçara a ponto de perguntar, através de cartas, aos conterrâneos Epifanio Dórea e Garcia Moreno se havia alguma coisa do povo de Sergipe sobre Antonio Conselheiro.

Ainda dentro de um viés folclórico ou de literatura popular, outros trabalhos sobre Canudos se sucederam: O sebastianismo no folclore de Canudos, Moreira César na poesia popular, A guerra de Canudos na poesia popular, Canudos na Literatura de Cordel (Editora Ática, 1984) e, possivelmente, outros.

É quase interminável a sua produção escrita sobre folclore. Vejamos: Celso Magalhães e o folclore baiano (Revista de Cultura da Bahia, jan/jun 1969), Edison Carneiro e o folclore baiano (UFBA-CEAD), Fausto Cardoso no Cancioneiro popular de Sergipe (Revista da ALB, nº 25), Primeiros estudos de folclore na Bahia (Revista ALB 36), Contos populares do Brasil de Silvio Romero (Revista da ALB, nº43), Folclore histórico no Recôncavo da Bahia (Revista de Cultura da Bahia, nº5, 1972), Clodomir Silva e o folclore sergipano (Caderno Antonio Viana – comissão baiana de folclore, 1976), Vale Cabral e o folclore brasileiro (Revista da Bahia, Ano I, nº.I, out./1960), Achegas ao Estudo

do Romanceiro Político Nacional (Centro de Estudos Baianos, nº27), Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe (Revista de Aracaju, nº 4), além de trechos folclóricos nos trabalhos historiográficos.

A vocação para ensinar, seja dando aulas ou fazendo palestras, corria nas veias de Calasans. E o exemplo maior vem do tio materno Josafá da Silveira Brandão que, embora formado em medicina, foi por muito tempo professor e diretor do Ateneu Sergipense por ato do então governador de Sergipe, general José de Siqueira Menezes, aquele a quem Euclides, em Os Sertões, chamou de “O Olhar da Expedição”. Outro grande exemplo de professor na família é o do tio paterno de sua avó Maria Filonila – Padre Raimundo Campos da Silveira – tio-trisavô de Madalena, Avany e do professor Wagner Ribeiro. Este vigário, que por fragilidade humana teve um filho de nome Antonio Raimundo, foi na Vila de Estância um grande professor de Latim, tendo sido um dos seus alunos o menino Cícero Dantas Martins, futuro Barão de Jeremoabo.

Contava Calasans que seu professor de História Universal – Artur Fortes – se distinguia em sala de aula pela didática e pelo conhecimento da disciplina. Esse seu mestre contribuiu para o fortalecimento da sua vocação pra professor. Outro que lhe deixou marcas indeléveis pela presença de espírito e pelo bom humor foi o professor de História do Brasil, Luiz José da Costa Filho, filho de um pobre e honrado ferreiro de Propriá. Com Costa Filho (era assim que Calasans o chamava) lhe sacramentou o gosto pelo magistério (vide arquivo do próprio Calasans no IHGSE). As suas tiradas levantavam o astral da turma de Calasans, principalmente deste que já nascera com notável sensibilidade herdada da mãe D. Noemi.

Em um único livro – Cartografia de Canudos – Calasans reúne 23 trabalhos que dizem respeito a Canudos. Outra obra que ele gos-

tou de ter ultrapassado 100 páginas para não chamá-la de opúsculo (Centro de Estudos Baianos, 1986) foi Quase Biografias de Jagunços, depois republicada no ano 2000 (Edições GRD, São Paulo) com o título “O Estado Maior de Antonio Conselheiro”.

Quem quiser conhecer a produção deste mestre sergipano sobre Canudos tem de consultar pelo menos essas duas belas obras. Não estão incluídos nelas dois trabalhos sobre o líder do Belo Monte: Antonio Conselheiro e os “Treze de Maio” (Cadernos Brasileiros, Ano X, nº3, 1968) e o Matricídio de Antonio Conselheiro (Revista Brasileira de Cultura, vol.4, n.º 14)

Um dos temas estudados por José Calasans foi a revolução de 1930. Saiu nos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Campinas (1971), um trabalho seu mostrando valiosos documentos originais e inéditos a respeito da Revolução de 1930 no Norte. Em 1980, a Ufba publica também dele “A Revolução de 1930 na Bahia”, em que se incluem Documentos e Depoimentos, além de três estudos calasansianos: 1) A primeira Fase da Conspiração no Norte: abril-maio, 1930; 2) Juarez Távora na Bahia; 3) O ABC de Pedrito.

Ninguém pode se queixar de que Calasans não tenha publicado tudo o que pesquisou. Pelo contrário. Publicava até pequenos discursos como o da Semana do Economista, como os que ele fez sobre Demóstenes Madureira de Pinho e Álvaro Augusto da Silva, este, colega seu no Instituto Genealógico da Bahia. Até o prefácio do livro Treme-Terra, do escritor Oleone Coelho Fontes, Calasans republica na grande obra “Cartografia de Canudos” e também na revista da Academia de Letras da Bahia com o título “O coronel César”.

Morando em Aracaju, seu filho José já com 2 anos, Calasans presenteia ao seu povo a interessante obra “Temas da Província”,

cujo índice inclui Estudos Sergipanos, Brício Cardoso e o Ensino Normal em Sergipe, Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe e Fausto Cardoso e a revolução de 1906. Em 1952 já morando na Bahia desde 1947, autoriza a publicação, pela S. A. Artes Gráficas, de um trabalho apresentado ao 2º Congresso de História da Bahia intitulado Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe. Em 1970, publica “Fausto Cardoso” que foi para ele um herói político de Sergipe, muito lembrado pelo mestre Artur Fortes. Pelo Centro de Estudos Baianos saem Bahia, Primeira Capital do Brasil 1549-1763 (1972, nº73) e A Faculdade Livre de Direito da Bahia (1984, nº 105).

Graças a sua experiência em elaborar perfis biográficos, Calasans não teve a menor dificuldade para escrever a biografia de Miguel Calmon Sobrinho e sua época (1912-1967), cuja morte inesperada interrompeu uma vida plena de realizações. O prefácio ficou a cargo de Antonio Carlos Magalhães.

Sabedor que 14 de julho era também a data de aniversário da minha mãe, o professor e mestre de Canudos demonstrou muita satisfação. Parece até que isso contribuiu ainda mais para o estreitamento de nosso relacionamento.

E para concluir, reproduzo o meu artigo “Calasans, o jovem oitentão”, publicado juntamente com o de Mário Cabral, em a Tarde no dia 14 de julho de 1995:

[Sergipe, embora de pequena dimensão territorial tem sido um grande estado exportador de talentos em todas as áreas do conhecimento humano. No campo da história brilharam no Rio de Janeiro, como estrelas máximas do saber, as inteligências de João Ribeiro e Felisbello Freire. Para com a Bahia, no entanto, o pequenino Sergipe tem sido ainda generoso.

A “guia” de exportação de sergipanos ilustres é mais rica para Salvador do que para outros lugares. Se alguns vieram somente para estudar, como Jackson de Figueiredo e Manoel Bomfim, outros, entretanto, preferiram deitar raízes no solo baiano. É o caso, dentre muitos, de José Calasans Brandão da Silva. O nome José Calasans (Calasans não é sobrenome) se origina de uma homenagem ao tio homônimo que nascera no dia de São José de Calasanz (grafe-se com z final).

Na época em que era aluno do Ateneu Sergipense, de 1928 a 1932, aprendeu com Clodomir Silva a gostar das “coisas” do folclore, área em que mais tarde se tornaria um dedicado estudioso. O desejo de ser professor surgiu logo em seguida. Ano seguinte já na Bahia, o jovem aracajuano começa a estudar na Faculdade de Direito do Portão da Piedade. Não foi um dos alunos mais brilhantes. Era comum encontrá-lo lendo Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco ou Gilberto Freyre. A ciência de Carnelutti, de Kelsen e de Beviláqua não o empolgava.

De férias em Aracaju, o estudante de Direito manifesta já uma tendência literária ao escrever crônicas sobre louras e morenas e perfis políticos como os de Maynard Gomes, de Eronides de Carvalho e de Francisco Porto, publicados no Sergipe-Jornal, graças ao Mozart Aboim, redator da gazeta aracajuana. O futuro professor (de diversas gerações) produz também, em versos, uma magnífica sátira política.

Graças a esse gosto literário adquirido no albor da juventude é que a apresentação de seus trabalhos históricos, ensaísticos, biográficos e folclóricos chegará ao público sempre bem cuidada, numa linguagem clara e concisa, à maneira do laranjeirense João Ribeiro.

Corre o ano de 1937 no fim do qual sairá da Faculdade de Direito uma das turmas mais ilustres de todos os tempos: José Calasans, Rubem Nogueira, Jorge Calmon, Mário Cabral, Jorge de Farias Goes, Oldegar Franco Vieira, Nelson Sampaio e muitos outros. O filho recém-formado de dona Noemi Brandão da Silva e do Senhor Irineu Ferreira da Silva, por algum tempo, não continuará em Salvador, que ser professor de História, concursado,

na Escola Normal “Ruy Barbosa”, em Aracaju. Intensifica então estudos e pesquisas com este objetivo. Primeiro, publica, em 1941, na Separata da Revista do IHGS “Os franceses e a exploração do Pau-brasil em Sergipe para, em seguida, em 1942, publicar a sua tese apresentada ao concurso de História do Brasil e de Sergipe – Aracaju (contribuição à história da capital de Sergipe) –, superando, com técnica moderna de investigação e interpretação históricas, os trabalhos pioneiros sobre Aracaju de Clodomir Silva, Manoel dos Passos e Enock Santiago. É o novo historiador de Sergipe, é o primeiro historiador de Aracaju, na opinião de Garcia Moreno.

Com a publicação de “Aspectos folclóricos da cachaça”, o folclorista sergipano passa a ser admirado por intelectuais de todo o Brasil. De Gilberto Freyre nem se fala, já eram bons amigos. Mário de Andrade se refere a ele como um dos que se preocuparam com a dicionarização dos eufemismos da cachaça, ao lado de Alberto Bessa, em Portugal, de Rodolfo Garcia e de Firmino Costa, no Brasil. Pedro Calmon, ao ocupar-se de coisas baianas na Academia Brasileira de Letras, considera excelente o estudo folclórico da cachaça. Ao tratar deste tema, o futuro autor de “O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro” não é contra nem a favor do consumo de bebida alcoólica. É possível que nunca tenha tomado um “golpe” da branquinha, como diria o sertanejo, porque ela é, antes de tudo, forte.

Cachaça, moça branca
Fia do veio Tiburço
Ela bate comigo no chão
Eu bato com ela no bucho
Cachaça fia da cana
Neta do veio Paixão
Eu meto ela no bucho
Ela me mete no chão

Não foi o livro “Os Sertões” que lhe mostrou a porta de entrada ao mundo fantástico de Antônio Conselheiro. O gosto pelo folclore é que o fez querer conhecer a história do famoso peregrino. A mais prima das obras brasileiras – insuperável do ponto de vista

literário – até então não tinha sido objeto de um sério estudo crítico do ponto de vista histórico. Era uma obra considerada inatacável. Hoje, a obra definitiva sobre a guerra sertaneja e seu líder ainda está por se escrever. Para tal empreitada, quem reúne as melhores condições cognitivas e intelectuais, além da paixão pelo tema, é o professor José Calasans, a quem não falta experiência, pois já se vão 45 anos de intensa pesquisa sobre o movimento de Antonio Conselheiro.

Se 14 de julho significa para a França o início de um novo tempo ou o fim de uma monarquia absoluta onde a vontade do rei, e só ela, era a lei, o rei somente tinha de prestar contas a Deus, para os baianos, amigos do estimado mestre Sergipano, que nesta data histórica completa 80 anos, representa mais uma oportunidade para enaltecer-lhe os méritos e as qualidades além de reconhecer nele um ser humano especial que a Bahia teve a sorte de adotar como filho].

Agenda IGHB

AGENDA CULTURAL DO IGHB EM 2024

Cleide Nunes¹

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o Gabinete Português de Leitura (GPL) deram início às atividades culturais de 2024 com a mesa-redonda “Os Sertões, de Euclides da Cunha”, no dia 30 de janeiro, na biblioteca do GPL (Praça da Piedade). O encontro, coordenado pelo advogado Ricardo Nogueira, reuniu os expositores Heide Marques, Iracema C. de Almeida, Maria de Fátima Barbosa, Raimundo Alves e Vânia Ferrari.

No dia 31 de janeiro, foi realizada a solenidade de posse da diretoria e do conselho fiscal do IGHB para o biênio 2024-2025. Durante o evento ocorreram os lançamentos da Revista IGHB 118/2023 e do livro *Vozes do Brasil, África e Portugal — Aproximações nas literaturas de língua portuguesa*, de autoria da escritora Dorine Cerqueira e editado pela Assembleia Legislativa da Bahia. As publicações foram distribuídas gratuitamente ao público.

¹ Jornalista, secretária e assessora do IGHB

Os 177 anos de nascimento do poeta Antônio Frederico de Castro Alves foram lembrados no IGHB nos dias 14 e 15 de março, durante o Simpósio “O Gondoleiro do Amor: a memória poética de Castro Alves revisitada”. O encontro foi híbrido, sob a coordenação do professor e associado Marcos Roberto de Santana, com palestras, exposições, visitas guiadas e apresentações musicais. Na abertura do simpósio (14), o presidente do IGHB, Joaci Góes, fez conferência em homenagem a Castro Alves. Na sequência, o Coral Renascer apresentou o recital ABC de Castro Alves, seguido de uma visita guiada à exposição sobre a vida e a obra do poeta. Na sexta (15), através do canal [youtube.com/@ighbahia](https://www.youtube.com/@ighbahia), foi exibida a palestra “O gondoleiro do amor em revista”, com as participações dos professores Martha Ulhôa de Tupinambá (UniRio) e Marcílio Lopes (Escola Portátil do Choro). O maestro José Antônio Branco Bernardes, diretor artístico da Orquestra de Câmara Paulista, falou sobre o CD Sarau Brasil, que inclui a composição musical “O gondoleiro do amor”.

No dia 20 de março, o ciclo “Aprendendo e ensinando no café” (coordenado pelos professores Lúcia Góes e Caiuby Alves) promoveu a primeira palestra do ano, “A importância do sistema de revestimento de fachadas das edificações na qualidade de vida dos usuários”, pronunciada pelo professor e engenheiro civil Adailton de Oliveira Gomes. Para comemorar os 475 anos de fundação de Salvador, o IGHB realizou o curso “Salvador e a Bahia: Iconografia e História em Retratos e Relatos de um Tempo”. As aulas, de 26 de março a 27 de abril (virtual e de campo), foram ministradas pelo professor, historiador e associado Rafael Dantas. Mais de cem participantes acompanharam estudos relacionados ao universo de fotografias, gravuras, pinturas, escritos e relatos de viajantes relativos à Cidade do Salvador e à Bahia, ao longo do século XIX e início do XX, oferecendo uma rica discussão dos contextos da capital e do estado baiano, com suas tensões imersas nos panoramas sociais de cada época.

De 15 a 30 de abril, baianos e interessados participaram do curso “História Geológica da Bahia”, ministrado pelo mestre em geologia e historiador Rubens Antônio. Durante o curso o público entendeu porque o estado da Bahia guarda a excepcional condição de possuir uma das mais longas e representativas histórias geológicas do planeta. Foram respondidos temas de interesse público como: Já ocorreram terremotos na Bahia? Já fomos atingidos por meteoritos? Que seres pré-históricos existiram aqui? Que fenômenos são vistos nos nossos céus?

Em mais uma edição do ciclo “Aprendendo e ensinando no café”, com o tema “What are you doing the rest of your life? (O que você fará pelo resto da sua vida?)”, o IGHB promoveu palestra do engenheiro eletricitista e consultor autônomo Getúlio Lins Marques, no dia 17 de abril.

No dia 25 de abril, o público foi convidado para uma visita guiada às instalações da Casa da Bahia para a exibição do resultado de recente processo de restauração de 13 pinturas de seu acervo. As telas, pertencentes aos séculos XIX e XX, retratam figuras da história baiana e foram selecionadas pelo Studio Argolo Antiguidades e Restaurações. O encontro foi coordenado pela museóloga Rita Fonseca com a presença do professor e restaurador José Dirson Argolo, que falou sobre o processo de restauração de obras de arte. A iniciativa foi contemplada pelo Prêmio Jaime Sodré de Patrimônio Cultural Ano II, da Fundação Gregório de Mattos, vinculada à Prefeitura de Salvador. Entre os trabalhos realizados pelo ateliê estavam a fixação da policromia, obturação de lacunas, reentelamento, reintegração cromática, limpeza química e mecânica das pinturas, confecção de chassi e nova moldura, além de aplicação de verniz protetor nas telas. O acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é de grande importância para a história baiana e brasileira, por retratar fatos e personagens que tomaram parte no desenvolvimento social de nos-

so povo. Sua pinacoteca é constituída de quase 200 obras, entre as quais pode-se admirar retratos de D. João V, D. João VI, D. Pedro I, D. Leopoldina, D. Maria Amélia, D. Pedro II, D. Tereza Cristina e vários outros, além de condes, viscondes e barões do Recôncavo. Merecem destaque na pinacoteca os retratos de heróis da Independência da Bahia, Soror Joana Angélica, Maria Quitéria e Lord Cochrane. Além de importantes obras retratando governadores da Bahia, generais, cavaleiros e damas do período colonial, imperial e republicano, também integram a coleção do Instituto os intelectuais baianos como Rui Barbosa, Castro Alves, historiadores, escritores, pintores etc. Há também um pequeno número de obras sacras e imagens iconográficas da cidade do Salvador, de grande valor documental. Os mais expressivos pintores baianos do séc. XIX estão representados nestas pinturas, de valor de qualidade técnica e de autoria. Entre eles, figuram João Francisco Lopes Rodrigues, Manoel Lopes Rodrigues, José Antônio da Cunha Couto, José Rodrigues Nunes... Do séc. XX, destacam-se Presciliano Silva, Vieira de Campos, João José Rescala, Emídio Magalhães, Robespierre de Farias, além de nomes nacionais como Antônio Parreiras e os estrangeiros Miguel Navarro e Canizares, Vienot e Morisset, Ernest Penit e Auguste Petit.

Para lembrar os 400 anos da Invasão Holandesa à Bahia, ocorrida em 1624, o IGHB, em parceria com o Instituto Flávia Abubakir, promoveu, no dia 7 de maio, a mesa-redonda e exposição “Os Holandeses no Brasil”. A iniciativa contou com o apoio do Mosteiro de São Bento e da Assembleia Legislativa da Bahia e reuniu os professores Pablo Magalhães, Sávio Lima e Alícia Duhá, com coordenação geral da museóloga Ângela Ferreira.

O dia 13 de maio foi dedicado às comemorações pelos 130 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na solenidade, cinco personalidades que prestaram serviços de relevância

ao estado da Bahia e ao seu povo foram agraciadas com a Medalha e Diploma do Mérito Bernardino de Souza: o restaurador e professor José Dirson Argolo, a secretária da fazenda de Salvador, Giovanna Guiotti Testa Victor, o jornalista Jorge Ramos (*in memoriam*), as Obras Sociais Irmã Dulce e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Na abertura, o presidente Joaci Góes destacou a importância do IGHB para a preservação da memória da Bahia, além de enaltecer a relevância do trabalho desenvolvido pelos 15 presidentes do Instituto desde a sua fundação, em 1894. A biografia desses dirigentes, a exemplo de Tranquilino Torres, Theodoro Sampaio, Frederico Edelweiss, Eduardo Morais de Castro, Edith Mendes da Gama e Abreu e Consuelo Pondé de Sena, foi amplamente destacada pelo orador oficial da instituição, José Nilton Pereira, que também prestou homenagem aos associados falecidos Soane Nazaré de Andrade, Dinorah de Araújo Berbert de Castro e Jorge Luiz Ramos.

A sessão também foi marcada pela posse dos novos associados, que passaram a integrar o quadro de efetivos da instituição. Foram eles: Adenilson Ribeiro dos Santos, Andre Vaz de Campos Moureira Tourinho, Ângela Andrade Ferreira, Antonio Jose Rodriguez de Mattos Gobbo, Ary da Silva Moreira, Cícero Gonçalves de Sena Neto, Cristiane Santana Guimarães, Diego de Jesus Copque, Fátima Cristina Ferreira de Sales, Filismina Fernandes Saraiva, Giovanna Guiotti Testa Victor, João Geraldo Araújo de Souza, João Henrique Larroudé de Man, José Rodrigues de Souza Filho, Maria Del Carmen Rivas Rodriguez, Marcia Denise M. S. Mascarenhas, Marcos dos Santos Rebouças, Maria Rosina Borges Silva, Matheus de Carvalho Souto, Raul Coelho Barreto Neto, Sérgio Franco, Shayana Busson, Sônia de Alencar Serra, Thiago Pinto Dantas, Tiago Silva de Freitas e Vanessa de Almeida Dócio.

O associado recém-empossado, Diego Copque, fez a doação da escultura “Caboclo do Recôncavo Norte da Bahia”, de autoria do artista plástico Marcelo Gomes (natural de Lauro de Freitas). O nome do caboclo é Joaquim Eusébio de Santana, capitão-mor dos indígenas da Vila de Abrantes, um dos heróis da Independência da Bahia.

Compuseram a mesa, além do presidente do IGHB, Joaci Góes, o comandante do II Distrito Naval, vice-almirante Antônio Carlos Cambra, Rozendo Ferreira Neto, secretário geral do IGHB, desembargador Cássio Miranda, José Nilton Carvalho Pereira, orador do IGHB, Ernesto Marques, presidente da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), deputado federal José Rocha, vereador Teo Senna, juíza Livia Barbosa. No encerramento da solenidade, o presidente Joaci Góes informou que o Instituto permanece no aguardo de um retorno do governo do Estado da Bahia a respeito do projeto “Fortalecimento das Ações Culturais do IGHB”, cuja proposta de renovação foi apresentada à Secretaria de Cultura do Estado. No mesmo instante, foi assegurada pelo deputado federal José Rocha uma emenda parlamentar de apoio à manutenção das atividades do IGHB.

Na sequência da agenda, a palestra “História, expansão e curiosidades da Avenida Sete de Setembro” lotou os espaços do IGHB com tema ministrado pelo professor e historiador Roberto Carlos Pessoa da Silva, no dia 22 de maio.

Para celebrar o dia do Geógrafo (29 de maio), o IGHB promoveu a mesa-redonda “Theodoro Sampaio: geografia e história”, no dia 28 de maio. O encontro teve as participações do professor e ex-reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Dr. José Carlos Barreto de Santana, do professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Dr. André Nunes, além dos professores Dr. Jémison Santos e o geó-

grafo Luciano Lopes, membros do Setor de Geografia. O evento ainda contou com a apresentação musical do ilustre Rodolfo Alves Neto.

“Ciência no Bar: cachaça, whisky, pisco ou tequila?” foi o tema da palestra do professor dr. Benjamim de Almeida Mendes, no dia 12 de junho. O encontro integrou o ciclo “Aprendendo e ensinando no Café”. Na palestra, o público acompanhou as histórias das bebidas alcoólicas, conceito, classificação, legislação, produção, aspectos fenomenológicos do processo de maturação/envelhecimento, aprendeu como a cachaça pode se beneficiar da diversidade de espécies de madeira, além de participar de uma degustação e análise sensorial de cachaças envelhecidas em diferentes madeiras brasileiras.

Para comemorar a Independência do Brasil na Bahia, o IGHB promoveu, de 2 a 31 de julho, mais uma edição da exposição “Personagens da Guerra pela Independência do Brasil”. A mostra tem como objetivo proporcionar aos baianos a oportunidade de conhecer de perto as imagens dos homens e mulheres que tiveram um papel decisivo na epopeia do 2 de julho e que contribuíram, de alguma maneira, para a vitória na guerra que consolidou a Independência do Brasil.

No dia 8 de julho, o IGHB sediou a posse de novos membros da Academia de Letras e Artes do Salvador (ALAS). Foram empossados os acadêmicos Raul Chaves Filho, Aleixo Belov e Cícero Sena. Na oportunidade, foi entregue também o diploma de membro honorário ao professor Astor de Castro Pessoa.

A lírica de Camões e a transcendência foram tema de palestra no dia 9 de julho, pronunciada pelo professor doutor e poeta João Filho. O especialista discutiu a dimensão metafísica na poesia lírica camoniana, principalmente a leitura do poema “Sobre os rios que vão”, que tem como ponto de partida o Salmo 137 (136) “Junto aos rios de Babilônia nos sentamos a chorar...”. O poema medita sobre

o sentido da condição humana na perspectiva vertical, a terra como exílio e o canto como fundamento da existência.

De 22 a 26 de julho, a professora Ludmila Olicar realizou mais uma edição do curso História da Moda. A proposta é entender de onde veio o ritual ou tradição da moda desde a pré-história e como o simbolismo dela atua nos dias de hoje, além de observar a integração e o processo de transformação social da moda, colocando em discussão os tradicionais sistemas normativos de gênero e dando espaço a novas formas de entender os tipos de representação contemporâneas.

Os 180 anos do nascimento do jornalista e empresário baiano Luiz Tarquínio foram lembrados em uma mesa-redonda no dia 24 de julho. Participaram do encontro a escritora Eliana Dumêt (bisneta do homenageado) e autora de *Luiz Tarquínio. Semeador de Ideias* (SP, Gente, 1999), a professora Marilécia Oliveira Santos, professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Alagoinhas, e autora de *O viver na Cidade do bem: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem* (Eduneb, 2017), e o pesquisador Luís Guilherme Pontes Tavares, que coordenou o debate.

Esta foi a agenda cultural do IGHB registrada até o fechamento da edição da Revista (julho/24). Entre outras ações e atendimentos ao público, o Instituto disponibiliza visita guiada para que o visitante conheça a instituição, sua arquitetura e o rico acervo, estabelecendo um diálogo com as questões da contemporaneidade. Esse contato, seja individual ou em grupo, visa abordar a historicidade de cada peça trazendo para os nossos dias algumas questões sociais, comportamentais e artísticas inseridas no processo do conhecimento.

Toda a programação pode ser consultada no site www.ighb.org.br e no perfil nas redes sociais@ighbahia. O IGHB funciona de segunda a sexta, das 13h às 18h.



130 anos do IGHB



Solenidade comemorativa aos 130 anos do IGHB



Exposição Permanente do acervo de Castro Alves a disposição do público



Mesa-redonda debate os 400 anos da Invasão Holandesa a Bahia



Pesquisadores falam sobre a obra de Theodoro Sampaio em homenagem ao Dia do Geógrafo



Participação da Diretoria do IGHB nas comemorações do 2 de Julho – *Tê Deum*



Posse da diretoria do IGHB 2024-2025



Restaurador José Dirson Argolo apresenta telas restauradas do acervo do IGHB



Público acompanha visita guiada ao acervo restaurado



Telas restauradas integram projeto Jaime Sodré (FGM)



Simpósio O Gondoleiro do Amor - A memória poética de Castro Alves revisitada

Relatório Biblioteca

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

Período: 01/09/2023 a 31/07/2024

Ricardo Maurício Nogueira e Silva¹

Fernanda Mota de Oliveira²

Este relatório objetiva apresentar as atividades realizadas pela Biblioteca Ruy Barbosa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB no período de setembro do ano de 2023 até julho do ano de 2024, abrangendo os seguintes aspectos: aquisição de registro, atendimento aos usuários, acervo consultado e atividades referentes ao acervo.

A BIBLIOTECA RUY BARBOSA

A Biblioteca Ruy Barbosa tem uma estimativa de 27.000 exemplares, entre livros e folhetos, e aproximadamente 600 revistas catalogadas

¹ Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

² Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB – CRB-5/1973

no sistema PHL. Esses exemplares são doações de sócios da instituição e também de pessoas não associadas. O funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta das 13 h até às 18h, e a consulta é local.

O público pode consultar os títulos também através do *pesquisa on-line* no site www.ighb.org.br, bem como acessar diversas publicações e boletins.

O acervo da hemeroteca “Espaço de Memória Periódica”, está organizado por ordem alfabética de título e cronológica em estantes de aço. O acervo se compõe de coleções encadernadas de jornais baianos ainda existentes: A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia, assim como os extintos Bahia Hoje, Diário de Notícias, Jornal da Bahia, Estado da Bahia, O Estado, A Bahia, Gazeta do Povo e Jornal de Notícias, além de exemplares de jornais de várias cidades do interior.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é o responsável pela aquisição de restauros dos livros e também das encadernações dos mesmos e dos jornais. Isso possibilita a conservação e preservação desses documentos. A Biblioteca dispõe de uma bibliotecária que faz a catalogação dos livros e revistas, e dois auxiliares de biblioteca que ajudam inserir os documentos na base de dados do PHL, na organização dos livros e dos jornais nas estantes e atendimento aos usuários.

No período de setembro de 2023 a julho de 2024 a biblioteca obteve algumas doações de livros e revistas, que foram catalogados e inseridos no sistema do PHL para que os usuários tivessem acesso a esses documentos quando pesquisados. Entretanto, a restauração e encadernação não foram executadas nesse período.

Tabela 1

Item	Descrição	Quantidade
1.1	Doação de livros e revistas	100
1.2	Livros e revistas inseridos no Sistema PHL	182
1.3	Livros catalogados	180
1.4	Jornais encadernados	-
1.5	Livros encadernados	-
1.6	Livros restaurados	-

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

O público que frequenta a biblioteca é bem diversificado, entre estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos, pesquisadores e comunidade em geral, com maior registro da cidade de Salvador, seguido de diversos outros municípios baianos e brasileiros, bem como de países como a França, Portugal, Espanha, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos e outros. Quando o usuário não tem a possibilidade de comparecer a biblioteca, o mesmo pode adquirir o material solicitando por email, no qual a bibliotecária junto com seus assistentes escaneia o material e envia para o pesquisador.

. Os temas mais pesquisados são das áreas de História, Geografia, Antropologia, Genealogia, Direito, Jornalismo entre outros. Porém no período de setembro de 2023 até julho de 2024, a biblioteca Ruy Barbosa teve um quantitativo de usuários presencial mais elevado do que online. Abaixo a tabela mostra isso.

Tabela 2

Item	Descrição	Quantidade
2.1	Atendimento ao usuário (presencial)	1.697
2.2	Pesquisa por email	30
TOTAL		1.727

ACERVO CONSULTADO

O acervo também é consultado por um público de pessoas autônomas e da terceira idade, que utiliza o espaço da biblioteca Ruy Barbosa para adquirir informações e se atualizar, seja lendo um jornal do dia ou antigo, pesquisando a agenda cultural no site www.ighb.org.br.

Vale destacar que os documentos mais consultados no acervo são: jornais, revistas (principalmente do IGHB), além de livros e anais (publicação regular ou periódica de caráter científico, literário ou artístico). Os jornais foram os documentos mais pesquisados no período de setembro de 2023 até julho de 2024, conforme a tabela seguinte.

Tabela 3

Item	Descrição	Quantidade
3.1	Jornais	2.407
3.2	Livros	1.881
3.3	Revistas	660
TOTAL		4.948

ATIVIDADES REFERENTES AO ACERVO

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, conhecida como a Casa da Bahia, disponibiliza para a comunidade visita guiada, cursos, oficinas e espaço para que as pessoas conheçam a

casa da Geografia e História da Bahia e do Brasil. Alguns professores das redes municipais, estaduais e particulares, além de acadêmicos, agendam visitas e estudos com suas turmas para conhecer a instituição. Encantados com a beleza do mobiliário da biblioteca, muitos a chamam de *Hogwarts*, biblioteca da série Harry Potter, por ter uma semelhança bem rústica.

Durante o período de setembro de 2023 a julho de 2024, a biblioteca recebeu visitas de estudantes de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da cidade de Salvador e cidades vizinhas, como também de turistas, políticos baianos, entre outros.

Visitação à Biblioteca Ruy Barbosa – de setembro/23 a julho/24



FOTO 1 Cecília de 4 anos, conhecendo a biblioteca Ruy Barbosa e encantada com a escada que dá acesso aos periódicos. Outubro de 2023.



FOTO 2 Visita dos alunos do curso Auxiliar de Necropsia da CNI – Centro de Formação Profissional, dia 13 de março de 2024.



FOTO 3 Visita dos alunos do ensino fundamental 1 da Escola Magjane, dia 17 de março de 2024



FOTO 4 Visita de turistas de Santa Catarina e do ex-governador da Bahia Paulo Souto que veio pesquisar em jornais no dia 4 de abril de 2024.



DOAÇÃO DE 5 (cinco) ATRIL – Espécie de estante, em plano inclinado, onde se põe jornal ou livro de modo que se possa ler mais comodamente. Doação feita pelo pesquisador Osvaldo Augusto Teixeira à Biblioteca Ruy Barbosa, em março de 2024.

ATIVIDADES EM EXECUÇÃO

- ✓ Reorganização dos livros nas estantes, de acordo com a classificação e correção nos sistemas PHL;
- ✓ Recebimentos diários de jornais (A Tarde, Tribuna da Bahia, Correio);
- ✓ Participação com 12 (doze) publicações referentes ao Dois de Julho na vitrine expositiva, em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia;
- ✓ Participação na vitrine expositiva em homenagem a Ruy Barbosa;
- ✓ Seleção de livros e revistas em duplicata para doação;
- ✓ Análise de doações de publicações de vários temas;
- ✓ Solicitação atendida referente ao conserto e manutenção da impressora *Canon Image Runner* 102517;
- ✓ Solicitação atendida de conserto e manutenção dos ares-condicionados;
- ✓ Solicitação atendida das câmeras na biblioteca;
- ✓ Participação na vitrina expositiva em comemoração a independência do Brasil na Bahia (02 de julho);
- ✓ Solicitação de estantes para organização de livros e jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação deste relatório cumpre o objetivo de documentar e divulgar os trabalhos realizados pela Biblioteca Ruy Barbosa, no período de setembro de 2023 até julho de 2024, destinada primordialmente à Diretoria, ao Conselho Fiscal e a todos os associados

do IGHB, zelando assim pela transparência, pela publicidade e pela eficiência em suas atividades”.

A Biblioteca Ruy Barbosa, criada no mesmo ano de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1894, portanto 130 anos, tem como missão arquivar as tradições e documentos, concernentes à geografia e a história, a arqueologia, a etnografia, e as línguas dos indígenas do Brasil e do Estado da Bahia.

Mesmo sendo uma biblioteca histórica e rústica para os padrões da modernidade atual, ela também adere para as tecnologias informacionais, com a digitalização de algumas revistas do IGHB, que podem ser encontradas no site do instituto, em que o pesquisador pode ter acesso a elas em sua própria casa. Entretanto, espera-se que essa digitalização se torne contínua para outras obras que concerne à biblioteca Ruy Barbosa do IGHB.

Relação dos Associados

SÓCIOS DO IGHB

Presidente de Honra

Eduardo Morais de Castro

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José Imbassahy da Silva
Fernando Paes de Andrade
Jacques Wagner
José Nilton Carvalho Pereira

Honorários

João Paulo Marques Sabido Costa

Efetivos

Adeildo Osorio de Oliveira
Adélia Maria Bittencourt Marelím
Adelmo Fernando Ribeiro Shindler Júnior
Ademar Oliveira Cirne Filho
Ademar Pinheiro Lemos Júnior
Adenilson Ribeiro dos Santos
Adriana Bandeira de Oliveira
Adriana Machado e Abreu
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélenz
Alan José Alcântara de Figueiredo
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Fael Filho
Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Aldevan Alves de Barros
Alessandro Timbó Nilo

Alex Guedes
Alex Schramm de Rocha
Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Aline Barbosa de Araújo
Alfrio Fernando Barbosa de Souza
Almir de Oliveira Santos
Almir Ferreira dos Santos
Almira Mara Vinhaes Dantas
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.
Américo Adnauer Heckert
Ana Cláudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Ana Paula Gordilho Pessoa
Anaci Bispo Paim
André Barachísio Lisbôa
Andre Luís Soares Lopes

André Luiz de Carvalho Nunes	Carlos Eduardo Sodré
André Nunes de Souza	Carlos Eugenio Libano Soares
Aníbal Augusto Gondim Silva	Carlos Jorge Pronzato
Anselmo Ferreira Machado Carvalho	Carlos Martheo C. Guanães Gomes
Antonia da Silva Santos	Carlos Roberto Santos Araújo
Antonio Alberto Dias dos Santos Balazeiro	Celso Jaloto Avila Junior
Antonio Bendocchi Alves Neto	Ceres Marylise Rebouças De Souza
Antonio Francisco Costa	César Augusto Borja Fernandez Cardillo
Antonio José Rodriguez de Mattos Gobbo	César de Faria Junior
Antonio Luis Silva de Carvalho	Cícero Gonçalves de Sena Neto
Antônio Luiz Calmon Teixeira	Claudia Moraes Trindade
Antonio Menezes do Nascimento Filho	Claudio Pondé Avena
Antonio Natalino Manta Dantas	Claudio Tinoco Melo de Oliveira
Antonio Olavo dos Santos Filho	Cleivaldo de Almeida Sacramento
Antônio Plínio Pires de Moura	Coriolano Alberto Andrade de Oliveira Filho
Antonio Rodrigues Nascimento Filho	Cristiane Santana Guimarães
Antônio Tadeu Bahia Menezes	Creuza Santos Lage
Aramis de Almada Ribeiro Costa	Dante Augusto Galeffi
Aristides Pereira Maltez Filho	Denis da Silva Galvão de Carvalho
Armando Barreto Rosa	Diego Borges Ramos
Arnon Lima Barbosa	Diego de Jesus Copque
Aroldo Luiz da Silva Bacellar	Dilson Cardoso da Silva Filho
Arthur Augusto de Oliveira Viana	Dione Jacy Ferraz S. Moraes
Arthur Guimarães Sampaio	Dione Maisa Soares da Cunha Euzébio
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo	Djalma Navarro Falcão
Ary da Silva Moreira	Dom Emanuel D'able do Amaral
Átila Brandão de Oliveira	Domingos Evangelista dos Santos
Augusto Sérgio Albuquerque Soares	Durval Júlio Ramos Neto
Baltazar Miranda Saraiva	Edilece Souza Couto
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima	Edilton Meireles de Oliveira Santos
Benito Muinos Juncal	Edilucio Fernandes
Bruno Leonardo Guimarães Godinho	Edmar Rocha Torres
Bruno Lopes do Rosário	Ednaldo Crispim Dantas de Santana
Bruno Oliveira dos Santos	Ednaldo Soares
Caio César Tourinho Marques	Eduardo Augusto Rebouças França
Caiuby Alves da Costa	Eduardo Meirelles Valente
Carlos Alberto do Nascimento	Eduardo Moraes de Castro
Carlos Alberto Saraiva Santos	Edvaldo Menezes de Araújo
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto	Edvaldo Pereira de Brito
Carlos D'Ávila Teixeira	Elie de Lago Gonçalves
Carlos de Souza Andrade	Elizabete Conceição Santana
Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins	

Emanoel Silva Cairo
Erivaldo Fagundes Neves
Eugênio Walter Pinto Montalvão de
Figueredo
Euza Maria Coelho de Araújo
Fábio Barros Sá Barreto
Fábio da Silva Santos
Fausto de Abreu Franco
Fátima Cristina Ferreira de Sales
Fernando José Caldas Oberlaender
Fernando José Máximo Moreira
Fernando Pinto de Queiroz
Florêncio Magalhães Matos Filho
Florisvaldo Moreira de Mattos
Francisco Benjamin de Carvalho
Francisco César Lins Santana
Francisco Jorge de Oliveira Brito
Francisco José Pitanga Bastos
Francisco Neto de Borges Reis
Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Frederico Meireles Dantas
Gabriel Neves Carneiro
Genivalda Cândido da Silva
Gildásio Vieira de Freitas
Gildecil de Oliveira Leite
Gilson Magno dos Santos
Gisela Band
Graciela Mendes Ribeiro Reis
Guilherme Aguiar de Oliveira
Guilherme Cortizo Bellintani
Hamilton Celestino da Paixão Filho
Hamilton José Castro Meira
Heitor Reis de Oliveira
Helington de Araújo Rangel
Hélio José Bastos Carneiro de Campos
Hermann Sanches Silva
Helvídio Braga Landim
Henrique Abreu Monteiro
Henrique Campos de Oliveira
Henrique Gonçalves Trindade
Hildevaldo Silva Ribeiro
Horácio Raymundo de Senna Pires
Humberto Caldas da Silveira Junior
Igor Barbosa Souza
Ione Celeste Jesus de Sousa
Iran Souza da Conceição
Isadora Perez Alves Peixoto
Ivanildo Almeida Lima
Jackson Amorim de Andrade
Jaime Oliveira do Nascimento
Jair Cardoso dos Santos
Jaíra Capistrano da Cruz Soares
Jamilé Souza Calheiros dos Santos
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jasón Siffert Lemos
Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
Jemison Mattos dos Santos
Joaci Fonseca de Góes
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João Geraldo Araujo de Souza
João Henrique Larroude de Man
João José Reis
João Maurício Prisco Paraíso
João Otávio de Oliveira Macedo
João Rodrigues de Souza Filho
Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
Jorge Avelino da Lança Falcão Paredes
Jorge Luiz Sapucaia Calabrich
Jorge Santana Bispo Junior
José Acácio Ferreira
José Antônio de Jesus
José Antônio Moreira Icó da Silva
José Augusto da Silva
José Cláudio Alves de Oliveira
José Dionísio Nóbrega
Jose Dirson Argolo
José Eduardo Athayde de Almeida
José Geraldo dos Reis Santos
Jose Jorge Souza Carvalho
José Lamartine de Andrade Lima Neto
José Luiz Ganem
José Marcos Pondé Fraga Lima

José Mário Dias Soares Junior	Luiz Eduardo Carvalho Dorea
José Pérciles Diniz Bahia	Luiz Henrique Silva Santana
José Ribeiro Rosário	Luiz Ovídio Fisher
José Roberto Pinho de Andrade Lima	Luiz Paulo de Almeida Neiva
Jose Rodrigues Nogueira Neto	Luiza Maria de Vasconcellos Vianna
Josué da Silva Mello	Lurdes Bertol Rocha
Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira	Manoel Antonio dos Santos Neto
Juciara Maria Nogueira Barbosa	Maria Del Carmen Rivas Rodriguez
Júlio César Teixeira	Marcella Pinto de Almeida
Junot de Carvalho Barroso Filho	Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Jutay Inácio Menezes	Marcia Denise M S Mascarenhas
Lélia Vitor Fernandes de Oliveira	Marcio Cesar de Mello Brandão
Leonardo dos Santos Ferreira	Marcos Euzebio de Oliveira Menezes
Leonardo Ribeiro Fraga Lima	Marcos Antonio Santos Bandeira
Liacélia Pires Leal	Marcos dos Santos Rebouças
Lídia Boaventura Pimenta	Marcos José Oliveira
Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto	Marcos Oliveira Gurgel
Lina Maria Hurtado Gomez	Marcos Pessoa Pinto
Livia da Silva Modesto Rodrigues	Marcos Roberto Brito dos Santos
Lizir Arcanjo Alves	Marcos Roberto de Santana
Lourenço Mueller Costa	Marcos Vinicius Silva dos Santos
Lucas Carneiro Valencio	Maria Alice Pereira da Silva
Lucas de Faria Junqueira	Maria Assunção de Oliveira Cadidê
Lucia Maria da Franca Rocha	Maria Dalva de Conceição Messias
Lúcia Maria de Araújo Góes Santos	Maria Conceição da Gama Santos
Luciano Corrado	Maria Constança Carneiro Galvão
Luciano de Almeida Lopes	Maria das Graças de Andrade Leal
Luciano Silva Moraes	Maria das Graças Monteiro Fernandes
Lucidalva Andrade de Menezes	Maria das Graças Nunes Cantalino
Lucigleide Nery Nascimento	Maria de Fatima Silva Carvalho
Lucio Normando do Amaral Reis	Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida
Luís Alberto Ribeiro Freire	Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Luís Fernando Galvão de Almeida	Maria Helena Franca das Neves
Luis Guilherme Pontes Tavares	Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira
Luis Henrique Costa Ferreira	Maria Inês Corrêa Marques
Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Luislinda Dias de Valois Santos	Maria Romilda Tavares Maltez
Luiz Americo Lisboa Junior	Maria Rosina Borges Silva
Luiz Antonio Cajazeira Ramos	Maria Tereza Salles N. de Brito Matos
Luiz Antonio de Souza	Maria Virginia de Salles Garcez
Luiz Cláudio Guimarães	Mariana Bahia dos Santos E Santos
Luiz Cláudio Nogueira do Nascimento	Maribel Oliveira Barreto

Marina Garrido Moisés	Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Mário de Mello Kertész	Raul Coelho Barreto Neto
Mario Mendonça de Oliveira	Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Marivaldo Batista da Paixão	Regina Célia Santos Rocha
Matheus de Carvalho Souto	Renato de Mello Guimarães Lôbo
Maurício da Silva Ferreira	Renato Simões Filho
Mauro Lopes Figueiredo	Renato Souza Santos
Miguel Angelo Almeida Teles	Ricardo Isensee Monteiro
Miguel Angelo Velanes Borges	Ricardo Mauricio Freire Soares
Miguel Calmon Teixeira de Carvalho	Ricardo Maurício Nogueira e Silva
Dantas	Ricardo Tupiniquim Ramos
Miguel Sampaio	Rita Maria Cruz Pimentel
Mônica Andrade Souza	Rizodalvo da Silva Menezes
Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido	Roberto dos Santos Rodrigues
Nelson José de Carvalho	Roberto Gondim Pires
Nelson Wanderley Ribeiro Meira	Roberto Nunes Dantas
Newton Cleyde Alves Peixoto	Robson Fernandes Arapiraca
Nilo Cerqueira da Silva	Romário Costa Gomes
Nilton José Costa Ferreira	Rommel Robatto
Nilton Sousa Santana	Ronaldo Ribeiro Jacobina
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro	Rosemma Burlacchini Maluf
Nivaldo dos Santos Aquino	Rozendo Ferreira Neto
Nubia Cristina de Jesus Santos	Rubens Antonio Da Silva Filho
Octavio Henrique Coelho Messeder	Ruy do Carmo Póvoas
Orlando Tourinho Junior	Saionara Bonfim Santos
Orlins Santana de Oliveira	Saulo Matias Dourado
Oscimar Alves Torres	Shayana Busson
Oswaldo de Almeida Bomfim	Sérgio Alexandre Meneses Habib
Oswaldo de Oliveira Bastos Neto	Sérgio Armando Diniz Guerra
Pablo Antonio Iglesias Magalhães	Sérgio Augusto Soares Mattos
Pablo Sotuyo Blanco	Sérgio Emílio Schlang Alves
Paulo Coelho Veiga	Sérgio Fraga Santos Faria
Paulo Costa Lima	Shayana Busson
Paulo Emílio Parente de Barros	Silvio Porto de Oliveira
Paulo Ormindo David de Azevedo	Simone Trindade Vicente da Silva
Pedro Manoel da Costa	Sione Maria Porto de Oliveira
Penildon Silva Filho	Sônia Maria de Couto Jonas
Rafael de Jesus Dantas de Oliveira	Sudário de Aguiar Cunha
Raimundo Luiz de Andrade	Suely Moraes Ceravolo
Raimundo Nonato Portela de Souza	Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
Raimundo Santos Silva	Vicentini
Ramiro Senna Berbert de Castro	Swarts Alves Torres Sobral Bentes

Sylvia Maria Alcântara Reis Mendes
Symone Maria de Freitas Moura
Tatiana Brito de Araújo Galvão
Thiago Pinto Dantas
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Tiago Silva de Freitas
Ubirajara Dantas Lemos
Vanda Angélica da Cunha
Vanessa de Almeida Dócio
Vania Ferrari Ramos
Vera Lúcia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio Barretto de Araújo

Vilson Caetano De Sousa Junior
Virgínia Ottony De Araújo Pinho
Vivaldo Do Amaral Adães
Waldette Maria Dos Santos
Walsimar Dos Santos Brandão
Walter Carneiro Da Silva
Walter José Dórea Cancio Soares
Walter Luiz Brito Dos Santos
Walter Moacyr Costa Moura
Wellington do Carmo Cruz
Wilson De Lima Brito Filho
Wilson Roberto de Mattos
Yara Dulce Bandeira De Ataíde

Remidos

Adinoel Motta Maia
Alberto Nunes Vaz da Silva
Alberto Salles Paraíso Borges
Alvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Angélica Maria da Anunciação Reis Soares
Antonietta de Aguiar Nunes
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Ivo de Almeida
Antonio Lima Farias
Antonio Oscar de Santana
Archimedes José Stiebler Pedreira Franco
Aristeu Barreto de Almeida
Aroldo Barreiros Cardoso
Astor Carneiro de Lima
Astor de Castro Pessoa
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio Martins de Carvalho
Carlos Eduardo Ribeiro Diniz Gonçalves
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto
Denascy Phylacreon de Castro Lima
Dinorah Berbert de Castro
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Dural Freire de Carvalho Olivieri
Edizio Rodrigues Mendonça

Eduardo Guimarães Pereira das Neves
Emilton Moreira Rosa
Ernani Newton Quadros Cairo
Fernando Antônio de Souza
Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
Fernando de Souza Pedroza
Fernando Santana Rocha
Florence Lebrom Sohsten
Franklin de Cerqueira Machado
Fredie Souza Didier Junior
Geraldo Leite
Gilberto Sampaio Pithon
Gláucia Maria de Lemos Leal
Guarani Valença de Araripe
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Helio de Oliveira Cardoso
Ildo Fucs
Irton Villas Leão
Isaías de Carvalho Santos Neto
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivan Guanães de Oliveira
Ivanilton Santos da Silva
Jayme Ramos de Queiroz
João Bosco Soares dos Santos
Joaquim Luiz de Souza

Johildo Salomão Figueiredo Barbosa
Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva
Jorge Santana Bispo Junior
José Andrade Mendonça
José Antônio de Mello Vicentini
José Bernardo Cordeiro Filho
José Bezerra Lima Irmão
José Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José da Silva Gazar
José Leite de Souza
José Newton Alves de Souza
Joselito Barreto Abreu
Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
Kátia Maria Coelho de Carvalho Custódio
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspar
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Vianna Neto
Manoel Figueiredo Castro
Manoel Joaquim Fernandes de Barros
 Sobrinho
Manuel José Pereira da Silva
Marcel Lavallée
Maria Angela Barreiros Cardoso
Maria Angélica Barreiros Cardoso
Maria Betty Coelho Silva
Maria de Vasconcelos Tavares
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Dulce Cardoso Cardoso
Maria Eleonora Cahyhyba

Correspondentes

Aaron Salles Fernandes Silva Torres
Ademir Pereira dos Santos
Adilson Cezar
Adriana Jacob Carneiro
Aidenor Aires Pereira
Alberto Martins da Silva
Alberto Venancio Filho
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli

Maria Helena Matue Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Côrtes de Oliveira
Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
Mário Lindenor Bastos Brito
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro Silva
Nelson Almeida Taboada
Nelson Figueiredo Pondé
Newton Oliveira
Oscar Damião de Almeida
Oswaldo Francisco Martins
Paulo Faria
Paulo Motta Alves Peixoto
Pedro de Almeida Vasconcelos
Pedro José Galvão Nonato Alves
Phidias Martins Júnior
Raymundo Kruschewskv Gomes Ribeiro
Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
Rita De Cássia Santana de Carvalho
 Rosado
Roberto José de Souza
Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
Sylvio de Carvalho Marback
Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Vicente Favella Filho
William Vieira do Nascimento
Zita Magalhães Alves

Antonio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antonio Ferreira Paim
Antonio Jorge Furquim
Antonio Pedro de Bacelar Carrelhas
Antonio Possidonio Sampaio
Antonio Seixas
Armando Alexandre dos Santos
Augusto César Zeferino

Berthold Zilly	Isidoro Vasquez de Acuná Y Garcia Del
Carlos Francisco Moura	Postigo
Carlos Magno Estevanovic	Jacy Gonçalves Ribeiro
Carlos Roberto de Mello Kertesz	Janete Ruiz de Macedo
Carol de Oliveira Lima Bandeira	João Alfredo de Sousa Montenegro
Claudefranklin Monteiro Santos	João Maurício de Araújo Pinho
Daniel Antunes Junior	Jorge Couto
Dario Teixeira Cotrim	Jorge Forjaz
Dilton Domingos Gomes dos Santos	José Alves Siqueira Filho
Dom Felipe Alberto Folque de	Jose Arthur Rios
Bragança.....	José Carlos Almeida Belitardo
Edmundo Aníbal Heredia	Jose Celso de La-Rocque de Macedo
Edson Santana do Carmo	Soares Guimarães
Edson Ulisses de Melo	José Manuel Lomba
Eduardo da Silva	José Mendonça Teles
Eliana Calmon Alves	Justino Mendes de Almeida
Epitácio Pedreira de Cerqueira	KabengeleMunanga
Esther Caldas Guimarães Bertoletti	Leão Renato Pinto Serva Neto
Esther Regina Largman	Leonardo Tocchetto Pouperio
Euclides Pinto Torres	Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia
Euges Silva de Lima	De Matos
Fabiano Cataldo de Azevedo	Luis Fausto Dias de Valois Santos
Fabiano Cataldo de Azevedo	Luiz Cláudio Aguiar
Fátima Alves Tostes	Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Fernando da Costa Tourinho Neto	Marc Werner Herold
Filipe Alberto Folque de Bragança e	Marcos Antonio Neia
Bourbon de Mendóça	Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos
Francisco de Vasconcellos	Filho
Francisco Fernando Saraiva Câmara	Marcus Soares de Albergaria de Noronha
Getúlio Marcos Pereira Neves	da Costa
Gloria Kaiser	Marcus Vinicius Vilaça
Gonçalo de Vasconcelos E Sousa	Maria Beltrão
Guilherme Gomes da Silveira D'Avila	Melquiades Pinto Paiva
Lins	Miguel Beirão de Almeida Metelo de
Gutemberg Medeiros Costa	Seixas
Helen Sabrina Gledhill	Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
Helena Parente Cunha	Murilo Sebastião Ramos Krieger
Hendrik Kraay	Napoleão Tavares Neves
Henrique Pinto Rema	Olindo Herculano de Menezes
Hilton José Gomes de Queiroz	Paulo Coêlho de Araújo
HitoshiI shihara	Paulo Fernando de Moraes Farias
Ionam Galo Toscano de Brito	Paulo Roberto Pereira

Pedro Alberto de Oliveira Silva
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Professor Doutor Manuel Cadafaz Matos
Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Renato Luís Sapucaia Bandeira
Roberto de Araújo Chacon de
Albuquerque
Rogério de Vasconcelos Faria Tavares
Rui Manoel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martinez Baeza

Terezinha Teixeira Santos
Vamireh Chacon de Albuquerque
Nascimento
Vather Xavier Aguiar
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de
Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Junior
Washington Luís Andrade de Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de publicação

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

INSTRUÇÕES GERAIS

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.
- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.

- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

NORMAS

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das

páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

LIVRO COM UM SÓ AUTOR

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras

da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

ORIENTAÇÃO PARA A FORMATAÇÃO DOS TEXTOS

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ORIGINAIS

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

**AQUISIÇÃO DE
EXEMPLARES E ENDEREÇO
PARA CORRESPONDÊNCIA**

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

Composta em Adobe Garamond Pro,
impresso pela Empresa Gráfica da Bahia,
em papel offset 90g para a Quarteto Editora.

Realização:



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Apoio financeiro:



ISSN 1516344



1516344